Mensagem à **Assembleia Legislativa**

2026

GOVERNADOR EDUARDO LEITE

GOVERNO
DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
O futuro nos une.

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

Eduardo Leite
Governador

2026

SECRETARIADO

Artur Lemos
Casa Civil

Cel. Luciano Chaves Boeira
Casa Militar

Eduardo Cunha da Costa
Procuradoria-Geral do Estado

Edivilson Brum
Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação

Beto Fantinel
Desenvolvimento Social

Eduardo Debacco Loureiro
Cultura

Caio Tomazeli
Comunicação

Leandro Borges Evaldt
Desenvolvimento Econômico

Gustavo Paim
Desenvolvimento Rural

Fernando Classmann
Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

Raquel Teixeira
Educação

Juliano Franczak (Gaúcho da Geral)
Esporte e Lazer

Lisiane Lemos
Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade

Paula Mascarenhas
Extraordinária de Relações Institucionais

Pricilla Maria Santana
Fazenda

Bruno Silveira
Habitação e Regularização Fundiária

Simone Stülp
Inovação, Ciência e Tecnologia

Fabricio Guazzelli Peruchin
Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Juvir Costella
Logística e Transportes

Marjorie Kauffmann
Meio Ambiente e Infraestrutura

Fábia Almeida Richter
Mulher

Izabel Matte
Obras Públicas

Danielle Calazans
Planejamento, Governança e Gestão

Pedro Capeluppi
Reconstrução Gaúcha

Arita Bergmann
Saúde

Mário Yukio Ikeda
Segurança Pública

Jorge Pozzobom
Sistemas Penal e Socioeducativo

Gilmar Sossella
Trabalho e Desenvolvimento Profissional

Ronaldo Santini
Turismo

APRESENTAÇÃO

Em atenção ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhamos à Assembleia Legislativa a presente Mensagem do Governador, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 2026. Este documento cumpre o dever constitucional de prestar contas à sociedade gaúcha e a seus representantes, apresentando, de forma transparente e organizada, um balanço das ações realizadas em 2025 e as diretrizes que orientam a atuação do Poder Executivo no ano que se inicia.

A Mensagem está estruturada de modo a oferecer uma visão abrangente e integrada da realidade do Estado. Inicialmente, o texto apresenta um panorama da economia do Rio Grande do Sul, situando seu desempenho nos contextos nacional e internacional, com análise dos principais vetores de crescimento, desafios conjunturais e perspectivas para o futuro próximo. Em seguida, são detalhadas as finanças públicas estaduais, com informações sobre a situação fiscal, a execução orçamentária recente e o orçamento previsto para 2026, reafirmando o compromisso desta gestão com a responsabilidade fiscal como condição indispensável para a manutenção e a qualificação das políticas públicas.

Na sequência, a Mensagem inclui dois capítulos que tratam de temas emergentes identificados a partir dos Perfis dos Coredes, especialmente aqueles relacionados à dinâmica populacional e à infraestrutura, fundamentais para o desenvolvimento equilibrado do território gaúcho, e da execução do Plano Rio Grande, com destaque para o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). Por fim, dedica um capítulo às realizações do Governo do Estado ao longo de 2025, organizadas por secretarias e órgãos vinculados, evidenciando entregas concretas, programas estruturantes e avanços institucionais que impactam diretamente a vida da população. O documento apresenta ainda um quadro sintético do planejado para 2026, explicitando prioridades, metas e ações estratégicas que darão continuidade ao processo de transformação em curso.

O ano de 2025 ficará marcado como o período em que o Rio Grande do Sul consolidou sua agenda de reconstrução, com uma série de realizações que demonstram, de forma inequívoca, que o Estado está diferente e melhor. Após enfrentar, nos anos anteriores, desafios extremos – com destaque para os eventos climáticos severos, as enchentes e seus profundos impactos sociais, econômicos e territoriais –, o Estado avançou de maneira decisiva na resposta emergencial para a reconstrução estruturada e para a retomada do desenvolvimento. Esse movimento foi possível graças à combinação entre equilíbrio fiscal, planejamento de longo prazo, capacidade de execução e diálogo permanente com os demais Poderes, os municípios, o setor produtivo e a sociedade civil.

A execução do Plano Rio Grande alcançou, em 2025, uma etapa decisiva de consolidação. O ano marcou a transição efetiva para uma reconstrução estruturada, baseada em planejamento, ciência, coordenação institucional e investimentos de grande escala. Concebido como a principal estratégia de reconstrução e de fortalecimento da resiliência do Estado, o Plano tem como eixo central a proteção da vida dos gaúchos e das gaúchas. Obras estratégicas foram retomadas ou iniciadas,

sistemas de proteção e prevenção passaram a ser fortalecidos de forma integrada, recursos chegaram de maneira ágil aos municípios e políticas públicas incorporaram, de forma permanente, a adaptação às mudanças climáticas e a redução de riscos de desastre como diretrizes centrais da ação governamental.

Um dos avanços mais significativos foi o fortalecimento sem precedentes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. O Estado promoveu a ampliação do efetivo da Defesa Civil em quatro vezes, qualificando sua capacidade operacional e técnica, e consolidou uma estrutura moderna e permanente de governança do risco. Esse novo arranjo inclui a criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (CEGIRD), a implantação de centros regionais de defesa civil, a parceria com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), firmada durante a participação do Estado na COP 30, para a criação do Centro Estadual de Reconstrução Resiliente (CERR), e o avanço na estruturação do Centro de Referência Internacional em Estudos Relacionados às Mudanças Climáticas (Criec), conectando produção científica, monitoramento, prevenção e tomada de decisão governamental.

No campo da prevenção e da mitigação, o Programa Desassorear RS avançou de forma expressiva, com a retirada de milhões de metros cúbicos de sedimentos de arroios, canais e cursos d'água em diversas regiões do Estado, reduzindo riscos de alagamentos e ampliando a capacidade de escoamento hídrico. Paralelamente, o Rio Grande do Sul investiu de maneira robusta na modernização de sua infraestrutura de monitoramento e alerta, com a contratação de novos radares meteorológicos, a ampliação da rede com 130 estações hidrometeorológicas de alta performance, a realização de levantamentos batimétricos e o desenvolvimento de modelagens hidrodinâmicas, que permitem previsões mais precisas e respostas mais rápidas diante de eventos extremos.

Outro instrumento fundamental para a reconstrução foi a consolidação do modelo de repasses Fundo a Fundo, que permitiu transferências diretas de recursos do Estado para os municípios, assegurando agilidade, autonomia local e efetividade na execução das ações. Esses recursos vêm sendo destinados, de forma prioritária, à recomposição e qualificação de sistemas de proteção contra cheias, à recuperação de infraestruturas críticas e à execução de obras estruturantes de prevenção, especialmente em áreas historicamente vulneráveis. Trata-se de um novo paradigma de cooperação federativa, que fortalece os entes locais e acelera a entrega de soluções à população.

Em convergência com o Plano Rio Grande, o Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável seguiu orientando, em 2025, uma agenda consistente de retomada e transformação da economia gaúcha. O Plano consolidou-se como guia estratégico para a atração de investimentos, a promoção da inovação, o fortalecimento da competitividade regional e a geração de emprego e renda, sempre associado a critérios de inclusão social e responsabilidade ambiental. A criação e a atuação da Invest RS para fomentar, no Brasil e no mundo, o Rio Grande do Sul como um polo preparado para investimentos em infraestrutura logística, energia, inovação e qualificação profissional, e o estímulo a novos setores e cadeias produtivas reafirmam a convicção de que reconstruir também é preparar o Estado para crescer de forma mais sustentável, resiliente e justa.

Entre os marcos históricos de 2025, destaca-se o acordo firmado com o Ministério Público do Rio Grande do Sul para resolver uma controvérsia histórica relacionada à contabilidade dos investimentos constitucionais mínimos de 12% da Receita Corrente Líquida (RCL) em saúde. Essa solução institucional, com responsabilidade e previsibilidade para ampliar os aportes do Executivo na área, abriu caminho para a criação do SUS Gaúcho, uma iniciativa inovadora que fortalece o sistema público de saúde e amplia a capacidade de atendimento à população. Com mais de R$ 1 bilhão em investimentos adicionais previstos até o final de 2026, o SUS Gaúcho já demonstra resultados expressivos: em apenas 75 dias de implantação, até o final de 2025, mais de 107 mil pacientes foram atendidos, com reduções significativas nas filas por consultas e procedimentos, especialmente em áreas sensíveis como oftalmologia e ortopedia de joelho. Trata-se de um passo decisivo para garantir acesso mais rápido, regionalizado e eficiente aos serviços de saúde, fortalecendo o SUS e reafirmando a saúde como prioridade permanente da ação governamental.

Na Educação, 2025 consolidou avanços estruturais que refletem a centralidade dessa política para o futuro do Estado. Mantivemos o ritmo de ampliação do número de escolas em tempo integral, fortalecendo uma proposta pedagógica que promove aprendizagem, equidade e proteção social. Quando iniciamos este ciclo de governo, em 2019, eram apenas 19 escolas em tempo integral. Em 2025, já são 303 em funcionamento, e chegaremos a 527 em 2026.

Pela primeira vez na história da rede estadual, estudantes e professores passaram a receber uniformes escolares gratuitos, assegurando dignidade, pertencimento e igualdade de condições. Um investimento de mais de R$ 200 milhões, com impacto direto na transformação do convívio escolar em espaço acolhedor e transformador, como deve ser. O Programa de Reconhecimento da Educação estabeleceu um novo paradigma de valorização, prevendo o pagamento de um 14º salário aos professores ao final de 2026, condicionado ao atingimento de metas de ensino, além de prêmios que reconhecem o esforço coletivo das escolas e o desempenho dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Um termo essencial para qualificarmos o diagnóstico do nosso sistema de ensino gaúcho, somando-se ao monitoramento intensivo criado a partir dos Ciclos de Governança da Educação. Implantado em cinco níveis de acompanhamento – das escolas ao gabinete do governador –, o modelo instituiu reuniões periódicas entre equipes diretivas, coordenadorias regionais e órgão central, com foco em comunicação, alinhamento e tomada de decisão baseada em dados. Esse sistema passou a monitorar indicadores estratégicos, como frequência dos estudantes, percentual de aulas dadas, desempenho acadêmico e execução dos recursos do Programa Agiliza Educação. A proposta é garantir respostas rápidas a problemas identificados no cotidiano escolar e fortalecer a autonomia das escolas dentro de um acompanhamento contínuo.

Também merecem destaque a ampliação e o fortalecimento de programas voltados à permanência e ao sucesso escolar, como o Todo Jovem na Escola e o Partiu Reconstrução, que ampliam oportunidades, reduzem a evasão e oferecem suporte financeiro e pedagógico a estudantes em situação de vulnerabilidade. A

criação do Programa Pé no Futuro, com o fornecimento de um cartão com crédito de R$ 150 para estudantes que constem no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para a compra de tênis e meias, reforça a conexão entre educação, qualificação profissional e mundo do trabalho, preparando jovens para as demandas de uma economia em transformação.

Na área da Segurança Pública, o Rio Grande do Sul encerrou 2025 com mais um resultado histórico: pelo terceiro ano consecutivo, o Estado registra os melhores indicadores de segurança desde o início das séries históricas, superando os recordes já alcançados em 2023 e 2024. A redução consistente dos crimes violentos é fruto de uma política baseada em planejamento, integração entre as forças de segurança, recomposição de efetivos, investimentos contínuos em tecnologia, inteligência e equipamentos, e foco territorial nas áreas mais sensíveis. Com esses resultados, o programa RS Seguro consolidou-se como exemplo para o Brasil, reconhecido pelo Prêmio Excelência em Competitividade 2025, concedido pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Uma estratégia que demonstra que é possível avançar na proteção da vida e do patrimônio com políticas públicas consistentes e sustentáveis.

Embora os indicadores gerais de criminalidade apontem para o ano mais seguro da história do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado reconhece que o enfrentamento à violência contra a mulher permanece como um dos maiores desafios sociais e civilizatórios da atualidade. Trata-se de uma forma de violência estrutural, muitas vezes invisibilizada, que exige respostas firmes, contínuas e articuladas. Nesse sentido, o Estado tem atuado para ampliar a prevenção, o acolhimento às vítimas e a responsabilização dos agressores, reforçando que a segurança pública também se constrói com políticas específicas de proteção, escuta qualificada e garantia de direitos.

Em 2025, esse compromisso ganhou um novo patamar com a criação da Secretaria da Mulher, estrutura que consolida e coordena as políticas públicas voltadas à equidade de gênero, à proteção e à autonomia feminina. A iniciativa se soma a ações já consolidadas, como o monitoramento de agressores, a ampliação da rede de atendimento e acolhimento e a integração entre segurança pública, saúde, assistência social e sistema de justiça. Além disso, o Governo lançou uma ampla campanha de conscientização, com foco no incentivo à denúncia e no engajamento da sociedade, reafirmando que o combate à violência contra a mulher é uma responsabilidade coletiva e uma luta que exige o envolvimento de todos – Estado, instituições e cidadãos.

Os investimentos em logística e transportes atingiram, em 2025, patamares inéditos e desempenham papel central na estratégia de reconstrução, desenvolvimento regional e integração do território gaúcho. O Estado avançou de forma consistente na recuperação e qualificação da malha viária, com aportes bilionários em rodovias estaduais, ligações regionais e acessos municipais, ampliando a segurança, reduzindo custos logísticos e promovendo competitividade econômica em todas as regiões.

Um dos símbolos mais claros dessa transformação é o programa de acessos asfálticos municipais. No início do ciclo de governo, em 2019, o Rio Grande do Sul ainda contava com 62 municípios sem acesso pavimentado. Em 2025, esse cenário mudou de forma expressiva: 29 acessos já foram entregues, 20 encontram-se em obras e 13 novos acessos terão início em breve, configurando o maior investimento da história do Estado, com recursos próprios, nessa modalidade de infraestrutura.

Esses avanços não apenas conectam cidades e regiões, mas garantem dignidade, segurança viária, acesso a serviços essenciais e novas oportunidades de desenvolvimento para milhares de gaúchos e gaúchas.

Nesse contexto, para que o Estado possa se dedicar a ações que a sua capacidade de investimento alcança, o avanço das concessões rodoviárias dos blocos 1 e 2 consolida-se como a única alternativa capaz de promover o salto de qualidade em infraestrutura viária que os gaúchos e as gaúchas há décadas aguardam. A experiência histórica demonstra os limites do modelo exclusivamente estatal: ao longo de décadas, o DAER conseguiu executar apenas 49 quilômetros de duplicações, em ritmo incompatível com as necessidades de um Estado produtor, exportador e integrado às cadeias nacionais e internacionais. Com as concessões, estão previstos 600 quilômetros de duplicações apenas nos primeiros 10 anos de contrato, além de terceiras faixas, melhorias de segurança viária e manutenção permanente, em prazos e volumes de investimento jamais alcançados apenas com recursos públicos.

O Governo do Estado reafirma sua convicção de que esse é um caminho indispensável para garantir infraestrutura moderna, segura e eficiente. Ao mesmo tempo, mantém plena disposição para o diálogo permanente com a Assembleia Legislativa, prefeitos, lideranças regionais e a sociedade civil, com o objetivo de aperfeiçoar o modelo, aprimorar mecanismos de modicidade tarifária e assegurar que os benefícios das concessões se traduzam em desenvolvimento, competitividade e qualidade de vida para toda a população gaúcha.

Todos esses avanços têm como base um elemento estruturante que atravessa esta Mensagem: a responsabilidade fiscal. O equilíbrio das contas públicas, construído ao longo dos últimos anos com reformas, disciplina orçamentária e diálogo institucional, não é um fim em si mesmo, mas o meio que viabiliza investimentos, protege políticas sociais e garante capacidade de resposta do Estado diante de crises. Em 2025, quando completamos cinco anos de salários do funcionalismo pagos rigorosamente em dia, incluindo antecipações regulares do 13º salário, esse equilíbrio mostrou-se novamente decisivo para sustentar a reconstrução, ampliar serviços e planejar o futuro com segurança.

Esses resultados se traduzem em políticas públicas que chegaram diretamente a quem mais precisa. Um exemplo emblemático é o programa Devolve ICMS, que já ultrapassou a marca de R$ 1 bilhão devolvidos a famílias de baixa renda em todo o Estado, alcançando mais de um milhão de lares gaúchos. Ao restituir parte do imposto pago no consumo, o Estado reduz desigualdades, fortalece o poder de compra das famílias mais vulneráveis e transforma a boa gestão fiscal em alívio concreto no orçamento doméstico, com impacto imediato na qualidade de vida da população.

Essa combinação entre responsabilidade com as contas públicas e foco social também permitiu ao Rio Grande do Sul alcançar marcos históricos na superação da pobreza e da fome. Pela primeira vez, o Estado registrou o menor índice de pessoas em extrema pobreza do Brasil e atingiu o menor patamar de insegurança alimentar de sua história, resultados reconhecidos nacionalmente. Esses avanços não são fruto do acaso, mas de uma gestão que entende que equilíbrio fiscal, planejamento e eficiência são instrumentos essenciais para ampliar políticas sociais, proteger os mais vulneráveis e promover desenvolvimento com justiça social – com a convicção de que cuidar das contas é, acima de tudo, cuidar das pessoas.

Nesse compromisso com a responsabilidade fiscal como base para o desenvolvimento sustentável e para a capacidade de resposta do Estado diante de crises, o Governo do Rio Grande do Sul vem conduzindo com transparência e prudência o processo de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag), criado pela Lei Complementar nº 212 de 2025. O Propag oferece uma estrutura de refinanciamento da dívida com a União que combina prazos mais longos de amortização, correção monetária pelo IPCA e possibilidade de redução dos encargos financeiros, configurando uma oportunidade relevante para ampliar o fôlego fiscal do Estado sem descomprometer os serviços e as políticas públicas essenciais.

Ao mesmo tempo, o Governo tem reafirmado a importância de ampliar o debate sobre a possibilidade de prorrogar ou aperfeiçoar a suspensão do pagamento da dívida federal, observando que a trajetória de calamidades climáticas tem imposto ao Estado perdas sociais e econômicas de grande magnitude, que demandam atenção contínua e resiliência fiscal. Nessa lógica, a Administração estadual tem defendido que o diálogo com a União contemple não apenas o contexto das enchentes, que tornou a dor do Estado impossível de ser ignorada, mas também alternativas que reconheçam os impactos excepcionais das estiagens prolongadas que, ao longo dos últimos anos, resultam em prejuízos econômicos superiores.

Esse entendimento é basilar para os esforços do Estado em apoio aos homens e mulheres do campo na busca por condições justas de renegociação de dívidas e fôlego financeiro, para que o setor produtivo possa se reerguer e retomar com vigor suas atividades, fortalecendo a economia gaúcha e brasileira como um todo. Essa postura reafirma o compromisso do Governo com a responsabilidade fiscal sem perder de vista a busca por soluções equitativas e sustentáveis para o futuro financeiro do Estado.

Ao apresentar esta Mensagem à Assembleia Legislativa, reafirmamos a convicção de que o Rio Grande do Sul está diferente e vive um novo momento. Um Estado que aprendeu com as adversidades, que transformou desafios em oportunidades de mudança e que segue avançando com planejamento, sensibilidade social e compromisso com as próximas gerações. As prioridades para 2026, detalhadas ao longo deste documento, dão continuidade a esse projeto de transformação, com foco no desenvolvimento econômico inclusivo, na redução das desigualdades, na sustentabilidade ambiental e na melhoria permanente da qualidade de vida dos gaúchos e das gaúchas.

Este é, portanto, um convite ao diálogo institucional e à construção conjunta. Com a colaboração desta Assembleia Legislativa, dos demais Poderes e da sociedade, seguiremos trabalhando para que o Rio Grande do Sul avance ainda mais, com justiça, responsabilidade e esperança no futuro.

EDUARDO LEITE
Governador do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL 15

AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL..... 35

DINÂMICAS TERRITORIAIS: A SITUAÇÃO DOS 28 COREDES..... 61

EXECUÇÃO DO PLANO RIO GRANDE 81

REALIZAÇÕES 2025 E PRIORIDADES 2026 117

OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL

A avaliação do desempenho econômico do Rio Grande do Sul requer a compreensão da dinâmica das economias nacional e internacional, dada a forte integração produtiva e comercial do Estado com o Brasil e o exterior. Além disso, a economia estadual é influenciada pelos condicionantes macroeconômicos nacionais, em especial as políticas fiscal, monetária e cambial. Nesse contexto, o crescimento do Estado tende a acompanhar os ciclos da economia brasileira. Desvios desse padrão, em geral, estão associados a choques climáticos adversos, como estiagens, que têm sido comuns nos últimos anos.

Na economia internacional, o ano de 2025 foi marcado pela incerteza decorrente das disputas tarifárias no comércio exterior. Embora o impacto destas medidas sobre o crescimento mundial tenha sido inferior ao projetado inicialmente, a incerteza global permanece em nível elevado. O crescimento esperado para 2025 é de 3,2% e indica estabilidade frente aos 3,3% observados em 2024. Para 2026, projeta-se taxa semelhante, mas menor, de 3,1%, com atenção para os reflexos mais tardios da política tarifária sobre os preços nos países avançados, com eventual repercussão sobre a política monetária destes países.

Em 2025, apesar da desaceleração ao longo do ano, a economia brasileira cresceu 2,4% até o terceiro trimestre, superando as expectativas iniciais. O avanço foi impulsionado pela recuperação da produção agrícola e pela demanda interna. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, alcançando no terceiro trimestre a menor taxa de desocupação desde o início da série histórica, em 2012. A inflação ficou acima do limite superior da meta durante a maior parte do ano, levando à elevação da taxa de juros para 15,0% a partir de junho. Para 2026, a previsão do Boletim Focus, do Banco Central, aponta crescimento de 1,8%, abaixo do registrado em 2025.

A economia do Rio Grande do Sul cresceu 0,5% no acumulado até o terceiro trimestre. Indústria e serviços avançaram 2,0%, mas a quebra da safra de soja, provocada pela estiagem, levou a agropecuária a recuar 10,8%, limitando o crescimento total. O mercado de trabalho manteve desempenho positivo ao longo do ano, alcançando no terceiro trimestre a menor taxa de desocupação da série histórica. Para 2026, as perspectivas são favoráveis, sustentadas pela provável recuperação da safra de verão. Entre os riscos, destacam-se a desaceleração da economia brasileira e a elevada incerteza no cenário global.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Em 2025, o crescimento econômico no mundo resistiu, apesar da elevada incerteza observada durante o ano. Após atingir níveis históricos com o anúncio de medidas de elevação das tarifas comerciais nos Estados Unidos, os indicadores de incerteza de política econômica e de comércio retrocederam ao longo do ano, embora mantendo nível elevado. Com as negociações e suspensões que se sucederam aos

anúncios, o impacto negativo observado acabou sendo inferior ao esperado inicialmente. Além disso, a reação percebida nas empresas americanas no primeiro trimestre foi de formar estoques antes da imposição das tarifas, de modo que o comércio internacional no início do ano apresentou uma aceleração, que cooperou para o resultado a ser verificado ao fim do ano. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, após um crescimento de 3,3% do produto global em 2024, o crescimento mundial deve reduzir o ritmo para 3,2% em 2025 e 3,1% em 2026.

Tabela 1 – Crescimento do PIB de 2024 e projeções do FMI para 2025 e 2026, economias selecionadas

(%)

DISCRIMINAÇÃO	2024	2025	2026
Mundo	3,3	3,2	3,1
Economias avançadas	1,8	1,6	1,6
Estados Unidos	2,8	2,0	2,1
Área do Euro	0,9	1,2	1,1
Japão	0,1	1,1	0,6
Reino Unido	1,1	1,3	1,3
Canadá	1,6	1,2	1,5
Economias emergentes	4,3	4,2	4,0
China	5,0	4,8	4,2
Índia	6,5	6,6	6,2
Rússia	4,3	0,6	1,0
Brasil	3,4	2,4	1,9
Argentina	-1,3	4,5	4,0

Fonte: International Monetary Fund – IMF[1].

No primeiro semestre de 2025 observou-se uma continuidade do processo de desaceleração nas taxas de inflação das principais economias mundiais, embora de forma mais lenta do que observado no ano anterior. Já no segundo semestre, os preços apresentaram estabilidade ou mesmo sutil elevação em alguns países, como Espanha, Alemanha e EUA. No ano, contribuiu para a moderação nos preços ao consumidor final, a redução nos preços das *commodities*, tanto energéticas quanto não-energéticas, que caíram, respectivamente, 7,9% e 1,8% em 2025. Com isso, a inflação ao consumidor no mundo deve ser de 4,2% no ano, abaixo da observada em 2024 (5,8%). Para 2026, projeta-se uma inflação de 3,7%, sendo de 2,2% nos países avançados e de 4,7% nas economias emergentes.

Embora a inflação de serviços tenha recuado nos países da OCDE, ela ainda está em nível elevado quando comparada ao período anterior à pandemia de COVID-19. O risco que se apresenta em 2026 é o reflexo das tarifas sobre a inflação de bens, que atualmente permanece em níveis reduzidos, embora levemente crescentes. Tal repercussão depende tanto da evolução das negociações comerciais como também da durabilidade do movimento inicial das empresas que formaram estoques antes da

[1] INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **World economic outlook**: Global Economy in Flux, Prospects Remain Dim. DC: IMF, oct. 2025.

implantação das tarifas, de modo que há incerteza tanto quanto às causas quanto às consequências das disputas comerciais.

Passado o efeito de antecipação de compras observado em 2025, as projeções para o comércio mundial de bens e serviços refletem a expectativa de queda das importações das economias avançadas a menos da metade em 2026, de 3,1% para 1,3%. Paralelamente, haveria uma desaceleração nas exportações das economias emergentes, de 5,9% em 2025 para 3,3% em 2026.

Dentre as economias avançadas, os Estados Unidos devem fechar o ano com um crescimento de 2,0%, o que resulta em uma taxa 0,7 pontos percentuais abaixo do esperado no início do ano. Com isso, México e Canadá, cujas exportações ao país têm peso relevante na economia, também apresentaram uma frustração na expectativa de crescimento econômico em 2025. Já na Área do Euro e no Japão, o crescimento deve ser superior ao esperado inicialmente, de modo que, para o grupo de economias avançadas, o crescimento em 2025 deve ser de 1,6%, número também projetado para 2026. Parte importante da atividade econômica observada pode ser atribuída aos investimentos em infraestrutura tecnológica para a expansão da capacidade de processamento na área de inteligência artificial (*AI-enabling*).[2]

Já as economias emergentes apresentaram desempenho superior ao previsto inicialmente em 2025. Brasil, China e Índia finalizam o ano com resultado até 0,2 n.p. acima do projetado no início do ano. No caso da China, o impacto que seria esperado a partir da guerra tarifária com os Estados Unidos foi mais do que compensado por uma elevação dos investimentos e do consumo das instituições públicas, além da manutenção da contribuição positiva do consumo privado. A Argentina, por sua vez, apresentou recuperação frente aos dois anos seguidos de retração, mantendo expectativa de crescimento também no próximo ano. Para o grupo dos emergentes, as projeções para 2026 indicam crescimento de 4,0%, uma leve desaceleração frente aos 4,2% esperados para o grupo em 2025 (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Crescimento e projeções do FMI de variáveis econômicas selecionadas. 2024-2026

(%)

DISCRIMINAÇÃO	2024	2025	2026
Comércio mundial (bens e serviços)	3,5	3,6	2,3
Importações			
Economias avançadas	2,1	3,1	1,3
Economias emergentes	5,6	4,3	4,0
Exportações			
Economias avançadas	1,8	2,1	1,7
Economias emergentes	6,5	5,9	3,3
Preços de *commodities* (US$)			

[2] Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). **OECD Economic Outlook**, Volume 2025 Issue 2: Resilient Growth but with Increasing Fragilities, OECD Publishing, Paris, dec-2025.

Energia	-1,2	-7,9	-3,8
Não energéticas	-1,2	-1,8	0,2
Preços ao consumidor mundial	5,8	4,2	3,7
Economias avançadas	2,6	2,5	2,2
Economias emergentes	7,9	5,3	4,7

Fonte: International Monetary Fund – IMF[3]

As projeções apresentadas pelo FMI naturalmente são permeadas de riscos, principalmente na atualidade em que diversos indicadores de incerteza apontam para níveis historicamente elevados. Dentre alguns pontos que podem alterar os cenários projetados, estão o risco de acirramento das disputas tarifárias, uma reprecificação dos investimentos destinados ao ramo de inteligência artificial e os choques nos preços das *commodities* derivados de condições climáticas extremas e de conflitos regionais ou em escala aumentada. Mantido o cenário base, a expectativa para o ano de 2026 é a consolidação dos efeitos da disputa comercial iniciada em abril de 2025, refletindo-se em reduções nos ritmos de crescimento do comércio mundial de bens e serviços e da economia mundial.

CENÁRIO NACIONAL

Em 2025, a economia brasileira registrou um crescimento acumulado de 2,4% até o terceiro trimestre, superando as expectativas do início do ano (**Tabela 3**). Os dados do Produto Interno Bruto (PIB), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao longo dos trimestres, registraram desempenho positivo tanto na comparação com os trimestres imediatamente anteriores quanto em relação aos mesmos períodos de 2024. Além disso, apesar da desaceleração em 2025, o resultado marca uma sequência de dezenove trimestres consecutivos de crescimento.

Setorialmente, o maior avanço ocorreu na agropecuária, que cresceu 11,6%, seguida pelos serviços, cuja expansão foi de 1,8%; já a indústria registrou alta de 1,7% no acumulado do ano até setembro. Nesse sentido, destaca-se que a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou recorde na série histórica do IBGE, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de novembro. Culturas importantes do país registraram crescimento nas quantidades produzidas: arroz (18,8%), milho (23,5%) e soja (14,5%).

A expansão de 1,8% no setor de serviços ocorreu com difusão entre todas as atividades que o compõem, com destaque para informação e comunicação, que cresceu 6,2%. Em paralelo, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados apresentaram alta de 2,4%; a atividade de transporte, armazenagem e correio cresceu 2,2%; atividades imobiliárias e outras atividades de serviços registraram 2,0%; comércio, 1,4%; e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social, 0,3%.

[3] INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **World economic outlook**: Global Economy in Flux, Prospects Remain Dim. DC: IMF, oct. 2025.

O crescimento de 1,7% da indústria nacional até o terceiro trimestre foi impulsionado pela expansão da indústria extrativa (7,4%). As atividades de construção e as indústrias de transformação também registraram alta, contudo, em ritmo menos acelerado: 1,7% e 0,5%, respectivamente. Por outro lado, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos apresentou queda de 0,8%.

No caso específico da indústria de transformação, observa-se desaceleração na comparação com o ano de 2024, quando, no terceiro trimestre, a taxa acumulada de crescimento foi de 3,4%. Em 2025, a atividade enfrentou desafios relacionados aos efeitos da restrição monetária, bem como a fatores em âmbito internacional, como as barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos, que impactaram, sobretudo, empresas exportadoras de setores com sobretaxa de 40%, além dos 10% aplicados de forma generalizada. De forma complementar, ao considerar a ótica da demanda, observa-se o forte crescimento das importações, indicando a continuidade do processo de aumento da penetração de produtos estrangeiros no mercado local, o que remete à dificuldade competitiva da indústria de transformação brasileira em manter o mercado interno.

Tabela 3 – Taxas de variação do Produto Interno Bruto (PIB), total e pelas óticas da produção e da demanda, Brasil, acumulado no ano até set./2025

(%)

DISCRIMINAÇÃO	Jan.-Set./2025/ Jan.-Set./2024
PIB	2,4
Ótica da oferta	
Imposto	1,9
Valor Adicionado Bruto (VAB)	2,5
Agropecuária	11,6
Indústria	1,7
Serviços	1,8
Ótica da demanda	
Consumo das famílias	1,4
Consumo do governo	1,6
Formação bruta de capital fixo	5,0
Exportações	3,6
Importações	6,2

Fonte: SCNT/IBGE[4]

Pela ótica da demanda, o destaque foi o aumento da formação bruta de capital fixo (FBCF), com alta de 5,0% no acumulado até o terceiro trimestre. Ao considerar a taxa trimestral, o resultado consolida uma sequência de sete trimestres de crescimento. A FBCF compreende os investimentos em máquinas e equipamentos, na construção civil e em outros ativos fixos e, apesar da maior taxa de crescimento,

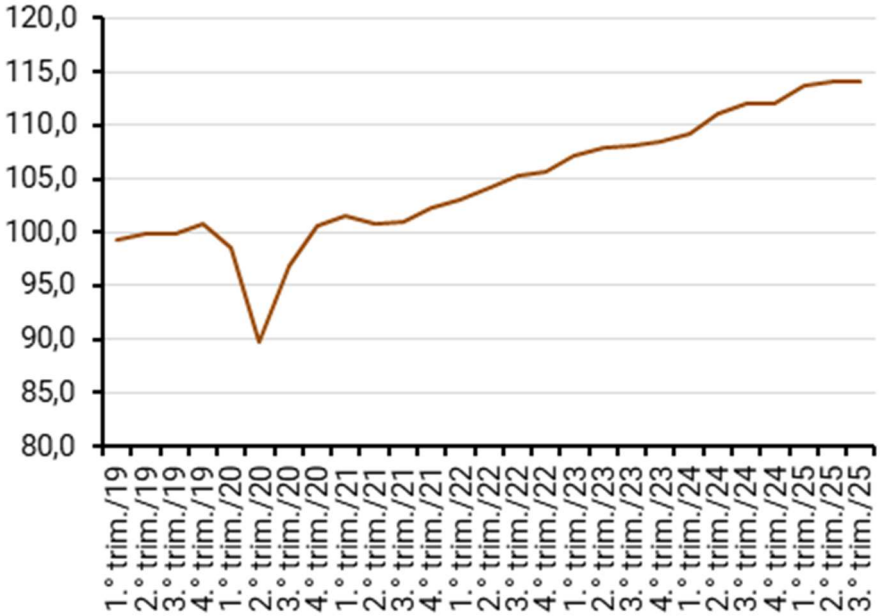
[4] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – referência 2010 – 3º trimestre 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

caracteriza uma desaceleração ante o mesmo período de 2024, quando o indicador acumulava alta de 6,1%. Ademais, cabe ressaltar que o resultado de 2025 foi impulsionado por máquinas e equipamentos importados[5].

O consumo do governo registrou alta de 1,6%, enquanto a contribuição da demanda externa foi negativa no período, pois as importações cresceram 6,2%, enquanto as exportações, 3,6%. O consumo das famílias apresentou crescimento de 1,4% e, apesar de registrar desaceleração na taxa trimestral desde o último trimestre de 2024, demonstra resiliência. Esse quadro tem sido amparado, em parte, pela maior disposição a consumir entre domicílios com patrimônio líquido mais elevado[6]. Contudo, a política monetária restritiva, associada à menor expansão do rendimento do trabalho, além do aumento do endividamento das famílias e do comprometimento da renda com o serviço da dívida, caracteriza fatores que podem limitar a expansão do consumo.

Com os crescimentos trimestrais na margem (trimestre contra trimestre anterior) ao longo do ano, o nível do volume do PIB brasileiro alcançou, no terceiro trimestre de 2025, seu maior patamar, 15,5% superior ao quarto trimestre de 2019 (**Gráfico 1**), isto é, antes dos efeitos da pandemia, e 14,5% acima do pico anterior à crise de 2014-16, no primeiro trimestre de 2014.

Gráfico 1 – Índice do volume do PIB, Brasil, 1º trim./2019 – 3º trim./2025



Fonte: SCNT/IBGE[7]
Nota: O índice tem como base 2019=100.

[5] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Indicador Ipea mensal de FBCF – resultado de setembro de 2025. Carta de Conjuntura, 16 dez. 2025.

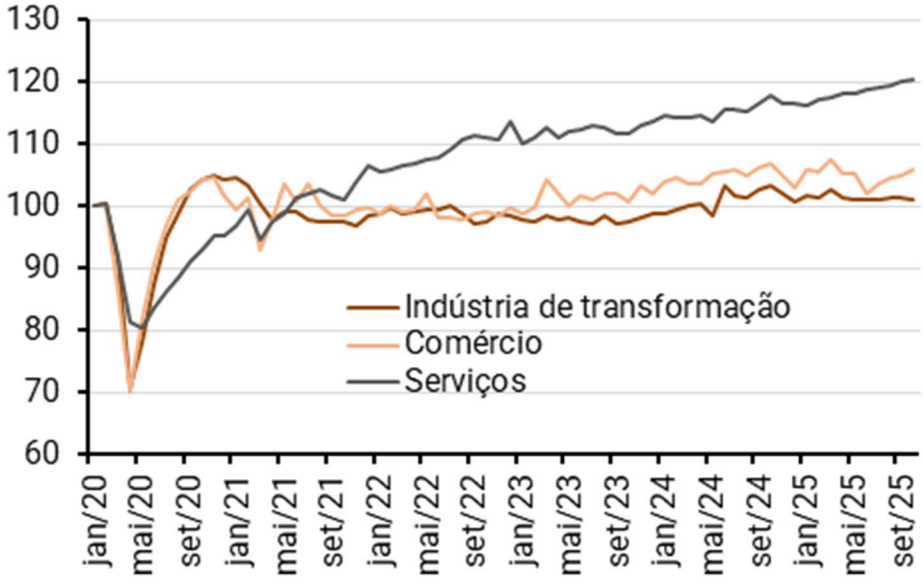
[6] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Política Monetária. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 1, n. 4, dez. 2025. 76 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202512/rpm202512p.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

[7] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – referência 2010 – 3º trimestre 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

Na análise mensal da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços, observam-se trajetórias distintas (**Gráfico 2**). Enquanto os serviços consolidam um desempenho de crescimento contínuo, encerrando outubro com o melhor resultado do ano, o comércio oscilou, sobretudo, em junho e julho de 2025 e, em seguida, voltou a um patamar mais alto e, em outubro, a um nível similar ao verificado no início do ano.

A indústria de transformação, por sua vez, alcançou seu maior nível em 2025 no mês de março, tendo recuado em abril e mantendo-se estável até outubro. Com isso, fechou o último mês analisado, outubro, em nível inferior ao registrado em janeiro. Ainda assim, a produção física da indústria de transformação nacional apresentou crescimento de 0,2% no acumulado de janeiro a outubro de 2025 contra igual período de 2024. Das 24 subatividades pesquisadas pelo IBGE, houve expansão em 13, sendo as maiores altas registradas na fabricação de produtos têxteis (10,3%), na manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (9,4%) e na fabricação de produtos do fumo (9,1%). Por outro lado, 11 atividades registraram queda, com destaque para impressão e reprodução de gravações (-6,4%), fabricação de produtos de madeira (-5,3%) e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-4,9%).

Gráfico 2 – Índices de volume da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços, Brasil, jan./2020 – out./2025



Fonte: PIM-PF/IBGE[8]; PMC/IBGE[9]; PMS/IBGE[10]
Nota: Os índices têm como base jan./2020=100.

[8] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[9] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[10] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

O comércio varejista ampliado do Brasil registrou uma queda de 0,3% entre janeiro e outubro de 2025 frente ao mesmo período do ano anterior. Nesse sentido, as atividades com maior variação positiva foram móveis e eletrodomésticos (4,1%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,7%) e tecidos, vestuário e calçados (2,6%). Por outro lado, foi verificada queda nas atividades de atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (-3,9%), veículos, motocicletas, partes e peças (-3,0%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-1,4%).

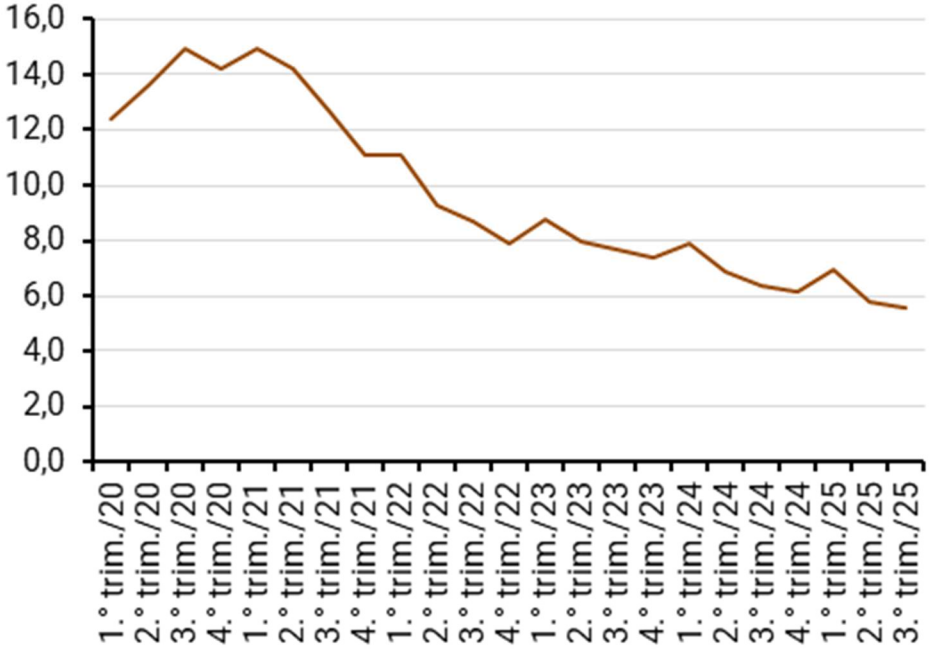
Nos serviços, houve variação de 2,8% nos primeiros dez meses de 2025. Em outubro, o índice do volume dos serviços estava 20,5% acima do observado em janeiro de 2020. Das cinco subatividades, houve expansão em quatro: serviços de informação e comunicação (5,5%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (2,8%), serviços profissionais, administrativos e complementares (2,2%) e serviços prestados às famílias (1,1%). O único recuo ocorreu na atividade de outros serviços (-1,1%).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT), o mercado de trabalho brasileiro registrou, nos trimestres de 2025, as menores taxas de desocupação desde o início da série histórica, em 2012 (**Gráfico 3**). O destaque foi o terceiro trimestre, com taxa de 5,6%, a menor para um terceiro trimestre e o menor valor de toda a série; em relação ao terceiro trimestre de 2024, corresponde a um recuo de 0,8 ponto percentual.

A pesquisa, que abrange tanto o mercado formal quanto o informal de trabalho, demonstrou que os números de pessoas ocupadas nos três primeiros trimestres de 2025 foram maiores que os respectivos montantes trimestrais de 2024. No terceiro trimestre de 2025, o número de ocupados foi de 102.433 milhões de pessoas, um incremento de 1 milhão e 375 mil ocupados em termos absolutos e de 1,4% em termos relativos na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O rendimento médio mensal real habitual de todos os ocupados cresceu 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando, no terceiro trimestre de 2025, o valor de R$ 3.406,00. Os aumentos do número de ocupados e do rendimento médio resultaram na expansão de 5,5% na massa de rendimentos, em relação ao mesmo trimestre de 2024.

No mercado de trabalho estritamente formal, cuja fonte de dados é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), houve criação líquida de 1.339.878 vagas no acumulado em 12 meses até novembro de 2025, um aumento de 2,8% em relação ao estoque de empregos de novembro de 2024. Setorialmente, os maiores saldos foram observados nos serviços (764.585 novas vagas), seguidos pelo comércio (273.745), pela indústria (162.168), pela construção (101.014) e pela agropecuária (38.374).

Gráfico 3 – Taxa (%) trimestral de desocupação, Brasil, 1º trim./2020 – 3° trim./2025



Fonte: PNADCT/IBGE[11].

O comportamento da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado em 12 meses, foi marcado por taxas com valores acima do limite superior da meta de inflação, de 4,5%, de janeiro a outubro de 2025 (Gráfico 4). O Banco Central do Brasil, na Carta Aberta de julho de 2025[12], ao avaliar o primeiro semestre do ano, pontuou que, entre os fatores que explicam a inflação acima do intervalo de tolerância, tem-se o desempenho econômico acima do esperado, no início do ano puxado pela agropecuária e sustentado pelo mercado de trabalho aquecido e pela utilização da capacidade instalada; em paralelo, as expectativas de inflação mantiveram-se superiores à meta em 2025, num movimento iniciado ainda em meados de 2024; a inércia inflacionária, com mecanismos informais de indexação salarial; e a inflação importada, isto é, os efeitos da alta do câmbio.

No segundo semestre de 2025, ainda no acumulado em 12 meses, a inflação recuou de 5,35% em junho para 5,23% em julho e manteve essa tendência de redução até dezembro, encerrando o ano em 4,26%. Conforme o Banco Central do Brasil, no Relatório de Política Monetária[13] de dezembro de 2025, esse movimento reflete, sobretudo, a variação abaixo do esperado nos preços de alimentação no domicílio e em bens industriais e, em menor magnitude, no componente subjacente de serviços, em especial devido à variação negativa no subitem seguro voluntário de veículos e à variação abaixo do padrão sazonal em serviços bancários.

---

[11] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[12] BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta sobre o descumprimento da meta de inflação**. Ofício 17431/2025-BCB/Gapre. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 10 jul. 2025.

[13] BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Política Monetária**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 1, n. 4, dez. 2025. 76 p.

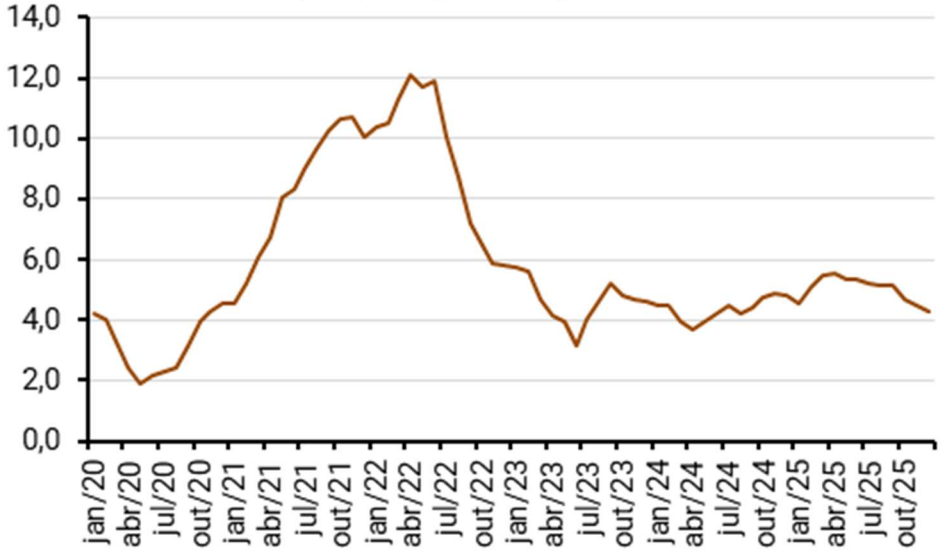
Assim, observa-se que, nos 12 meses finalizados em dezembro, a variação do IPCA chegou a 4,26%, abaixo, portanto, do limite superior da meta. Dos nove grupos que compõem o índice, cinco cresceram acima da média. Habitação foi o grupo de maior crescimento (6,79%), seguido pelos grupos educação (6,22%), despesas pessoais (5,87%), saúde e cuidados pessoais (5,59%) e vestuário (4,99%). Já os grupos alimentação e bebidas (3,88%), transportes (3,00%), comunicação (0,77%) e artigos de residência (-0,26%) apresentaram variação abaixo do índice geral.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil estabeleceu aumentos contínuos na taxa Selic no primeiro semestre de 2025, avançando de 13,25% na definição da reunião em janeiro para 15,00% ao ano na reunião de junho. Apesar do recuo da inflação no segundo semestre, a taxa de juros manteve-se no patamar de 15,00% ao ano. No Comunicado[14] da reunião de dezembro de 2025, o Comitê apontou que a cautela na decisão de manter a taxa de juros reflete a observação acerca das incertezas, a partir da política econômica dos Estados Unidos, ainda que, no cenário doméstico, observe-se trajetória de moderação do crescimento da atividade econômica. Nesse mesmo comunicado, o Copom avaliou que manter a orientação de política monetária então vigente era compatível com a recondução da inflação à meta, embora tenha ressaltado que seguirá monitorando possíveis alterações no cenário e não descartou a retomada de novos ajustes, caso necessário.

Neste cenário de desancoragem das expectativas de inflação, os agentes do mercado financeiro preveem uma taxa de inflação de 4,06% para 2026, segundo o Boletim Focus de 2 de janeiro de 2026. Somando-se a isso a continuidade da elevada incerteza internacional, a previsão para o crescimento do PIB em 2026 é de 1,8%, conforme o mesmo boletim.

[14] BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 275ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)**: 9 e 10 de dezembro de 2025. Brasília, DF: BCB, 16 dez. 2025.

Gráfico 4 – Variação (%) acumulada em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Brasil, jan./2020 – dez./2025



Fonte: IPCA/IBGE[15]

ECONOMIA GAÚCHA

O desempenho da economia do Rio Grande do Sul apresentou forte oscilação ao longo de 2025, principalmente em razão das variações do valor adicionado da agropecuária, que diferiram de forma significativa nos três primeiros trimestres do ano. Esse padrão, em que movimentos acentuados de alta e queda da agropecuária se refletem no PIB gaúcho, tem sido recorrente na história recente da economia estadual, especialmente no período posterior a 2020, quando ocorreram quatro estiagens, a mais recente em 2025.

No primeiro trimestre, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 2,5% em relação ao mesmo período de 2024, impulsionado principalmente pela agropecuária, que avançou 11,0%, e pelos serviços, com alta de 2,6%. A indústria, por sua vez, apresentou recuo de 0,4%. O bom desempenho da agropecuária, sustentado pelo aumento das produções de arroz, fumo, milho e uva, decorreu de condições climáticas favoráveis para o desenvolvimento dessas culturas, majoritariamente colhidas nos primeiros meses do ano. Esse cenário, entretanto, se alterou no segundo trimestre. A ocorrência de chuvas abaixo da média — caracterizando a quarta estiagem no Estado desde 2020 — afetou de forma significativa a produção agrícola, sobretudo dos produtos cuja colheita se concentra entre abril e junho, com destaque para a soja, principal grão cultivado no Rio Grande do Sul. Como resultado, no segundo trimestre, o valor adicionado da agropecuária caiu 24,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciando de maneira decisiva o desempenho do PIB estadual. Mesmo com o crescimento da indústria (2,6%) e dos serviços (2,8%), o produto agregado recuou 3,0% no período. Superados os efeitos da estiagem sobre a produção agrícola, o PIB

[15] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

do Estado voltou a crescer no terceiro trimestre. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve avanço de 2,5%, com expansões na agropecuária (5,3%), na indústria (3,7%) e nos serviços (0,7%).

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,5% em relação ao mesmo período de 2024, desempenho inferior ao do Brasil, cuja taxa foi de 2,4% (**Tabela 4**). Esse diferencial decorre, principalmente, dos resultados contrastantes da agropecuária: enquanto o setor registrou crescimento de 11,6% no país, apresentou queda de 10,8% no Estado, pelos motivos já expostos. A indústria gaúcha, nessa mesma base de comparação, cresceu 2,0%, superando o resultado nacional (1,7%), impulsionada sobretudo pela indústria de transformação, que avançou 3,6%. Também houve crescimento na indústria extrativa e na construção. Em sentido oposto, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana recuou 9,9%, impactada pela redução da geração de energia hidrelétrica, decorrente da diminuição dos reservatórios provocada pela estiagem do segundo trimestre. O setor de serviços do Estado também apresentou crescimento de 2,0%, acima da taxa nacional de 1,8% no acumulado do ano. Houve expansão em todas as sete atividades, com destaque para intermediação financeira e seguros (3,8%), transportes, armazenagem e correio (3,5%), comércio (2,7%) e outros serviços (2,3%). O comércio, que havia registrado crescimento expressivo nos trimestres posteriores ao evento climático de maio de 2024 — em razão do aumento do consumo associado às transferências de renda e ao próprio crescimento dos gastos privados para dar conta da recomposição dos bens danificados ou perdidos — passou por um processo de acomodação ao longo de 2025, com quedas sucessivas na margem. Ainda assim, na média do ano, a atividade manteve-se em patamar superior ao observado em 2024.

Tabela 4 – Taxas de crescimento do PIB, impostos, VAB total e por atividade econômica, Rio Grande do Sul, acumulado no ano até set./2025

(%)

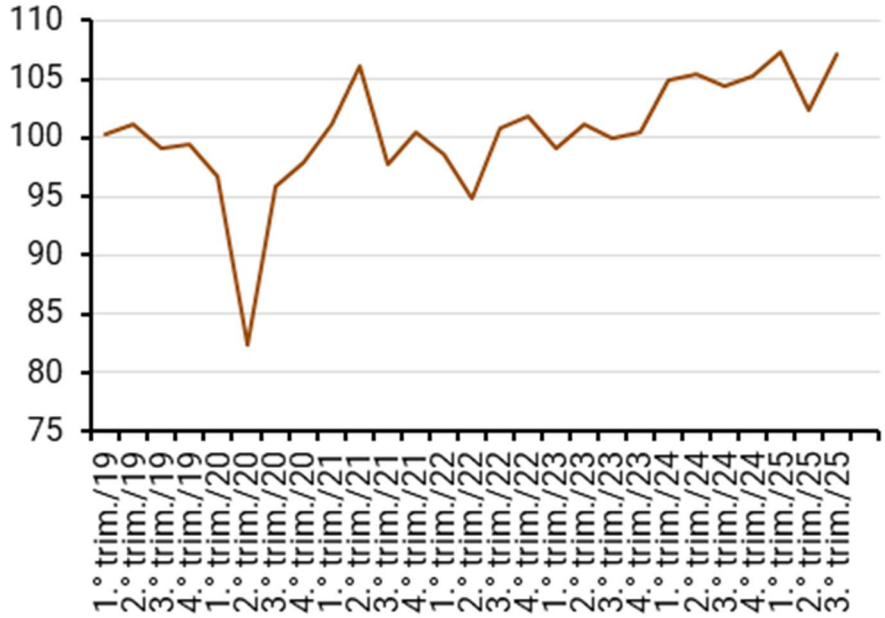
DISCRIMINAÇÃO	Jan.-Set./2025 / Jan.-Set./2024
PIB	**0,5**
Imposto	1,9
Valor Adicionado Bruto (VAB)	0,3
Agropecuária	-10,8
Indústria	2,0
Indústria extrativa	2,3
Indústria de transformação	3,6
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-9,9
Construção	1,9
Serviços	2,0
Comércio	2,7
Transportes, armazenagem e correio	3,5
Serviços de informação	0,7
Intermediação financeira e seguros	3,8
Atividades imobiliárias	1,8

Outros serviços	2,3
Administração, educação e saúde públicas	0,2

Fonte: SPGG-RS/DEE[16]

Com a recuperação da economia no terceiro trimestre — quando o PIB estadual cresceu 4,5% em relação ao trimestre anterior — o nível do PIB retornou a um patamar praticamente igual ao do primeiro trimestre do ano, que havia registrado o maior valor da série histórica iniciada em 2002 (**Gráfico 5**). Atualmente, o PIB está 7,6% acima do nível do quarto trimestre de 2019, anterior à pandemia, e 2,5% superior ao do segundo trimestre de 2013, antes do início da crise de 2014–2016.

Gráfico 5 – Índice do volume do PIB, Rio Grande do Sul, 1º trim./2019 – 3º trim./2025



Fonte: SPGG-RS/DEE[17]
Nota: O índice tem como base 2019=100.

Conforme indicado anteriormente, a agricultura do Estado enfrentou, em 2025, a quarta estiagem em seis anos. Diferentemente das anteriores, porém, a falta de chuvas afetou principalmente a produção de soja, que recuou 25,2% em relação à safra de 2024 (**Tabela 5**). Em contraste, as culturas cuja colheita ocorre no primeiro trimestre, apresentaram resultados expressivos. As produções de arroz, fumo e milho cresceram 22,1%, 22,2% e 17,5%, respectivamente. Em todos os casos, os volumes superaram não apenas os da safra anterior, mas também os da safra de 2021, quando o Rio Grande do Sul atingiu seu recorde histórico de produção. No caso do trigo, colhido no quarto trimestre, houve leve aumento da produção (1,2%), explicado pelo crescimento de 14,3% no rendimento médio, que compensou a redução de 13,2% da área plantada.

[16] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025.

[17] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025.

Em 2025, a evolução dos preços pagos aos produtores gaúchos pelos principais grãos, em geral, não foi favorável. O forte aumento da oferta doméstica de arroz, que tem no Rio Grande do Sul o maior produtor nacional, ajudou a pressionar os preços do cereal, que registraram queda média de 35,0% em relação a 2024, segundo dados da Emater-RS[18]. Ainda na comparação das médias anuais, os preços da soja e do trigo apresentaram avanço modesto, ambos de 2,7%. Já o milho teve desempenho um pouco melhor, com alta de 10,4%.

Tabela 5 – Quantidades produzidas, em toneladas, e taxa de variação (%) dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul, 2021-2025

PRODUTO	2021	2022	2023	2024	2025	VAR. % 2025/2024
Arroz	8.295.840	7.671.078	7.142.801	7.128.908	8.706.902	22,1
Fumo	344.496	294.029	298.485	286.925	350.733	22,2
Milho	4.389.617	3.001.701	3.960.494	4.505.668	5.294.189	17,5
Soja	20.420.501	9.370.339	12.693.487	18.247.609	13.647.103	-25,2
Trigo	3.547.866	5.299.994	2.587.340	3.628.046	3.671.082	1,2

Fonte: LSPA/IBGE[19][20]

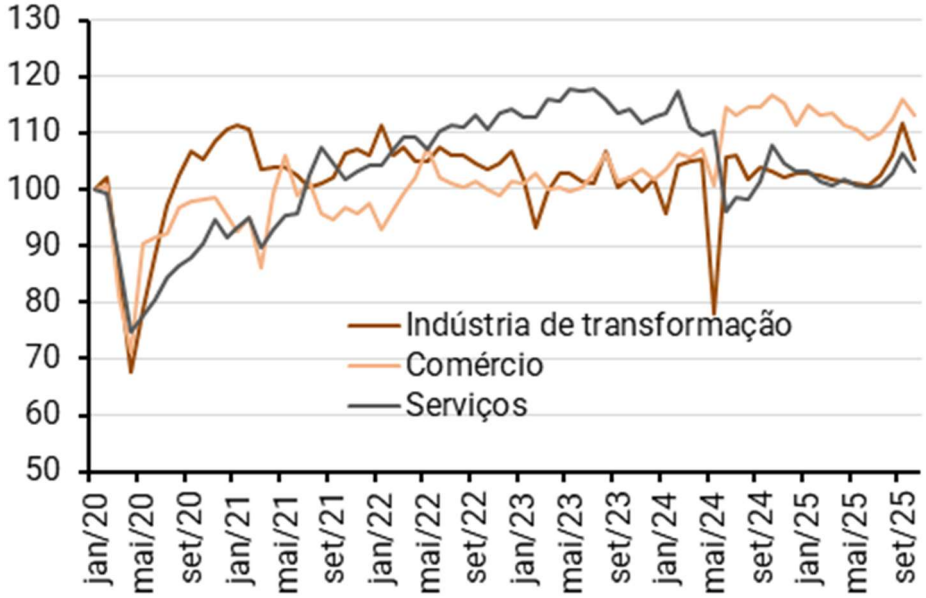
A análise mensal da evolução da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços no Rio Grande do Sul até outubro revela um comportamento bastante semelhante entre as três atividades: retração entre janeiro e junho, retomada durante os três meses seguintes, e queda em outubro (**Gráfico 6**).

[18] EMATER/RS. **Cotações agropecuárias**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, 2025.

[19] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Agrícola Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[20] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

Gráfico 6 – Índices de volume da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços, Rio Grande do Sul, jan./2020 – out./2025



Fonte: PIM-PF/IBGE[21]; PMC/IBGE[22]; PMS/IBGE[23].
Nota: Os índices têm como base jan./2020=100.

Após vários meses de queda na margem (isto é, em relação ao mês anterior), a produção industrial do Rio Grande do Sul registrou três altas consecutivas: 1,7% em julho, 3,5% em agosto e 5,2% em setembro. Em outubro, porém, o indicador voltou a recuar (-5,7%), fazendo com que o nível de produção retornasse ao patamar de abril de 2024, mês anterior aos eventos climáticos extremos. No acumulado do ano até outubro, a produção da indústria de transformação cresceu 2,3%, superando o resultado nacional (0,2%) (**Tabela 6**). A expansão foi relativamente disseminada, com crescimento em nove das 14 atividades pesquisadas pelo IBGE no Estado. Os principais destaques, conforme o impacto na taxa total, foram produtos alimentícios (6,9%), máquinas e equipamentos (12,9%), produtos do fumo (14,2%) e bebidas (13,3%). No caso dos alimentos, o avanço foi impulsionado principalmente pelo aumento da produção de arroz e carne suína. Já a alta de máquinas e equipamentos decorreu do crescimento na produção de máquinas agrícolas, sustentado pela demanda interna e externa. Esse segmento apresentou, em 2025, uma recuperação relevante após quedas expressivas em 2023 (-8,8%) e 2024 (-19,4%).

---

[21] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[22] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[23] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

Tabela 6 – Taxas de variação do volume da indústria de transformação, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até out./2025

(%)

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	Jan.-Out./2025/ Jan.-Out./2024
Indústria de transformação	2,3
Produtos alimentícios	6,9
Máquinas e equipamentos	12,9
Produtos do fumo	14,2
Bebidas	13,3
Celulose, papel e produtos de papel	5,8
Produtos de borracha e de material plástico	4,6
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3,3
Produtos de minerais não metálicos	9,5
Produtos químicos	1,1
Metalurgia	-0,1
Móveis	-4,1
Couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-2,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-6,7
Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-5,5

Fonte: PIM-PF/IBGE[24]

Conforme mencionado anteriormente, o comércio varejista ampliado do Rio Grande do Sul apresentou, em 2025, trajetória bastante semelhante à da indústria, com oscilações significativas ao longo do ano. Entre janeiro e junho, as vendas recuaram 5,2%, refletindo um processo de acomodação após a forte expansão observada no segundo semestre de 2024. A partir de julho, houve recuperação da atividade, com altas de 0,9% em julho, 2,2% em agosto e 3,2% em setembro, sempre em relação ao mês imediatamente anterior. Esse movimento, contudo, foi interrompido em outubro, quando as vendas caíram 5,2%. Com isso, o nível de vendas de outubro ficou 5,7% acima do registrado em abril de 2024, período anterior aos eventos climáticos, mas 3,1% abaixo do pico recente, alcançado em outubro de 2024. No acumulado do ano até outubro, as vendas do comércio cresceram 2,0%, com expansão em seis e retração em cinco das atividades apresentadas na **Tabela 7**. Elencados conforme o impacto na taxa agregada, os principais destaques positivos foram o atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (7,1%), os hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (4,0%) e o segmento de combustíveis e lubrificantes (3,3%). Em contrapartida, as quedas mais relevantes ocorreram nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (-5,3%) e de móveis e eletrodomésticos (-7,3%).

[24] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

Tabela 7 – Taxas de variação do volume do comércio varejista ampliado, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até out./2025

(%)

ATIVIDADES COMERCIAIS	Jan.-Out./2025/ Jan.-Out./2024
Comércio varejista ampliado	2,0
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,1
Hiper., supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	4,0
Combustíveis e lubrificantes	3,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perf. e cosméticos	3,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,8
Material de construção	-0,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-16,1
Móveis e eletrodomésticos	-7,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	-5,3

Fonte: PMC/IBGE[25]

O setor de serviços também registrou recuo no primeiro semestre de 2025, com queda de 2,6% entre janeiro e junho. Nos três meses seguintes, assim como observado na indústria e no comércio, a atividade voltou a crescer: 0,3% em julho, 2,0% em agosto e 3,5% em setembro, acumulando alta de 5,9% no período. Em outubro, contudo, houve nova retração, de 2,9% em relação ao mês anterior. No acumulado do ano até outubro, o volume de serviços apresentou queda de 4,3%, resultado associado principalmente às retrações nos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-10,5%), nos serviços profissionais, administrativos e complementares (-9,2%) e em outros serviços (-4,4%). Em contrapartida, os serviços de informação e comunicação (6,3%) e os prestados às famílias (1,4%) registraram expansão no período (**Tabela 8**). As atividades turísticas — recorte específico da pesquisa do IBGE — cresceram 12,7% até outubro, refletindo um movimento de retomada após terem sido fortemente afetadas pelas enchentes e seus impactos ao longo de 2024.

[25] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

Tabela 8 – Taxas de variação do volume dos serviços, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até out./2025

(%)

ATIVIDADES DE SERVIÇOS	Jan.-Out./2025/ Jan.-Out./2024
Serviços	-4,3
Serviços de informação e comunicação	6,3
Serviços prestados às famílias	1,4
Outros serviços	-4,4
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-9,2
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-10,5
Atividades turísticas	12,7

Fonte: PMS/IBGE[26]

As exportações do Rio Grande do Sul totalizaram US$ 21,515 bilhões em 2025, com queda de 1,9% em relação a 2024. O resultado refletiu principalmente a redução de 15,4% nas vendas de produtos agropecuários, em função da menor oferta de soja decorrente da quebra da safra. Em contrapartida, as exportações industriais cresceram 2,6%, impulsionadas sobretudo pelo aumento das vendas de fumo, veículos automotores, derivados de petróleo e equipamentos elétricos. Não houve mudanças nos principais destinos das exportações gaúchas. A China manteve-se como principal mercado, apesar da queda de 16,0% nas compras, seguida pela União Europeia (+5,4%), Estados Unidos (-10,9%) e Argentina (+36,4%).

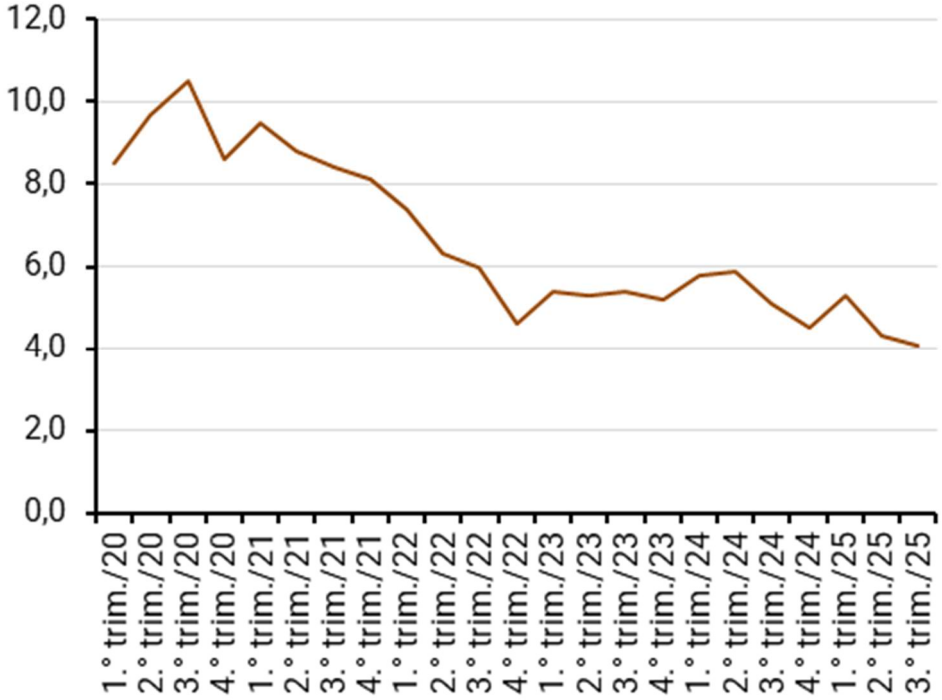
Em 2025, o comércio internacional foi impactado pela elevação de tarifas de importação pelos Estados Unidos. Para o Brasil, foi instituída em abril uma tarifa geral de 10% sobre as importações, acrescida, a partir de agosto, de uma sobretaxa adicional de 40%. Em julho, os Estados Unidos divulgaram uma lista de produtos brasileiros excepcionalizados, que permaneceram sujeitos apenas à tarifa inicial de 10%[27]. Em novembro de 2025, os Estados Unidos voltaram a restringir a abrangência das tarifas aplicadas globalmente (10%) e ao Brasil (adicional de 40%), suspendendo a sua aplicação para um amplo conjunto de produtos, especialmente os agroindustriais e fertilizantes. No ano, as exportações do Rio Grande do Sul para o mercado norte-americano recuaram US$ 200,5 milhões em relação a 2024, com queda concentrada nos dois últimos trimestres, após a entrada em vigor das tarifas adicionais, a partir de agosto. As maiores reduções ocorreram nas vendas de armas e munições (-US$ 72,0 milhões), fumo não manufaturado (-US$ 64,5 milhões) e equipamentos domésticos de metais comuns (-US$ 40,1 milhões). No caso do fumo, a redução das vendas aos Estados Unidos foi mais do que compensada pelo aumento dos embarques para outros mercados, especialmente União Europeia e Suíça.

[26] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

[27] LEÃES, R. **Estatística das exportações do Rio Grande do Sul – janeiro a setembro de 2025**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. (Nota Técnica n. 119).

No mercado de trabalho, os indicadores foram, em geral, positivos ao longo de 2025. Segundo a PNAD Contínua, que acompanha o mercado de trabalho formal e informal no Rio Grande do Sul, o número de pessoas ocupadas cresceu nos dois primeiros trimestres do ano e manteve-se estável no terceiro, sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior. No terceiro trimestre, o Estado alcançou 5 milhões e 834 mil pessoas ocupadas, o maior nível já registrado para um terceiro trimestre desde o início da série histórica, em 2012. A taxa de desocupação foi de 4,1%, a menor de toda a série histórica trimestral (**Gráfico 7**). O rendimento médio real apresentou crescimento no primeiro trimestre, estabilidade no segundo e nova expansão no terceiro, quando atingiu R$ 3.875,00, valor 5,4% superior ao observado um ano antes. A massa real de rendimentos seguiu trajetória semelhante, encerrando o terceiro trimestre 5,6% acima do registrado no mesmo período de 2024.

Gráfico 7 – Taxa (%) trimestral de desocupação, Rio Grande do Sul, 1º trim./2020 – 3° trim./2025



Fonte: PNADCT/IBGE[28]

Em relação ao mercado estritamente formal de trabalho, o saldo entre admitidos e desligados, de acordo com o Novo Caged, foi de 54.026 nos 12 meses terminados em novembro de 2025, um crescimento de 1,9% em relação ao estoque de empregos de novembro de 2024. Por atividade econômica, foram registrados saldos positivos em todas as atividades: 35.603 nos serviços, 9.943 no comércio, 6.106 na indústria, 1.668 na agropecuária, e 706 na construção.

Para 2026, a economia gaúcha apresenta perspectiva de crescimento do PIB superior ao registrado em 2025. Essa expectativa baseia-se principalmente na provável recuperação da agropecuária. Mesmo com a ocorrência do

[28] IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

fenômeno *La Niña*, projeta-se uma forte recuperação da safra de verão, especialmente da soja, cuja produção foi negativamente afetada pela estiagem em 2025. Historicamente, a retomada da agropecuária após períodos de estiagem tende a impulsionar o crescimento da economia estadual acima da média nacional. Por outro lado, a indústria e os serviços devem enfrentar desafios relevantes, como a esperada desaceleração da economia brasileira e a persistência de elevada incerteza macroeconômica e geopolítica no cenário internacional.

AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo apresenta um panorama geral das finanças públicas estaduais, compara a evolução de indicadores nos últimos dez anos (2016 a 2025) e aborda assuntos relevantes ao tema. Assim, apresenta o orçamento estadual aprovado pela Assembleia Legislativa para o ano de 2026, retoma as reformas estruturantes realizadas no Estado nos últimos anos e recentes avanços realizados, a evolução de indicadores de finanças como resultados fiscais, despesas e receitas públicas, restos a pagar, investimentos amplos realizados. Além de questões estruturais como precatórios, dívida com a União e o sistema previdenciário do Estado.

O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2026

O orçamento estadual para o ano 2026, Lei nº 16.402/25 (LOA 2026), foi construído com base nas previsões do relatório Focus do Banco Central do Brasil de 30 de junho de 2025, com as expectativas para 2026de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,5% e do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,87%. Esses parâmetros foram a base para a previsão das receitas orçamentárias. Quanto às despesas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, Lei nº 16.318/25, estabeleceu nos artigos 17, 62 e 63 regras para a fixação no orçamento.

Resumidamente, que os Poderes do Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas, com a fonte de recursos Tesouro-Livres, tomem por base o conjunto das dotações fixadas na LOA 2025 (Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras) e as alterações decorrentes de créditos suplementares e especiais aprovadas até 30 de abril de 2025, acrescidas do IPCA previsto para 2025 no Boletim Focus de 30de junho de 2025 (5,2%).

Assim, a **Tabela 9** mostra os principais agregados estimados da receita pública. A LOA 2026 prevê a receita total na casa de R$ 88,93 bilhões, sendo de R$ 71,11 bilhões ao se excluírem as receitas intraorçamentárias. Em comparação à LOA 2025, estima-se um aumento de R$ 5,15 bilhões, crescimento de 6,15%. Nas variações, destaca-se o aumento de 145,21% nas receitas patrimoniais, que se deve principalmente ao acréscimo no cômputo dos rendimentos previstos do Caixa Único (SIAC – Sistema Integrado de Administração do Caixa) dos Poderes e Órgãos Autônomos e das aplicações do Fundoprev[29].

[29] Fundo Previdenciário – instituído pela Lei Estadual nº 13.758/2011.

Tabela 9 – Principais agregados das receitas públicas consolidadas (R$)

Agregados da Receita Pública	LOA 2025 (R$)	LOA 2026 (R$)	LOA 2026 - LOA 2025	LOA 2026 / LOA 2025 (%)
Receitas correntes	**82.737.776.000**	**88.438.139.175**	**5.700.363.175**	**6,89**
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	67.400.088.401	70.401.368.040	3.001.279.639	4,45
ICMS TOTAL	53.632.000.000	55.655.409.990	2.023.409.990	3,77
Receitas de contribuições	6.193.222.242	6.379.216.483	185.994.241	3,00
Receitas patrimoniais	1.679.058.248	4.117.250.812	2.438.192.564	145,21
Receitas agropecuária, industrial e de serviços	615.407.343	718.327.091	102.919.748	16,72
Transferências correntes	14.428.985.625	15.164.431.166	735.445.541	5,10
Outras receitas correntes	1.158.613.472	1.507.998.531	349.385.059	30,16
Deduções da Receita Corrente	-26.325.369.315	-27.669.940.400	-1.344.571.085	5,11
Deduções para a formação do Fundo da Educação	-9.749.861.106	-10.298.012.615	-548.151.509	5,62
Deduções para as transferências aos Municípios (TLCM)	-16.120.867.891	-16.971.927.785	-851.059.894	5,28
Receitas de capital	**1.040.791.404**	**491.332.257**	**-549.459.147**	**-52,79**
Operações de crédito	780.363.700	268.359.000	-512.004.700	-65,61
Outras receitas de capital	260.427.704	222.973.257	-37.454.447	-14,38
Total das receitas sem as transferências intraorçamentárias	**66.190.797.420**	**71.109.983.980**	**4.919.186.560**	**7,43**
(+) transferências de receitas intraorçamentárias	17.587.769.985	17.819.487.452	231.717.467	1,32
Total das receitas com as transferências intraorçamentárias	**83.778.567.405**	**88.929.471.432**	**5.150.904.027**	**6,15**

Fontes: Lei nº 16.234/24 (LOA 2025) e Lei nº 16.402/25 (LOA 2026).

Em relação à despesa, a LOA fixa o total de R$92,72 bilhões, incluindo R$17,81 bilhões de transferências intraorçamentárias, crescimento de 7,1% no montante de R$6,12 bilhões. Ao excluí-las da análise devido à dupla contagem contábil, é possível ver a dotação em cada grupo de despesa. Destacando alguns grupos: os investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras) totalizam R$ 5,73 bilhões, 30,4% maiores que a LOA 2025; outras despesas correntes (que inclui manutenção, custeio da máquina pública e repasses vinculados ao Sistema Único de Saúde) alcançam o total de R$ 24,8 bilhões; já pessoal e encargos sociais tem dotação de R$40,92 bilhões, com crescimento de 3,4%, abaixo da inflação prevista. Além disso, a LOA reserva R$5,6 bilhões para ações e projetos do Funrigs, no âmbito do Plano Rio Grande.

A **dotação da despesa** compreende a totalidade dos órgãos da administração direta, assim como as autarquias e fundações. A Tabela 10 foi ajustada em relação à original apresentada no projeto de lei orçamentária (PLOA) 2026 para contemplar a alocação das emendas parlamentares, no montante de R$220 milhões que tinham como fonte a Reserva de Contingência: inclui R$ 144.053.356 em Outras Despesas Correntes e R$ 75.946.644 milhões para os Investimentos Amplos.

Tabela 10 - Principais agregados das despesas públicas consolidadas (R$)

Agregados da Despesa Pública	LOA 2025 (R$)	LOA 2026 (R$)	LOA 2026 - LOA 2025	LOA 2026 / LOA 2025 (%)
Pessoal e encargos sociais	39.570.210.641	40.924.410.064,00	1.354.199.423	3,4
Outras despesas correntes (manutenção e custeio)	22.385.555.075	24.814.896.845	2.429.341.770	10,9
Serviço da dívida (juros, encargos e amortização)	197.500.000	692.000.000	494.500.000	250,4
Investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras)	4.393.705.311	5.731.383.008	1.337.677.697	30,4
Reserva de contingência e previdenciária	2.471.312.105	2.744.298.914	272.986.809	11,0
Total das despesas sem as transferências intraorçamentárias	**69.018.283.132**	**74.906.988.831**	**5.888.705.699**	**8,5**
(+) Transferência de despesas intraorçamentárias	17.587.769.985	17.819.487.452	231.717.467	1,3
Total das despesas com as transferências intraorçamentárias	**86.606.053.117**	**92.726.476.283**	**6.120.423.166**	**7,1**

Fontes: Lei nº 16.234/24 (LOA 2025) e Lei nº 16.402/25 (LOA 2026).

Assim, o resultado orçamentário é deficitário em R$ 3,79 bilhões (receitas totais de R$ 88,93 bilhões e despesas totais de R$ 92,72 bilhões). Se considerarmos apenas as receitas e despesas primárias, excluindo as financeiras, o déficit primário previsto na LOA é de R$5,4 bilhões, dentro da meta estabelecida pela LDO 2026.

É importante ressaltar que, do total das despesas fixadas para o Poder Executivo, somente pequena parte é discricionária, ou seja, com autonomia de o gestor decidir em qual projeto ou atividade alocar os recursos. Os demais gastos são ditos obrigatórios, vinculados ou rígidos como, por exemplo, pagamento do serviço da dívida, vencimentos dos servidores ativos e inativos e contribuições patronais. Sem a dupla contagem das transferências intraorçamentárias, o orçamento de 2026 prevê injetar na economia gaúcha R$74,9 bilhões.

AS REFORMAS ESTRUTURANTES

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem implementando uma agenda de reformas com vistas a modernizar a administração estadual e equilibrar as contas pública s. As mudanças ocorreram em diversas áreas, principalmente nas carreiras dos servidores, nas regras previdenciárias, no limite de gastos, bem como a privatização de empresas estatais, a promoção de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Nessa agenda, destaca-se o programa Reforma RS implementado a partir de 2019. A Emenda Constitucional nº 78/20 introduziu alterações nas carreiras dos servidores, como: a vedação de vantagens de Funções Gratificadas e Cargos Comissionados à remuneração do cargo ou a proventos de inativos; o salário-família para dependentes do servidor de baixa renda; a extinção de vantagens por tempo de serviço decorrentes de avanços, anuênios, triênios, quinquênios, adicionais ou gratificações de 15 anos e de 25 anos; extinção de promoções automáticas; idade mínima para aposentadoria de 62 para mulheres e 65 para homens, com redução de cinco anos para professores com efetivo exercício de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio, na forma da lei.

As regras de previdência dos servidores civis gaúchos foram adequadas à legislação federal com a Lei Complementar nº 15.429/19, que inseriu alterações e

progressividade nas alíquotas de contribuição, com reajustes nos valores das faixas conforme o dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, além de regras de aposentadoria seguindo basicamente a Emenda Constitucional nº103/19. As alíquotas previdenciárias dos militares foram igualadas a dos civis com a Lei Complementar nº 15.602/21 que também ampliou da base de cálculo dos inativos e pensionistas para um salário-mínimo.

A Lei Complementar nº 15.450/20 tratou sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos servidores, com destaque na implementação do teletrabalho, a possibilidade de férias em três períodos, a gratificação de permanência, a possibilidade de redução de jornada de trabalho e instituiu o vale-refeição na administração direta e autarquias. Posteriormente, com a Lei nº 16.041/23, este último benefício passou a abranger todos servidores do Poder Executivo. Também foi implementada a reestruturação de alguns quadros e carreiras do funcionalismo através da Lei nº 16.165/24.

Nesta agenda de reformas, destacam-se também as alterações na remuneração do Magistério Público Estadual, promovidas pela Lei nº 15.451/20, por meio de subsídio e buscando atender o Piso do Magistério[30]. A reforma criou condições para uma política de incentivos à qualificação dos professores, ao estruturar a carreira desses profissionais em seis classes, com cinco níveis de habilitação e promoções de classe a classe.

Nesse sentido, em 2025 foi instituído o Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha[31], com vistas a valorizar os profissionais da área, melhorar a qualidade e os indicadores do ensino e estimular a participação das escolas em avaliações e colaboração mútua dos trabalhos. Trata-se de um conjunto de incentivos tanto para os profissionais da educação, com 14º salário proporcional ao atingimento de resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e bônus de frequência escolar; quanto para os estudantes, com premiações financeiras por participação e desempenho nos sistemas de avaliação[32], na forma da lei. Além disso, outra iniciativa de destaque para o Magistério foi a publicação, em janeiro de 2026, da promoção de professores e especialistas de educação. As promoções atingiram o número recorde de 26.745 vínculos e contemplam critérios de antiguidade e merecimento, com impacto financeiro estimado de R$ 93,7 milhões anuais[3].

Outra medida estruturante a fim de conter o crescimento das despesas públicas e buscar o equilíbrio fiscal veio com a Lei Complementar nº 15.756/21 que estabeleceu teto de gastos a partir de 2022, no âmbito do Regime de Recuperação

---

[30] Piso nacional previsto na Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008.

[31] **RIO GRANDE DO SUL.** Lei nº 16.366, de 31 de outubro de 2025. Altera a Lei nº 11.126, de 9 de fevereiro de 1998, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui o Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha, altera a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 3 nov. 2025.

[32] **RIO GRANDE DO SUL**. Secretaria da Educação. Governador Eduardo Leite anuncia pacote de incentivos para profissionais da educação e estudantes da Rede Estadual. Publicação: 14 ago. 2025. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/governador-eduardo-leite-anuncia-pacote-de-incentivos-para-profissionais-da-educacao-e-estudantes-da-rede-estadual>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Fiscal (RRF)[33]. De uma maneira geral, limita o crescimento das despesas primárias ao empenhado em 2021, sem inclusão das intraorçamentárias, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em cada ano corrente.

O processo de desestatização foi retomado em 2021 com a venda da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS). Em 2022, foi a vez da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) e da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), esta concluída somente em 2023 devido a questões jurídicas. Além disso, realizaram-se várias concessões de serviços públicos, bem como a promoção de parcerias público-privadas (PPPs). Tais mudanças visam promover significativas externalidades positivas, como: (i) criação de mais empregos e maiores investimentos, modernizando a economia gaúcha, com ganhos de eficiência, produtividade e competitividade em diversos setores; (ii) entrada de recursos extraordinários no caixa do Estado; e (iii) cumprimento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul acordado com a União.

BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, sucessivos déficits orçamentários. Esses desequilíbrios foram cobertos por diversas formas, entre as quais: (i) endividamento por operações de crédito; (ii) emissão de títulos públicos; (iii) financiamento inflacionário; (iv) receitas de privatizações; (v) alienação de ações do Banrisul e venda da folha de pagamento do Poder Executivo a esse banco; (vi) antecipações tributárias; (vii) atrasos nos pagamentos de fornecedores; (x) parcelamento de vencimentos mensais dos salários e do décimo terceiro salário de parte dos servidores; (xi) saques de recursos do Caixa Único e de depósitos judiciais.

Essa última alternativa se consolidou no Estado após a impossibilidade de emissão de novos títulos de dívida, advinda da restruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90. A entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/00) e a consequente Resolução do Senado Federal nº40/01 impediu à época de o Estado contratar novas operações de crédito, dado que esta estabeleceu como limite de endividamento que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) seja duas vezes maior que a Receita Corrente Líquida (RCL). Na falta de alternativas, os diversos governos passaram a fazer uso de valores do Caixa Único, além de, a partir da Lei nº12.069/04, dos depósitos judiciais.

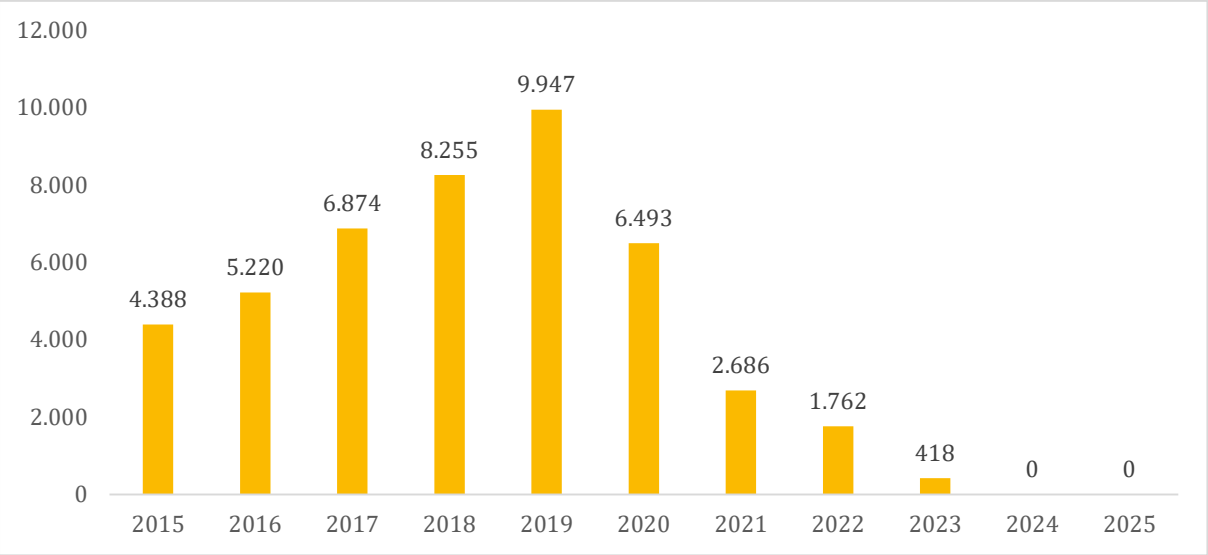
---

[33] O Regime de Recuperação Fiscal está previsto na Lei Complementar Federal nº 159 (de 19 de maio de 2017), modificado pela Lei Complementar nº 178 (de 13 de janeiro de 2021), constituído por medidas de ajuste fiscal que devem ser adotadas como condição para a concessão de prerrogativas para permitir o reequilíbrio das contas. Permite benefícios, como no pagamento da dívida e na realização de operações de crédito, mediante medidas de ajuste de longo prazo pelos estados. Fonte: https://www.rrf.rs.gov.br/legislacao

Assim, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, agravado pelo não pagamento de passivos judiciais trabalhistas das leis Britto[34] e do não pagamento de precatórios vencidos. Mesmo com o uso de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, não houve a canalização de mais recursos para investimento. Nominalmente, esse mecanismo somou R$8,25 bilhões de saque do caixa único e a R$10,69 bilhões dos depósitos judiciais.

Esses passivos no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), que chegaram ao montante de R$9,9 bilhões em 2019, foram gradativamente recompostos nos últimos anos, sendo zerados em 2024, como mostra o **Gráfico 8**. Dessa forma, ao final do exercício de 2024, não havia mais saldo de retirada de valor do Caixa Único e os depósitos judiciais apresentavam saques de R$ 9,896 bilhões em valores nominais. A adesão ao RRF através da Lei Complementar nº 15.138/18 limitou, em seu art. 3º, o acesso a novos saques de depósitos judiciais condicionando-os à recomposição de saldo mínimo do fundo de reserva, tendo sido gradativamente recompostos desde então.

Gráfico 8 – Dívidas de Saques do Caixa Único (SIAC) (R$ milhões – valores nominais)



Fonte: SEFAZ-RS.

Em 2025, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 16.356/25, de iniciativa do Poder Executivo, estabelecendo regras de funcionamento do SIAC. Em termos fiscais, o principal avanço é a obrigatoriedade de manutenção em aplicações financeiras de montantes não inferiores aos recursos vinculados e aos aplicados por empresas estatais (à exceção das financeiras) e pelos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Tal medida visa impedir que o Estado volte a situação anterior de financiar os desequilíbrios através de recursos do Caixa Único, aumentando o endividamento de curto prazo. Além disso, preserva o saldo de recursos que o Estado tem a obrigatoriedade de aplicar em seu

[34] Leis Estaduais nº10.395/95 e nº10.420/95

objeto específico e os que estão em sua guarda pertencentes a estatais e demais Poderes.

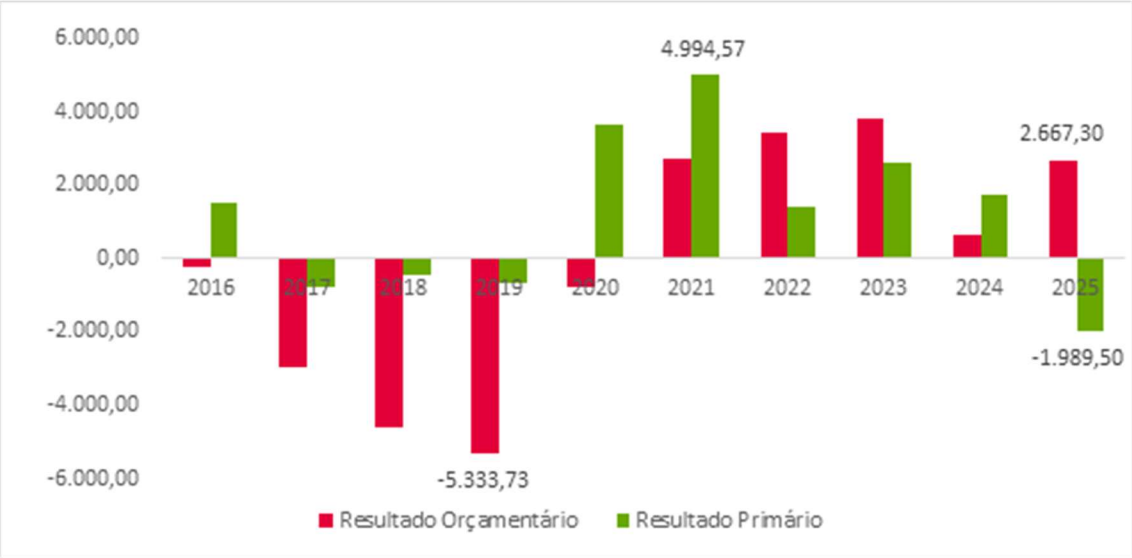
Resultado Primário e Orçamentário

As medidas de resultados fiscais são obtidas ao se confrontarem as receitas e despesas do exercício e se dividem principalmente em dois conceitos: primário e orçamentário. O resultado primário é calculado a partir das receitas e despesas primárias, ou seja, não leva em conta as rubricas financeiras. Indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Em caso de superávit, mostra o quanto restou para o pagamento do serviço da dívida.

O resultado orçamentário considera todas as receitas arrecadadas e despesas empenhadas no exercício, inclusive as financeiras. Com isso, inclui do lado da receita, além das primárias, também as receitas financeiras como as de operações de crédito, as provenientes de aplicações financeiras, as de alienação de bens, as de recursos oriundos de empréstimos concedidos. Já no lado das despesas, leva-se em conta também o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortização), aquisição de títulos de capital integralizado e de empréstimos obtidos.

No **Gráfico 9** são apresentados os resultados de 2016 a 2025. Ao contrário do histórico de sucessivos déficits nas finanças públicas gaúchas, nos últimos cinco anos tem-se registrado resultados orçamentários positivos. Comportamento também registrado entre 2020 e 2024 para o resultado primário. É importante colocar que, em alguns dos anos, excepcionalidades também influenciaram nesses números, como a privatização de empresas estatais e venda de ativos. Também contribui para o registro de superávits orçamentários, a renegociação advinda do RRF de parte da dívida e a suspensão de pagamentos com a calamidade pública decorrentes dos eventos climáticos desde 2024. Em 2025, também influenciaram positivamente as receitas extraordinárias advindas das edições do REFAZ Reconstrução e de operações de crédito.

Gráfico 9 – Resultado Orçamentário e Primário (R$ milhões)



Fonte: Balanço Geral do Estado[4] e SEFAZ-RS.
Nota 1: os valores foram corrigidos pelo IGP-DI até 31/12/25.
Nota 2: A fim de não prejudicar a visualização dos dados, o gráfico apresenta os rótulos de dados para o último ano, além do valor mais alto e mais baixo para cada indicador.

Restos a Pagar.

Restos a Pagar são despesas empenhadas e/ou liquidadas que não foram pagas no exercício que ocorreram. O **Gráfico 10** exibe os Restos a Pagar processados entre 2016 e 2025. Na série mostrada, até 2017 o elevado nível foi devido aos seguintes fatores: não pagamento da folha de dezembro e do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais, sendo quitados no exercício seguinte; além de atrasos na quitação de dívidas com fornecedores e convênios. O forte aumento do saldo dos Restos a Pagar a partir de 2018 até 2021 decorreu, principalmente, do não pagamento das parcelas da dívida pública com a União, em função de liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os valores acumulados de Restos a Pagar referentes à dívida pública com a União atingiram, ao final de 2021, o montante de R$ 14,54 bilhões.

Gráfico 10 – Restos a Pagar Processados (R$ milhões – valores nominais)

Fonte: Balanço-Geral do Estado[35] e SEFAZ-RS.

O saldo de estoque dos Restos a Pagar processados (despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas) no exercício encerrado de 2025 foi de R$1.669,2 milhões. Nota-se que, após 2021, houve uma queda significativa no volume, devido à adesão do Estado ao RRF, responsável pela renegociação de parcelas não pagas da dívida com a União.

Receitas Públicas

A **Tabela 11** mostra a evolução real da receita pública consolidada entre 2016 e 2025, desconsiderando as receitas intraorçamentárias. As receitas de impostos e taxação responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas transferências correntes, decorrentes de transferências da União.

Nesse período, as receitas totais cresceram 10,8%, sendo que as receitas correntes cresceram 8,39% e os impostos e as taxas 19,47%. Destacam-se também o aumento das receitas patrimoniais no último ano, devido os rendimentos do SIAC pelos Poderes e Órgãos Autônomos e rendimentos de aplicações do Fundoprev, e a mudança de perfil das receitas de capital, com operações de crédito ganhando espaço a partir de 2024, representando 88,7% das receitas de capital em 2025 e com crescimento de quase 366% na série.

[35] **RIO GRANDE DO SUL**. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. Demonstrações contábeis e fiscais: exercício de 2024. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 2024. Disponível em: https://www.transparencia.rs.gov.br. Acesso em: 19 maio 2025.

Tabela 11 – Receitas orçamentárias – R$ milhões

RECEITAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Δ2016-2025	Δ2024-2025
Receita de Imp. e Taxas	58.428	59.842	63.380	64.238	62.217	73.217	63.992	63.779	68.483	69.801	19,47%	1,92%
Receita de Contrib.	4.909	4.803	5.276	5.239	6.011	5.750	5.838	6.069	6.362	6.308	28,50%	-0,85%
Receita Patrimonial	3.036	1.108	1.276	1.358	1.115	1.538	2.308	4.718	2.180	4.765	56,97%	118,62%
Receitas Agropecuárias/ Industriais/ de Serviços	608	772	768	728	551	663	705	620	629	722	18,90%	14,82%
Transferências Correntes	13.201	12.649	12.690	12.539	16.195	14.056	13.552	16.149	15.779	14.290	8,25%	-9,44%
Outras Receitas Correntes	1.383	1.993	1.820	1.471	788	1.491	1.194	1.282	1.632	1.470	6,30%	-9,92%
Dedução Rec. Corr.	-8.434	-8.509	-9.078	-8.925	-23.859	-28.509	-24.916	-25.571	-27.086	-27.033	220,51%	-0,20%
Receitas Correntes	73.130	72.658	76.132	76.648	63.018	68.206	62.672	67.045	67.980	79.263	8,39%	16,60%
Operações de Crédito	520	838	395	270	34	53	111	87	1.288	2.424	365,93%	88,15%
Alienação de Bens	131	192	1.257	805	1.075	3.371	2.402	4.437	45	99	-24,69%	118,44%
Demais Rec. de Cap.	224	168	340	110	303	209	406	263	234	210	-99,91%	-10,35%
Receitas de Capital	875	1.199	1.991	1.185	1.412	3.634	2.918	4.786	1.568	2.733	212,03%	74,30%
TOTAL	74.006	73.857	78.124	77.833	64.430	71.839	65.591	71.831	69.548	81.997	10,8%	17,9%

Fonte: Sistema Cubos DW - SEFAZ/RS
Nota 1: os valores estão corrigidos pelo IPCA até nov/25.
Nota 2: Em 2020, o aumento nas transferências correntes deve-se a maiores repasses pela União, a título de Ajuda Emergencial ao Estado e de combate à Covid-19. Em 2023 (R$2,34 bilhões) e 2024 (R$674 milhões), ao repasse pela União das perdas de ICMS relativas à PEC dos Combustíveis.
Nota 3: No período há ainda os seguintes fatos extraordinários, em valores nominais. Em 2021: R$2,57 bilhões em impostos e taxas de recebimento de dívida ativa e R$804 milhões em deduções de receitas correntes, da venda da CEEE-D, R$2,67 bilhões em receitas de capital pela venda da CEEE-T e R$599 milhões em outras receitas correntes por assunção de pagamentos futuros de aposentados da CEEE. Em 2022: R$928 milhões em receitas de capital pela venda da Sulgás e R$928 milhões pela CEEE-G. Em 2023: R$3,96 bilhões pela venda da Corsan e R$1,45 bilhão de receita patrimonial (causa judicial Corsan).

Ganham importância as iniciativas para recuperar a arrecadação do Estado. O Acordo Gaúcho, instituído pela Lei nº 16.241/24, permite a renegociação de débitos em dívida ativa ou em discussão judicial. O programa permite a renegociação, por exemplo, de créditos de pequeno valor, irrecuperáveis ou de difícil recuperação com descontos significativos nas multas e juros, abrangendo também contribuintes afetados pelos eventos climáticos de 2023 e 2024[36]. Tendo sua segunda edição lançada no final de 2025.

O REFAZ Reconstrução, criado para apoiar a recuperação das empresas gaúchas afetadas pelos eventos climáticos de 2023 e 2024, permite a renegociação

[36] **RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda.** *Governo Leite lança nova rodada para negociação de débitos do Acordo Gaúcho*. Publicado em: 24 dez. 2025. Atualizado em: 29 dez. 2025. Disponível em: <https://fazenda.rs.gov.br/governo-leite-lanca-nova-rodada-para-negociacao-de-debitos-do-acordo-gaucho>. Acesso em: 15 jan. 2026.

de débitos de ICMS com até 95% de desconto. O programa teve duas edições em 2025, sendo responsável pela arrecadação extraordinária de R$2 bilhões no período. Além da previsão de impacto total de R$4,5 bilhões na arrecadação até 2035[37], devido à possibilidade de se parcelar os débitos com descontos menores na primeira edição.

O principal tributo de arrecadação do Estado do Estado do Rio Grande do Sul é o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS. Em 2025, representou mais de 78% da receita de impostos e taxas.

São diversas as variáveis que impactam direta e/ou indiretamente na arrecadação do ICMS. Por ser um imposto relacionado ao consumo, por definição, tem sua arrecadação muito ligada ao crescimento econômico e à inflação. A taxa de câmbio, a taxa básica de juros da economia, os preços das *commodities* no mercado internacional, o valor das importações e das exportações, o nível de produção das indústrias, o poder de compra do consumidor, a taxa de emprego, a confiança na economia interna e externa, as crises econômicas tanto interna como externa, as guerras, a instabilidade política interna e global; os efeitos climáticos extremos (enchentes e secas), os eventos pandêmicos, as imunidades tributárias, as desonerações fiscais, as novas legislações e a sonegação fiscal interferem direta ou indiretamente na arrecadação.

Tabela 12 – Arrecadação de ICMS (R$ milhares)

Exercício	Arrecadação Nominal	Arrec. Corrigida - IPCA	Δ Nominal - ano anterior	Δcorrigida - ano anterior*	% Arrecadação ICMS / PIB RS
2016	30.385.773,40	47.841.512,95	12,02%	3,01%	6,64%
2017	31.933.423,39	48.600.715,42	5,09%	1,59%	7,18%
2018	34.838.645,81	51.113.193,97	9,10%	5,17%	6,98%
2019	36.531.283,54	51.666.549,49	4,86%	1,08%	7,22%
2020	36.380.727,22	49.817.405,15	-0,41%	-3,58%	7,76%
2021	47.560.078,65	60.160.001,51	30,73%	20,76%	6,26%
2022	43.382.235,77	50.293.479,30	-8,78%	-16,40%	8,18%
2023	44.865.768,62	49.671.665,72	3,42%	-1,24%	7,31%
2024	50.844.810,44	53.944.462,12	13,33%	8,60%	6,95%
2025	53.954.677,42	54.548.165,87	6,12%	1,12%	ND

Fontes: Dados de arrecadação do Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS e dados do PIB do DEE/SPGG[38].
Nota 1: Entre 2016 e 2021, vigoraram alíquotas majoradas de ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. Em 2022, a partir de julho, o ICMS foi impactado negativamente pela chamada "PEC dos Combustíveis".

---

[37] **RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda.** *Programas Refaz Reconstrução somam R$ 2 bilhões à arrecadação do Rio Grande do Sul até 25 dezembro*. Publicado em: 19 dez. 2025. Disponível em: <https://fazenda.rs.gov.br/programas-refaz-reconstrucao-somam-r-2-bilhoes-a-arrecadacao-do-rio-grande-do-sul-ate-25-dezembro>. Acesso em: 15 jan. 2026.

[38] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. PIB RS trimestral. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025.

Nota 2: Em 2021, houve entrada de R$ 2,576 bilhões nominais, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa pela venda da CEEE-D.
Nota 3: O ICMS Total é composto pelo ICMS Principal, pela Dívida Ativa e pelos Programa Compensa/RS e Ampara/RS.
Nota 4: Os dados de PIB de 2023 e 2024 são preliminares e o de 2025 ainda não foi divulgado. Os dados estão corrigidos pelo IPCA até nov/25.

Despesas Públicas

Pelo lado das despesas, a **Tabela 12** apresenta a evolução dos agregados nos últimos dez anos, descontadas as despesas intraorçamentárias, além da evolução da RCL no período. Destaca-se a queda no serviço da dívida a partir de 2022 com a adesão ao RRF e 2024 e 2025 com a suspensão do pagamento pela União decorrente da calamidade pública. Além do crescimento nominal em outras despesas correntes (manutenção e custeio) e dos investimentos amplos a partir de 2021 e mais proeminente nos últimos dois anos, impulsionados pelos projetos do Plano Rio Grande, com recursos do Funrigs.

Tabela 13 – Despesas empenhadas (R$ milhões – valores nominais)

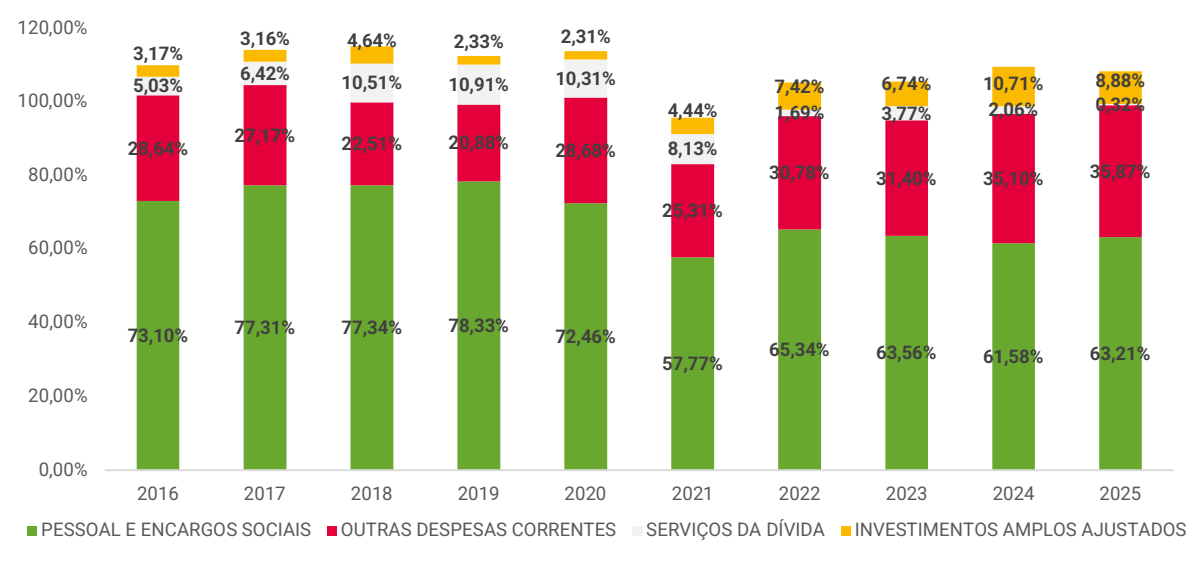
Grupos de Despesas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Pessoal e Encargos Sociais	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001	36.978	41.236
Outras Despesas Correntes	9.927	9.520	8.503	8.304	12.067	13.639	15.583	17.787	21.075	23.398
Serviços da Dívida	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857	2.136	1.237	206
Juros e Encargos	603	1.290	2.571	2.726	2.574	2.416	482	1.472	853	155
Amortização Dívida	1.141	959	1.399	1.612	1.766	1.966	375	664	384	50
Investimentos Amplos Ajustados	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760	3.820	6.429	5.790
Investimentos	841	1.036	1.642	837	864	2.301	3.424	2.975	4.949	5.360
Inversões Financeiras	256	70	109	91	106	93	335	845	1.480	430
Total Geral	**38.100**	**39.969**	**43.440**	**44.731**	**47.864**	**51.539**	**53.285**	**59.745**	**65.719**	**70.630**
RCL	**34.655**	**35.046**	**37.773**	**39.779**	**42.074**	**53.878**	**50.634**	**56.639**	**60.044**	**65.233**

Fonte: Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS e SEFAZ/RS.
Nota 1: Em 2016, houve forte aumento da RCL devido à majoração das alíquotas de ICMS aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, vigorando até 31 de dezembro de 2021;
Nota 2: Registra-se que a queda da RCL em 2022, na comparação com 2021, está também associada à LCF 194/22.

O **Gráfico 11** ilustra a evolução da despesa total empenhada por grupos em relação à RCL. Na comparação de 2025 com 2016, constata-se que o grupo pessoal e encargos sociais decresceu em relação à RCL; enquanto o grupo outra despesa corrente aumentou para 35,87% da RCL; o grupo do serviço da dívida que em 2016 representava 5,03% da RCL, diminui para 1,69% em 2022, ano de adesão ao RRF e 0,32% em 2025, com a suspensão do pagamento da dívida com a União a partir de junho de 2024; no período, os investimentos amplos saem de 3,17% da RCL em 2016,

chegaram a 10,71% em 2024 e 8,88% em 2025. Tomando esses dois indicadores em separado, percebe-se que a diminuição do pagamento do serviço da dívida (com a adesão ao RRF e a suspensão pela União dos pagamentos, decorrente dos eventos climáticos extremos) juntamente às reformas realizadas, diminuíram o percentual relativo pago nessas duas categorias e aumentaram os investimentos e outras despesas correntes.

Gráfico 11 - Grupos de Despesas em relação à RCL (%)

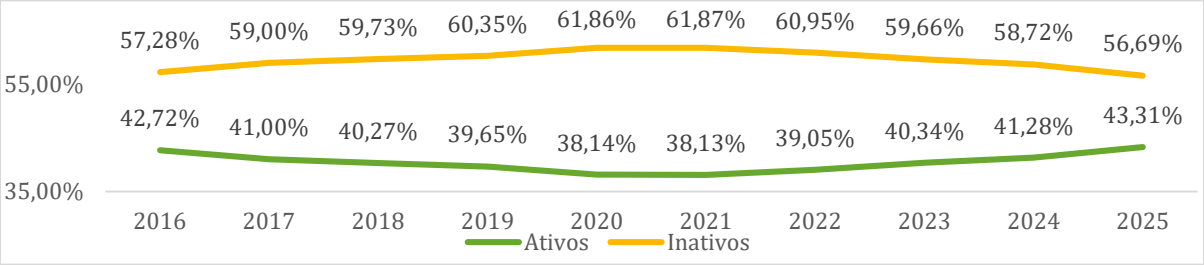


Fonte: Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS
Nota: Os percentuais são relativos à Receita Corrente Líquida, portanto a base de comparação é móvel, varia de ano para ano dos abordados no gráfico. A Tabela 12 mostra a série de crescimento da RCL.

Grupo Pessoal e Encargos Sociais

Ao se analisar dentro do grupo pessoal e encargos sociais, pode-se comparar a proporção remuneratória entre os servidores ativos e inativos. O **Gráfico 12** mostra a disparidade na massa remuneratória do Estado em que a despesa empenhada com inativos foi gradativamente aumentando ao longo da série e chegou a representar até 2021. Essa desproporção diminuiu levemente nos últimos anos, o total de remunerações com ativos volta a crescer a partir de 2022, chegando a 43,3% em 2025. Contribui para esse movimento, o crescimento no número de servidores ativos através de novos chamamentos de concursos, promoções funcionais e reestruturação de carreiras, além de reajustes para cargos e carreiras específicas.

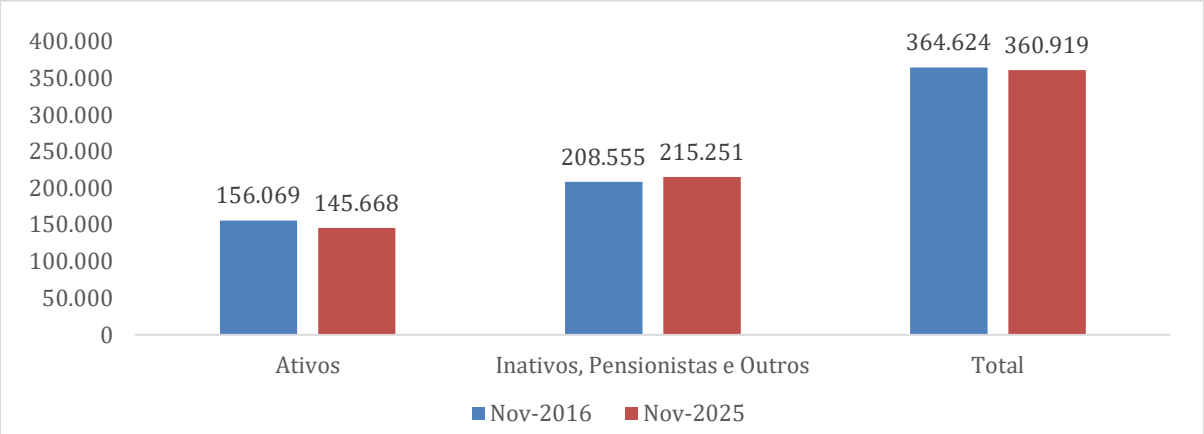
Gráfico 12 – Participação da remuneração da folha de pessoal da administração pública (valores empenhados)



Fonte: Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS.
Nota: Os agregados foram obtidos somando-se os seguintes elementos. Ativos: 11- Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil, 12- Vencimentos e Vantagens Pessoal Militar e 04 – Contratação por Tempo Determinado. Inativos: 01 – Aposentadoria e Reformas e 03 – Pensões RPPS/Militar.

Ao compararmos o quantitativo de matrículas em 2016 com novembro do ano passado, nota-se queda no total de matrículas de 2,02% e aumento tanto no número absoluto de inativos, pensionistas e outros, bem como na proporção desses em relação ao total (representavam 57,2% em 2016 e chegam a 59,64% em 2025). Por outro lado, a participação dos servidores ativos vem aumentando marginalmente desde 2022, com 41,77% em novembro último[39].

Gráfico 13 – Matrículas de servidores no Estado do RS – 2016 e 2025



Fonte: Painel de Informações de Pessoal – SEFAZ/RS[11].
Nota: Os dados referem-se ao mês de novembro dos respectivos anos.

[39] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Painel de Informações de Pessoal. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 2025. Disponível em: https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/painel-de-informacoes-de-pessoal-68374986af7bc. Acesso em: 08 jan. 2026.

Precatórios

O tema dos precatórios é uma questão estrutural relevante nas finanças públicas do Rio Grande do Sul que perpassa os diversos governos. No final do ano passado, o estoque de precatórios atingiu R$16,63 bilhões, 2% de decréscimo em relação ao ano anterior. Em termos nominais, o pagamento de precatórios atingiu níveis recordes com mais de R$ 2,9 bilhões pagos em 2025, com 25.642 beneficiários tanto pessoas físicas, como pessoas jurídicas[40]. Isso se deve a diversas ações realizadas pelo Estado, tanto na criação de mecanismos legais e operacionais para quitar esses débitos, quanto na contratação de operações de créditos que permitem disponibilizar mais recursos para esse fim, além de reestruturar os passivos com prazos de pagamento mais longos.

O Estado contratou o Pró-Sustentabilidade em 2024 junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US$ 500 milhões. O Pró-Resiliência no valor de US$ 360 milhões, junto ao Banco Mundial (Bird), recebeu aval do Senado em dezembro de 2025 e também se destina ao pagamento de precatórios[41]. Além disso, em dezembro o Estado contratou junto a instituições financeiras privadas, nova operação de crédito no montante de R$ 1 bilhão[42].

A Lei Estadual nº 15.038/17 autorizou a compensação entre créditos inscritos em dívida ativa e precatórios vencidos do Estado, suas autarquias e fundações, próprios ou de terceiros. Essa modalidade foi responsável pela quitação de mais de R$140 milhões de débitos no ano passado. Outra iniciativa são as rodadas de conciliação que oferecem acordos com os credores, mediante desconto de 40%.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 136/25, foram estabelecidas novas regras para os entes subnacionais. Dentre elas, aumentou o prazo para liquidação do estoque, deixando de ser até 2029. Trouxe nova forma de atualização dos saldos, que deixam de ser corrigidos pela taxa SELIC e passam a ter como regra o IPCA acrescido de 2% ao ano capitalizados por juros simples, desde que esse valor seja inferior à SELIC. Além de vincular o percentual obrigatório da RCL a ser destinado ao pagamento de precatórios à relação entre estoque e RCL.

---

[40] Na série dos últimos 12 anos, entre 2014 a 2025. No ano de 2025, também foram pagos R$ 220,62 milhões em requisições de pequeno valor (RPVs).

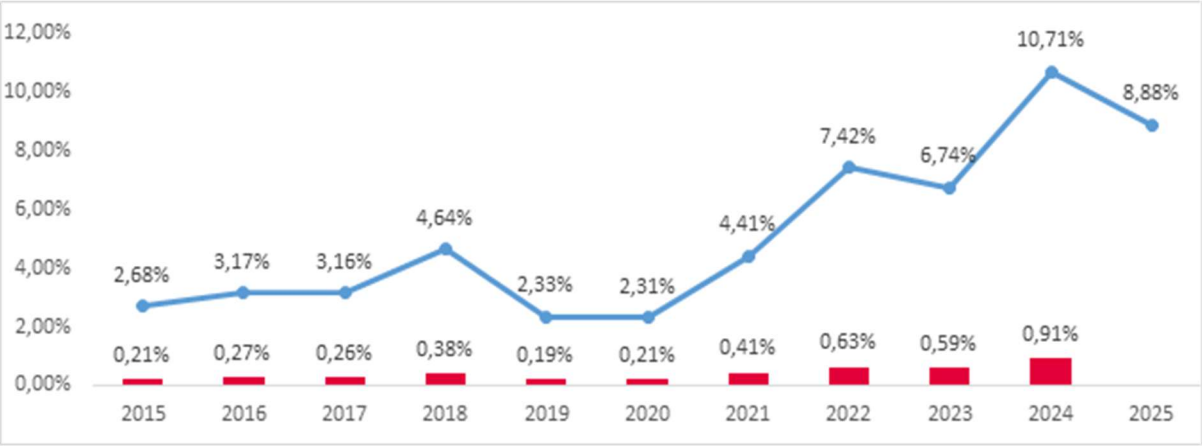
[41] A operação conta com garantia da União com prazo de pagamento de 35 anos (fonte: Nota Técnica nº 014/2024 – RRF – Operação de Crédito Pró-Resiliência RS. *Anexo III-3*. Disponível em: https://www.rrf.rs.gov.br/upload/arquivos/202509/05175023-anexo-iii-3-nt-14-2024-oc-pro-resiliencia.pdf>. Acesso em: **19 jan. 2026**)

[42] **RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda.** Estado contrata operação de crédito de R$ 1 bilhão para avançar na quitação de precatórios. Publicação: 9 dez. 2025. Disponível em: <https://fazenda.rs.gov.br/estado-contrata-operacao-de-credito-de-r-1-bilhao-para-avancar-na-quitacao-de-precatorios>. Acesso em: **15 jan. 2026**.

Investimentos Amplos

O **Gráfico 14** demonstra a evolução dos chamados Investimentos Amplos, compostos pelos grupos Investimentos e Inversões Financeiras, de 2016 a 2025. Em 2016, aplicou-se 3,17% da RCL. O ano de 2024 teve a maior aplicação da série apresentada com 10,7%, diminuindo para 8,88% em 2025, em patamar elevado na comparação com os outros anos desse período. Nota-se que, a partir de 2021, há uma recuperação gradativa da capacidade de investimento do Estado. O Programa Avançar[43] resultou num salto na aplicação de recursos próprios. Entre 2021 e 2023, foram liquidados mais de R$ 6 bilhões, divididos entre os 19 eixos do programa, destacando-se os setores de logística e transporte, de educação, de justiça e de saúde.

Gráfico 14 – Percentual de Investimentos Amplos em relação à RCL e ao PIB do RS



Fonte: Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS.
Nota: A fim de não distorcer a análise, os fatos extraordinários computados em inversões financeiras decorrentes das privatizações da CEEE-D (R$3.115 milhões nominais em 2021) e Corsan (R$ 1.449 milhões nominais em 2023) foram suavizados através da média móvel dos três anos anteriores dos elementos: elementos "constituição de capital" e "aquisição de imóveis" em 2021 e "aquisição de títulos creditícios" em 2023.

Com a suspensão do pagamento das parcelas da dívida com a União, devido à calamidade pública, parte dos recursos do Funrigs é destinada a projetos de Investimentos para as ações emergenciais, de reconstrução e de resiliência, impactando positivamente nos números a partir de 2024.

Os Termos de Acordos na Educação e Saúde

Nos últimos dois anos, o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul firmou, perante o Ministério Público do Rio Grande do Sul, Termos de Autocomposição Judicial nas áreas de Educação e Saúde. Os Termos encerram anos

[43] Programa transversal composto por ações e investimentos do Governo Gaúcho, lançado em junho de 2021. Envolvem iniciativas para acelerar o crescimento econômico e incrementar a qualidade da prestação de serviços à população.

de disputas e controvérsias jurídicas relativas à contabilização dos gastos nessas áreas em relação ao mínimo constitucional, estabelecendo um período de transição em que gradualmente as despesas controvérsias vão sendo substituídas do cálculo até o pleno atendimento.

Para a Educação, o Estado compromete-se a dar cumprimento ao disposto nos artigos 212 e 212-A, da CF 88, e aplicar, a partir de janeiro de 2025, observada a regra de transição estipulada, os valores correspondentes a, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), sem considerar o custeio de benefícios previdenciários, contribuições patronais incidentes sobre proventos de aposentadoria e pensões, bem como transferências financeiras destinadas à cobertura de déficit previdenciário.

O Termo convalida as aplicações desses gastos e de recursos do Fundeb[44] no cômputo de MDE, no período de 2021 a 2024. Estabelece uma regra de transição tendo como parâmetro o percentual efetivo da RLIT em 2023, que deverá ser acrescido anualmente em, no mínimo, 1/15 do percentual faltante até o atingimento de 25% da RLIT em 2039. Retirando concomitantemente a mesma proporção das despesas controvérsias do cômputo do mínimo constitucional, a fim da total regularização do orçamento estadual da educação aos termos da EC nº 108/20.

No caso da Saúde, a regra de transição prevê o atendimento pleno aos critérios da LC nº 141/12 até 2030. De forma análoga ao da educação, haverá a retirada gradual de despesas consideradas controversas para o cálculo do mínimo constitucional, período em que serão proporcionalmente aplicados mais recursos na Saúde do Estado. O Estado compromete-se a dar cumprimento estrito aos critérios da Lei Complementar nº 141/12 para a apuração de despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) e plenamente aplicar o percentual mínimo ao final do período. Assim, deixarão de contar as chamadas parcelas controversas, especialmente: despesas com contribuições ao IPE Saúde, com exceção dos encargos da Secretária Estadual de Saúde (SES); despesas com contribuições patronais a inativos e pensionistas e para cobertura de déficit previdenciário; além de despesas que não são de responsabilidade específica da SES, como Saneamento Básico e relacionadas ao Hospital da Brigada Militar.

O acordo prevê que em 2030 atinja-se 12,05% com adições de recursos em ASPS. Para o período de 2031 a 2036, o Estado compromete-se a elevar para 12,5% da RLIT em recomposição aos mínimos de 2003 e 2006, destinando-os ao Fundo Estadual da Saúde. Os recursos que serão acrescentados para a Saúde serão preferencialmente aplicados para redução de filas de consultas com especialistas, exames e cirurgias, além de aumentar a capacidade de atendimento em serviços de urgência e emergência.

---

[44] Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. Instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da EC n° 108/2020, e regulamentado pela Lei Federal nº 14.113/2020.

Para o orçamento de 2026, os acordos representam acréscimo de R$390 milhões em MDE e R$747 milhões em ASPS.

Segurança Pública

A **Tabela 14** apresentas as despesas liquidadas com a função Segurança Pública no período de 2016 a 2025 e quanto representam em relação a RLIT. Em 2016, foi aplicado 11,6% da RLIT, esse percentual cresceu a partir de 2019 chegando a 14,08%. Em 2025, foram liquidados R$ 9,08 bilhões, correspondendo a 16,69%. Contribuíram para esse aumento novas contratações, promoções na carreira e aquisição de equipamentos.

Tabela 14 - Valores aplicados em Segurança – liquidados e nominais - R$ milhares

Ano	Função Segurança	RLIT	% RLIT
2016	3.303.766	29.176.432	**11,32%**
2017	3.761.521	30.841.561	**12,20%**
2018	4.441.644	33.634.328	**13,21%**
2019	4.913.798	34.905.053	**14,08%**
2020	5.440.206	35.389.847	**15,37%**
2021	5.699.548	45.067.067	**12,65%**
2022	6.755.451	43.141.699	**15,66%**
2023	6.696.748	46.566.616	**14,38%**
2024	6.908.855	50.913.250	**13,57%**
2025	9.081.479	54.424.300	**16,69%**

Fonte: Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS.

A Lei nº 15.224/18 instituiu o Programa de Incentivo ao Reaparelhamento da Segurança – PISEG/RS e permite a compensação de ICMS de valores de empresas contribuintes destinados a essa área.

Destaca-se o grande aumento no último ano, aumento nominal de 31% em relação a 2024[45]. Esse aumento deveu-se a novos investimentos em equipamentos e materiais para as forças de segurança, tanto com recursos próprios, principalmente do Programa Avançar, como de recursos do Funrigs. Em obras e instalações em

[45] R$331 milhões, ou 15,2% do aumento dos recursos dessa função, deve-se à reclassificação da Fundação de Atendimento Sócio-educativo (Fase) nesse função, conforme Decreto nº 57.186/23.

unidades policiais, de bombeiros e em estabelecimentos penitenciários[46], além do reajuste nos vencimentos e chamamento de novos servidores.

A DÍVIDA PÚBLICA COM A UNIÃO

A **Tabela 15** mostra a evolução da dívida com a União nos últimos 10 anos. No contexto do Estado do Rio Grande do Sul, ela representou 89,2% do total de R$112,4 bilhões da dívida fundada em 2024. Os dados mostram que o estoque quase dobrou nesse período, principalmente relacionado à atualização monetária através do Coeficiente de Atualização Monetária (CAM). Nos últimos anos, fatores como a postergação e refinanciamento parcial no RRF e a suspensão dos pagamentos da dívida por três anos, a partir de junho de 2024, devido à calamidade pública decorrente dos eventos climáticos extremos que atingiram o Estado, também influenciam nesses números.

Tabela 15 – Estoque da dívida do RS contratada junto à União -2016 a 2025 (R$ milhões)

Dívida com a União	Estoque Total	% PIB
2016	57.421	14,05%
2017	58.572	13,84%
2018	63.005	13,78%
2019	66.914	13,87%
2020	69.063	14,66%
2021	73.723	12,68%
2022	82.467	13,89%
2023	92.839	14,38%
2024	100.235	14,18%
2025	106.540	ND

Fonte: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual e SEFAZ/RS

[46] **RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado.** Governo Leite investe R$ 798,8 milhões em obras para a área da segurança em 2025. *Portal do Estado do Rio Grande do Sul*, 27 jan. 2026. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/governo-leite-investe-r-798-8-milhoes-em-obras-para-a-area-da-seguranca-em-2025>. Acesso em: 27 jan. 2026.

O CAM passou a ser utilizado para correção monetária do saldo dívida desde a LC nº148/14. Ele é calculado através de uma fórmula que, em termos gerais, consiste na utilização do menor valor acumulado desde janeiro de 2013 entre: a variação mensal do IPCA composta com juros nominais de 4% ao ano e a variação mensal da taxa Selic. Na prática, os valores para correção têm se mostrado superiores à inflação sendo o principal fator para o aumento do saldo devedor.

Com relação à suspensão do pagamento da dívida através da LC nº 206/24, apesar de provocar um aumento no saldo, a projeção é que o montante desse aumento seja menor do que se o Estado mantivesse os pagamentos das parcelas nas condições previstas no contrato. Isso se deve devido os encargos na suspensão serem menores. Pelas condições contratuais, a dívida é atualizada pelo CAM + Juros, ao passo que, no período de suspensão, o saldo é corrigido apenas pelo IPCA. Isso gerou um impacto de um crescimento menor na casa de R$7,4 bilhões no montante da dívida[47]. Além desse efeito, os valores são transferidos para o Funrigs com base nas condições contratuais originais, disponibilizando mais recursos para os projetos do Plano Rio Grande.

Assim, as condições da LC nº 206/24 geram um duplo efeito sobre as finanças estaduais: o primeiro é o Estado ter recursos disponíveis para aplicar no enfrentamento, mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e resiliência a novos eventos climáticos; o segundo é limitar o crescimento da dívida com a União à inflação no período.

O Regime de Recuperação Fiscal

O Regime de Recuperação Fiscal, criado pela LC nº 159/17 e modificado pela LC nº 178/21 surgiu para fornecer instrumentos de ajuste aos Estados em desequilíbrio financeiro e fazer cumprir os compromissos de pagamento das dívidas contraídas com a União. O Estado do Rio Grande do Sul formalizou adesão ao RRF em dezembro de 2021 e teve seu pedido de adesão homologado em junho de 2022, com vigência de 1º de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2030. O efeito imediato da adesão foi a suspensão do pagamento da dívida com a União[48] em fevereiro de 2022 por 12 meses. Em 2023, houve a retomada dos pagamentos dessa dívida de forma escalonada: 1/9 (11,11%) das parcelas devidas no primeiro ano, 2/9 (22,22%) para 2024 e assim por diante seguiria até o vencimento.

Além disso, com a adesão ao RRF, foi possível refinanciar o montante da dívida não paga desde julho de 2017, no total de R$ 16,357 bilhões, suspensa pela liminar do STF. Essa dívida tem prazo de 30 anos, e os pagamentos foram retomados a partir de abril de 2022. No entanto, em 2024 o Rio Grande do Sul sofreu o maior evento climático até então registrado na sua história, foi decretada situação de calamidade pública no Estado através do Decreto nº 57.596/24, reconhecida no

---

[47] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Fazenda. **Relatório de Transparência Fiscal: edição 18**. Porto Alegre: SEFAZ-RS, 2025. 37 p.

[48] Referente à Lei nº 9.496/97.

Congresso Nacional pelo Decreto Lei nº 36/24. A União deliberou por suspender, a partir de junho de 2024, o pagamento da dívida por 36 meses, conforme LC nº 206/24.

A adesão ao RRF possibilitou também a suspensão do pagamento de dívidas com terceiros — BNDES, Banco Mundial, Banco do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — por serem garantidas pela União, a serem retomados gradualmente. Outro benefício da adesão refere-se à possibilidade de o Estado contratar novas operações de crédito com garantia da União, como as anteriormente mencionadas para quitação do estoque de precatórios.

Outra operação de crédito importante para a modernização do Estado é a contratação junto ao Bird no montante de US$ 50 milhões destinadas ao financiamento de projetos do Progestão. Aprovada pelo Senado em dezembro, com garantia da União e contrapartida de 10% pelo Estado[49], destina-se ao aprimoramento da gestão fiscal, orçamentária e patrimonial, modernizar processos e racionalizar gastos na gestão de investimentos, patrimonial, de pessoal e de TI, compras públicas, além de áreas como saúde, previdência, educação e assistência social[50].

Propag

O Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), instituído pela LC nº 212/25, visa promover a revisão dos contratos das dívidas dos Estados e DF com a União, a fim de solucionar o problema do endividamento e criar condições para recuperação fiscal dos entes, aumentar o investimento em áreas específicas, fortalecer a responsabilidade fiscal e o equilíbrio federativo[51]. Para o Estado do Rio Grande do Sul, esse tema é fundamental, visto que se trata de um dos problemas estruturais das finanças estaduais.

O Programa propõe a renegociação dos contratos por até 360 meses através de oito possíveis pacotes de adesão e traz características inovadoras se comparados a outras propostas que marcaram as diversas tentativas de solucionar o problema da dívida interfederativa. Um dos principais pontos que afeta a sustentabilidade da dívida é a correção monetária pelo CAM, que se projetava a elevação do serviço da dívida a patamares de deterioração fiscal. No Propag, passa a ser realizada apenas pelo IPCA com a taxa de juros real variando de 0 a 2%, condicionados a aportes ao Fundo Equalização Federativa (FEF), à realização de investimentos (1 a 2% do saldo) e amortizações do saldo da dívida (10 a 20% do saldo), conforme pacote escolhido.

---

[49] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Senado aprova empréstimo internacional para o RS investir no aprimoramento da gestão pública**. Publicado em 17 dez. 2025. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/senado-aprova-emprestimo-internacional-para-o-rs-investir-no-aprimoramento-da-gestao-publica. Acesso em: 20 jan. 2026.

[50] RIO GRANDE DO SUL. **Central de Licitações (CELIC/RS)**. *PROGESTÃO RS*. Disponível em: https://www.celic.rs.gov.br/progestao-rs. Acesso em: 20 jan. 2026.

[51] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Tesouro do Estado. Relatório Anual da Dívida Pública Estadual – 2024. Porto Alegre: SEFAZ/RS, 2025a. Disponível em: https://idbi.sefaz.rs.gov.br/pdf/DividaPublicaRelatorioAnual2024.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

Para viabilizar essa negociação interfederativa, com realidades de dívida e financeiras distintas, o Propag prevê a criação do FEF a fim de compensar Estados com menor nível de endividamento. O Fundo funcionará com uma esquemática parecida ao Fundo de Participação dos Estados (FPE): os Estados farão aportes anuais de 1 a 2% do saldo devedor, conforme pacote de adesão, sendo esta condição necessário para permanecer no Programa. O montante de recursos a serem retornados pelo FEF seguirá uma fórmula que dá peso de 80% à participação do Estado no FPE e 20% ao inverso da relação DCL e RCL[52]. Desta forma, devido ao estoque de sua dívida, o Rio Grande do Sul receberá apenas uma fração do aportado.

Além disso, dos recursos recebidos pelo FEF, 10% será destinado à criação do Fundo Garantidor Federativo (FGF) para fornecer garantias em operações de crédito e PPPs nos Estados.

A maior inovação do Propag é a contrapartida em investimentos. O Programa exige que os Estados invistam anualmente um percentual do saldo devedor em áreas socialmente importantes. A fim de zerar o déficit de vagas e cumprir as metas de desempenho, no mínimo 60% dos investimentos irão para a educação profissional técnica de nível médio. Os demais, poderão ser aplicados nas seguintes áreas: universidades estaduais, em infraestrutura para universalização do ensino infantil e educação em tempo integral, em ações de infraestrutura de saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública. Uma vez cumpridas as metas em educação profissional técnica de nível médio, o Estado está liberado a aplicar nas demais áreas.

Outra inovação é uma nova regra de limitação do crescimento das despesas primárias, um novo “Teto de Gastos”. Ao contrário do RRF atualmente vigente no Rio Grande do Sul que leva em consideração apenas o lado das despesas. No Propag, incorpora-se ao limite o aumento de receitas primárias. Além de limitar o crescimento das despesas primárias ao IPCA. Caso o estado tenha crescimento nas receitas primárias, poderá incorporar 50% da variação real positiva se registrar resultado primário nulo ou negativo ou 70%, caso tenha resultado primário positivo. Outra diferença ao RRF é que o IPCA a ser aplicado será o acumulado nos doze meses anteriores[53] e não mais no ano corrente, dando mais previsibilidade ao limite de despesas.

A Lei nº 16.408/25, proposta pelo Executivo e aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, autorizou o Estado a aderir ao Propag. O pedido foi encaminhado pelo Governo do Estado ao Ministério da Fazenda em 30 de dezembro

---

[52] BRASIL. **Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025.** Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União, institui o Fundo de Equalização Federativa e altera diversas leis complementares. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2025.

[53] BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portaria MF nº 2.899, de 27 de novembro de 2025.** Dispõe sobre os pedidos de adesão ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados – Propag, o tratamento das dívidas refinanciadas, a análise e o tratamento dos ativos oferecidos em pagamento, a transferência de ativos, os procedimentos relativos ao desligamento do Regime de Recuperação Fiscal, a limitação do crescimento das despesas primárias, o Fundo de Equalização Federativa – FEF, a prestação de contas e a revisão dos encargos financeiros. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 nov. 2025.

de 2025. Dentre as possibilidades de adesão, o Estado optou por aderir ao Pacote 1 que permite o refinanciamento da dívida a juros reais de 0%. Para isso, o Estado se compromete a destinar anualmente 1% do saldo devedor atualizado ao FEF e 1% para investimentos nas condições explicadas anteriormente. Além de amortizar 20% do saldo devedor atual, aproximadamente R$21 bilhões[54].

Essa amortização se dará pela cessão de parte das receitas futuras do FPE (estimadas em R$12,8 bilhões, entre 2032 e 2055) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural (FNDR) (R$6,6 bilhões, de 2029 a 2055), além do abatimento de crédito de R$1,8 bilhão relativo ao reconhecimento de imunidade tributária da Corsan junto à União. A SEFAZ-RS também projeta investimentos na casa de R$16 bilhões nesse modelo de adesão e uma economia de R$42 bilhões ao Tesouro do Estado a preços de dezembro de 2025.

Para o Rio Grande do Sul, permanecerão as condições da LC nº 206/24 e do RRF até o final do período de suspensão do pagamento da dívida, maio de 2027. A partir de junho, processa-se o novo pedido e passam a valer as condições do Propag. Para os Estados que aderiram ao RRF, a LCF nº 212/25 prevê a possibilidade de um período de transição para o pagamento das prestações renegociadas no âmbito do Regime, na casa de 20% ao ano escalonadamente até 100% no quinto ano de adesão ao Propag. No caso do Rio Grande do Sul, esse ponto também passaria a valer após o fim do período de suspensão de pagamentos.

Apesar de representar avanços em relação ao RRF também há desafios para o Estado enfrentar no horizonte estabelecido pelo Programa. Um deles é ainda lidar com parcelas de serviço de dívida muito altas, projetadas acima dos R$ 3 bilhões anuais por um longo período[55], outro se relaciona ao ponto de vista operacional, em cumprir as entregas de investimentos exigidas. Esses desafios exigirão capacidades de planejamento do Estado tanto do ponto de vista financeiro, como operacional.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO

No Estado, o Regime Próprio de Previdência Social, o sistema de previdência dos servidores públicos é organizado mediante dois tipos de financiamento: sendo um de repartição simples, em que os recursos das contribuições e a contrapartida patronal são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões, a chamada solidariedade intergeracional; e outro de capitalização, em que os

---

[54] RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Fazenda.** Governo do Estado encaminha à União pedido de adesão ao Propag. *Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul*, 30 dez. 2025. Disponível em: <https://fazenda.rs.gov.br/governo-do-estado-encaminha-a-uniao-pedido-de-adesao-ao-propag>. Acesso em: 7 jan. 2026.

[55] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Nota Técnica DDIP/TE – 002/2025: Análise comparativa das trajetórias de endividamento e do serviço da dívida no âmbito do RRF e dos pacotes de adesão ao Propag.** Porto Alegre, 24 out. 2025. 18 p.

recursos são acumulados e capitalizados para pagamento dos futuros benefícios de aposentadorias e pensões.

Esse sistema passou por diversas reformas nos últimos quinze anos, com vistas a conter o crescente déficit previdenciário. Nesse sentido, houve a segregação de massas (LCs nº 13.577/11 e 13.758/11) com instituição dos Fundos Previdenciários civil e militar, vinculando os servidores ingressantes a partir de 18 de julho de 2011. A criação do Regime de Previdência Complementar (RPC), com a Lei nº14.750/15, e da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS-PREV), vinculou a esse sistema os servidores civis de cargos efetivos que tomaram posse a partir de 19 de agosto de 2016, permitindo também a adesão de antigos servidores, nos termos da lei. Posteriormente a LC nº 15.511/20 alterou a data de corte para os segurados civis, alinhando com à da instituição do RPC e transferindo cerca de 17 mil vínculos à repartição simples, Fundo Financeiro. A LC nº 15.602/21 alterou a previdência dos militares, ampliando base de cálculo e alíquotas previdenciárias progressivas, para manter equivalência com as alíquotas civis, aprovadas no final de 2019 pela Assembleia Legislativa.

Em termos gerais, no RPC, o servidor contribui com percentual de sua remuneração até o valor máximo do Regime Geral (teto do INSS) e o Estado entra com o mesmo percentual de aporte ao IPERGS, limitando ao teto o valor da aposentadoria e de acordo com a média das remunerações. Para complementar esse benefício, pode-se aderir à Previdência Complementar da RS-PREV e contribuir sobre o valor extra teto e o Estado aporta o mesmo valor, limitado à alíquota de 7,5%[56].

O desequilíbrio no regime de repartição simples se mostra na medida que o Estado contribui com a parte patronal na proporção de duas vezes a contribuição do segurado e mesmo assim não sendo suficientes para cobrir os benefícios previdenciários. Sendo necessária complementação do Tesouro, o chamado déficit previdenciário financeiro. O déficit previdenciário, o de maior nível em relação à RCL dentre os estados brasileiros[57], é um dos elementos principais para o desequilíbrio estrutural das finanças públicas estaduais. Ao longo do tempo, o Estado não tratou de buscar formas de financiar os gastos futuros com aposentadorias e pensões, mediante, por exemplo, a criação de um fundo previdenciário.

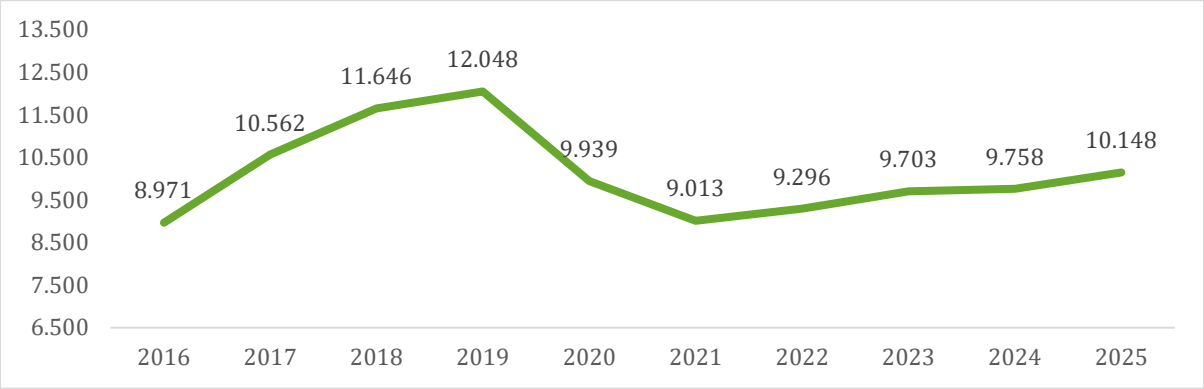
O **Gráfico 15** mostra a evolução desse déficit — plano financeiro — entre 2016 e 2025. Em 2016, o déficit contabilizado foi de R$ 8,9 bilhões. Em 2019, atingiu-se o pico de R$ 12,0 bilhões. Com a aprovação das reformas previdenciária e administrativa, a partir de 2020, primeiro ano de vigência das mudanças, verificou-se uma quebra da tendência de crescimento. Em 2021, o déficit foi reduzido para R$ 9,0 bilhões, valores nominais à época. Desde então, vem crescendo em um ritmo menor que a inflação acumulada, atingindo R$10,14 bilhões em 2025, menor que o projetado para 2025 na projeção atuarial do Anexo de Metas Fiscais da LDO.

---

[56] A adesão é opcional e o servidor também pode buscar outra previdência privada em instituições financeiras de mercado, não havendo patrocínio do Estado neste caso.

[57] BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil – FINBRA: dados contábeis dos municípios e estados. Brasília, DF: STN, [s.d.].

Gráfico 15 - Déficit previdenciário - Plano Financeiro (R$ milhões)



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS) e SEFAZ-RS.
Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

As reformas previdenciária e administrativa promoveram uma contenção no déficit previdenciário, destacando-se as seguintes medidas: (i) majoração das contribuições previdenciárias; (ii) ampliação da base de incidência; (iii) adoção de alíquotas progressivas; (iv) estancamento do crescimento vegetativo da folha de pessoal; e (v) mudança da idade de jubilação dos servidores civis. Cabe salientar que, no longo prazo, somar-se-ão ainda, os efeitos positivos do RPC. A projeção atuarial do Plano Financeiro do RPPS, que integra o Anexo de Metas Fiscais da LDO, aponta para um déficit previdenciário decrescente, principalmente no médio e longo prazo.

DINÂMICAS TERRITORIAIS: A SITUAÇÃO DOS 28 COREDES

Em 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido pelo maior desastre natural de sua história. Dados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP-RS)[58] apontam que 8,9% da população do Estado foi atingida, além de 9,0% das empresas e 7,9% dos equipamentos públicos.

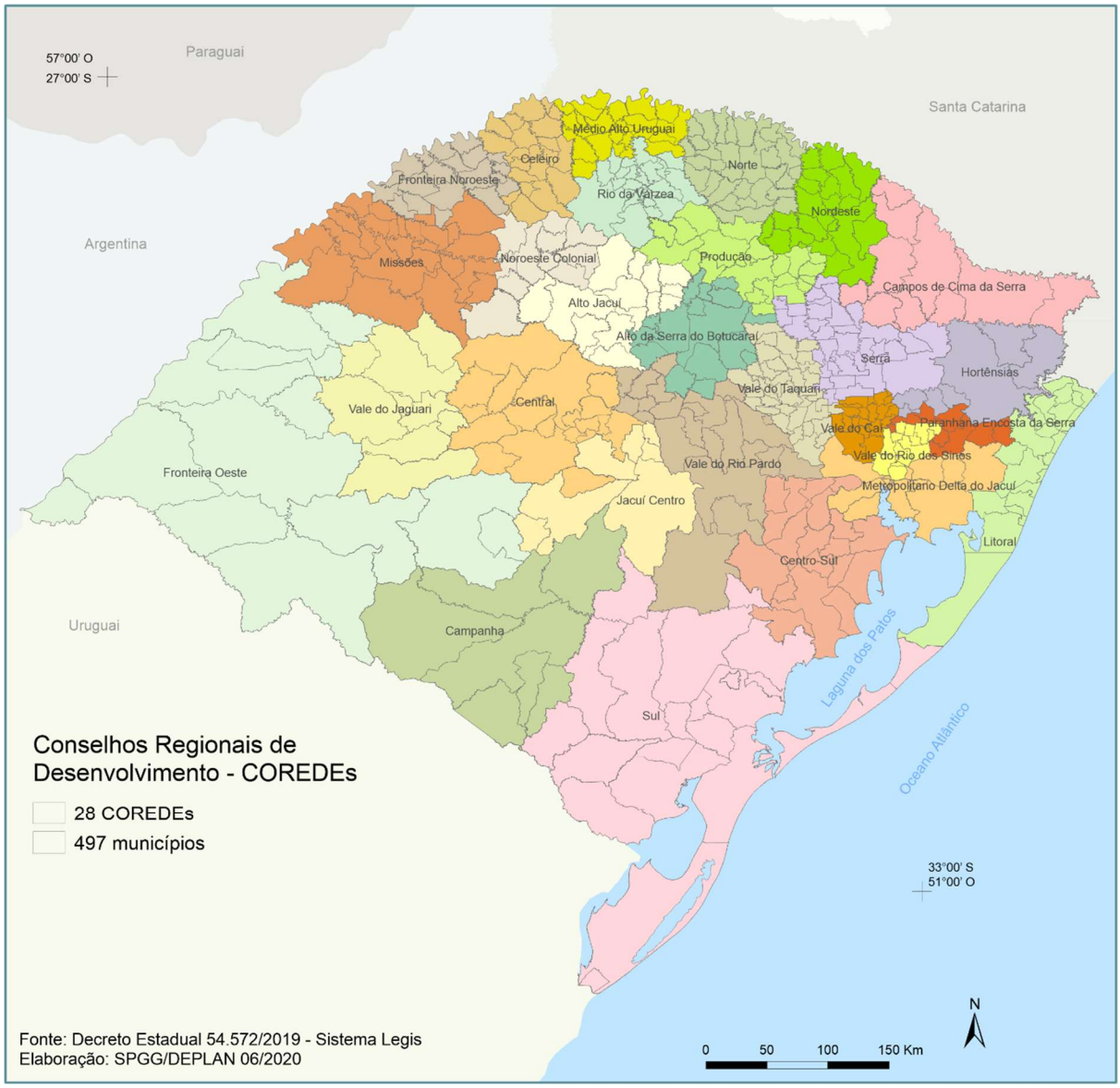
Como forma de subsidiar o processo de reconstrução do Estado após o desastre, o Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG-RS), elaborou os Perfis Socioeconômicos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)[59], publicados, em setembro de 2025, pela revista Estudos de Planejamento, também coordenada pelo DEPLAN[60]. O trabalho teve como objetivo oferecer um diagnóstico atualizado do território do Estado nos temas de demografia, economia, infraestrutura, meio ambiente e indicadores sociais, também apontando iniciativas promissoras e questões que merecem atenção especial para cada um dos COREDEs, demonstrados na **Figura 1**.

[58] Disponível em: https://mup.rs.gov.br/. Acesso em: 27.11.2025

[59] Os COREDEs foram criados pela Lei estadual n° 10.283, de 17 de outubro de 1994, e têm se constituído como a representação da sociedade civil no planejamento do Estado. Também constituem a regionalização utilizada nos instrumentos de planejamento do Rio Grande do Sul, especificamente, o Plano Plurianual e o Orçamento estadual.

[60] Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/issue/view/303. Acesso em: 27.11.2025.

Figura 1: Mapa dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do Rio Grande do Sul



O presente texto tem como objetivo apontar algumas dinâmicas territoriais identificadas nos Perfis Socioeconômicos. Essas dinâmicas resultaram no levantamento de problemas e oportunidades para os 28 COREDEs, o que pode subsidiar uma agenda de desenvolvimento regional para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Assim, primeiramente, será abordado o processo de diminuição das taxas de crescimento populacional no Estado, dinâmica identificada em inúmeros estudos da SPGG-RS[61], e reforçada pelos dados do Censo de 2022. Posteriormente,

[61] Alguns desses estudos constituem o caderno *Dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul*, do trabalho de planejamento de longo prazo *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*, de 2014, e o caderno *O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e*

será analisada a subutilização do modal ferroviário para o transporte de cargas, o que vem pressionando as rodovias do Estado, principalmente, após o desastre de maio de 2024. Após, será tratada a intensificação dos desastres naturais, especialmente, as estiagens e secas e as chuvas intensas, no território do Estado. Por fim, será realizado um breve diagnóstico da geração de energia nas regiões do Rio Grande do Sul, tratando do potencial de implantação de usinas de energia limpa.

1. DIMINUIÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

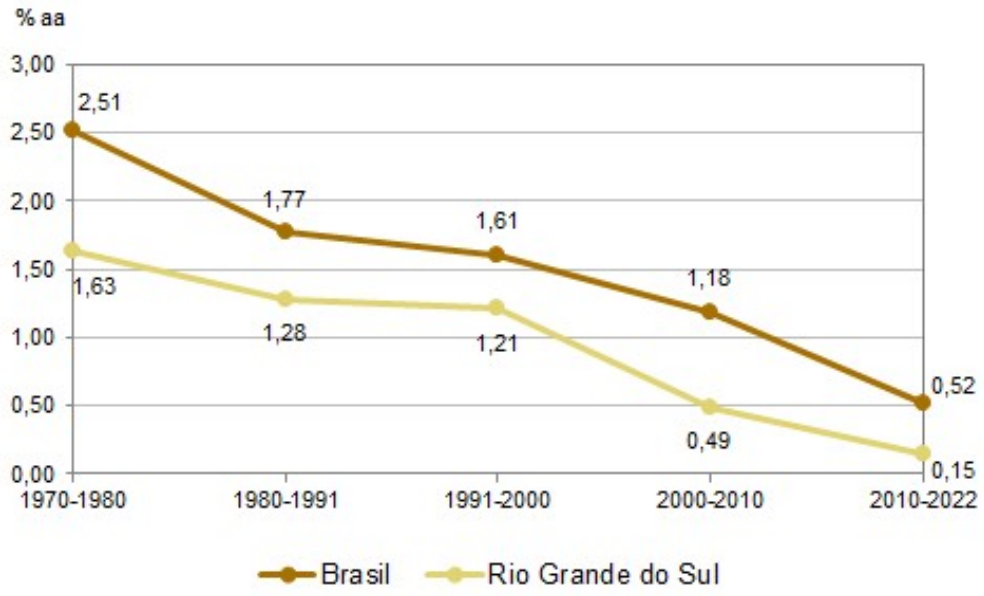
O Brasil e, mais especificamente, o Rio Grande do Sul vêm passando por um processo de diminuição das taxas de crescimento populacional. Entre 2010 e 2022, o Estado deteve a quinta menor taxa de crescimento populacional entre os estados brasileiros, com 0,15% ao ano. Um fator fundamental para essa diminuição foi a queda da taxa de fecundidade que, segundo estudo do Departamento de Economia e Estatística (DEE) da SPGG-RS[62], alcançou 1,44 filho por mulher, no Rio Grande do Sul, em 2022, enquanto no Brasil, a taxa foi de 1,55 filho por mulher. É importante afirmar que ambas as taxas não alcançam a taxa necessária para a reposição populacional, que seria de 2,1 filhos por mulher. O **Gráfico 16** demonstra a taxa geométrica de crescimento populacional anual, no Brasil e no Rio Grande do Sul, entre 1970 e 2022.

---

desafios para as políticas públicas: saúde e educação, do estudo de planejamento de longo prazo *Futuro RS: Agenda de Desenvolvimento*, de 2016.

[62] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Cadernos RS no Censo 2022**: migração e fecundidade. Porto Alegre: SPGG-RS. 2025. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202511/caderno-censo-migracao-fecundidade-nov25.pdf. Acesso em: 28.11.2025.

Gráfico 16: Taxa geométrica de crescimento populacional anual para o Rio Grande do Sul e para o Brasil (1970-2022)

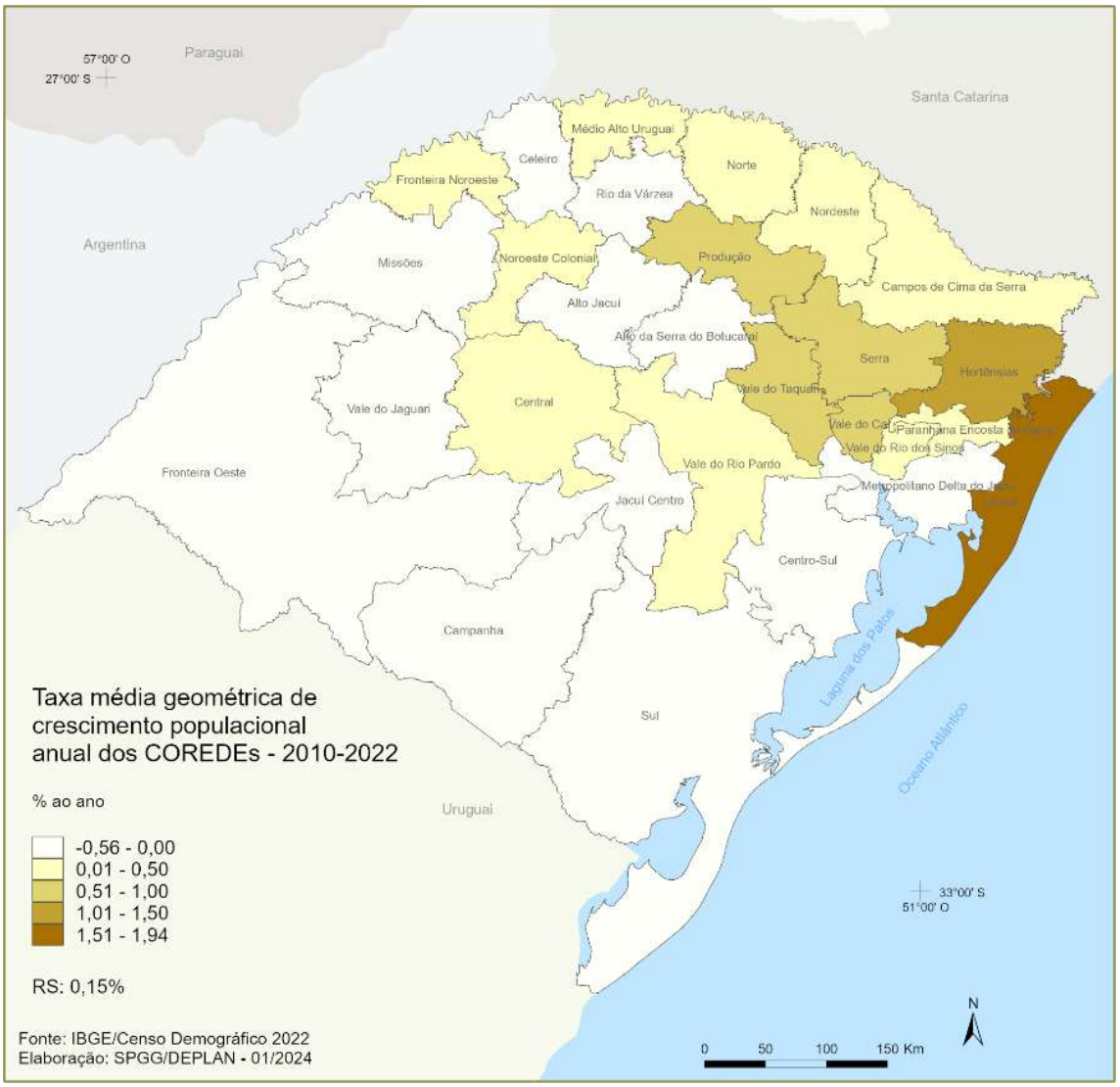


Fonte: IBGE

Outro fator importante para a queda na taxa de crescimento populacional do Estado se refere aos movimentos migratórios. O mesmo estudo do DEE afirma que, no período 2017-2022, emigraram, do Rio Grande do Sul, 212.517 pessoas, sendo que 63,5% desse total foram para Santa Catarina. No mesmo período, imigraram, para o Estado, 134.678 pessoas, o que resultou em um saldo líquido negativo de 77.839 pessoas no período. Esse processo, somado à diminuição da taxa de fecundidade, vem resultando na diminuição do crescimento populacional no Estado.

Embora a diminuição da taxa de crescimento populacional seja observada para o Estado como um todo, identifica-se que algumas regiões do Rio Grande do Sul têm passado por esse processo de forma mais intensa. A **Figura 2** demonstra as taxas de crescimento populacional anual para os COREDEs do Rio Grande do Sul no período 2010-2022.

Figura 2: Mapa da taxa média geométrica de crescimento populacional dos COREDEs (2010-2022)



A partir da **Figura 2**, identifica-se que 12 dos 28 COREDEs apresentaram taxas de crescimento populacional negativas no último período intercensitário[63], enquanto que três COREDEs detiveram taxas positivas, mas abaixo da média estadual de 0,15% ao ano[64], e 13 Regiões apresentaram taxas de crescimento populacional acima da estadual[65]. Também é possível observar que muitas dessas regiões que perderam população se encontram na fronteira do Rio Grande do Sul

[63] Campanha, Rio da Várzea, Alto Jacuí, Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Centro Sul, Fronteira Oeste, Celeiro, Vale do Jaguari, Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro.

[64] Vale do Rio Pardo, Central e Norte.

[65] Litoral, Hortênsias, Vale do Taquari, Vale do Caí, Produção, Serra, Noroeste Colonial, Médio Alto Uruguai, Vale do Rio dos Sinos, Campos de Cima da Serra, Fronteira Noroeste, Nordeste e Paranhana Encosta da Serra.

com os países vizinhos, enquanto as maiores taxas de crescimento se encontram a nordeste, especialmente, nos COREDEs Litoral (1,94% ao ano) e Hortênsias (1,38% ao ano).

Também é importante afirmar que algumas das regiões que apresentaram taxas positivas no último período intercensitário podem ter passado por uma reversão do processo de crescimento populacional após o desastre de 2024. Esse pode ser o caso do Vale do Taquari, região fortemente atingida pelo desastre, mas que no período 2010-2022 teve uma taxa de crescimento populacional de 0,82% ao ano, a terceira maior do Estado. Nesse sentido, novas pesquisas são necessárias para a identificação da dinâmica populacional após o desastre.

A diminuição da taxa de fecundidade acarreta no processo de envelhecimento da população estadual. Segundo o Censo de 2022, o Rio Grande do Sul apresentou o maior Índice de Envelhecimento (IE)[66] entre os estados da Federação, com 80,35 idosos para cada 100 jovens[67]. Também foi possível observar, nos Perfis Socioeconômicos dos COREDEs, que os municípios que apresentaram as menores taxas de crescimento populacional, no período 2010-2022, também detiveram alto envelhecimento de sua população, devido à emigração da população em idade ativa. Assim, são necessários investimentos nos principais centros urbanos das regiões que estão perdendo população a fim de incentivar o seu dinamismo econômico.

Além da economia, o envelhecimento da população estadual também possui repercussões sobre as políticas de saúde e de educação. Algumas propostas do estudo Futuro RS[68], como o reforço dos serviços de saúde, a implantação de redes de apoio ao idoso e o aumento do atendimento nos ensinos Infantil e Médio, são fundamentais.

2. SUB-UTILIZAÇÃO DO MODAL FERROVIÁRIO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS

No Rio Grande do Sul, as principais rotas para o transporte de cargas de grandes volumes foram identificadas em inúmeros estudos, destacando-se o *Rumos*

---

[66] O Índice de Envelhecimento (IE) representa o número de pessoas com 65 anos e mais de idade em relação a um grupo de 100 jovens de zero a 14 anos.

[67] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do RS.** Pirâmides etárias e envelhecimento da população. Novembro de 2024. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/piramides-etarias-e-envelhecimento-da-populacao. Acesso em: 28.11.2025.

[68] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Futuro RS**: Agenda de Desenvolvimento. Caderno 2: O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas: saúde e educação. 2017. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/futuro-rs. Acesso em: 28.11.2025.

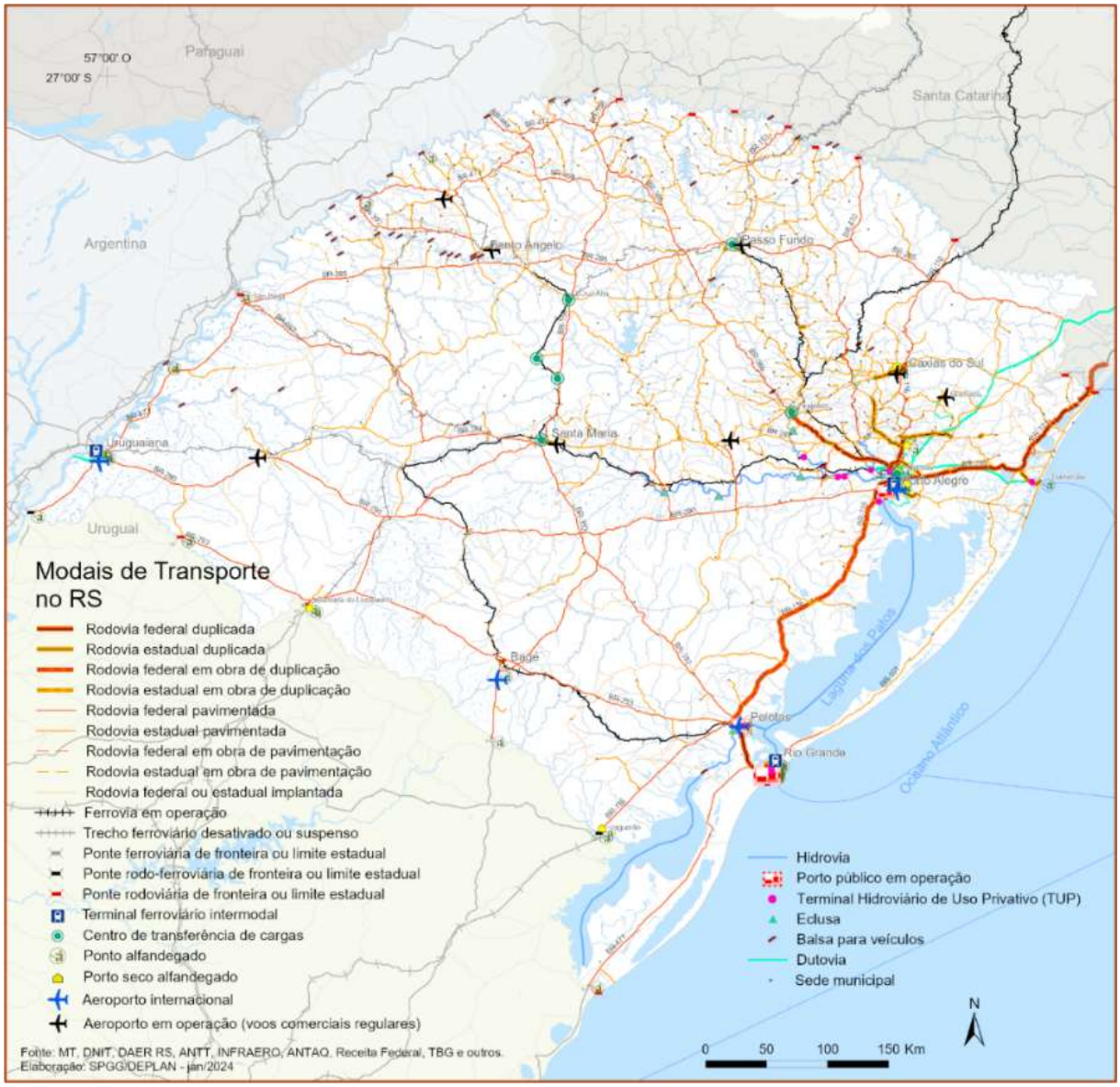
2015: estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no RS[69], de 2006, o *Corredores logísticos estratégicos: complexo da soja e milho*[70], de 2017, e *o Plano Estadual de Logística de Transportes do Rio Grande do Sul*[71], de 2018. Essas rotas abrangem os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, demonstrados na **Figura 3**.

[69] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015:** estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Volume 4: A logística de transportes no desenvolvimento regional. Porto Alegre: SCP, 2006.

[70] BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores logísticos estratégicos:** complexo de soja e milho. Brasília: MTPA, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/PIT/politica-e-planejamento/cle. Acesso em: 19.11.2025.

[71] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Transportes. **Plano estadual de logística de transportes do Rio Grande do Sul (PELT-RS).** Relatório final. Documento síntese. Porto Alegre: março de 2018. Disponível em: https://transportes.rs.gov.br/pelt-rs. Acesso em: 28.11.2025.

Figura 3: Mapa dos modais de transporte no Rio Grande do Sul



Observa-se, historicamente, uma diminuição, no Rio Grande do Sul, da participação dos modais de transporte ferroviário e hidroviário no transporte de cargas de grandes volumes. Esse processo é responsável por pressionar o modal rodoviário, o que causa maior deterioração do pavimento, acidentalidade e poluição do ar.

Em relação à perda de movimentação no modal ferroviário no Rio Grande do Sul, aponta-se que, em 2006, ocorreu o embarque de 5.975.563 toneladas úteis de mercadorias nas estações ferroviárias[72]. O farelo de soja e a soja eram responsáveis por 43,5% do total de toneladas embarcadas, que apresentava 27 diferentes tipos de

[72] Dados disponíveis em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/anuario-do-setor-ferroviario/arquivos-tabelas-excel. Acesso em: 19.11.2025.

produtos, segundo os dados da ANTT[73]. Em 2015, o embarque de mercadorias foi de 4.732.852 toneladas úteis, uma queda de 20,8% em relação a 2006. O farelo de soja e a soja foram responsáveis por 38,3% do total dos embarques, com uma diversificação de 23 tipos de produtos[74]. Por sua vez, em 2023, o embarque de mercadorias nas estações ferroviárias do Rio Grande do Sul foi de 2.994.189 toneladas úteis, uma queda de 36,7% em relação a 2015. Em 2023, a soja e o farelo de soja representavam 51,1% do total embarcado, com apenas 12 tipos de produtos[75]. Os dados demonstram que o modal ferroviário vem apresentando diminuição constante no total transportado, ao mesmo tempo em que a participação da soja e do farelo de soja, nesse total, apresenta crescimento.

Os dados de desembarque de mercadorias apresentam coerência com os de embarque. Em 2006, houve o desembarque de 6.625.822 toneladas úteis de mercadorias nas estações ferroviárias do Rio Grande do Sul, com 30 diferentes tipos de produtos[76]. Em 2015, o total desembarcado foi de 4.968.296 toneladas úteis, uma queda de 25,0%, com 23 tipos de produtos[77]. Por fim, em 2023, o total desembarcado foi de 3.345.502 toneladas úteis, com diminuição de 32,7% em relação a 2015. Em 2023, eram 13 diferentes tipos de produtos[78], com a soja e o farelo de soja representando 46% do total de desembarcado. O **Gráfico 17** demonstra a movimentação de cargas nas estações ferroviárias do Rio Grande do Sul entre 2006 e 2024.

---

[73] Adubo orgânico a granel; adubo orgânico acondicionado; álcool; algodão; alumínio; areia; bebidas e vasilhames; cimento acondicionado; contêiner cheio de 20 pés; contêiner cheio de 40 pés; contêiner vazio de 20 pés; contêiner vazio de 40 pés; farelo de soja; gasolina; arroz; milho; trigo; óleo diesel; óleo vegetal; combustíveis e derivados; extração vegetal e celulose; indústria cimenteira e construção; outros- produção agrícola; produtos siderúrgicos; produtos petroquímicos; soja; e toras de madeira;

[74] Adubo orgânico a granel; adubo orgânico acondicionado; álcool; clínquer; cloreto de potássio; contêiner cheio de 20 pés; contêiner cheio de 40 pés; contêiner vazio de 20 pés; contêiner vazio de 40 pés; farelo de soja; gasolina; arroz; milho; trigo; óleo diesel; outras – carga não conteinerizada; adubos e fertilizantes; extração vegetal e celulose; indústria cimenteira e construção; produtos siderúrgicos; soja; ureia; e veículos.

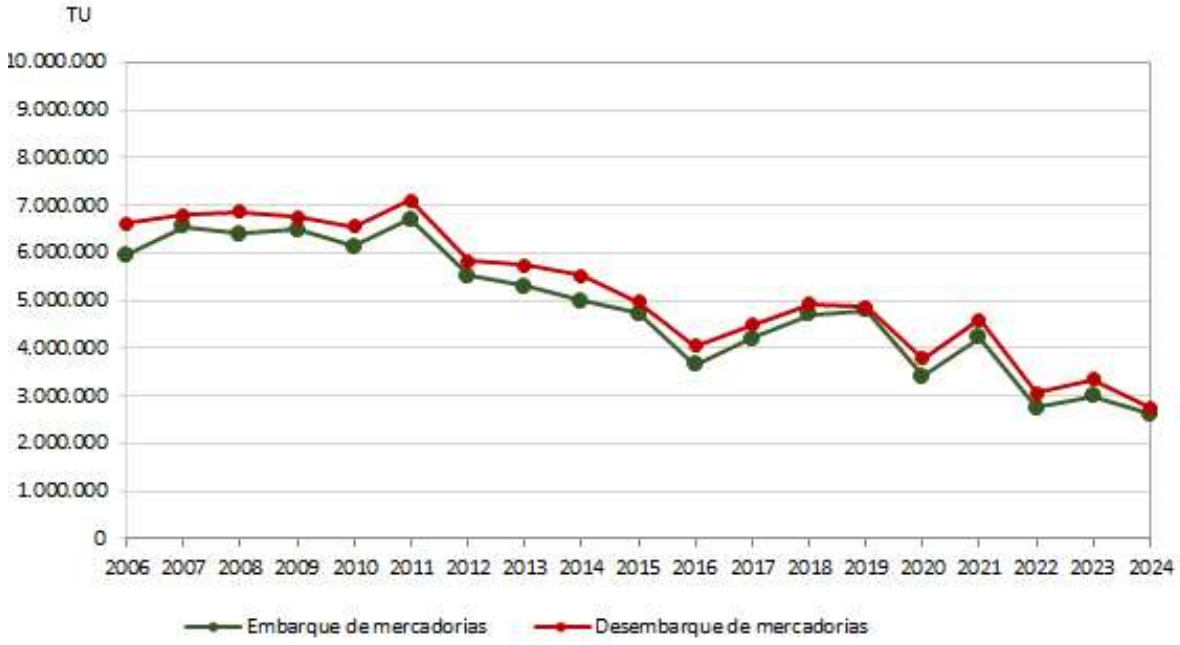
[75] Adubo orgânico a granel; álcool; cloreto de potássio; farelo de soja; fosfato; gasolina; milho; trigo; óleo diesel; produtos químicos; soja; e veículos.

[76] Açúcar; adubo orgânico a granel; adubo orgânico acondicionado; álcool; areia; calcário corretivo; cimento acondicionado; clínquer; contêiner cheio de 20 pés; contêiner cheio de 40 pés; contêiner vazio de 20 pés; contêiner vazio de 40 pés; farelo de soja; ferro gusa; gasolina; gesso; arroz; cevada; milho; trigo; óleo diesel; óleo vegetal; combustíveis e derivados; extração vegetal e celulose; indústria cimenteira e construção; produtos siderúrgicos; produtos petroquímicos; soja; toras de madeira; ureia.

[77] Adubo orgânico a granel; adubo orgânico acondicionado; álcool; cimento acondicionado; clínquer; cloreto de potássio; contêiner cheio de 20 pés; contêiner cheio de 40 pés; contêiner vazio de 20 pés; contêiner vazio de 40 pés; farelo de soja; ferro gusa; gasolina; milho; trigo; óleo diesel; carga geral não conteinerizada; adubos e fertilizantes; combustíveis e derivados; indústria cimenteira e construção; produtos siderúrgicos; soja; e ureia.

[78] Adubo orgânico a granel; álcool; clínquer; cloreto de potássio; farelo de soja; fosfato; gasolina; milho; trigo; óleo diesel; produtos químicos; soja; e veículos.

Gráfico 17: Embarque e desembarque de mercadorias nas estações ferroviárias do Rio Grande do Sul (2006-2024)



Fonte: ANTT

Também é importante afirmar que, após o desastre natural de 2024, trechos como entre Roca Sales e Vacaria, entre Roca Sales e Passo Fundo, entre Canoas e Rio Pardo e entre Rio Pardo e Santa Maria foram desativados. Esse processo acarretou na ausência de ligação da malha ferroviária do Rio Grande do Sul com a do restante do País e na consolidação de um único eixo de transporte de mercadorias nas ferrovias do Estado, entre Rio Grande e Cruz Alta, com o envio de fertilizantes para a região noroeste do Rio Grande do Sul e de grãos para o porto de Rio Grande, visando à exportação. Rotas importantes de transporte, como de combustíveis, da estação Pátio Industrial, em Canoas, em direção a Passo Fundo e a Santa Maria, passaram a ser realizadas através do modal rodoviário.

Os dados supracitados devem ser considerados quando da renovação da concessão da Malha Sul pelo Governo Federal, que expira em 2027. Segundo informações do Governo do Estado, o trecho inicial concedido era de 3.823 quilômetros. Antes das enchentes de 2024, eram 1.680 quilômetros operados. Após a calamidade, esse número havia passado para apenas 921 quilômetros[79]. Os

[79] RIO GRANDE DO SUL. **Governo do Estado articula defesa de ferrovias em reunião do Codesul.** Encontro em Curitiba debateu novas ações sobre a Malha Sul e alinhou estudo conjunto para fortalecimento do modal. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-articula-defesa-de-ferrovias-em-reuniao-do-codesul; Acesso em: 24.11.2025.

estados do Conselho de Desenvolvimento do Sul (CODESUL)[80] defendem um novo modelo de concessão da Malha Sul, no qual uma empresa principal seria responsável pela estrutura, incluindo os trilhos, e as operadoras logísticas teriam a responsabilidade de fazerem a gestão das viagens, pagando por este uso[81]. Esse modelo permitiria que a nova concessão fosse de toda a Malha Sul, e não de forma fatiada, conforme a proposta do Governo Federal.

Nesse sentido, as descontinuidades da malha ferroviária do Estado dificultam sobremaneira o escoamento da produção de diversas regiões do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, impedem a efetiva multimodalidade no transporte de cargas, sobrecarregando o modal rodoviário.

3. INTENSIFICAÇÃO DOS DESASTRES NATURAIS

No Rio Grande do Sul, nos últimos anos, observa-se uma intensificação dos desastres naturais, especialmente, os climatológicos, como estiagens e secas, hidrológicos, como alagamentos, inundações e enxurradas, e meteorológicos, como chuvas intensas. Em relação às estiagens, segundo o estudo *Desastres naturais no Rio Grande do Sul: estudo sobre as ocorrências no período 2003-2021*[82], são o resultado da falta, da redução ou do atraso das chuvas previstas para um determinado período. Caracterizam-se por serem menos intensas do que as secas, ocorrem em tempo menor e estão relacionadas com a redução do volume das reservas hídricas da superfície e do subsolo. Já as secas são uma escassez ou fraca distribuição da chuva de forma prolongada.

Segundo dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil[83], no período 1991-2024, o Rio Grande do Sul foi o segundo Estado com maior número de ocorrências

---

[80] O CODESUL foi criado em 1961 e, atualmente, é composto pelos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Tem como objetivo se constituir como um foro privilegiado de concertação em torno de questões comuns aos estados-membros.

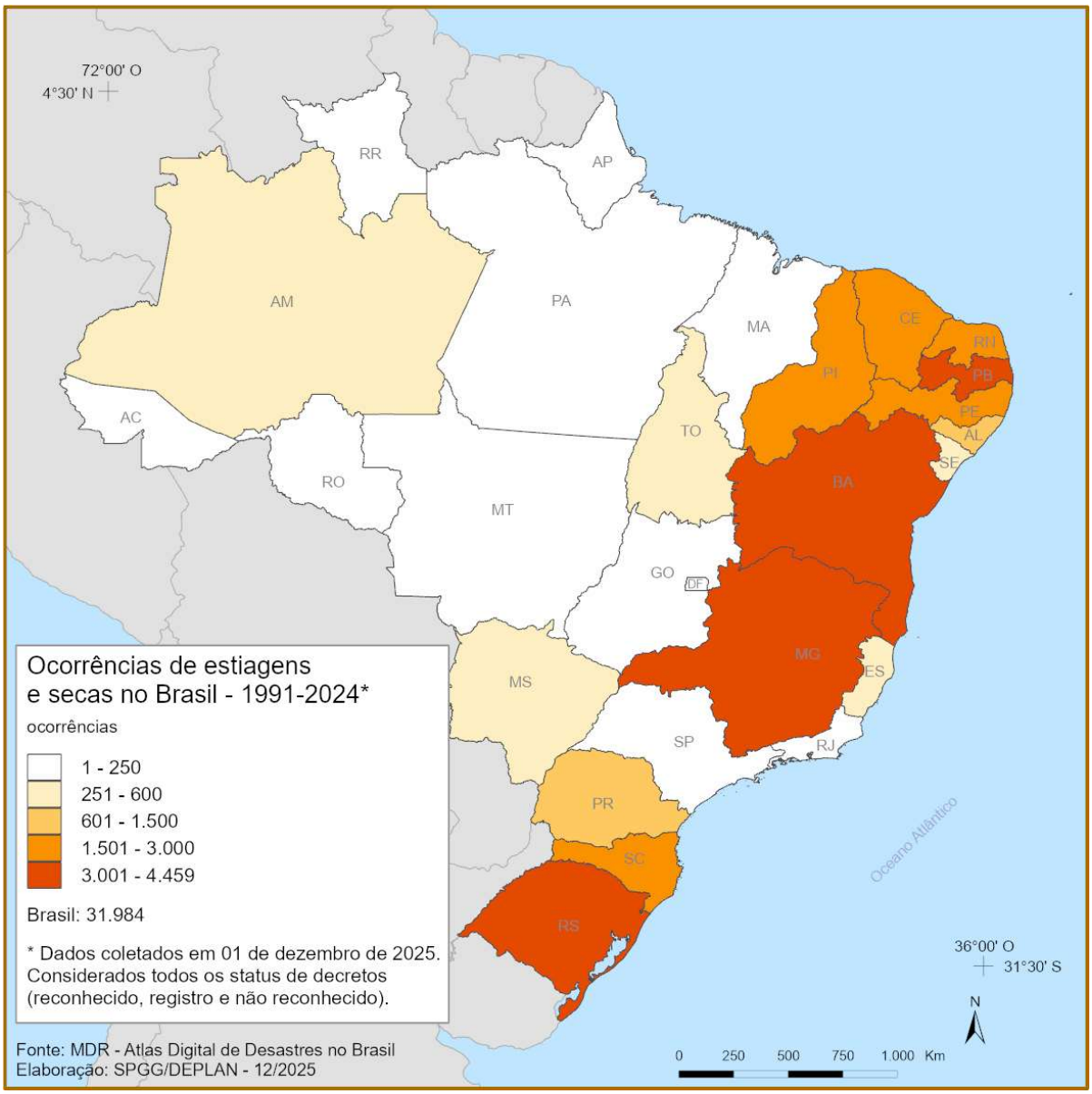
[81] GZH. **O novo modelo de concessão a ser proposto para o leilão das ferrovias do Sul.** Veja ainda o que diz o ofício no qual RS, SC e PR se colocam contra a proposta de fatiar os trilhos. 19 de dezembro de 2025. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2025/12/o-novo-modelo-de-concessao-a-ser-proposto-para-o-leilao-das-ferrovias-do-sul-cmjcupju201wp017b8iqlj9b6.html#:~:text=Um%20modelo%20de%20concess%C3%A3o%20das,viagens%2C%20pagando%20por%20este%20uso.. Acesso em: 19.12.2025.

[82] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Desastres naturais no Rio Grande do Sul:** estudo sobre as ocorrências no período 2003-2021. Porto Alegre: SPGG-RS. 2022. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/desastres-naturais-no-rio-grande-do-sul. Acesso em: 01.12.2025.

[83] BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Atlas digital de desastres no Brasil**. Disponível em: https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/mapa-interativo.xhtml. Acesso em: 01.12.2025.

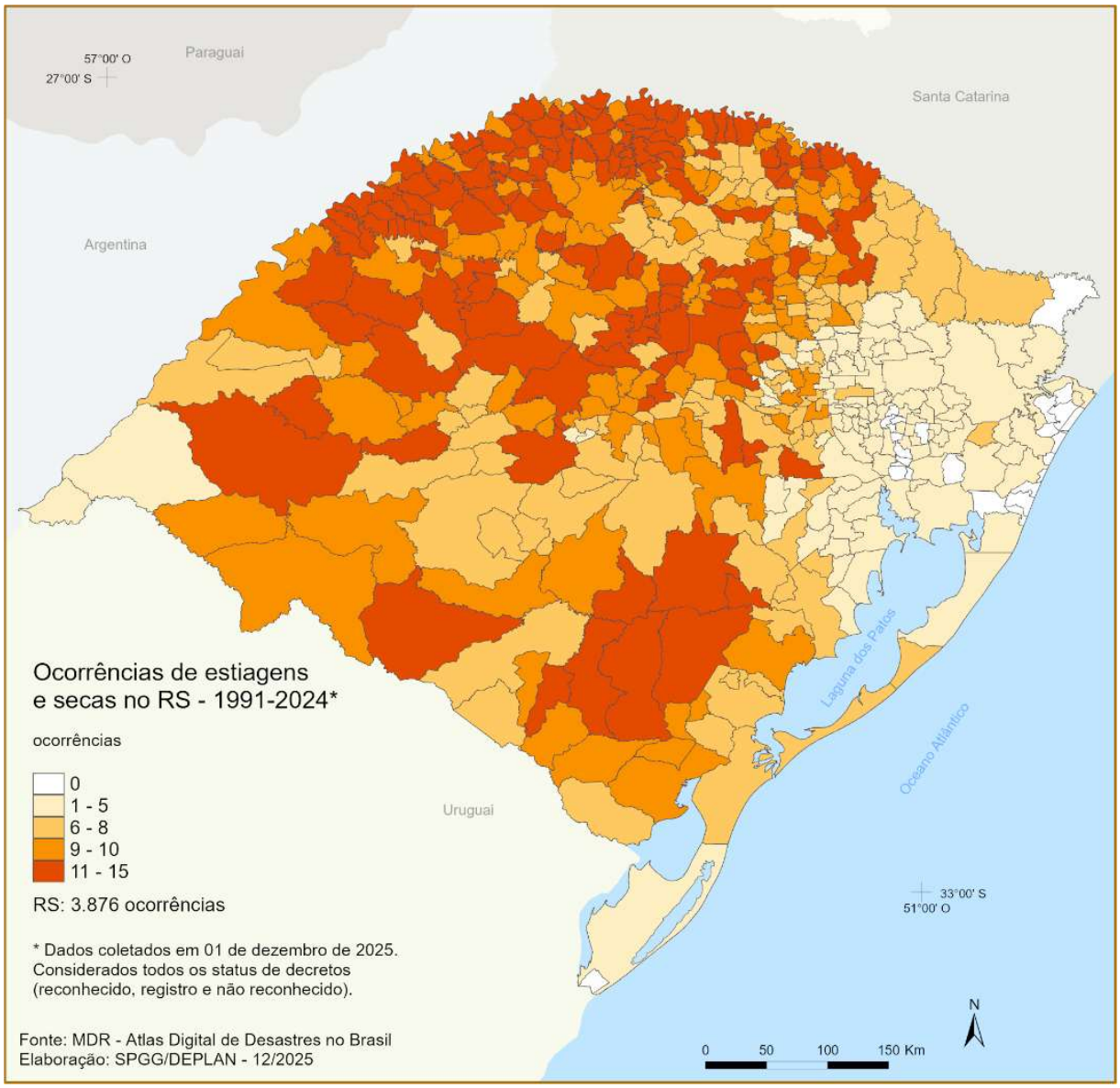
de estiagens e secas, com 3.876, o que equivalia a 12,1% do total nacional. O Estado da Bahia liderava, com 13,9%, também apresentando altos valores os estados de Minas Gerais e Paraíba, ambos com 11,5%. A **Figura 4** demonstra o número de ocorrências de estiagens e secas, no Brasil, no período 1991-2024.

Figura 4: Mapa das ocorrências de estiagens e secas no Brasil (1991-2024)



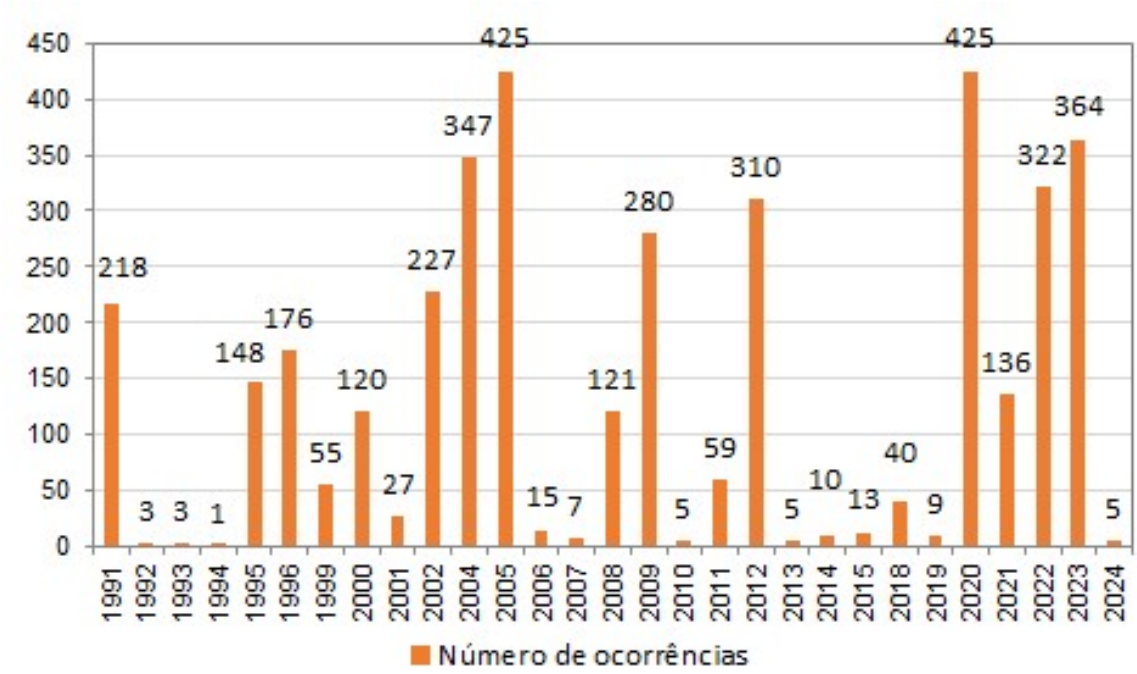
No Rio Grande do Sul, observa-se, a partir da **Figura 5**, que sua porção nordeste foi menos atingida por eventos de estiagens e secas entre 1991 e 2024. Por outro lado, alguns COREDEs se destacaram com maiores números: Norte, com 307 ocorrências, o que equivale a 7,9% do total de ocorrências no período; Missões, com 270 (7,0%); Vale do Taquari, com 260 (6,7%); e Médio Alto Uruguai, com 254 (6,6%).

Figura 5: Mapa das ocorrências de estiagens e secas no Rio Grande do Sul (1991-2024)



Também é importante afirmar que as ocorrências de estiagens e secas têm se intensificado nos últimos anos. O **Gráfico 18** demonstra esses números para o período 1991-2024. Nela, é possível observar que, aproximadamente, 32,2% das ocorrências de estiagens e secas tiveram lugar entre 2020 e 2023. Esse processo demanda ações para garantir a segurança hídrica do abastecimento urbano no Estado, assim como para amenizar as perdas nas culturas agrícolas, como a irrigação.

Gráfico 18: Ocorrências de estiagens e secas no Rio Grande do Sul (1991-2024)



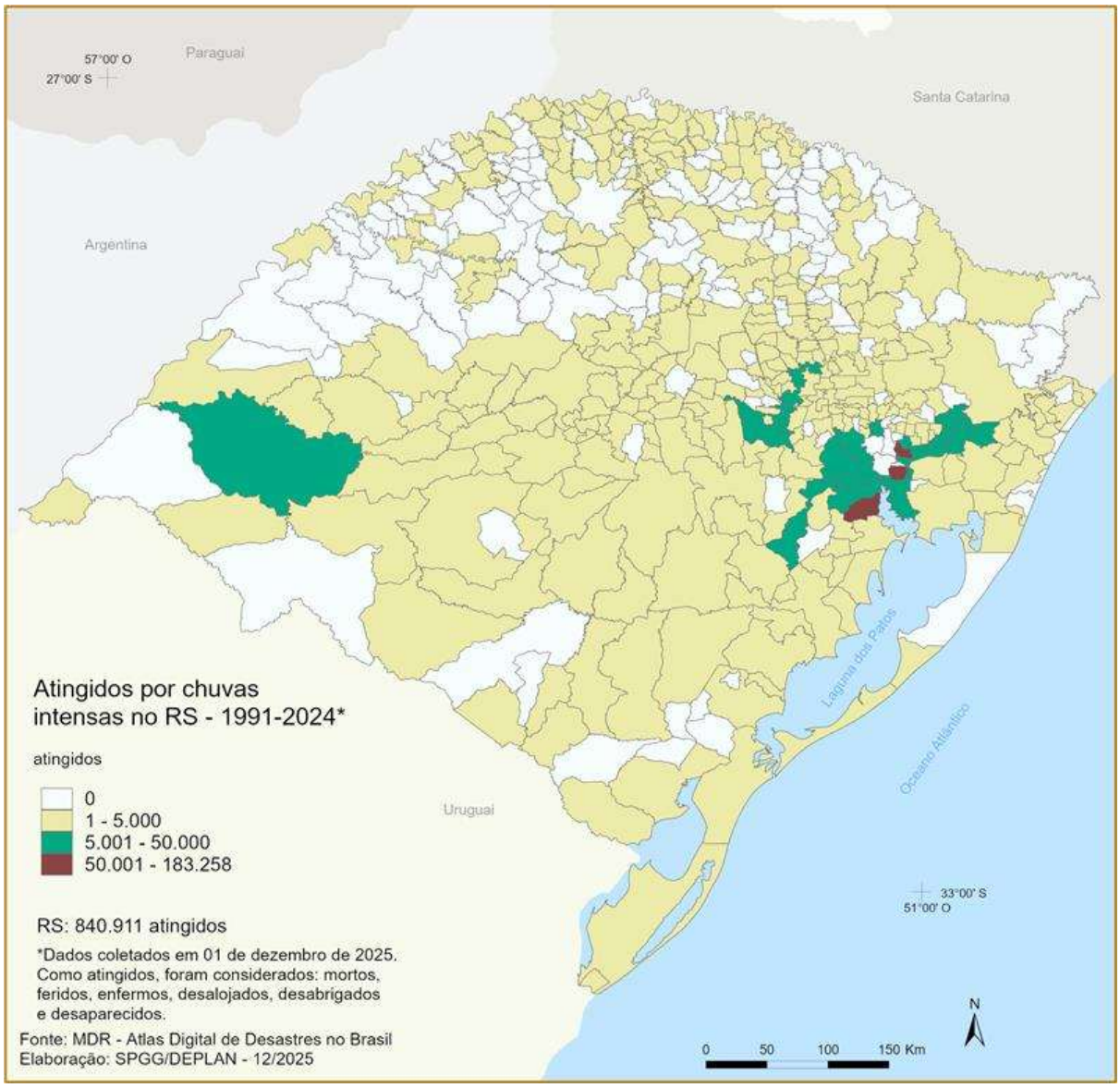
Fonte: MIDR

Outro tipo de ocorrência no qual o Rio Grande do Sul se destacou no período 1991-2024 foi o de chuvas intensas que, segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), são chuvas que ocorrem em acumulados significativos, causando múltiplos desastres, como inundações, movimentos de massa e enxurradas. Por causarem outros tipos de desastres, na base de dados Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), os dados desses eventos são registrados, em alguns casos, como chuvas intensas ou, em outros, com o tipo do evento deflagrado por essas chuvas.

Em relação aos danos humanos[84] causados por chuvas intensas, entre 1991 e 2024, o Rio Grande do Sul concentrou 29,6% do total do Brasil, que foi de 2.843.182 atingidos. Conforme é possível observar na **Figura 6**, a região do Vale do Rio dos Sinos concentrou a maior participação de danos humanos causados por chuvas intensas no Estado, com 48,7% do total. Esses danos foram decorrentes, principalmente, do evento de maio de 2024. Após, apareceram os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, com 15,6%, Paranhana Encosta da Serra, com 9,1%, e Vale do Taquari, com 8,9%. Também é importante destacar os COREDEs Vale do Rio Pardo, nos danos humanos por enxurradas, e Fronteira Oeste, nos dados humanos por inundações. Faz-se importante, assim, a estruturação de ações de prevenção e resposta para essas regiões, assim como de reconstrução para as regiões mais atingidas pelos eventos recentes.

[84] Considerados mortos, feridos, enfermos, desalojados, desabrigados e desaparecidos.

Figura 6: Mapa dos atingidos por chuvas intensas no Rio Grande do Sul (1991-2024)



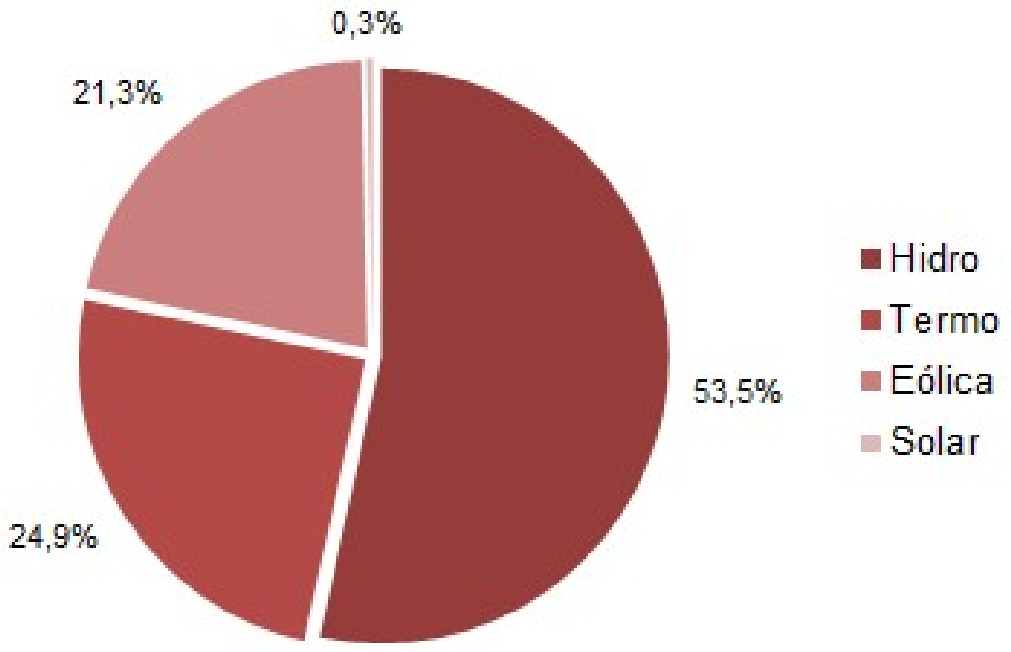
4. POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE ENERGIA LIMPA

Assim como o Brasil, o Rio Grande do Sul possui predominância de energia limpa em sua matriz energética. Segundo dados do *Balanço energético nacional 2025*[85], no que se refere à capacidade instalada de geração elétrica, predomina, no Estado, a geração de energia hídrica, com 53,5%. Após, aparecem a geração de

[85] BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. Ministério de Minas e Energia. **Balanço energético nacional 2025.** Ano base 2024. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2025. Acesso em: 03.12.2025.

energia térmica, com 24,9%, e a geração de energia eólica, com 21,3%. Em relação à matriz energética nacional, o Rio Grande do Sul possui uma menor participação da energia solar. No Brasil, a participação da energia solar é de 6,3%, enquanto no Rio Grande do Sul é de apenas 0,3%. A energia nuclear também possui pequena participação na matriz energética brasileira (1,0%), enquanto é inexistente no Rio Grande do Sul. O **Gráfico 19** demonstra a participação das diferentes fontes na capacidade instalada de geração elétrica do Rio Grande do Sul em 2024.

Gráfico 19: Participação das fontes na capacidade instalada de geração elétrica do Rio Grande do Sul (2024)



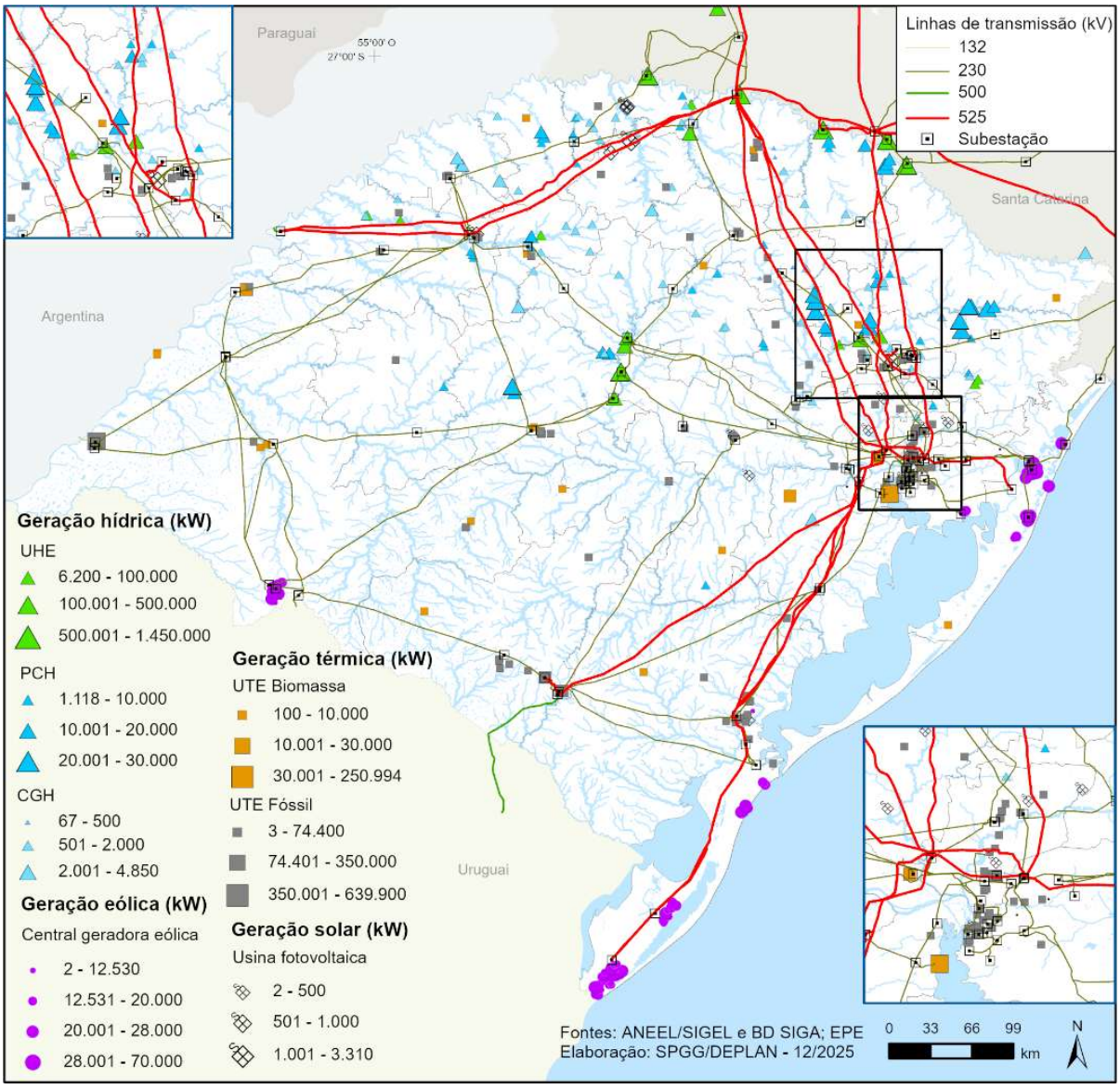
Nota: não inclui micro e mini geração distribuída.
Fonte: EPE/MME

A **Figura 7** demonstra a infraestrutura de geração e de transmissão de energia presente no Rio Grande do Sul. Essa infraestrutura faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN)[86], que propicia a transferência de energia entre os quatro subsistemas existentes no país[87].

[86] ONS. Operador Nacional do Sistema Elétrico. **O sistema interligado nacional**. Disponível em: https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-que-e-o-sin. Acesso em: 03.12.2024.

[87] Os quatro subsistemas são: Sul; Sudeste/Centro-Oeste; Nordeste; e a maior parte da região Norte.

Figura 7: Mapa da infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica do Rio Grande do Sul



Estudos publicados pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA-RS) permitem identificar a situação atual e as potencialidades da energia renovável no Rio Grande do Sul. Também é importante citar o *Book de Oportunidades e Investimentos em Transição Energética do Rio Grande do Sul*, publicado pela Invest RS em novembro de 2025[88], no qual constam 44 oportunidades de 35 empresas ou organizações para investimentos em energia limpa no Rio Grande do Sul, o que totaliza um potencial de R$ 57,6 bilhões.

[88] INVEST RS. **Book de oportunidades e investimentos em transição energética do Rio Grande do Sul.** Novembro de 2025. Disponível em: https://investrs.org.br/books-de-oportunidades-e-investimentos/. Acesso em: 19.12.2025.

Em relação à energia hídrica, o *Atlas Hidroenergético do Rio Grande do Sul 2024*[89] define o conceito de Potencial Hidrelétrico Total (PHT), que abrange o Potencial Hidrelétrico Outorgado (PHO), incluindo os potenciais já outorgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e o Potencial Hidrelétrico Remanescente (PHR), que consiste na parcela prospectada no Atlas. O PHT se diferencia do Potencial Passível de Aproveitamento (PPA), que é o potencial ainda disponível para ser aproveitado, considerando restrições técnicas, ambientais e sociais (unidades de conservação, áreas quilombolas, assentamentos rurais, terras indígenas, áreas urbanas e trechos de rios inaptos para licenciamento). Nesse sentido, difere também do PHR, que considera apenas as restrições físicas para aproveitamento da energia hídrica.

Em relação ao PHT, destacam-se, com maiores potenciais, os COREDEs Norte, com 1.418 megawatts (MW), Médio Alto Uruguai, com 1.153 MW, e Central, com 1.084 MW. No entanto, quando considerado apenas o PPA, os COREDEs Médio Alto Uruguai, com 398 MW, Serra, com 290 MW, e Hortênsias, com 265 MW, lideram.

No que se refere à geração de energia eólica, observa-se que ela está presente, principalmente, nos COREDEs Sul, Litoral e Fronteira Oeste. No entanto, segundo o *Atlas Eólico do Rio Grande do Sul*[90], o COREDE Campos de Cima da Serra também possui áreas promissoras para a implantação de parques eólicos, especialmente, nas proximidades de Bom Jesus e de São José dos Ausentes. A Região Centro Sul também apresenta uma área promissora para a instalação de parques eólicos, ao sul de Arambaré, às margens da Laguna dos Patos. No COREDE Fronteira Oeste, o Atlas indica que toda a área da coxilha de Santana, entre Santana do Livramento e Uruguaiana, é promissora para a instalação de parques eólicos.

Em relação à produção de biomassas, o *Atlas das Biomassas do Rio Grande do Sul*[91] aponta que o COREDE Fronteira Oeste é o que mais possui biomassas residuais no Estado, destacando-se os dejetos de bovinos. Também afirma que o COREDE Sul é o que detém a segunda maior quantidade de biomassas, com geração anual estimada em torno de 7,4 milhões de toneladas. Dessas, 6,2 milhões de toneladas equivalem a dejetos de bovinos, principalmente, em Canguçu, Piratini e Rio Grande. Dessa forma, possui um alto potencial de conversão dessa biomassa em energia. O Atlas também indica a alta geração de biomassa em aterro sanitário do COREDE Centro Sul, localizado em Minas do Leão, com 1,3 milhão de toneladas ao

---

[89] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **Atlas hidroenergético do Rio Grande do Sul 2024**. Disponível em: https://iede.rs.gov.br/portal/apps/storymaps/stories/b50a71e3d1004fa2be613def208058e9. Acesso em: 03.12.2025.

[90] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento. **Atlas eólico do Rio Grande do Sul**. 2014. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/atlas-de-energias-renovaveis. Acesso em: 03.12.2025.

[91] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Minas e Energia. **Atlas das biomassas do Rio Grande do Sul para produção de biogás e biometano.** 2016. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/atlas-de-energias-renovaveis. Acesso em: 03.12.2025.

ano. Em setembro de 2025, entrou em operação, em Minas do Leão, a primeira planta de produção de biometano em um aterro sanitário do Rio Grande do Sul[92].

Por sua vez, em relação à energia solar, o *Atlas Solar do Rio Grande do Sul*[93] indica inúmeras regiões com alta produtividade fotovoltaica anual, mas que possuem intensa atividade agrícola, a qual reduz as áreas disponíveis para implantação de sistemas de aproveitamento solar nas áreas não urbanas. Nesse sentido, regiões mais voltadas à pecuária e com alta produtividade fotovoltaica anual, como os COREDEs Fronteira Oeste, Campanha e Sul, demonstram maior potencial para instalação de painéis fotovoltaicos.

Por fim, destaca-se a iniciativa do Governo do Estado de criação do Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Hidrogênio Verde (H2V)[94]. O programa tem como objetivos apoiar empreendimentos e propor e implementar políticas públicas para o desenvolvimento do setor no Estado. Em 2025, foi publicado o Edital de chamada pública nº 1/2025 do Programa, com o objetivo de subvencionar economicamente projetos com soluções inovadoras que contribuam para viabilização da produção, transmissão, armazenagem e uso do hidrogênio verde no Estado[95]. Quatro projetos foram selecionados, contando com investimento de R$ 100 milhões via Badesul[96].

---

[92] GLOBO.COM. **Inaugurada primeira usina do RS que transforma lixo orgânico de aterro em gás natural renovável**; saiba como vai funcionar. Biometano produzido em planta inaugurada em Minas do Leão pode gerar energia elétrica e combustíveis. Outras unidades devem ser inauguradas até 2030, diz empresa. 15 de setembro de 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/09/15/inaugurada-primeira-usina-do-rs-que-transforma-lixo-organico-de-aterro-em-gas-natural-renovavel-saiba-como-vai-funcionar.ghtml. Acesso em: 03.12.2025.

[93] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Minas e Energia. **Atlas solar do Rio Grande do Sul**. 2018. Disponível em: https://atlassolarrs.com/. Acesso em: 03.12.2025.

[94] RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n˚57.173, de 31 de agosto de 2023**. Institui o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Hidrogênio Verde no Estado do Rio Grande do Sul. H_2V-RS. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=73638&hTexto=&Hid_IDNorma=73638. Acesso em: 03.12.2025.

[95] RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Descarbonização**: a estratégia do RS para reduzir os impactos ambientais no planeta. 2 de junho de 2025. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202506/2025-06-02-govrs-sema-descarbonizacao-v12.pdf. Acesso em: 03.12.2025.

[96] RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Governador Eduardo Leite anuncia resultado final do edital de hidrogênio verde**. Com investimento de R$ 100 milhões, RS consolida primeiro programa estadual de fomento à descarbonização industrial no Brasil. 31 de outubro de 2025. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/governador-eduardo-leite-anuncia-resultado-final-do-edital-de-hidrogenio-verde. Acesso em: 03.12.2025.

EXECUÇÃO DO PLANO RIO GRANDE

PRÓLOGO: EXECUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E RESILIÊNCIA COMO AGENDA DE ESTADO

Pensar a execução do Plano Rio Grande no exercício de 2025 implica, necessariamente, reconhecer que o Estado do Rio Grande do Sul atravessa um processo histórico singular, marcado por um evento climático extremo de magnitude inédita e por seus desdobramentos estruturais de médio e longo prazo. A resposta estatal a esse evento não se limita à recomposição pontual de danos materiais, mas envolve também a reconstrução de capacidades institucionais, territoriais, sociais, econômicas e ambientais sob uma nova lógica de planejamento público.

A execução do Plano Rio Grande representa, assim, um processo contínuo de reorganização do Estado frente a uma realidade climática que impõe novos padrões de risco, frequência e intensidade de eventos hidrometeorológicos extremos. Trata-se de um movimento que articula resposta, recuperação, adaptação e preparação, orientado por evidências técnicas, produção científica e experiências nacionais e internacionais consolidadas.

Diferentemente de processos tradicionais de reconstrução pós-desastre, o Plano Rio Grande foi concebido desde sua origem como um instrumento de reconstrução resiliente. Isso significa que suas ações não se orientam apenas pela reposição de ativos perdidos, mas pela transformação de estruturas defasadas, fragilizadas ou vulnerabilizadas, que já não respondiam adequadamente às exigências do contexto climático contemporâneo. A reconstrução proposta não busca restaurar o passado, mas reorganizar o presente para proteger o futuro.

Essa abordagem parte do reconhecimento de que o desastre de 2024 não foi um evento isolado, mas a expressão concreta de um processo mais amplo de intensificação das mudanças climáticas globais. Nesse cenário, governos subnacionais assumem um papel central na formulação e execução de políticas públicas capazes de reduzir riscos, proteger populações vulneráveis, reorganizar territórios e garantir a continuidade dos serviços essenciais. A atuação estatal exige, portanto, decisões estratégicas, coordenação interinstitucional e alocação de recursos humanos, técnicos e financeiros em escala compatível com a complexidade dos desafios enfrentados.

A execução do Plano Rio Grande em 2025 ocorre em um momento de transição entre a resposta emergencial imediata para uma etapa de recuperação estruturada, ancorada em planejamento, governança e investimentos de médio e longo prazo. Nesse contexto, o Plano de Investimentos do Estado assume papel

central como instrumento operacional da estratégia de reconstrução e adaptação climática, orientando a priorização de projetos, a alocação de recursos e o acompanhamento da execução.

Ao longo de 2025, o Plano Rio Grande consolidou-se como uma carteira dinâmica de projetos, capaz de incorporar novas iniciativas, ajustar eixos estratégicos e responder a demandas emergentes identificadas ao longo do processo de reconstrução. Essa flexibilidade não representa improvisação, mas sim a aderência às melhores práticas internacionais de gestão de riscos e desastres, que reconhecem a natureza prolongada e evolutiva dos processos de recuperação pós-eventos extremos.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul uma visão sistematizada da execução do Plano Rio Grande no exercício de 2025, com foco na operacionalização das ações a partir do Plano de Investimentos. Para tanto, recupera-se o contexto dos eventos climáticos que deram origem ao Plano, descrevem-se sua estrutura institucional e financeira, detalha-se a reorganização estratégica ocorrida em 2025 e analisam-se as ações e projetos desenvolvidos em cada um dos eixos estruturantes.

Ao fazê-lo, busca-se não apenas prestar contas da execução das políticas públicas implementadas, mas também explicitar as escolhas estratégicas realizadas pelo Estado, os critérios técnicos adotados, os desafios enfrentados e os aprendizados incorporados ao longo do processo. A execução do Plano Rio Grande constitui, assim, uma agenda de Estado voltada à proteção da população, à sustentabilidade do desenvolvimento e ao fortalecimento da capacidade institucional frente aos desafios impostos pela emergência climática.

BREVE RETORNO AOS EVENTOS CLIMÁTICOS DE 2024: CONTEXTO, DINÂMICA E IMPACTOS ESTRUTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

1. Eventos hidrometeorológicos extremos e mudanças climáticas

Os eventos hidrometeorológicos registrados no Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024 inserem-se em um contexto mais amplo de intensificação das mudanças climáticas globais, caracterizado pelo aumento da frequência, duração e intensidade de episódios extremos de precipitação. A literatura científica recente aponta que a elevação da temperatura média global intensifica o ciclo hidrológico, aumentando a capacidade da atmosfera de reter o vapor de água e,

consequentemente, potencializando eventos de chuvas concentradas e persistentes (IPCC, 2023[97]; Marengo et al., 2024[98]).

No caso do Rio Grande do Sul, estudos indicam que a região já vinha apresentando, nas últimas décadas, uma maior variabilidade pluviométrica, com alternância entre períodos de estiagem severa e episódios de precipitação extrema. Esse fenômeno foi agravado pela atuação de sistemas atmosféricos de grande escala e por anomalias oceânicas associadas ao *El Niño*–Oscilação Sul (ENOS) (Reboita et al., 2024)[99].

O evento de 2024 configurou-se, portanto, como a materialização de um cenário de risco já apontado por diferentes centros de pesquisa e órgãos de monitoramento, exigindo uma resposta estatal compatível com sua complexidade e com seus impactos sistêmicos.

2. Cronologia e dinâmica do evento extremo de abril e maio de 2024

A madrugada do dia 26 de abril de 2024 marca o início de um dos períodos mais críticos da história climática recente do Rio Grande do Sul. A partir dessa data, instalou-se um padrão de chuvas intensas e persistentes que se estendeu por vários dias consecutivos, com agravamento significativo entre 29 de abril e 3 de maio, quando foram registrados acumulados diários superiores a 200 mm em diversas regiões do Estado, conforme dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN).

Após um breve intervalo, novas precipitações intensas retornaram a partir de 11 de maio, agravando ainda mais a situação hidrológica já crítica. De acordo com registros consolidados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do CEMADEN e do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), os volumes acumulados de chuva atingiram valores entre 400 mm e 900 mm em menos de duas semanas, em alguns pontos do território estadual (Collischonn et al., 2024)[100].

---

[97] INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). AR6 – Sixth Assessment Report. Geneva: IPCC, 2023.

[98] MARENGO, José A. et al. Eventos extremos de precipitação e cheias no Sul do Brasil: diagnóstico e perspectivas. Relatório Técnico. São Paulo: INPE, 2024.

[99] REBOITA, Michelle S. et al. A Multi-Scale Analysis of the Extreme Precipitation in Southern Brazil in April/May 2024. Atmosphere, 15(9), 1123. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/atmos15091123. Acesso em: 12 dez. 2025.

[100] COLLISCHONN, Walter et al. Critérios hidrológicos para adaptação à mudança climática: chuvas e cheias extremas na Região Sul do Brasil. Nota Técnica. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Pesquisas Hidráulicas, 2024.

Esses volumes excederam de forma significativa as médias históricas e os parâmetros dos projetos de grande parte da infraestrutura existente, evidenciando fragilidades estruturais e limitações dos sistemas de drenagem, contenção e controle de cheias.

A persistência e a concentração das chuvas provocaram uma resposta hidrológica simultânea e generalizada nas principais bacias hidrográficas do Estado. Os rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí, que convergem para o Lago Guaíba, apresentaram elevações rápidas e sucessivas de seus níveis, resultando em transbordamentos de grande magnitude.

O ápice desse processo ocorreu em 5 de maio de 2024, quando o nível do Lago Guaíba atingiu 5,35 metros, superando em 59 centímetros o maior registro histórico até então documentado, ocorrido em 1941 (Reboita et al., 2024; Marengo et al., 2024). Esse dado, por si só, evidencia o caráter excepcional do evento e sua condição de marco hidrológico para o Estado.

Gráfico 20 - Variabilidade diária das chuvas no RS (23 de abril a 31 de maio de 2024)

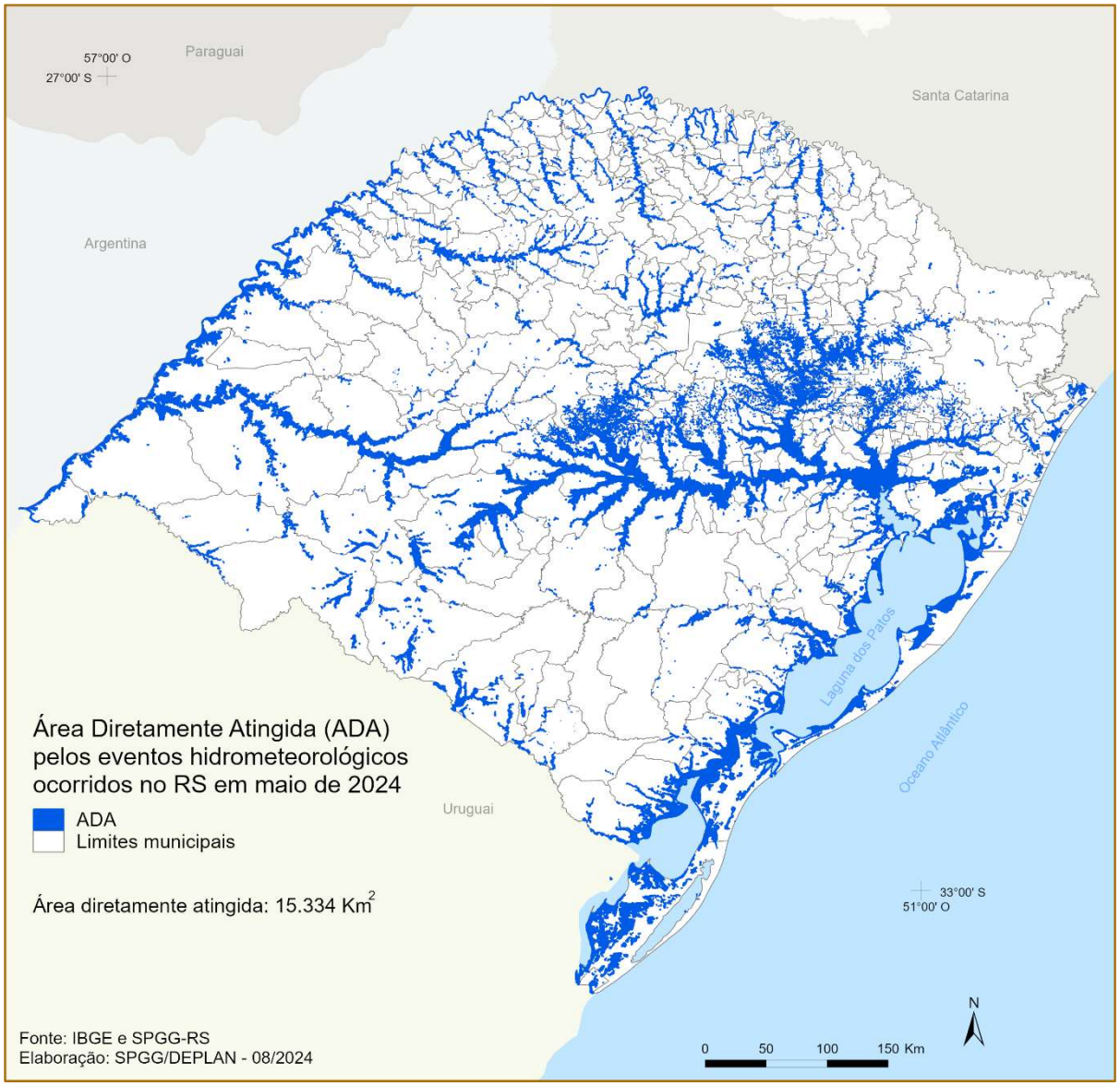
Fonte: CEMADEN (2024).[101]

A visualização cartográfica elaborada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), por meio do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP), permitiu identificar as Áreas Diretamente Atingidas (ADA) pelos eventos hidrometeorológicos de 2024. As regiões mais impactadas concentram-se nas porções norte, nordeste e central do Estado, correspondendo à Região Hidrográfica

[101] CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTA DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). Notas técnicas sobre os eventos extremos no Sul do Brasil em 2024. São José dos Campos: CEMADEN, 2024.

do Guaíba, que abrange as bacias dos rios Alto Jacuí, Baixo Jacuí, Taquari-Antas, Caí, Sinos, Gravataí, Lago Guaíba, Pardo, Vacacaí e Vacacaí-Mirim. Embora com menor intensidade, também foram registrados impactos relevantes em bacias pertencentes à Região Hidrográfica do Rio Uruguai.

Figura 8 – Mapa das Áreas Diretamente Atingidas (ADA)



Fonte: Mapa Único Plano Rio Grande (MUP), 2024. Elaboração SPGG.[102]

[102] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP). Porto Alegre: SPGG, 2024. Disponível em: https://mup.rs.gov.br. Acesso em: 13 dez. 2024.

3. Impactos sociais, econômicos, ambientais e institucionais

Os impactos decorrentes do evento de 2024 foram extensos e multidimensionais. Do total de 497 municípios do Rio Grande do Sul, 357 municípios declararam situação de emergência, 95 municípios declararam estado de calamidade pública e mais de 90% do território estadual foi diretamente afetado em diferentes graus de intensidade.

A catástrofe produziu milhares de famílias desabrigadas e desalojadas, interrupções severas na mobilidade urbana e intermunicipal, danos estruturais à infraestrutura viária, energética e de saneamento, perdas significativas no setor primário e em cadeias produtivas estratégicas, comprometimento de serviços públicos essenciais e impactos ambientais profundos e de difícil reversão.

Além dos danos materiais, o evento deixou marcas sociais e humanas de difícil mensuração, exigindo do Estado não apenas ações de resposta imediata, mas um esforço prolongado de reconstrução e reorganização territorial.

Diante da magnitude dos impactos, o Governo do Estado declarou estado de calamidade pública por meio do Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024, posteriormente reeditado e prorrogado por novos decretos ao longo de 2024 e 2025, reconhecendo o caráter prolongado da crise.

O reconhecimento federal ocorreu por meio da Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, e pelo Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, viabilizando a atuação integrada entre os entes federativos e a adoção de medidas excepcionais de gestão fiscal, financeira e administrativa.

4. Implicações para o planejamento e a atuação do Estado

O evento de 2024 evidenciou que os desastres climáticos contemporâneos não produzem impactos pontuais, mas desencadeiam crises sistêmicas, que afetam simultaneamente a infraestrutura, a economia, a governança e a coesão social. Desastres, no geral, podem ser entendidos como produtos inerentes às transformações e ao crescimento da sociedade humana. São eventos adversos que impactam de maneira relevante os grupos sociais.

Esses eventos apontam, sobretudo, para fragilidades e vulnerabilidades que de outra forma, possivelmente, não seriam notadas. Essa constatação reforçou a necessidade de um instrumento estruturado, integrado e de longo prazo, o Plano Rio Grande, capaz de articular uma resposta emergencial, além da recuperação, adaptação e preparação do Estado.

Os aprendizados decorrentes desse episódio fundamentaram a concepção de uma estratégia que reconhece o desastre como um processo prolongado, e não como

um evento isolado, exigindo do Estado a capacidade contínua de planejamento, execução e adaptação.

INSTITUIÇÃO DO PLANO RIO GRANDE: FUNDAMENTOS LEGAIS, ARQUITETURA DE GOVERNANÇA E ARRANJOS DE FINANCIAMENTO

1. A institucionalização do Plano Rio Grande como resposta estrutural à crise climática

A magnitude e a complexidade dos eventos hidrometeorológicos extremos ocorridos em 2024 impuseram ao Estado do Rio Grande do Sul a necessidade de uma resposta que extrapolasse os instrumentos tradicionais de enfrentamento a desastres. A superposição de impactos sociais, econômicos, ambientais e institucionais revelou os limites evidentes das ações fragmentadas, de curto prazo e setorializadas, demandando a construção de uma estratégia integrada, transversal e orientada para o médio e longo prazo.

É nesse contexto que se insere a criação do Plano Rio Grande, concebido como uma política pública estruturante, de caráter excepcional, voltada à reconstrução, adaptação e fortalecimento da resiliência climática do Estado, articulando ações emergenciais, recuperação da capacidade produtiva, reorganização territorial e preparação para eventos futuros.

O Plano Rio Grande consolida-se, assim, como um marco institucional na gestão pública estadual, ao reconhecer explicitamente a crise climática como variável central do planejamento governamental e ao incorporar uma lógica de reconstrução resiliente, alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais em gestão de riscos e desastres.

2. Fundamentos legais e normativos do Plano Rio Grande

O Plano Rio Grande foi instituído pela Lei Estadual nº 16.134[103], de 24 de maio de 2024, que estabeleceu suas diretrizes, objetivos, instrumentos e estrutura de governança. A referida lei define o Plano como um programa estratégico destinado a coordenar e executar ações voltadas à mitigação dos impactos decorrentes de eventos climáticos extremos, bem como à adaptação do Estado às novas condições impostas pelas mudanças climáticas.

[103] **Lei Estadual nº 16.134/2024** – Institui o Plano Rio Grande e o FUNRIGS.

Entre os principais objetivos definidos em lei, destacam-se a reconstrução de infraestruturas públicas essenciais afetadas pelos eventos extremos, a realocação e proteção de populações em situação de vulnerabilidade, o fortalecimento da resiliência climática dos territórios, a recuperação e reativação da atividade econômica e a promoção de um desenvolvimento sustentável, orientado pela redução de riscos futuros.

A regulamentação da Lei nº 16.134/2024 ocorreu por meio de decretos estaduais subsequentes, que detalharam a operacionalização do Plano, sua governança, seus fluxos decisórios e os critérios de elegibilidade dos projetos integrantes da carteira.

A institucionalização do Plano Rio Grande também dialoga diretamente com o arcabouço federal de enfrentamento a calamidades públicas, especialmente no que se refere à articulação federativa, ao acesso a instrumentos excepcionais de gestão fiscal e à compatibilização com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Elemento central para a viabilização do Plano Rio Grande, o Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS) foi instituído pela mesma Lei nº 16.134/2024 como um fundo público especial, de natureza orçamentária, financeira e contábil, destinado exclusivamente ao financiamento das ações, projetos e programas vinculados ao Plano.

O FUNRIGS foi concebido para conferir previsibilidade, transparência e rastreabilidade à aplicação dos recursos, assegurando que os investimentos realizados mantenham nexo direto de causalidade com os impactos decorrentes dos eventos climáticos extremos que atingiram o Estado.

A principal fonte de recursos do FUNRIGS decorre da renegociação da dívida do Estado com a União, autorizada pela Lei Complementar nº 206[104], de 16 de maio de 2024, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 12.118[105], de 24 de maio de 2024.

Esses instrumentos autorizaram a postergação do pagamento do principal e do serviço da dívida do Estado com a União pelo período de 36 meses, a redução temporária da taxa de juros incidente sobre os contratos e a vinculação dos valores economizados exclusivamente ao financiamento de ações relacionadas à calamidade pública. Além dessa fonte principal, o FUNRIGS pode receber recursos provenientes de transferências voluntárias, doações de entes públicos e privados, rendimentos financeiros e outras fontes legalmente admitidas.

---

[104] **Lei Complementar nº 206/2024** – Renegociação da dívida com a União

[105] **Decreto Federal nº 12.118/2024** – Regulamentação da LC nº 206/2024.

3. Arquitetura de governança do Plano Rio Grande

A governança do Plano Rio Grande foi estruturada com o objetivo de garantir a coordenação interinstitucional, a tomada de decisão qualificada, o controle social e a transparência na execução. Trata-se de um arranjo multinível, que articula instâncias deliberativas, executivas, consultivas e de fiscalização.

a) Comitê Gestor Do Plano Rio Grande:

No núcleo da governança está o Comitê Gestor, instância máxima de deliberação estratégica do Plano, coordenada diretamente pelo Governador do Estado. Compete ao Comitê Gestor: definir diretrizes estratégicas, deliberar sobre a inclusão, exclusão ou readequação de projetos na carteira do Plano, autorizar a vinculação de projetos ao Plano de Investimentos e ao FUNRIGS e acompanhar a execução das ações e avaliar seus resultados.

O Comitê Gestor atua como espaço de articulação entre os poderes estadual, federal e municipal, assegurando alinhamento institucional e integração federativa.

b) Secretaria Executiva Do Plano Rio Grande

A execução operacional do Plano é coordenada pela Secretaria Executiva do Plano Rio Grande (SERG), concebida como um escritório estratégico de projetos, responsável por articular as secretarias finalísticas e demais órgãos executores, apoiar a formulação técnica dos projetos, analisar modelos de contratação e financiamento, acompanhar cronogramas, metas e indicadores e consolidar informações para subsidiar as decisões do Comitê Gestor.

A SERG desempenha um papel central na transformação das diretrizes estratégicas do Plano em projetos executáveis, assegurando coerência técnica, aderência normativa e viabilidade financeira.

c) Conselho Do Plano Rio Grande

O Conselho do Plano Rio Grande constitui o principal espaço de participação social e interlocução com a sociedade civil organizada. Composto por centenas de representantes de entidades, movimentos sociais, setor produtivo, academia e organizações da sociedade civil, o Conselho atua por meio de câmaras temáticas, responsáveis por receber demandas e propostas da sociedade, debater problemáticas setoriais e territoriais, encaminhar recomendações ao Comitê Gestor e acompanhar a implementação das ações.

Esse arranjo confere legitimidade social ao Plano e fortalece seu caráter democrático e participativo.

d) Comitê Científico De Adaptação E Resiliência Climática

O Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática integra a governança do Plano com função consultiva e propositiva, reunindo especialistas, pesquisadores e representantes de instituições científicas e tecnológicas.

Suas atribuições incluem a avaliação da consistência técnica e científica dos projetos, o aprimoramento metodológico, subsídio para decisões estratégicas com base em evidências e o acompanhamento de tendências climáticas e de risco.

O Comitê Científico tem e teve papel decisivo, especialmente em 2025, na revisão conceitual e na reorganização dos eixos estruturantes do Plano Rio Grande, influenciando diretamente a atualização do Plano de Investimentos.

e) Conselho Do Funrigs

O Conselho do FUNRIGS, instituído pela Lei nº 16.134/2024, exerce funções consultivas e fiscalizatórias sobre a aplicação dos recursos do Fundo. Sua atuação visa assegurar a conformidade legal e aderência aos objetivos do Plano, a transparência na alocação dos recursos, o controle social e o *accountability*.

4. O Plano Rio Grande como política pública contínua e adaptativa

Desde sua concepção, o Plano Rio Grande foi estruturado como uma carteira dinâmica de projetos, reconhecendo que o processo de recuperação pós-desastre e adaptação climática é marcado por incertezas, novos diagnósticos e demandas emergentes.

Esse caráter adaptativo está expresso na possibilidade de inclusão contínua de novos projetos por meio de resoluções do Comitê Gestor, na atualização periódica do Plano de Investimentos e na incorporação das recomendações técnicas e científicas produzidas ao longo da execução.

O Plano Rio Grande, portanto, não se limita a uma resposta conjuntural, mas se consolida como instrumento permanente de planejamento estratégico, orientado para a redução de riscos, a proteção da população e a sustentabilidade do desenvolvimento estadual.

O PLANO DE INVESTIMENTOS COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE EXECUÇÃO DO PLANO RIO GRANDE

1. O Plano de Investimentos como eixo estruturante da execução

A execução do Plano Rio Grande encontra no Plano de Investimentos dos Recursos Oriundos da Postergação da Dívida do Estado com a União seu principal instrumento de operacionalização. Mais do que um anexo financeiro, o Plano de Investimentos constitui-se como um instrumento estratégico de planejamento, gestão e governança, responsável por traduzir diretrizes políticas e técnicas em ações concretas, dotadas de recursos, cronogramas e responsabilidades definidas.

Em um contexto pós-desastre de grande magnitude, no qual coexistem demandas emergenciais, a reconstrução de ativos públicos, a reorganização territorial e a necessidade de preparação para eventos futuros, o Plano de Investimentos cumpre o papel de ordenar prioridades, garantir a coerência intersetorial e assegurar a rastreabilidade da aplicação dos recursos do FUNRIGS.

Sua elaboração e atualização observam, de forma estrita, o disposto na Lei Complementar Federal nº 206/2024[106] e no Decreto Federal nº 12.118/2024[107], que condicionam a utilização dos recursos economizados com a postergação da dívida à execução de ações diretamente relacionadas à calamidade pública reconhecida.

A primeira versão do Plano de Investimentos, publicada em setembro de 2024, foi elaborada em um contexto de elevada incerteza, ainda fortemente marcado pela fase emergencial do desastre. Naquele momento, o foco principal concentrou-se na garantia de respostas imediatas e na viabilização das primeiras ações estruturantes de reconstrução.

Nessa versão inicial, os projetos vinculados ao Plano Rio Grande foram organizados em três eixos estruturantes: Resiliência, Preparação e Reconstrução. Além da atuação Emergencial, que contemplava medidas de resposta e restabelecimento.

Essa estrutura refletia o estágio inicial de compreensão dos impactos e das necessidades do Estado, priorizando a rápida mobilização de recursos e a retomada mínima da capacidade operacional dos serviços públicos e da economia.

---

[106] BRASIL. Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024. Autoriza a postergação do pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio 2024.

107 BRASIL. Decreto nº 12.118, de 1º de julho de 2024. Regulamenta a Lei Complementar nº 206/2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2024.

Contudo, à medida que os diagnósticos se aprofundaram, novos dados foram incorporados e o processo de governança foi continuamente amadurecendo. Assim, tornou-se evidente a necessidade da revisão conceitual e reorganização estratégica do Plano de Investimentos.

Diferentemente de estruturas de planejamento tradicionais, estáticas e fechadas, o Plano de Investimentos admite revisões periódicas, ajustes de escopo e inclusão de novas iniciativas, desde que atendidos os critérios legais, técnicos e de nexo causal com os eventos climáticos extremos.

Esse caráter adaptativo encontra respaldo em referenciais internacionais, como o Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres (UNDRR, 2019), que recomenda revisões periódicas de políticas e planos, as experiências internacionais de reconstrução pós-desastre, como no Japão, Indonésia e Estados Unidos, onde planos são continuamente atualizados à luz de novos aprendizados e as práticas nacionais recentes, como a atualização de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR).

A atualização do Plano de Investimentos, portanto, não representa uma ruptura, mas sim um processo de qualificação da política pública, orientado pela incorporação de evidências técnicas, científicas e operacionais.

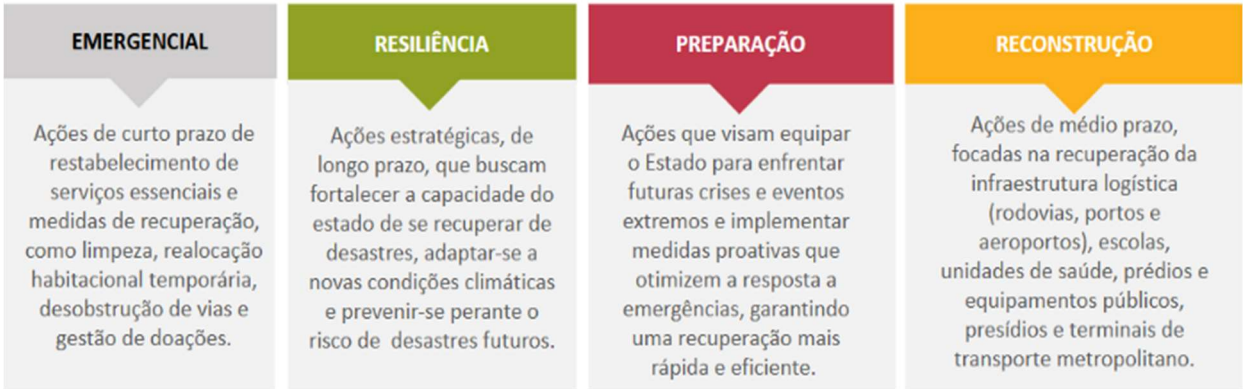
Elemento central no processo de atualização do Plano de Investimentos foi a atuação do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática. Após a consolidação da primeira carteira de Projetos Estruturantes, o Comitê foi instado a avaliar a adequação conceitual dos eixos estruturantes existentes, a compatibilidade dos projetos com os objetivos estratégicos do Plano Rio Grande e a aderência das iniciativas às melhores práticas em gestão de riscos climáticos.

Essa análise resultou na produção de pareceres técnicos detalhados, consolidados em documento específico, que fundamentaram a reorganização do Plano de Investimentos vigente em 2025.

Com base nas recomendações do Comitê Científico e em discussões de gestão interna conduzidas pelo Comitê Gestor e pela Secretaria Executiva do Plano Rio Grande, foi proposta a ampliação dos eixos estruturantes, de modo a refletir de forma mais precisa a complexidade da execução do Plano, com a incorporação dos eixos Governança e Diagnóstico.

Além disso, o eixo Reconstrução foi renomeado para Recuperação, reconhecendo que a reconstrução é um processo transversal a todos os eixos e que, no âmbito do Plano de Investimentos, esse eixo concentra especialmente as ações voltadas à recuperação de ativos físicos, serviços e capacidades institucionais.

Figura 9 - Evolução dos eixos do Plano de Investimentos



Fonte: Plano de Investimentos (2024)[108].

Figura 10 - Nova Composição de Eixos Plano Rio Grande

Fonte: Parecer Comitê[109].

Essa reorganização permitiu maior clareza conceitual, melhor agrupamento das iniciativas e maior alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento.

---

[108] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Reconstrução Gaúcha. Plano de Investimentos dos Recursos Oriundos da Postergação da Dívida com a União. Porto Alegre: SERG, 2025.

[109] COMITÊ CIENTÍFICO DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA. Projetos Estruturantes: Considerações Técnicas para Readequação do Documento. 2025. Disponível em: https://sict.rs.gov.br/upload/arquivos/202501/30093731-comite-cientifico-parecer-projetos-estruturantes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

2. O Plano de Investimentos como ferramenta de transparência e controle

Além de seu papel estratégico, o Plano de Investimentos desempenha função central na transparência da gestão pública, ao permitir o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos, a identificação clara dos responsáveis por cada iniciativa, o controle social exercido pelo Conselho do Plano Rio Grande e pelo Conselho do FUNRIGS e a prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

Ao agrupar os projetos por eixo, ação estratégica e período de execução, o Plano de Investimentos transforma-se em um instrumento de governança ativa, fundamental para a legitimidade e a sustentabilidade do Plano Rio Grande.

EXECUÇÃO DO PLANO RIO GRANDE EM 2025: VISÃO GERAL DA CARTEIRA DE PROJETOS E DOS EIXOS DE INVESTIMENTO

1. A execução em 2025: da formulação estratégica à implementação estruturada

O exercício de 2025 marca uma mudança qualitativa na trajetória do Plano Rio Grande. Se o ano de 2024 foi caracterizado pela formulação acelerada do arranjo institucional, pela resposta emergencial e pela construção inicial da carteira de projetos, 2025 consolida-se como o primeiro exercício pleno de execução estruturada, ancorada no Plano de Investimentos e orientada por critérios técnicos, científicos e de governança.

Nesse novo estágio, a execução do Plano Rio Grande deixa de ser predominantemente reativa e passa a assumir um caráter programático, com ações organizadas por eixos estratégicos, metas definidas, cronogramas escalonados e mecanismos de monitoramento e controle mais robustos. O Plano de Investimentos torna-se, assim, o principal instrumento de tradução da estratégia em execução concreta.

Em 2025, a carteira de projetos do Plano Rio Grande apresentou um grau elevado de complexidade e transversalidade, envolvendo 28 Secretarias de Estado e órgãos vinculados, múltiplos entes federativos, especialmente municípios, instituições científicas e tecnológicas, empresas públicas e privadas e órgãos de controle e instâncias de participação social.

Ao longo de 2025, foram publicadas 36 resoluções do Comitê Gestor, que autorizaram a inclusão, revisão ou readequação de projetos no Plano Rio Grande e no Plano de Investimentos, número significativamente superior ao registrado em

2024. Esse dado evidencia o amadurecimento do processo decisório e a intensificação do ritmo de execução.

As iniciativas contempladas abrangem desde ações de resposta e restabelecimento até projetos estruturantes de médio e longo prazo, com foco na reorganização territorial, na proteção de populações vulneráveis, no fortalecimento da infraestrutura pública e na preparação do Estado para novos eventos extremos.

A execução do Plano Rio Grande em 2025 estruturou-se a partir de seis eixos de investimento, definidos a partir da revisão técnica do Plano de Investimentos: Governança, Diagnóstico, Emergência, Preparação, Resiliência e Recuperação. Cada eixo reúne um conjunto de macroações estratégicas, que, por sua vez, desdobram-se em projetos e iniciativas específicas. Essa organização permite alinhar planejamento, execução e monitoramento, além de conferir maior clareza à lógica de atuação do Estado.

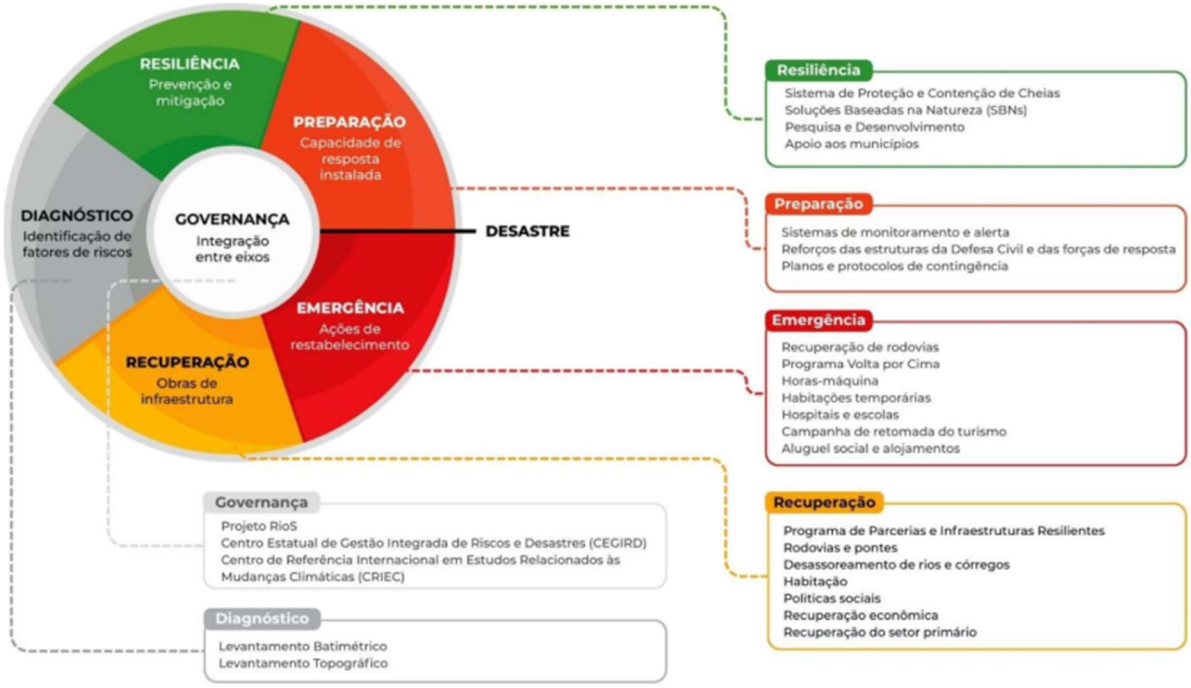
Embora organizados de forma distinta, os eixos do Plano de Investimentos não operam de maneira isolada. A execução do Plano Rio Grande adota uma lógica integrada, na qual os eixos se complementam e se reforçam mutuamente. Assim, os eixos Governança e Diagnóstico fornecem a base institucional, informacional e decisória para todo o Plano, Emergência garante capacidade de resposta e restabelecimento imediato, Preparação fortalece os sistemas de alerta, monitoramento e resposta futura, Resiliência orienta investimentos estruturantes voltados à adaptação e à redução de riscos e Recuperação concentra as ações de reconstrução de ativos físicos, serviços e capacidades produtivas.

Essa integração assegura que a execução não se limite à reposição de perdas, mas promova uma transformação estrutural da forma como o Estado planeja, executa e protege suas políticas públicas frente à crise climática.

Independentemente do eixo ao qual estejam vinculados, todos os projetos executados em 2025 observam um conjunto de critérios transversais, que orientam tanto a priorização quanto a implementação com foco em territórios e populações mais vulneráveis, a incorporação de evidências técnicas e científicas, a compatibilidade com os instrumentos de planejamento estadual, a articulação federativa e interinstitucional, a escalabilidade e potencial de replicação e a sustentabilidade financeira e operacional.

Esses critérios reforçam o caráter estruturante do Plano Rio Grande e contribuem para a qualificação do gasto público, especialmente em um contexto de utilização excepcional de recursos fiscais.

Figura 11 - Visão Geral da Carteira de Projetos e dos Eixos de Investimento



Fonte: SERG

EIXO GOVERNANÇA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO DO ESTADO

1. A governança como condição estruturante da execução do Plano Rio Grande

A execução de uma política pública da magnitude e complexidade do Plano Rio Grande pressupõe a existência de uma governança robusta, integrada e tecnicamente qualificada. Em contextos pós-desastre, a literatura internacional é unânime ao apontar que fragilidades institucionais e déficits de coordenação intergovernamental constituem-se como fatores críticos de insucesso na recuperação e na adaptação climática (UNDRR, 2019[110]; World Bank, 2021[111]).

Nesse sentido, o Eixo Governança do Plano de Investimentos assume um papel estruturante ao concentrar ações voltadas ao fortalecimento da capacidade

[110] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Words into action guidelines: disaster risk governance. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), 2019.

[111] BANCO MUNDIAL (WORLD BANK). Lifelines: the resilience of critical infrastructure services. Washington, DC: World Bank, 2021.

decisória do Estado, à integração entre órgãos e níveis de governo, à qualificação da gestão de riscos e à institucionalização de mecanismos permanentes de coordenação.

Mais do que um eixo instrumental, a Governança configura-se como condição necessária para a efetividade de todos os demais eixos, fornecendo a base institucional sobre a qual se assentam o Diagnóstico, a Preparação, a Resiliência, a Recuperação e a própria atuação Emergencial.

O Eixo Governança tem como objetivos centrais estruturar um sistema integrado de gestão de riscos e desastres no Estado, fortalecer a coordenação interinstitucional e interfederativa, qualificar os processos de tomada de decisão estratégica, assegurar alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento e institucionalizar capacidades permanentes de governança climática.

Esses objetivos refletem a compreensão de que a resposta à crise climática exige não apenas investimentos em infraestrutura, mas também investimentos institucionais, voltados à organização do Estado e à melhoria da sua capacidade de agir de forma antecipatória, coordenada e baseada em evidências.

A experiência recente do Rio Grande do Sul, assim como de outros territórios afetados por eventos extremos, evidenciou que a ausência de sistemas integrados de governança amplia a fragmentação de esforços, dificulta a priorização de recursos e compromete a efetividade das respostas públicas.

No caso específico do Plano Rio Grande, a governança foi concebida desde o início como um ativo estratégico, reconhecendo que os riscos climáticos são transversais e multissetoriais, que a execução envolve múltiplos órgãos com competências distintas, que as decisões precisam ser tomadas sob condições de incerteza e que o processo de recuperação se estende por vários exercícios financeiros.

Assim, os investimentos previstos no Eixo Governança buscam consolidar estruturas capazes de permanecer para além do ciclo do desastre, incorporando a gestão de riscos e a adaptação climática como dimensões permanentes da administração pública estadual.

2. Principais projetos e iniciativas do Eixo Governança

a) Projeto Rios

O Projeto RioS, anteriormente alocado no eixo Resiliência, foi incorporado ao Eixo Governança por sua natureza eminentemente institucional e integradora. Trata-se de uma iniciativa voltada à articulação de políticas públicas relacionadas à gestão de riscos, ao planejamento territorial e à adaptação climática, promovendo integração entre órgãos estaduais, municípios e demais atores relevantes.

O projeto, estruturado pelo BNDES, promoverá um amplo estudo na região hidrográfica do Guaíba, que engloba nove bacia hidrográficas e 252 municípios gaúchos sugerindo novas medidas para enfrentar os futuros eventos hidrometeorológicos. Esse projeto teve a fase de seleção e lançamento do consórcio escolhido no mês de dezembro de 2025, seus produtos, como as diretrizes para Governança Institucional, o inventário da Infraestrutura Resiliente, o diagnóstico de riscos hidrológicos e ameaças climáticas, a proposição de Plano de Intervenções Físicas e Institucionais e as Priorizações das Intervenções; serão entregues ao longo de 18 meses de execução.

b) Centro Estadual de Governança Integrada de Riscos e Desastres (CEGIRD)

O Centro Estadual de Governança Integrada de Riscos e Desastres (CEGIRD) constitui uma das iniciativas mais relevantes do Eixo Governança. Seu objetivo é criar um espaço institucional permanente para a coordenação das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente a desastres.

O CEGIRD visa integrar informações técnicas e operacionais, os fluxos decisórios entre órgãos estaduais, a articulação com municípios e com o Governo Federal e a interface com centros de monitoramento e alerta. Com a publicação do edital de contratação publicado no último trimestre de 2025, espera-se que a execução do CEGIRD inicie ainda no segundo trimestre de 2026.

c) Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIEC)

O Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIEC), anteriormente alocado no eixo Recuperação, passou a integrar o Eixo Governança em função de seu papel estratégico na produção e difusão de conhecimento.

O CRIEC busca fortalecer a interface entre ciência e políticas públicas, promover cooperação nacional e internacional, apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências e consolidar o Rio Grande do Sul como referência em estudos climáticos e gestão de riscos.

Em novembro de 2025, foram selecionados 11 projetos de pesquisa vinculados ao CRIEC com foco nos efeitos e implicações das mudanças climáticas. A partir da assinatura dos termos de compromisso com os pesquisadores, o desenvolvimento dos projetos iniciou-se ainda em dezembro de 2025.

3. Contribuições do Eixo Governança para a execução em 2025

No exercício de 2025, o Eixo Governança contribui de forma decisiva para o aumento da capacidade de coordenação do Estado, a qualificação das decisões do Comitê Gestor, a integração entre planejamento e execução, a redução de

sobreposições e lacunas entre políticas públicas e a consolidação de uma abordagem sistêmica de gestão de riscos climáticos.

Ao investir em governança, o Estado do Rio Grande do Sul reconhece que a adaptação à crise climática exige não apenas obras e equipamentos, mas também instituições fortes, articuladas e orientadas por conhecimento técnico.

Tabela 16: Eixo Governança

Ação Estratégica do Plano de Investimentos	Descrição	Iniciativa	Secretaria Finalística	Valor Autorizado
Governança e Integração	Plataformas de integração para definição de políticas públicas eficazes, protocolos de ação e um sistema de monitoramento contínuo. Recursos físicos, materiais, tecnológicos e humanos dispostos de forma coordenada e estratégica, maximizando a eficácia das ações de gestão de riscos e desastres.	CEGIRD	DEFESA CIVIL	R$ 70.354.949,55
		CELOG	DEFESA CIVIL	R$ 38.706.027,27
		CRIEC	SICT	R$ 33.580.000,00
		Projeto RioS	SERG	R$ 30.000.000,00
		Centro de Inteligência Climática no Parque Tecnológico Binacional	SICT	R$ 5.000.000,00
		Plataforma de integração e análise de dados	SEMA	R$ 4.036.824,00
TOTAL				**R$ 181.677.800,82**

EIXO DIAGNÓSTICO: PRODUÇÃO DE DADOS, MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO E BASES PARA A TOMADA DE DECISÃO

1. O diagnóstico como fundamento da reconstrução resiliente

A execução qualificada do Plano Rio Grande pressupõe o reconhecimento de que não há política pública eficaz sem um diagnóstico consistente. Em cenários de crise climática, nos quais os riscos são dinâmicos, interdependentes e territorialmente diferenciados, a produção e sistematização de informações confiáveis tornam-se condições indispensáveis para a tomada de decisões estratégicas.

O Eixo Diagnóstico foi concebido para suprir lacunas históricas na base de dados do Estado, estruturando um conjunto de iniciativas voltadas à compreensão aprofundada do território, à identificação de vulnerabilidades e à antecipação de riscos futuros. Trata-se de um eixo transversal, cujos resultados orientam diretamente a execução dos demais eixos do Plano de Investimentos.

O Eixo Diagnóstico tem como objetivos principais estabelecer uma base integrada de informações geoespaciais e ambientais do Estado, mapear áreas de risco hidrológico, geológico e climático, identificar populações, ativos e infraestruturas vulneráveis, subsidiar o planejamento territorial e urbano e apoiar a formulação de políticas de prevenção, adaptação e resiliência. Esses objetivos estão alinhados às recomendações do Marco de Sendai (UNDRR, 2019), que enfatiza a necessidade de compreender os riscos de desastres como pré-requisito para sua redução.

Os eventos de 2024 evidenciaram a existência de deficiências estruturais no conhecimento detalhado do território, especialmente no que se refere à topografia, à batimetria de corpos hídricos e à caracterização atualizada de áreas de risco.

Grande parte dos sistemas de drenagem, contenção e ocupação urbana foi historicamente concebida com base em dados incompletos ou defasados, o que comprometeu sua capacidade de resposta frente a eventos extremos de magnitude inédita. Assim, os investimentos em diagnóstico não se configuram como despesas acessórias, mas como investimentos estruturantes, capazes de reduzir riscos, orientar obras e evitar custos futuros significativamente maiores.

2. Principais projetos e iniciativas do Eixo Diagnóstico

a) Projeto de Mapeamento Topográfico do Estado

O Projeto de Mapeamento Topográfico, anteriormente alocado no eixo Preparação, passou a integrar o Eixo Diagnóstico por sua função essencial de geração de informações básicas para o planejamento territorial e a gestão de riscos.

O projeto contempla o levantamento topográfico de alta resolução com utilização de tecnologias como LIDAR e sensoriamento remoto, a produção de modelos digitais de terreno (MDT) e de superfície (MDS) e a atualização da base cartográfica estadual.

Esses produtos são fundamentais para a definição de áreas inundáveis, para o dimensionamento de obras hidráulicas e para a revisão de planos diretores municipais. Pelo grande dimensionamento desse projeto, sua execução foi dividida entre Estado e União. A licitação de mapeamento do Estado foi homologada e o contrato do serviço foi publicado em 05 de janeiro. Seu início está previsto para o primeiro trimestre de 2026. Por outro lado, o mapeamento topográfico vinculado ao Governo Federal está em execução e se prevê que, também no primeiro trimestre de

2026, os primeiros produtos comecem a ser entregues através de um acordo de cooperação técnica para compartilhamento e utilização desses dados.

b) Projeto de Batimetria

Complementar ao mapeamento topográfico, o Projeto de Batimetria tem como objetivo o levantamento detalhado do relevo submerso de rios, lagos e reservatórios estratégicos do Estado.

A iniciativa é particularmente relevante para a avaliação da capacidade hidráulica dos cursos de água, a identificação de processos de assoreamento, geração de subsídios a projetos de desassoreamento e dragagem e a possibilidade de realizar a modelagem hidrodinâmica e simulações de cenários de cheias.

Os dados produzidos permitirão decisões mais precisas e eficientes, reduzindo incertezas técnicas e riscos associados à execução de obras. Estima-se que o levantamento total dos dados dos blocos prioritários, que envolvem a região Metropolitana (levantamento concluído ainda em 2025), o Baixo Taquari-Antas (50% dos dados já foram coletados), o Baixo Jacuí (50% do levantamento executado) e o Guaíba (já finalizado), seja concluída em março de 2026 e que essas informações sejam disponibilizadas de forma qualificada em junho de 2026. Após a conclusão desses blocos, serão levantados os dados do Montante do Jacuí e da Planície Litorânea.

3. Contribuições do Eixo Diagnóstico para a execução do Plano

Ao estruturar uma base sólida de informações, o Eixo Diagnóstico contribui para uma maior precisão na identificação de áreas de risco, para uma melhor priorização de investimentos, para o aumento da efetividade das obras de adaptação, o fortalecimento do planejamento territorial e a incorporação da variável climática nas políticas públicas.

Trata-se, portanto, de um eixo silencioso, mas absolutamente central, sem o qual não é possível avançar em uma estratégia consistente de reconstrução resiliente.

Tabela 17: Eixo Diagnóstico

Ação Estratégica do Plano de Investimentos	Descrição	Iniciativa	Secretaria Finalística	Valor Autorizado
Mapeamento do Estado com levantamento topográfico e batimetria com tecnologia laser	Identificação das áreas de risco topográfico, cota de inundação e estudo batimétrico	Topografia	SEMA	R$ 42.650.000,00
		Batimetria	SEMA	R$ 45.901.350,00
TOTAL				**R$ 88.551.350,00**

EIXO EMERGÊNCIA: RESPOSTA IMEDIATA, RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS E TRANSIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO

1. O papel do Eixo Emergência no ciclo de gestão de desastres

O Eixo Emergência compreende o conjunto de ações implementadas no período imediatamente posterior aos eventos climáticos extremos, com o objetivo de preservar vidas, assegurar o funcionamento mínimo do Estado e criar condições para a transição ordenada da resposta imediata para as fases de recuperação e reconstrução.

No contexto do Plano Rio Grande, o Eixo Emergência é classificado como não estruturante, não por sua menor relevância, mas por seu caráter temporalmente delimitado e pela natureza reativa das ações nele inseridas. Ainda assim, sua adequada execução foi determinante para mitigar danos adicionais, reduzir perdas humanas e estabilizar os sistemas essenciais do Estado.

As ações emergenciais executadas no âmbito do Plano Rio Grande concentraram-se em três grandes frentes: i) resposta humanitária e proteção social imediata; ii) restabelecimento de serviços públicos essenciais; e, iii) suporte operacional aos municípios atingidos.

Essas iniciativas envolveram esforços coordenados entre o Governo do Estado, os municípios, o Governo Federal, as Forças de Segurança, a Defesa Civil e organizações da sociedade civil.

2. Principais ações contempladas no Eixo Emergência

a) Ações de Resposta Imediata

As ações de resposta imediata envolveram, entre outras medidas, o atendimento às populações desabrigadas e desalojadas, o fornecimento de abrigos temporários, a distribuição de alimentos, água potável e itens de primeira necessidade, as ações emergenciais de saúde pública e a mobilização de forças de segurança e defesa civil.

Essas ações foram fundamentais para a contenção da crise humanitária decorrente do evento climático extremo.

b) Restabelecimento de Serviços Públicos Essenciais

Em paralelo à resposta humanitária, o Estado concentrou esforços no restabelecimento de serviços essenciais, tais como: energia elétrica, abastecimento de água, sistemas de saneamento, mobilidade urbana e intermunicipal e comunicações.

A recomposição mínima desses serviços foi condição necessária para o retorno gradual das atividades econômicas e sociais nas áreas atingidas.

3. Contribuição do Eixo Emergência para a execução do Plano Rio Grande

Embora temporalmente delimitado, o Eixo Emergência foi decisivo para salvar vidas, reduzir danos adicionais, garantir a estabilidade institucional mínima do Estado, viabilizar o início da recuperação e fornecer insumos empíricos para o aprimoramento do planejamento futuro.

Sua execução reforça a compreensão de que políticas públicas de enfrentamento a desastres exigem respostas rápidas, mas também aprendizado institucional contínuo.

Tabela 18: Eixo Emergência

Ação Estratégica do Plano de Investimentos	Descrição	Iniciativa	Secretaria Finalística	Valor Autorizado
Ações de resposta e restabelecimento	Medidas emergenciais e de apoio humanitário como: repasses da Defesa Civil aos municípios, qualificação de abrigos, programa Volta por Cima, habitações temporárias, aluguel social, horas-máquina para desobstrução de vias, retomada de aulas, entre outros.	Reclassificação de despesas incorridas	SPGG/ SEFAZ	R$ 649.696.802,36
		Aumento de capital na CEASA/RS	SDR/ CEASA	R$ 11.282.497,00
		Estadia Ponte	SEHAB	R$ 9.936.000,00
		Manejo da população de cães e gatos	SEMA	R$ 2.759.425,93
		Fundo a Fundo da Defesa Civil	DEFESA CIVIL	R$ 4.291.123,10
TOTAL				**R$ 677.965.848,39**

EIXO RESILIÊNCIA: ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA, PROTEÇÃO TERRITORIAL E TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

1. Resiliência como diretriz estruturante do Plano Rio Grande

O Eixo Resiliência consolida a transição do Rio Grande do Sul de um modelo reativo para um modelo adaptativo, orientado pela incorporação sistêmica da variável climática no planejamento público. A execução deste eixo, a partir do Plano de Investimentos, representa um dos principais legados institucionais do Plano Rio Grande.

Diferentemente das ações emergenciais ou de recuperação imediata, a resiliência pressupõe a capacidade do território, das cidades, das infraestruturas e dos sistemas produtivos de absorver impactos, adaptar-se e manter suas funções essenciais, mesmo diante de eventos extremos recorrentes.

As ações executadas no âmbito do Eixo Resiliência em 2025 estão orientadas por diretrizes técnicas amplamente reconhecidas na literatura especializada e por organismos multilaterais, elas envolvem a incorporação da mudança climática ao planejamento territorial, a redução estrutural da exposição ao risco, o fortalecimento da infraestrutura crítica, a adaptação baseada em ecossistemas e a resiliência econômica e produtiva.

Essas diretrizes refletem o princípio internacional de "reconstruir melhor" (*Build Back Better*), adotado por organismos como Banco Mundial[112], BID[113] e CEPAL[114].

2. Principais ações contempladas no Eixo Resiliência

1. Infraestrutura Resiliente e Proteção Contra Cheias

A execução do Plano Rio Grande em 2025 inclui investimentos estruturantes voltados à proteção das cidades e aos **Sistemas de Proteção Contra Cheias** (SPCC), com destaque para os sistemas de contenção e proteção urbana, o desassoreamento e manejo de cursos d'água, a revisão e ampliação de sistemas de drenagem, o reforço de barragens e diques e as soluções híbridas de infraestrutura sustentável.

Com a contratação, em julho de 2025, de prestador de serviço para a atualização do anteprojeto de engenharia para o SPCC de Eldorado do Sul/RS, e a execução do levantamento de dados de campo, estudos de concepção e viabilidade no último trimestre, espera-se que o relatório final seja entregue ainda em janeiro de 2026. Por outro lado, a atualização do anteprojeto de engenharia do SPCC de Alvorada e Porto Alegre/RS, na Sub-bacia do Arroio Feijó está na fase de avaliação e análise das propostas recebidas. Estima-se que a contratação seja efetivada na segunda quinzena do mês de março de 2026.

Essas ações buscam reduzir não apenas a magnitude dos danos, mas também a frequência e a recorrência de impactos severos. Cabe destacar, nesse sentido, a criação do programa "**Fundo a Fundo da Reconstrução**", programa destinado a

---

[112] BANCO MUNDIAL (WORLD BANK). Building back better: achieving resilience through stronger, faster, and more inclusive post-disaster reconstruction. Washington, DC: World Bank, 2013.

[113] BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Infraestrutura resiliente para o desenvolvimento sustentável. Washington, DC: BID, 2021.

[114] COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). La reconstrucción resiliente en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2020.

financiar projetos de restabelecimento e recuperação de sistemas de proteção contra cheias pré-existentes, os quais foram afetados ou restaram comprometidos após os eventos de maio de 2024. Desde a sua criação, por meio do Decreto nº 58.119, de 24 de abril de 2025, o Fundo a Fundo da Reconstrução já autorizou o repasse de R$ 416,6 milhões para os municípios de Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, São Sebastião do Caí e Sapucaia do Sul, enquanto outros projetos, para novos municípios, encontram-se em análise na SERG.

Além disso, no final do ano de 2025, a SEDUR iniciou dois grandes programas de infraestrutura no Estado. O programa "**Drenagem RS**" contemplará obras de microdrenagem urbana e de galerias para implementar soluções integradas e sustentáveis, que incluem o planejamento, construção e manutenção de sistemas de drenagem e a promoção de práticas de gestão de águas pluviais. Por outro lado, o programa "**Conexões RS**" estabelecerá uma parceria entre o Estado e os municípios para a execução de pontes, pontilhões e passagens molhadas buscando garantir a retomada da trafegabilidade em pontos críticos após as enchentes de 2024. Ambos os programas estão na fase final de seleção e devem iniciar efetivamente no primeiro trimestre de 2026.

2. Resiliência Econômica e Produtiva

A resiliência climática do Estado não se limita à infraestrutura física. O Plano Rio Grande reconhece que a economia gaúcha também precisa adaptar-se a um cenário de maior instabilidade climática.

Nesse sentido, o Eixo Resiliência contempla ações de estímulo à inovação tecnológica aplicada ao clima, pesquisa e desenvolvimento em adaptação climática, manutenção e atração de talentos e fortalecimento de cadeias produtivas resilientes.

Destacam-se os programas vinculados à pesquisa e desenvolvimento integrado de ações climáticas, incluindo editais da FAPERGS, como o Programa Pesquisador Gaúcho, RS Talentos e Ambientes de Inovação, além de iniciativas voltadas à emergência climática.

3. Contribuições do Eixo Resiliência para a execução do Plano Rio Grande

A execução do Eixo Resiliência em 2025 consolida a incorporação definitiva da variável climática ao planejamento estadual, a redução estrutural da vulnerabilidade territorial, o fortalecimento da infraestrutura crítica, a adaptação da economia gaúcha e a construção de um Estado mais preparado para o futuro.

Tabela 19: Eixo Resiliência

Ação Estratégica do Plano de Investimentos	Descrição	Iniciativa	Secretaria Finalística	Valor Autorizado
Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Recursos direcionados à estrutura de proteção e resiliência	Conexões	SEDUR	R$ 200.000.000,00
		Drenagem urbana	SEDUR	R$ 150.000.000,00
		Qualificação da gestão das águas	SEMA	R$ 1.525.248,60
		Infraestrutura de acesso à Ponte do Exército - Lajeado e Arroio do Meio	SEDUR	R$ 14.310.592,94
	Apoio aos municípios em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público ou outros instrumentos	Avaliação da segurança das barragens (38 estruturas)	SEAPI	R$ 2.298.447,57
		Avaliação da segurança das barragens (5 estruturas)	SEAPI	R$ 2.869.346,43
Proteção e contenção	Recursos direcionados à estrutura de proteção e resiliência	Fundo a Fundo - Canoas	SERG	R$ 179.710.109,84
		Fundo a Fundo - Porto Alegre	SERG	R$ 171.681.205,50
		Fundo a Fundo - Eldorado do Sul	SERG	R$ 23.765.072,35
		Fundo a Fundo - Pelotas	SERG	R$ 13.021.763,37
		Fundo a Fundo - Gravataí	SERG	R$ 11.446.912,04
		Fundo a Fundo - Novo Hamburgo	SERG	R$ 2.838.897,36
		Fundo a Fundo - Rio Grande	SERG	R$ 1.259.615,40
		Fundo a Fundo - Sapucaia do Sul	SERG	R$ 6.501.989,14
		Fundo a Fundo - Esteio	SERG	R$ 3.504.238,20
		Fundo a Fundo - São Sebastião do Caí	SERG	R$ 2.432.818,74
		Verificador independente – Fundo a Fundo	SERG	R$ 17.157.875,60
		Atualização de anteprojeto do dique do Arroio Feijó	SEDUR	R$ 5.245.642,50
		Atualização de anteprojeto do dique de Eldorado do Sul	SEDUR	R$ 3.750.000,00

Pesquisa e desenvolvimento integrado de ações climáticas	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	Edital P&D voltado a desastres climáticos	SICT	R$ 45.000.000,00
		Programa Pesquisador Gaúcho - PqG	SICT	R$ 20.000.000,00
		Edital RS Talentos	SICT	R$ 21.600.000,00
		Edital ambientes de inovação	SICT	R$ 20.000.000,00
		Manutenção de talentos	SICT	R$ 14.273.700,00
TOTAL				**R$ 934.193.475,58**

EIXO PREPARAÇÃO: FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL, SISTEMAS DE ALERTA E PLANEJAMENTO PARA EVENTOS EXTREMOS

1. Preparação como política pública permanente

O Eixo Preparação concentra as ações voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional do Estado e dos municípios para antecipar, responder e mitigar os impactos de eventos climáticos extremos. Ao contrário das ações emergenciais, a preparação exige planejamento contínuo, investimento estruturado e integração entre diferentes níveis de governo.

A execução do Plano Rio Grande em 2025 marca uma inflexão importante na forma como o Estado do Rio Grande do Sul aborda a gestão de riscos e desastres, ao reconhecer a preparação como política pública permanente, e não apenas como resposta episódica a crises.

As ações do Eixo Preparação foram orientadas pelas diretrizes que dizem respeito a antecipação de riscos com base em dados técnicos, ao fortalecimento dos sistemas de monitoramento e alerta, a capacitação institucional e técnica, a padronização de protocolos de resposta e a integração entre Estado, municípios e União.

2. Principais ações contempladas no Eixo Preparação

a) Ampliação e Modernização dos Sistemas de Monitoramento

A execução do Plano Rio Grande prevê investimentos na ampliação e modernização dos sistemas de monitoramento meteorológico, hidrológico e

geológico. Esses sistemas são fundamentais para a identificação precoce de eventos extremos e para a emissão de alertas tempestivos à população.

As iniciativas incluem a aquisição e instalação de novos equipamentos de monitoramento, a integração de bases de dados estaduais e federais, o aprimoramento da modelagem preditiva e a articulação com o CEMADEN, INMET e ANA. Após o desfecho positivo no julgamento da impugnação da assinatura da licitação dos **Novos Radares Meteorológicos**, acredita-se que a instalação do primeiro de três radares se dará ainda no trimestre inicial do ano de 2026. Além disso, das 130 **Novas Estações de Monitoramento Hidrometeorológico**, 64 tiveram suas instalações concluídas e estão operando. Espera-se que em junho de 2026, todas as estações tenham suas instalações finalizadas.

Essa infraestrutura tecnológica produzirá mensagens de segurança claras e protocolo de emergência precisos e ágeis, mas também uma padronização dos níveis de alerta e acessibilidade da informação à população. Essas ações visam reduzir o tempo de resposta e aumentar a efetividade das medidas preventivas.

b) Capacitação Institucional e Fortalecimento da Defesa Civil e Forças de Segurança

A execução do Eixo Preparação contempla ações de capacitação técnica e institucional, com destaque para o fortalecimento das Coordenadorias de Defesa Civil, a capacitação de gestores públicos estaduais e municipais e o desenvolvimento de planos de contingência. Essas iniciativas ampliam a capacidade de resposta e contribuem para a redução de perdas humanas e materiais.

O Plano de Investimentos em 2025 efetivou um forte apoio à Defesa Civil e às Forças de Segurança através da **modernização e incremento das frotas**, da **aquisição de equipamentos** e no reforço de **novos quarteis** em regiões prioritárias. Destaca-se também o investimento nos projetos de **Ginásios Multiuso** humanitários com infraestrutura preparada para receber alojamentos temporários. Foram 15 municípios contemplados: Agudo, Arroio do Meio, Bento Gonçalves, Canoas, Charqueadas, Cruzeiro do Sul, Eldorado do Sul, Muçum, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Pardo, São Sebastião do Caí, Sinimbu e Três Coroas. Com a assinatura dos convênios com os municípios assinada em dezembro de 2025, prevê-se que a execução dos ginásios começará no primeiro trimestre de 2026.

Esse conjunto de instrumentos assegura maior previsibilidade, coordenação e eficiência na atuação do poder público frente a situações de emergência.

3. Contribuições do Eixo Preparação para a execução do Plano Rio Grande

A execução das ações de preparação contribui para a redução do risco de desastres, o aumento da segurança da população, o fortalecimento institucional do

Estado, a melhoria da coordenação intergovernamental e a consolidação de uma cultura de prevenção. O Eixo Preparação representa, assim, um dos pilares mais relevantes da estratégia de adaptação climática do Estado.

Tabela 20: Eixo Preparação

Ação Estratégica do Plano de Investimentos	Descrição	Iniciativa	Secretaria Finalística	Valor Autorizado
Sistemas de monitoramento avançados	Novos radares meteorológicos	Radares meteorológicos	DEFESA CIVIL	R$ 157.662.572,64
	Novas estações hidrometeorológicas	Estações de monitoramento hidrometeorológico	DEFESA CIVIL	R$ 27.100.000,00
	Modelagem hidrodinâmica	Modelagem hidrodinâmica	DEFESA CIVIL	R$ 5.637.499,98
Reforço da estrutura de resposta das forças de segurança	Novos equipamentos	Modernização e incremento das frotas e caminhões cisterna	DEFESA CIVIL	R$ 16.562.824,00
		Aquisição de drones	DEFESA CIVIL	R$ 1.236.874,80
		Aquisição de equipamentos diversos, mobiliários e veículos	SSP	R$ 646.732.820,67
		Aquisição de aeronaves para forças de resposta	SSP	R$ 311.320.207,07
	Novas unidades reforçadas nas regiões	Novo quartel para o 1º BPM em Porto Alegre	SSP	R$ 37.999.633,93
		Novo quartel para a BM em Barra do Rio Azul	SSP	R$ 700.000,00
Cultura de prevenção e orientação em situações de risco	Ginásios preparados para receber alojamentos temporários	Ginásios multiuso	SEL	R$ 55.000.000,00
Sistema de infraestrutura e serviços alternativos	Aeroportos de backup	Adequação do Aeroporto de Passo Fundo	SELT	R$ 7.067.114,00
		Base de Aviação Naval do Aeroporto de Rio Grande	SELT	R$ 1.395.200,00
TOTAL				**R$ 1.268.414.747,09**

EIXO RECUPERAÇÃO: REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DOS ATIVOS SOCIAIS

1. Recuperação como estratégia integrada

O Eixo Recuperação concentra as ações de médio prazo destinadas à recomposição e à requalificação das infraestruturas, equipamentos públicos e ativos sociais danificados ou destruídos pelos eventos hidrometeorológicos de 2024. A execução deste eixo, a partir do Plano de Investimentos, vai além da simples reposição de ativos, incorporando critérios de resiliência, segurança e adaptação climática.

A renomeação do antigo eixo “Reconstrução” para “Recuperação" reflete uma compreensão ampliada do processo pós-desastre, reconhecendo que a recuperação envolve dimensões físicas, sociais, econômicas e institucionais.

As ações executadas em 2025 no âmbito do Eixo Recuperação foram orientadas para a requalificação de ativos com incorporação de padrões resilientes, a priorização de serviços públicos essenciais, a redução de vulnerabilidades estruturais, a integração entre políticas setoriais e o acompanhamento contínuo da execução física e financeira.

2. Principais ações contempladas no Eixo Recuperação

a) Rodovias, Pontes e Sistemas Logísticos

A execução do Plano Rio Grande contempla investimentos significativos na recuperação e requalificação da infraestrutura viária estadual, incluindo a reconstrução e reforço de rodovias estaduais, a recuperação e substituição de pontes danificadas, a estabilização de encostas e a melhoria da drenagem viária. Ao todo são 34 Lotes aprovados relacionados a recuperação de rodovias estaduais, entre eles 5 realizaram a virada entre 2025 e 2026 com obras em andamento. Entre os 29 Lotes restantes, espera-se que 24 entrem na fase de execução das obras no primeiro trimestre de 2026.

Em relação aos projetos de recuperação de pontes que se dividem em 9 Lotes, 5 estão com o convênio municipal assinado e em execução. No que diz respeito as 4 pontes restantes, prevê-se que no início do segundo trimestre de 2026 todas estejam em execução.

Além da execução direta de obras de recuperação nas rodovias estaduais, por meio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), é previsto o aporte público em projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos Blocos 1 e 2, que abrangem a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região do Vale do Taquari,

se constituindo em rotas seguras para evacuação, transporte de suprimentos e manutenção da produção.

b) Recuperação da Infraestrutura, do Patrimônio Público e da Economia Local

No que se refere à infraestrutura, estão investidos recursos na recuperação de rios e canais através da Portos RS e do programa Desassorear RS da SEDUR. Relacionados à recuperação do patrimônio público, destacam-se a reforma da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a recuperação do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado e os investimentos destinados tanto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul quanto à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Para a recuperação econômica e do setor primário, estão investidos recursos para os setores econômicos mais atingidos, como os vinculados aos Microempreendedores Individuais, as pequenas e médias empresas, ao turismo e aos pequenos produtores rurais, inclusive os familiares. Além disso, para a reconversão econômica em setores intensivos em tecnologia e em energias renováveis, como o estímulo à cadeia de Hidrogênio Verde como fomento à descarbonização industrial.

c) Recuperação Habitacional e Requalificação Urbana

A execução do Plano Rio Grande também inclui ações voltadas à recuperação habitacional e à reorganização urbana das áreas atingidas, contemplando o reassentamento de famílias em áreas seguras, a reconstrução de moradias com padrões resilientes, a requalificação de áreas urbanas afetadas e a articulação com políticas de habitação e regularização fundiária.

Essa recuperação que se estende às populações mais vulneráveis, por meio do incremento das políticas sociais voltadas para a população inscrita no Cadastro Único afetada pelos eventos climáticos e da política integrada de habitação. Cabe destacar, no que se refere à estratégia de habitação, o aumento da previsão de recursos com foco de atuação na viabilização de loteamentos e moradias para famílias nas áreas mais afetadas, através do Programa “A Casa é Sua – Calamidades”, e para a concessão de auxílio financeiro para o pagamento da entrada nos financiamentos do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida aos moradores das demais localidades, por meio do Programa “Porta de Entrada”.

3. Contribuições do Eixo Recuperação para a execução do Plano Rio Grande

A execução do Eixo Recuperação em 2025 contribui para a requalificação de ativos estratégicos do Estado, a retomada da prestação de serviços públicos, a

redução de vulnerabilidades estruturais, o fortalecimento da capacidade institucional e a melhoria da qualidade de vida da população atingida.

Tabela 21: Eixo Recuperação

Ação Estratégica do Plano de Investimentos	Descrição	Iniciativa	Secretaria Finalística	Valor Autorizado
Programa de Parcerias Público-Privadas resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	Bloco 1	SELT	R$ 1.500.000.000,00
		Bloco 2	SELT	R$ 1.500.000.000,00
		Reequilíbrio RSM	SELT	R$ 110.973.340,80
Reconstrução de rodovias e vias	Recomposição asfáltica em rodovias obstruídas, recuperação de acessos e contenções	Recuperação de Rodovias Estaduais (34 Lotes de Rodovias e CAT)	SELT/DAER	R$ 2.781.696.359,33
		Recuperação de Pontes (09 estruturas)	SELT/DAER	R$ 243.210.390,76
		Aporte da Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	SELT/EGR	R$ 45.488.191,24
		Estradas Vicinais	SEAPI	R$ 107.700.000,00
		Horas-máquina	SEDUR	R$ 128.354.269,00
Recuperação de rios e canais	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	Aumento de capital na Portos RS	SELT/ PORTOS	R$ 731.389.734,00
		Desassorear RS	SEDUR	R$ 300.000.000,00
Reconstrução de patrimônio público	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas; Recuperação de ativos e patrimônio em prédios públicos	Recuperação da Estação Rodoviária de Porto Alegre	SELT/DAER	R$ 20.518.381,99
		Aumento de capital na PROCERGS	SPGG/ PROCERGS	R$ 87.869.516,00
		Recuperação do prédio da SEFAZ	SEFAZ	R$ 37.094.501,98
		Fortalecimento da infraestrutura da SOP	SOP	R$ 7.111.508,21
		Reforma do CETE	SEL	R$ 21.150.000,00
		Restauração de acervos Históricos e Culturais	SEDAC	R$ 16.140.564,92
		Reforma da UERGS	SICT/ UERGS	R$ 9.014.865,11

		Recomposição da frota da Polícia Penal	SSPS	R$ 11.211.608,14
		Recursos para a reforma e recomposição do Tribunal de Contas do Estado	TCE/RS	R$ 8.980.803,41
		Recursos para a reforma e recomposição da Defensoria Pública	DPERS	R$ 40.723.534,30
		Recursos para a reforma e recomposição de prédios e ativos do Ministério Público	MPRS	R$ 26.423.594,43
Recuperação da saúde	Políticas voltadas à reconstrução ou construção de hospitais e UBSs	Infraestrutura e equipamentos - Hospital Bruno Born - Lajeado	SES	R$ 4.650.003,17
		Hospital Resiliente em Eldorado do Sul	SES	R$ 1.646.600,00
		Hospital Resiliente em Roca Sales	SES	R$ 863.000,00
Reconstrução de habitações	A Casa é Sua - Calamidade; Porta de Entrada; Novos Loteamentos; Reciclagem de resíduos sólidos	A Casa é Sua-Calamidade	SEHAB	R$ 618.108.770,34
		Porta de Entrada	SEHAB	R$ 255.558.634,60
		Porta de Entrada – Entidades Rurais	SEHAB	R$ 12.000.000,00
		Porta de Entrada – Sistema de Gestão da Habitação	SEHAB	R$ 2.506.596,74
		Novos Loteamentos	SEHAB	R$ 10.222.307,96
		Reciclagem de Resíduos Sólidos	SEMA	R$ 2.540.700,00
Políticas sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	Partiu Futuro Reconstrução	SEDES	R$ 127.140.748,00
		Família Gaúcha	SEDES	R$ 120.800.000,00
		Aquisição de Leite em Pó	SDR	R$ 90.000.000,00
		Avançar SUAS - Reconstrução	SEDES	R$ 50.000.000,00
		RS Social Recomeço - Moradias Transitórias	SEDES	R$ 40.000.000,00
		RS Qualificação - Recomeçar	STDP	R$ 39.330.000,00

		Cofinanciamento de ações de resiliência climática - Aporte SUAS	SEDES	R$ 35.000.000,00
		Centro Dia para Pessoas Idosas	SEDES	R$ 26.700.000,00
		Prato Gaúcho	SEDES	R$ 20.020.000,00
		Centros de Referência da Juventude - Reconstrução	SEDES	R$ 14.000.000,00
		Veículos adaptados	SJCDH	R$ 11.054.680,00
		Aluguel social	SEDES	R$ 10.000.000,00
Recuperação econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	PROGRANTUR	SETUR	R$ 200.000.000,00
		Hidrogênio Verde	SEMA	R$ 102.400.000,00
		Aumento de capital no BADESUL	SEDEC	R$ 100.000.000,00
		MEI RS Calamidades	STDP	R$ 63.000.000,00
		Tchê Convida	SETUR	R$ 40.000.000,00
		Distritos Industriais	SEDEC	R$ 20.000.000,00
Recuperação do setor primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros	Operação Terra Forte	SDR	R$ 300.000.000,00
		Milho 100%	SDR	R$ 188.500.000,00
		Subvenção para renegociação de dívidas de crédito rural	SEAPI	R$ 150.000.000,00
		Bônus Mais Leite	SDR	R$ 30.000.000,00
		Recuperação do PEEAB	SEAPI	R$ 7.293.682,23
		Recuperação de caminhões do PEEAB	SEAPI	R$ 7.369.500,00
		Manutenção de estações agrometeorológicas	SEAPI	R$ 787.896,00
TOTAL				**R$ 10.436.544.282,66**

CONCLUSÃO

A execução do Plano Rio Grande ao longo do exercício de 2025 evidencia a capacidade do Estado do Rio Grande do Sul de transformar um cenário de crise sem precedentes numa oportunidade de fortalecimento institucional, aprimoramento do planejamento público e reorientação estratégica frente aos desafios impostos pela crise climática.

A partir do Plano de Investimentos, o Governo do Estado estruturou a resposta ao desastre de 2024 de maneira organizada, transparente e tecnicamente orientada, garantindo que os recursos públicos fossem alocados com base em critérios objetivos, aderentes ao nexo de causalidade e alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais de gestão de riscos e reconstrução pós-desastre.

Ao longo deste capítulo, foi possível demonstrar que a execução do Plano Rio Grande não se limitou à resposta emergencial ou à reposição de ativos danificados. Pelo contrário, consolidou-se uma abordagem integrada, que articula emergência, recuperação, preparação, resiliência, diagnóstico e governança, reconhecendo que os eventos extremos enfrentados pelo Estado não constituem episódios isolados, mas manifestações de uma nova realidade climática.

Nesse sentido, a incorporação de novos eixos estruturantes, a reorganização da carteira de projetos e a atualização do Plano de Investimentos refletem a maturidade institucional alcançada pelo Estado ao longo do processo de execução. O papel do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, aliado à governança exercida pelo Comitê Gestor, pelo Conselho do Plano Rio Grande e pelo Conselho do FUNRIGS, assegurou rigor técnico, controle social e legitimidade às decisões tomadas.

A execução financeira, viabilizada principalmente pelos recursos oriundos da postergação da dívida com a União, demonstrou que instrumentos fiscais excepcionais podem — quando bem estruturados — ser convertidos em políticas públicas transformadoras, com impacto direto na proteção da população, na requalificação do território e na adaptação da infraestrutura estadual.

O ano de 2025 marca, assim, a consolidação do Plano Rio Grande como política pública permanente, voltada não apenas à superação dos danos causados pelos eventos de 2024, mas à construção de um Estado mais preparado, resiliente e adaptado às transformações ambientais em curso. A experiência acumulada reafirma a importância do planejamento de médio e longo prazo, da integração federativa e da centralidade do conhecimento técnico na formulação e execução de políticas públicas em contextos de elevada complexidade.

Por fim, a execução do Plano Rio Grande reafirma o compromisso do Estado do Rio Grande do Sul com a proteção da vida, a promoção do desenvolvimento

sustentável e a responsabilidade intergeracional, estabelecendo bases sólidas para que o Estado enfrente, com maior capacidade e segurança, os desafios climáticos do presente e do futuro.

REALIZAÇÕES 2025 E PRIORIDADES 2026

O PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ele estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual direta e indireta para um período de quatro anos, organizando e mediando a relação entre o planejamento de médio e o de curto prazo, este último expresso nos orçamentos anuais. O PPA é elaborado no primeiro ano de cada governo, alcançando o primeiro ano do mandato seguinte. Além de um documento legal, este plano consiste em uma oportunidade para que o Governo organize, detalhe e comunique tanto o conteúdo de sua proposta de governo quanto o modelo de gestão adotado.

O PPA 2024-2027

Em sua nona edição, o PPA 2024-2027, instituído pela lei n.º 16.005, de 20 de outubro de 2023, visou aprimorar, sem provocar alterações de grande magnitude, a metodologia aplicada no PPA 2020-2023, cuja principal mudança em relação aos processos anteriores foi a elaboração dos programas temáticos a partir da perspectiva do cidadão, e não das estruturas organizacionais[115]. Além disso, ele reflete os objetivos e as diretrizes do Governo do Rio Grande do Sul que foram formulados a partir de uma base estratégica e consolidados no Mapa Estratégico da Gestão 2023/2026[116] (**Figura 12**).

---

[115] RIO GRANDE DO SUL. **Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202307/17153506-marco-metodologico-ppa-2024-2027-julho-2023.pdf.

[116] Disponível em https://planejamento.rs.gov.br/mapa-estrategico-do-governo.

Figura 12 - Mapa Estratégico da Gestão 2023/2026

Fonte: Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP/SPGG)

Dessa forma, os programas temáticos do PPA estão organizados de acordo com os quatro eixos definidos pelo planejamento estratégico (**Quadro 1**). Na elaboração do Plano, os 11 programas temáticos foram construídos a partir da identificação de macroproblemas a serem tratados pelo Governo, sendo constituídos por 69 ações programáticas, estas compostas por 608 iniciativas que resultam em um total de 1.675 produtos.

Quadro 1 - Programas temáticos do PPA 2024-2027 que compõem os eixos estratégicos do Governo do RS

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO TEMÁTICO
Desenvolvimento econômico inovador	**Agropecuária pujante e sustentável**	Impulsionar a produtividade agropecuária de forma ambiental e socialmente sustentável e atenuar os efeitos da estiagem sobre o campo, investindo em inovação tecnológica, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural.
	Desenvolvimento produtivo e inovador	Modernizar e diversificar a matriz produtiva através do incentivo a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, do fomento a um ambiente de negócios que aproxime os setores empresarial, acadêmico e governamental e da promoção do turismo e da economia criativa.
	Infraestrutura e desenvolvimento regional	Reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade produtiva através da qualificação e da diversificação do sistema de transportes e promover o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do Estado a partir de ações de integração urbana e de otimização da gestão das obras públicas.
	Sustentabilidade ambiental	Preservar o meio ambiente e aumentar a qualidade de vida da população gaúcha pelo

		fortalecimento das matrizes energéticas renováveis, ampliação e qualificação da oferta de saneamento e prevenção e mitigação dos efeitos de desastres naturais e tecnológicos em um contexto de mudanças climáticas.
Estado próspero	**Equilíbrio fiscal e novas parcerias**	Ampliar a capacidade de investimentos e qualificar a entrega dos serviços públicos, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas e intensificando as parcerias junto ao setor privado.
Planejamento, governança e gestão	**Governo moderno e eficiente**	Entregar serviços ao cidadão de forma ágil, simples e qualificada, considerando as necessidades regionais do Rio Grande do Sul, por meio de processos eficientes de planejamento e gestão, ampliação da oferta de serviços públicos digitais e atendimento por servidores qualificados
Sociedade inclusiva, justa e feliz	**Cultura de paz e segurança**	Garantir a redução da violência e da criminalidade e o consequente aumento da sensação de segurança pública, além de tornar o sistema prisional mais seguro e humanizado favorecendo a reintegração social.
	Educação acolhedora	Ofertar uma educação de qualidade e, assim, superar a baixa aprendizagem, além de garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, em especial no ensino médio, através da formação de professores e da qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas na rede pública estadual.
	Inclusão social e geração de oportunidades	Garantir os direitos básicos a todos os cidadãos gaúchos, em especial aos jovens, através do enfrentamento das desigualdades, gerando oportunidades de trabalho e renda e inclusão social
	Qualidade de vida e diversidade	Garantir uma sociedade mais próspera e igualitária, com direitos humanos assegurados, com foco na atenção à primeira infância e à população idosa, com ampliação do acesso à cultura e ao esporte.
	Saúde e bem-estar	Qualificar o acesso às ações e serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde mental eficazes e de qualidade, bem como fortalecer a promoção e a prevenção à saúde, provocando redução da incidência e da morbimortalidade de doenças infectocontagiosas, além de ainda intervir sobre causas evitáveis e externas.

Fonte: PPA 2024-2027[117]

Quanto ao acompanhamento do PPA, destaca-se a utilização do Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO), sistema informatizado desenvolvido pelo Centro

[117] RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. E-book (410 p.). Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202311/28172943-mensagem-ppa-2024-2027-pos-emenda-28112023-final-1.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.

de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Procergs) para servir de ferramenta de coleta de informações e geração de relatórios relacionados ao plano. Todo o processo do PPA, desde a elaboração até a sua revisão e avaliação, é coordenado pelo Departamento de Planejamento Governamental da Subsecretaria de Planejamento da SPGG (Deplan/SPGG)[118].

REALIZAÇÕES EM 2025 E PRIORIDADES PARA 2026

Para fins de prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS) e à sociedade, esta seção relata algumas das principais ações executadas em 2025 pelo Poder Executivo gaúcho e as prioridades de governo para 2026, na forma do orçamento previsto pela LOA 2026.

Aqui, as conquistas e as prioridades estão organizadas de acordo com os eixos que compõem o Mapa Estratégico da Gestão 2023/2026 (**Figura 12**). Dessa forma, dentro de cada eixo estão contidas as realizações de cada secretaria separadamente, juntamente às realizações dos seus órgãos vinculados, assim como está exposto, na forma de tabela, a despesa fixada para cada órgão em 2025[119], a qual está categorizada por iniciativa do PPA 2024-2027.

Como insumo para as realizações, foram utilizados, majoritariamente, os dados inseridos no módulo PPA do SPO pelas secretarias e seus órgãos vinculados durante o acompanhamento quadrimestral do PPA. Complementarmente, foram utilizadas notícias divulgadas nas páginas oficiais do Governo. Já para as prioridades, o valor orçado para cada iniciativa do PPA em 2026 foi extraído do módulo orçamento do SPO.

[118] Conforme consta no Art. 33 do Regimento Interno da SPGG 2021.

[119] Lei nº 16.234, de 16 de dezembro de 2024.

Eixo estado próspero e eixo planejamento, governança e gestão

Visando ao desenvolvimento de um estado próspero e ao planejamento, governança e gestão de um Governo moderno e eficiente, abrigam-se os esforços da Procuradoria-Geral do Estado do RS, de várias secretarias e de seus órgãos vinculados, em destaque, as descritas nesta seção.

SECRETARIA DA FAZENDA

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-RS) (**Quadro 2**) e pelos órgãos vinculados Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) (**Quadro 3**) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) (**Quadro 4**). No quadro relativo ao Banrisul, estão inclusas também as principais entregas de três empresas subsidiárias: Banrisul Administradora de Consórcios (BAC), Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs) e Banrisul Pagamentos (BP). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 2 –Principais entregas da Sefaz-RS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Análise dos setores da economia gerando informações e identificando oportunidades para o desenvolvimento econômico e social do Estado	CNPJ cadastrado no APP minha empresa	unidade	171.563
Implementação de metodologia baseada em riscos no controle	Maturidade no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) aperfeiçoada	unidade	2
Gestão efetiva dos gastos tributários	Estudo do impacto na arrecadação para concessão e operação de novos benefícios fiscais realizado	unidade	24
Nota Fiscal Gaúcha	Sorteio realizado	unidade	12
Promoção da integridade pública e privada	Programa de integridade de fornecedores avaliado	%	100
	Programa de integridade dos órgãos e das entidades do Poder Executivo implantado	%	60
Projeto Escola Íntegra	Concurso de manifestações artísticas sobre integridade realizado	unidade	1

Quadro 3 – Principais entregas do IPE Prev em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Implementação da Pensão Previdenciária Eletrônica	Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE) implementada	%	28
Pró-Gestão RPPS - Modernização e qualificação da gestão previdenciária	Arquivo histórico do IPE Prev organizado e disponibilizado	%	25
	Atendimento qualificado ao beneficiário	%	25
Implementação do Sistema de Gestão Previdenciária (SGPREV)	Ferramenta contratada para qualificar as decisões da gestão	%	20

Quadro 4 – Principais entregas do Banrisul e subsidiárias em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

EMPRESA	INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Banrisul	BNDES	Recurso do BNDES para financiamento ao desenvolvimento econômico e social disponibilizado	R$	173.212.547,60*
	Financiamento para a educação	Recurso para o financiamento à educação disponibilizado	R$	120.709.298,35*
	Financiamento para capital de giro	Recurso para o financiamento do capital de giro disponibilizado	R$	1.747.855.885,22 *
	Financiamento para exportações	Recurso para o financiamento às exportações disponibilizado	R$	1.918.138.968,96 *
Banrisul Pagamentos	Credenciamento de novos estabelecimentos à rede de adquirência	Estabelecimento habilitado à rede de adquirência	unidade	150.881
Banrisul Administradora de Consórcios	Apoio ao desenvolvimento do Estado, através de concessão de crédito, por grupos de consórcios, para aquisição de bens imóveis e móveis	Valor de bem imóvel entregue	R$	278.046.630,95
		Valor de bem móvel entregue	R$	587.369.380,14
Banrisul Armazéns Gerais	Apoio ao desenvolvimento do Estado, ofertando serviços aduaneiros vinculados ao comércio exterior e à gestão de documentos	Espaço para armazenagem em porto seco utilizado	m²	11.568,15
		Arquivo digitalizado	unidade	13.873.902**

* valor referente ao período de janeiro a setembro de 2025.
** valor referente ao período de janeiro a novembro de 2025.

Principais realizações em 2025

- Em 2025, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), órgão da Sefaz-RS responsável pelo controle interno no Rio Grande do Sul, recebeu do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) a certificação que reconhece o alcance do

Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna. A certificação visa identificar os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva, de acordo com as melhores práticas internacionais.

- O projeto Escola Íntegra, criado em 2023, teve sua 3ª edição realizada em 2025. Em novembro, o projeto premiou trabalhos artísticos de alunos de escolas públicas do Estado que se dedicaram a representar a cultura da integridade e do combate à corrupção. Participaram do concurso jovens e professores do Ensino Médio, por meio de textos, desenhos, músicas, vídeos e outras manifestações artísticas. No total, 1.074 trabalhos foram inscritos por estudantes de todo o território gaúcho.

- O programa Nota Fiscal Gaúcha completou 13 anos em 2025, ultrapassando 4,1 milhões de cidadãos cadastrados. O benefício Receita da Sorte disponibilizou 175,5 mil premiações, totalizando R$ 9,1 milhões, através dos sorteios regulares mensais e dos sorteios diários. Além disso, a modalidade de *cashback* Receita Certa liberou cerca de R$ 77 milhões em resgates aos cidadãos inscritos, referentes aos dois primeiros trimestres do ano. Já o desconto Bom Cidadão beneficiou 1,5 milhão de cidadãos com descontos no IPVA, totalizando R$ 82,3 milhões em deduções. O repasse a entidades, outro benefício do Nota Fiscal Gaúcha, encaminhou em 2025 R$ 21,9 milhões a 2.959 instituições sociais indicadas pelos participantes do programa.

- O programa Devolve ICMS completou quatro anos em 2025, alcançando mais de um milhão de famílias gaúchas. Os repasses referentes aos três primeiros trimestres do ano chegaram a R$ 218,4 milhões. O último repasse de 2025, realizado em outubro, beneficiou cerca de 540 mil famílias cadastradas no CadÚnico. O programa visa combater a regressividade tributária do ICMS, ao devolver parte do imposto sobre o consumo a famílias de baixa renda. 95% das famílias contempladas possuem renda de até um salário mínimo.

- O aplicativo Minha Empresa encerrou 2025 com cerca de 171 mil empresas cadastradas. A iniciativa foi desenvolvida pela Sefaz-RS como uma solução digital gratuita para microempresas ou empresas de pequeno porte gaúchas. O aplicativo permite o acompanhamento de vendas, compras, clientes, fornecedores e produtos, com informações geradas a partir da análise de documentos fiscais eletrônicos.

- Entre as ações de implementação da pensão previdenciária eletrônica, o IPE Prev coordenou em 2025 o desenvolvimento do módulo de arrecadação e cobrança, que seguirá sendo aprimorado em conjunto com o desenvolvimento de novos módulos em 2026.

Prioridades para 2026

Tabela 22 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	500.429.112,00

Gestão efetiva dos gastos tributários	28.110.000,00
Implementação de metodologia baseada em riscos no controle	2.116.000,00
Nota fiscal gaúcha	131.577.000,00
Profisco - SEFAZ	216.874.439,00
Programa de qualidade do gasto	2.536.000,00
Publicidade Institucional	20.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	1.047.000,00
Remuneração de Pessoal	730.347.140,00

Tabela 23 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do Banrisul e de suas subsidiárias no PPA 2024-2027

EMPRESA	INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	345.871.508,00
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.945.000,00
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	52.337.239,89

SECRETARIA DA RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) (**Quadro 5**) e pelo órgão vinculado Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) (**Quadro 6**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 5 –Principais entregas da SERG em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Acompanhamento e fiscalização de concessões e parcerias	Nota técnica emitida	unidade	128
	Vistoria realizada	unidade	80
Desenvolvimento de negócios e parcerias	Modelagem de parceria público-privada elaborada	unidade	5
	Modelagem de concessão elaborada	unidade	2
Enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos	Projeto estruturante qualificado no Plano Rio Grande	unidade	140
	Ação, projeto e programa de reconstrução monitorados	unidade	59

Quadro 6 – Principais entregas da AGERGS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Regulação dos serviços das rodovias concedidas	Fiscalização da qualidade do serviço realizada	unidade	13
	Tarifa regulada	unidade	1
Regulação do serviço de energia elétrica - Convênio ANEEL	Fiscalização realizada	unidade	19
Regulação dos serviços públicos delegados da área do saneamento	Fiscalização técnica da qualidade do serviço realizada	unidade	25
	Fiscalização comercial da qualidade do serviço realizada	unidade	2
	Fiscalização por indicador da qualidade do serviço realizada	unidade	264
	Tarifa Regulada	unidade	2

Principais realizações em 2025

- O projeto RS Saneamento, que prevê parceria público-privada para ampliação da cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado, teve sua estruturação iniciada em 2025. A iniciativa busca a operação privada de água e esgoto em até 176 municípios não atendidos pela Corsan.

- A modelagem da parceria público-privada para construção, gestão e operação de um novo hospital voltado ao atendimento de média e alta complexidade em Viamão foi finalizada pela Serg em 2025. O projeto do novo hospital também foi debatido em consulta e audiência públicas durante o mês de outubro.

- Foi publicado o edital para a parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, dos Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo. Em setembro, a proposta foi leiloada para uma empresa na B3, visando a operação, manutenção e expansão dos terminais por um período de 30 anos. A previsão de investimentos nos aeroportos é de R$ 102 milhões.

- O edital para a parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, de trechos das rodovias do Bloco 2 foi publicado pela Serg em novembro. O investimento previsto é de R$ 6 bilhões, com 182km de duplicações e 71,5km de terceiras faixas. As rodovias contempladas pelo projeto serão trechos da RS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-135, RSC-453 e da ERS-324, localizadas no Vale do Taquari e norte do Estado. A concessão do Bloco 2 prevê o sistema de pedágio *free-flow* e soluções tecnológicas que aumentam a resiliência da infraestrutura frente a eventos climáticos extremos.

- No âmbito do Plano Rio Grande, a Serg atuou na qualificação de projetos estruturantes que envolvem a recuperação e reconstrução da infraestrutura e dos serviços públicos, o atendimento e a realocação das populações afetadas e o fortalecimento da resiliência climática. Além disso, a secretaria trabalhou no monitoramento de projetos em implementação, para

garantir a devida execução do Plano Rio Grande e dos recursos do FUNRIGS.

- A AGERGS, atuando na regulação dos serviços das rodovias concedidas, realizou em 2025 a instalação do Centro de Controle Operacional para videomonitoramento das rodovias por câmeras.
- Na regulação dos serviços públicos delegados de saneamento, a AGERGS promoveu cursos de capacitação para as comissões de fiscalização dos municípios responsáveis pelo acompanhamento dos contratos de concessão. Além disso, esteve presente em audiências públicas em diversos municípios do interior para esclarecer questões relativas ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Prioridades para 2026

Tabela 24 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Secretaria da Reconstrução Gaúcha

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Acompanhamento e fiscalização de concessões e parcerias	2.550.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.185.983,00
Desenvolvimento de negócios e parcerias	16.000.000,00
Enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos	3.008.793.279,00
Publicidade Institucional	88.356,00
Qualificação de Recursos Humanos	300.000,00
Remuneração de Pessoal	13.179.442,00

Tabela 25 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	12.970.013,00
Outros encargos especiais	2.582.879,00
Promoção da Participação Social	960.000,00
Publicidade Institucional	1.100.000,00
Regulação da Concessão de Aeroportos	12.000,00
Regulação da Concessão de Irrigação	12.000,00
Regulação da Concessão de Rodovias	12.000,00
Regulação do serviço de distribuição do gás canalizado	1.627.000,00
Regulação do serviço de energia elétrica - Convênio ANEEL	189.867,00
Regulação dos serviços das Rodovias Concedidas	1.290.000,00
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Saneamento	7.722.000,00
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Intermunicipal Hidroviário de Passageiros e Veículos	130.000,00

Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	1.413.244,00
Regulação dos serviços públicos delegados das Estações Rodoviárias	108.000,00
Remuneração de Pessoal	22.922.332,00

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Comunicação (Secom) (**Quadro 7**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das suas principais realizações no ano em questão.

Quadro 7 –Principais entregas da Secom em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Aprimoramento do sistema de alinhamento de comunicação	Assessoria de comunicação orientada por normas que regrem o sistema de alinhamento coordenado pela SECOM (seminários, workshops e manuais)	%	60
Digitalização das retransmissoras da emissora pública TVE	Retransmissora digitalizada	unidade	6
Gestão Estratégica da Publicidade Institucional do Estado	Ação de publicidade realizada	unidade	21
	Planejamento estratégico das ações de publicidade elaborado	unidade	1
Modernização e qualificação da estrutura técnica da comunicação institucional	Equipamento adquirido e instalado	unidade	167
Modernização e qualificação da estrutura técnica das emissoras públicas	Equipamento adquirido e instalado	unidade	105
Realização de eventos institucionais	Empresa contratada por meio de licitação	unidade	1
	Evento realizado	unidade	57

Principais realizações em 2025

- Em 2025, a Secom produziu diversas campanhas, dentre as quais destacam-se: a celebração dos 35 anos da Fepam; a sensibilização sobre o uso de celular ao volante, em parceria com o Detran-RS; a valorização e promoção do consumo do arroz; a comemoração dos 75 anos da Ospa; as entregas relacionadas à concessão do Bloco 2 de rodovias; e a campanha de combate à violência contra a mulher.
- Ao longo do ano, a Secom também promoveu a implementação de

publicidade de sustentação envolvendo 357 rádios de todo o território gaúcho, em um processo de democratização da Publicidade Institucional do Estado.

- Foram realizados 57 eventos institucionais em 2025, com destaque para as reuniões do Conselho do Plano Rio Grande, o lançamento da nova estratégia digital GurIA, o desfile farroupilha e o lançamento de programas governamentais como o Empreender RS, RS Qualificação Recomeçar, Operação Terra Forte, Avançar Mais Cidades e SUS Gaúcho.

- Em parceria com outras secretarias, a Secom coordenou a cobertura da 48ª Expointer, com uma força-tarefa que garantiu a produção de conteúdos jornalísticos e para as redes sociais governamentais. A Casa da Secom foi a base operacional dos trabalhos, com estrutura oferecida aos profissionais do governo e à imprensa em geral.

- O podcast Diálogo.RS, uma produção da Secom, teve 10 episódios lançados em 2025. Entre os temas discutidos neste ano está uma série de entrevistas sobre os conteúdos apresentados no RS *Innovation Stage*, espaço dedicado ao debate e divulgação de soluções de inovação, ciência e tecnologia produzidas no contexto local no *South Summit* RS. Alguns dos outros temas tratados pelo podcast ao longo do ano foram a agência de desenvolvimento Invest RS, o papel do Rio Grande do Sul na COP30, o programa governamental Produtos Premium Origem e Qualidade RS e o concerto Nostra Ospa, que celebrou os 150 anos da imigração italiana no Estado.

- A Secom concluiu em 2025 a digitalização de seis retransmissoras da emissora pública TVE no interior do Estado, nos municípios de Cruz Alta, Santana do Livramento, Sapiranga, Igrejinha, Uruguaiana e Torres, contribuindo para a migração do sinal analógico para o sinal digital de televisão em diferentes regiões do RS.

- Dentre os grandes eventos transmitidos em 2025 pelas emissoras públicas TVE e FM Cultura, estão o carnaval de Porto Alegre, o 53º Festival de Cinema de Gramado, a 71ª Feira do Livro de Porto Alegre e a 5ª edição da Ópera Gaúcha.

- Durante o evento meteorológico do final de junho, a Secom mobilizou uma força-tarefa para a cobertura das ações de preparação e resposta adotadas pelo executivo estadual. Além de produzir matérias jornalísticas, os profissionais também se dedicaram à criação de conteúdo para veiculação nas redes sociais e no portal oficial do Estado, ajudando a informar a população sobre a mobilização para evacuação de áreas de risco, vistorias em pontos críticos e outras ações preventivas.

- Em novembro, uma reportagem da emissora pública TVE venceu a quinta edição do Prêmio Themis de jornalismo, promovido pelo TJRS. A matéria vencedora abordou o tema do feminicídio e discutiu a resposta do judiciário no combate a esse tipo de crime, destacando-se na premiação pela profundidade e relevância social.

- No mês de dezembro, a Secom participou do lançamento do Guia de Integridade da Informação no Contexto da Crise Climática no Rio Grande do Sul: Protocolos, Boas Práticas e Governança da Informação para Enfrentar a Infodemia Climática. O documento aborda, entre outras questões, a experiência prática da Secom durante a enchente histórica de 2024, com destaque para a criação do Gabinete de Crise de Comunicação e do Núcleo de Combate à Desinformação. O Guia foi produzido em parceria com outras instituições.

Prioridades para 2026

Tabela 26 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	11.431.228,00
Aprimoramento da comunicação estratégica	60.000,00
Aprimoramento da regionalização das ações de governo com a segmentação da comunicação	10.000,00
Aprimoramento do sistema de alinhamento de comunicação	10.000,00
Comunicação digital governamental	17.740.918,00
Digitalização das retransmissoras da emissora pública TVE	10.000,00
Digitalização do acervo de imagens da TVE	10.000,00
Fomento à produção audiovisual	10.000,00
Gestão da comunicação governamental	170.000,00
Gestão estratégica da Publicidade Institucional do Estado	145.020.000,00
Modernização e qualificação da estrutura técnica das emissoras públicas	10.000,00
Pesquisas virtuais para aferir percepção sobre políticas públicas	10.000,00
Potencialização das atividades e funções das emissoras públicas educativas	5.844.000,00
Realização de eventos institucionais	6.500.000,00
Remuneração de Pessoal	32.025.935,00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Escritório de Desenvolvimento de Projetos
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) (**Quadro 8)**, e pelos órgãos vinculados Escritório de Desenvolvimento de Projetos (Edp) (**Quadro 9)**, Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (Ipe Saúde) (**Quadro 10)** e Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) (**Quadro 11**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 8 – Principais entregas da SPGG em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Canais integrados de atendimento ao cidadão	Atendimento realizado presencialmente na unidade central de atendimento Tudo Fácil	unidade	990.306
	Unidade central de atendimento Tudo Fácil implantada	unidade	1
Disponibilização do RS.GOV.BR	Login GOV. BR no serviço digital que necessite login implementado	percentual	40,8
Estratégia RS Data-driven	Estrutura tecnológica para governança, compartilhamento, abertura de dado, proteção de dado pessoal implantada e operando	percentual	60
Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros	Recurso captado	R$	2.400.000.000,00
Otimização do sistema de processo administrativo eletrônico	Sistema de processo administrativo revisado, otimizado e com dado gerencial disponibilizado	percentual	80
Planejamento regional por meio da participação popular	Consulta popular realizada	unidade	1

Quadro 9 – Principais entregas do EDP em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Apoio ao Desenvolvimento de Projetos	Projeto Estratégico Designado desenvolvido	percentual	100

Quadro 10 – Principais entregas do Ipê Saúde em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Gestão da saúde do servidor público	Atendimento prestado	unidade	15.209.972

Quadro 11 – Principais entregas da Procergs em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Prestação de Serviços de TIC para o setor público	Transação disponibilizada	unidade	90.340

Principais realizações em 2025

- Em 2025, foram captados R$ 2,398 bilhões em recursos de diferentes fontes. Dentre elas destacam-se as operações de crédito dos programas Progestão e Pró-Resiliência, nos valores de R$ 280 milhões e de R$ 2 bilhões, respectivamente, com o Banco Mundial (Bird). O Progestão visa aprimorar a gestão fiscal, orçamentária e patrimonial do Estado, enquanto o Pró-Resiliência tem por objetivo a reestruturação de passivos diversos com impacto no fluxo de desembolsos do Estado.

- A SPGG elaborou, em parceria com a Casa Civil, o Caderno de Propostas ao Orçamento Geral da União (OGU) de 2026. Reunindo 100 projetos estratégicos com demanda estimada em R$ 1,87 bilhão, a proposta visa a captação de recursos federais via emendas parlamentares e fortalecer políticas públicas essenciais à reconstrução e ao desenvolvimento sustentável do Estado.

- Criada em 1998, a Consulta Popular é um instrumento de participação direta da população na definição das prioridades regionais do Estado. Por meio de votação, a sociedade indica quais projetos devem ser contemplados com recursos públicos no ano seguinte. A edição 2025/2026 mobilizou 277.809 votos válidos em todo o Rio Grande do Sul, um aumento de 28,4% em relação ao ciclo anterior. Ao todo, 69 propostas foram eleitas, contemplando 11 secretarias e órgãos estaduais. A destinação soma mais de R$ 108 milhões, distribuídos entre os 28 COREDES, conforme critérios técnicos previstos no regimento da Consulta Popular.

- Referência em atendimento integrado, o Tudo Fácil concentra, em um único espaço, serviços de grande demanda, com um modelo híbrido e inovador que promove inclusão digital e social. Atualmente, a rede conta com dez unidades em funcionamento e segue em expansão. O Tudo Fácil já está presente em Porto Alegre, com unidades no Centro, Zona Norte e Zona Sul, e nos municípios de Lajeado, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria. Neste ano, as unidades realizaram 990.306 atendimentos.

- A Plataforma Estadual de Dados (PED), desenvolvida pela SPGG, oferece uma infraestrutura comum para catalogação, integração, circulação e uso de dados em processos, sistemas e serviços do Estado. O modelo substitui fluxos fragmentados por padrões unificados de governança e compartilhamento seguro entre as estruturas estaduais. Enquanto ambiente central, a PED organiza as bases utilizadas pelos órgãos públicos, promovendo eficiência e transparência. Inserida no eixo tecnológico da Estratégia RS Data Driven, a plataforma integra informações antes dispersas e estabelece um padrão único para governança, catalogação e compartilhamento seguro. A solução reúne serviços que estruturam o ciclo de dados no governo, como: IntegraRS: portal unificado de APIs; Catálogo de Dados: inventário dos ativos informacionais do Estado; DataRS: repositório oficial de estatísticas socioeconômicas. Esses componentes sustentam fluxos administrativos, análises e serviços digitais, incluindo funcionalidades do Portal rs.gov.br e do Meu rs.gov.br.

- A implantação do SEI-RS marca a modernização da gestão pública no Estado, sob liderança da SPGG. Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e disponibilizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Sistema Eletrônico de Informações promove transformação digital e transparência. Entre seus benefícios estão: agilidade no acesso a documentos, integração entre órgãos, padronização de processos e acompanhamento em tempo real, garantindo controle e segurança. Complementando, a plataforma RS+Digital oferece soluções tecnológicas aos municípios que aderirem, estruturada em três eixos: processos administrativos integrados (SEI-RS), serviços acessíveis pelo portal rs.gov.br e ferramentas corporativas para fortalecer a gestão municipal.

- O portal rs.gov.br disponibiliza 758 serviços estaduais, sendo 96% deles disponíveis de forma digital. Com uma média de 6,9 milhões de acessos mensais e 85% de satisfação dos usuários, a plataforma tem consolidado o Rio Grande do Sul como referência em governo digital no Brasil. A grande inovação trazida pela reformulação do portal em 2025 é a GurIA, assistente virtual baseada em inteligência artificial que responde às dúvidas dos cidadãos sobre serviços e políticas públicas do Estado.

- Os portais do Governo do Estado atingiram o nível Diamante de Transparência no ranking 2025 do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 96,7%. O reconhecimento, concedido pela Atricon, exige cumprimento de 100% dos requisitos essenciais e índice entre 95% e 100%. A avaliação considera critérios rigorosos, como informações sobre receitas, despesas, folha de pagamento, contratos, licitações, transferências, dívida pública, programas governamentais, acessibilidade, dados abertos e ferramentas de controle social.

- A Procergs — Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. recebeu o Prêmio ODS RS 2025, segunda edição do evento, na categoria Valorização das Pessoas e Diversidade, pertencente ao Grupo III – Empresas.

- A Procergs obteve destaque nacional no Secop 2025, promovido pela Abep-TIC, conquistando o 1º lugar em Melhor Solução de Governo Digital Orientada ao Cidadão com o case “Ecossistema Digital como Estratégia de Resposta e Reconstrução em Contexto de Calamidade no RS”. Com isso, garantiu também o Prêmio de Excelência em Governo Digital, principal reconhecimento do evento, reafirmando sua liderança em inovação já premiada em anos anteriores. Outros projetos foram finalistas: Preditor de Evasão Escolar (2º lugar em Governança Digital) e Identidade Fácil RS (3º lugar em Inteligência Artificial). O Prêmio Abep-TIC é a mais importante premiação nacional voltada à transformação digital na gestão pública, valorizando iniciativas que modernizam processos e ampliam a cidadania.

- O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do RS (IPE Saúde), proporcionou a realização de 15.209.972 atendimentos aos seus segurados. A fim de ampliar o acesso e qualificar a assistência, o Instituto lançou o Programa Mais Assistência, com 10.460 vagas para 42 especialidades médicas, em 356 municípios; a iniciativa busca suprir a carência de médicos no interior, com base em estudo técnico que identificou demandas regionais. Além disso, o IPE Saúde firmou contrato com um órgão de classe para oferecer serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares a cerca de 93 mil advogados e seus dependentes.

Prioridades para 2026

Tabela 27 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação da capacidade institucional para a realização de compras públicas de forma centralizada e otimizada	5.470.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	235.773.270,00
Canais integrados de atendimento ao cidadão	52.037.000,00
Capitalização de Empresas Estatais	50.000,00
Disponibilização do RS.GOV.BR	9.241.265,00
Elaboração e publicação de indicadores e estudos socioeconômicos	104.000,00
Estratégia RS Data-driven	858.701,00
Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros	14.796.000,00
Fortalecimento da rede de planejamento, governança e gestão	2.705.000,00
Gestão documental	1.520.000,00
Gestão dos serviços compartilhados	4.373.000,00
Gestão eficiente de imóveis públicos estaduais	510.000,00
Governança de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	1.330.300,00
Iconicidades	1.000.000,00
Implantação da estratégia BIMGov-RS (*Building Modeling Information*)	1.150.000,00
Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE)	503.000,00
Laboratório de Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação do RS - labtech rs	3.432.000,00
Manutenção e preservação dos bens dominiais	1.092.603,00
Melhorias em sistemas transversais	43.927.198,00
Otimização do sistema gestão patrimonial do estado (GPE) e higienização de dados	2.375.872,00
Otimização e eficiência na gestão da frota	4.008.120,00
Planejamento regional por meio da participação popular	91.500.000,00
Projetos estruturantes do complexo administrativo do estado (CAE) e anexos	24.471.897,00
Promoção da qualidade de vida no trabalho	14.551.391,00
Publicidade Institucional	75.000,00
Qualificação da Escola de Educação Infantil do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)	340.000,00
Qualificação da Escola de Governo	3.014.682,00
Remuneração de Pessoal	826.869.195,00
Sistema de governança	910.000,00
Sistemas estruturantes de gestão de pessoas	2.557.401,00

Tabela 28 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Escritório de Desenvolvimento de Projetos

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	760.180,00
Apoio ao Desenvolvimento de Projetos	20.000,00
Apoio ao Gerenciamento de Projetos	10.000,00
Outros encargos especiais	1.297.264,00
Publicidade Institucional	150.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

Remuneração de Pessoal	7.892.503,00

Tabela 29 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	216.051.060,00
Gestão da Saúde de Conveniados a Entidades de Registro Profissional	60.000,00
Gestão da Saúde do Servidor Público	3.673.191.934,00
Gestão do Conhecimento	1.000.000,00
Outros encargos especiais	95.705.766,00
Publicidade Institucional	3.000.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	1.000.000,00
Remuneração de Pessoal	49.732.408,00
Serviço da dívida	30.000.000,00

Tabela 30 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas da Procergs no PPA 2024-2027

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Prestação de Serviços de TIC para o setor público	63.000.000,00

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Abaixo, encontram-se algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) (**Quadro 12**). Ao final da seção, encontram-se as descrições, em tópicos, das principais realizações deste órgão no ano em questão.

Quadro 12 – Principais entregas da PGE em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Aparelhamento das soluções tecnológicas de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado	Conjunto de automação de processo desenvolvido	unidade	1
	Parque Tecnológico modernizado	percentual	92,25
Aprimoramento da atuação voltada para a redução dos gastos e proteção dos recursos públicos	Mecanismo de mensuração da economia gerada pela atuação jurídica ampliado e aperfeiçoado	percentual	25
Fortalecimento da gestão dos passivos contingentes	Sistema de controle de processo judicial modernizado	percentual	27
	Sistema de pagamento digital de débito fiscal judicializado implementado	percentual	0

Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal	Sistema informatizado de cobrança judicial modernizado	percentual	40

Principais realizações em 2025

- Em 2025, no acumulado de janeiro a dezembro, a PGE arrecadou mais de R$ 2,0 bilhões do estoque da dívida ativa judicial, o que representa 4,9% do total. Além disso, PGE atingiu R$ 4,2 bilhões em negociações efetivadas, o que corresponde a 11,5% do estoque total. No mesmo período, foram extintos mais de R$ 1 bilhão do estoque da dívida ativa judicializada, o que equivale a 2,7% do total.

- Avançou-se no fortalecimento da gestão dos passivos judiciais, com a identificação e o monitoramento de riscos judiciais no montante de R$ 45 bilhões em passivos contingentes e R$ 25 bilhões em passivos consolidados. Além disso, com o aprimoramento da atuação jurídica voltada à redução de gastos e à proteção dos recursos públicos, estima-se uma economia de aproximadamente R$ 2,14 bilhões.

- "A jornada de transformação digital na conciliação de precatórios do RS: eficiência na concretização de direitos do cidadão" é um projeto que reúne uma série de soluções inovadoras no âmbito da Administração Pública estadual que possibilitaram a automação do processo de negociação de precatórios. Uma dessas soluções foi o desenvolvimento de um aplicativo para otimizar os fluxos de trabalho no que tange às negociações de precatórios.

- O projeto "Uso de dados da judicialização da saúde para aprimoramento da política pública", da Procuradoria-Geral do Estado, desenvolvido pela Procuradoria de Saúde (PSaúde), foi vencedor da 6ª edição do Prêmio de Inovação do J.Ex, na categoria Inovação Social. A iniciativa consiste na análise aprofundada de dados de processos judiciais relacionados à saúde, com o objetivo de identificar padrões, antecipar demandas e propor soluções. Esta é a segunda premiação que reconhece o projeto da PSaúde. Em outubro, ele também conquistou o Prêmio Justiça e Saúde, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consolidando-se como referência nacional em inovação jurídica com impacto social.

Prioridades para 2026

Tabela 31 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Procuradoria-Geral do Estado

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	47.193.292,00
Modernização da infraestrutura de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado	3.635.310,00
Profisco - PGE	15.230.400,00
Publicidade Institucional	65.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	638.891,00
Remuneração de Pessoal	460.782.577,00

Eixo sociedade inclusiva, justa e feliz

Para alcançar uma sociedade inclusiva, justa e feliz, ressaltam-se os esforços do Gabinete do Vice-Governador (GVG), da Casa Militar (CM) e de várias secretarias, incluindo de seus órgãos vinculados, principalmente as destacadas nesta seção.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Em 2025, o Gabinete do Vice-Governador (GVG) atuou na articulação de ações em temas estratégicos para o Governo do Estado, por meio do Gabinete de Projetos Especiais (GPE). A seguir, encontram-se as descrições em tópicos das principais realizações do órgão no ano em questão.

Principais realizações em 2025

- Coordenada pelo GPE, a edição de 2025 do *South Summit Brazil* (SSB) reuniu cerca de 23 mil pessoas, mais de 3 mil startups e 800 palestrantes de mais de 60 países. O foco do evento foi a retomada de setores-chave para o desenvolvimento econômico e social do Estado, estruturado em três eixos para o enfrentamento dos efeitos das enchentes: ações emergenciais, reconstrução e o Rio Grande do Sul do futuro.

- A temporada 2024-2025 da Operação Verão Total (OVT), conduzida pelo GPE, reuniu diferentes órgãos do Governo do Estado, que estiveram presentes em todo o litoral gaúcho, levando serviços, informações e segurança para banhistas, moradores e turistas durante os três meses do veraneio, por meio de ações divididas em quatro eixos temáticos: Segurança, Saúde e Bem-Estar, Turismo e Desenvolvimento, e Mobilidade.

- O GPE coordenou a reformulação e modernização do Passe Livre Estudantil, que passou a se denominar Passe Fácil Estudantil. As mudanças, previstas na Lei nº 16.363, de 14 de outubro de 2025, permitirão a gratuidade da passagem em transporte coletivo intermunicipal e a redução da burocracia, uma vez que o Executivo estadual poderá repassar recursos diretamente aos estudantes, sem intermediação das prefeituras ou associações estudantis.

- Foi enviado à Assembleia Legislativa (ALERGS) o projeto de lei que cria o Fundo Estadual de Bem-Estar de Animais Domésticos, política de Estado que pretende garantir o fortalecimento e a continuidade de políticas públicas nessa área. Elaborado sob coordenação do GPE, o projeto visa facilitar o repasse de recursos a municípios e entidades de proteção animal para investimento em castrações, abrigos, acolhimento de animais, capacitação de profissionais, convênios com clínicas e hospitais veterinários, entre outras ações voltadas à saúde e proteção de animais domésticos e equinos.

- Em relação ao Primeira Infância RS, ressalta-se a atuação do GPE na coordenação do Comitê Intersetorial pela Primeira Infância (Ceipi). No ano em questão, foi enviado à ALERGS o projeto de lei que institui o Plano Estadual pela Primeira Infância (Pepi), documento que

define as ações, investimentos e decisões do governo para proteger e promover os direitos das crianças na primeira infância entre 2025 e 2035. Além disso, o Ceipi lançou o curso “Equidade e Integralidade na Primeira Infância: o papel indutor dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPIs)”, cujo objetivo é qualificar gestores, técnicos e conselheiros municipais de todo o estado, oferecendo ferramentas práticas e metodológicas para apoiar a elaboração, a implementação e o monitoramento das políticas públicas para a primeira infância.

Prioridades para 2026

Tabela 32 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Gabinete do Vice-Governador

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.992.211,00
Remuneração de Pessoal	4.681.113,00

CASA MILITAR

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Casa Militar (CM) (**Quadro 13**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações do órgão no ano em questão.

Quadro 13 – Principais entregas da CM em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Programa Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	Legislação da Defesa Civil atualizada	%	100
	Plano de contingência municipal inserido na Plataforma Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (PEGIRD)	%	55
	Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil elaborado	%	10
Implementação de infraestrutura estadual de gestão integrada de riscos e desastres	Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres instalado	%	40
	Caminhão cisterna adquirido	unidade	4
	Veículo adquirido	unidade	55
	Drone adquirido	unidade	35
Promoção de ações de educação, capacitação e conscientização	Capacitação realizada	unidade	9

	Seminário ou Simulado de Proteção e Defesa Civil realizado	unidade	3
	Programa Estadual de Educação para Redução de Riscos de Desastres implementado	%	28
Sistema de acumulação de água para consumo humano	Cisterna comunitária adquirida e instalada	unidade	75
Aperfeiçoamento da Rede Estadual de Monitoramento e Alerta	Plataforma Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (PEGIRD) implementada	%	59
	Modelagem hidrodinâmica elaborada	%	65
	Estação de Monitoramento Hidrometeorológico implantada	unidade	75

Principais realizações em 2025

- A CM adquiriu 130 estações meteorológicas. Das 130 estações, 113 são hidrológicas, com sensores de nível de rio e precipitação, e 17 hidrometeorológicas, que contam com sensores de velocidade e direção do vento, umidade, pressão atmosférica, temperatura e precipitação, operando na modalidade *nowcasting* de missão crítica, com atualização de dados a cada 15 segundos.

- Dentre os veículos e equipamentos adquiridos pela CM em 2025, se encontram um caminhão plataforma para apoio a operações logísticas, 2 micro-ônibus para transporte de efetivo, 46 camionetes *pickup* 4X4, 4 caminhões cisterna, além de 35 drones DJI Maciv 3 para emprego nas atividades de proteção e defesa civil.

- A CM realizou, em 2025, Curso Básico de Proteção e Defesa civil. Com carga horária de 30 horas, o curso foi estruturado em módulos à distância e presenciais, abrangendo conteúdos fundamentais como gestão de riscos, planos de contingência, sistema de comando de incidentes, assistência humanitária, dentre outros. O projeto foi concluído com resultados expressivos: 344 dos 497 municípios gaúchos participaram da formação, alcançando 69% de cobertura.

- A CM realizou, em julho de 2025, o Seminário Internacional de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil Rio Grande do Sul-Itália, em parceria com o Consulado Geral da Itália, com participação de mais de 300 pessoas, entre representantes das prefeituras, Defesas Civis municipais, órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil.

- Foi publicado o Decreto 58.486 de 2025, que regulamenta o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Dentre outros pontos, o Decreto reestrutura o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil, implanta as Setoriais de Riscos de Desastres em todas as Secretarias e na Procuradoria-Geral do Estado, além de instituir Câmaras Temáticas Permanentes de Segurança de Barragens, prever plano estadual, Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil e Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, dentre outros instrumentos.

Prioridades para 2026

Quadro 33 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da CM

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	19.694.260,00
Programa Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	173.564.665,00
Promoção de ações de educação, capacitação e conscientização	2.385.017,00
Sistema de acumulação de água para consumo humano	448.000,00
Remuneração de Pessoal	13.103.064,00

SECRETARIA DA CASA CIVIL

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria da Casa Civil (**Quadro 14**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 14 – Principais entregas da Casa Civil em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Qualificação das ações de promoção de transparência ativa e governança de dados	Conjunto de dados dos atos oficiais normas do Governador do Estado inserido e disponibilizado	%	29,50
	Portal de Pesquisa de Atos Oficias e Normas do Governador do Estado implantado	%	77
Sensibilização de gestores públicos sobre a política de dados abertos	Regramento de dados abertos atualizado	%	40
	Conjunto de dados no Portal Dados RS atualizado e ampliado	%	30
Recuperação, preservação, readequação e requalificação dos prédios do Complexo da Governadoria	Estrutura/Prédio público requalificado/recuperado	%	10

Principais realizações em 2025

- Em 2025 foi lançado o Diário Oficial Eletrônico do Estado (DOE-e), sistema que agiliza a publicação de matérias e facilita a consulta e pesquisa por parte dos usuários. Nas publicações, foram reduzidos em cerca de 80% o número de cliques necessários para a liberação, além da criação de visualização prévia da matéria diagramada durante o processo de elaboração. Houve também aprimoramento no mecanismo de pesquisa, oferecendo resultados com rapidez e precisão, beneficiando a transparência, entre outras alterações para melhor usabilidade do site.
- Criado pelo Decreto 58.394 de 2025, o novo Sistema Estadual de Gestão de

Emendas Parlamentares Federais e Estaduais visa o aprimoramento do controle, da transparência e da eficiência na captação e no uso de recursos vindos de emendas parlamentares. A Casa Civil é a coordenadora desse sistema, sendo responsável pela articulação com parlamentares, pela definição de prioridades e pelo monitoramento das emendas desde a captação até a entrega do produto final.

- A Casa Civil apresentou o primeiro balanço completo da execução das emendas parlamentares federais destinadas ao Estado entre 2019 e setembro de 2025. O relatório reúne dados detalhados sobre a aplicação de cerca de R$ 1,5 bilhão em recursos voltados a políticas públicas em 445 municípios do estado, abrangendo não apenas os valores liberados a partir de 2019, mas também instrumentos anteriores ainda em execução.

- Por meio da comissão do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), foi realizado o 1º Encontro – Sustentabilidade no Palácio Piratini. A iniciativa marcou o reforço a uma série de ações voltadas à sensibilização e à promoção de práticas sustentáveis no Complexo do Piratini - sede do Executivo estadual.

- Em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), a Casa Civil promoveu as primeiras oficinas práticas do projeto Ágora: Vozes do Futuro, cujo objetivo é consolidar um espaço permanente de diálogo e reflexão sobre o futuro e a inteligência da gestão pública no estado. Em 2025, foram capacitados mais de 110 servidores da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM) e da Ouvidoria Geral do Estado (OGE). Esse projeto integra as iniciativas de inteligência e boas práticas coordenadas pelo Laboratório de Inteligência da Casa Civil (CCX LABi), instituído pelo Decreto 58.412 de 2025, que se configura como um núcleo técnico estratégico para fortalecer, de forma transversal, a capacidade governamental de planejar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas com rigor técnico, elevando o padrão de tomada de decisão e consolidando o Estado como referência em inteligência governamental e transparência.

- A OGE realizou o painel "Qualificação em Controle Público e Social". Na ocasião, foram realizadas palestras sobre o enfrentamento e combate a assédios e discriminação, sobre comunicação com o público, e sobre dados públicos.

Prioridades para 2026

Tabela 34 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Casa Civil

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	15.209.955,00
Qualificação da entrega de políticas e serviços públicos de forma integrada nos territórios do RS Seguro	466.165,00
Recuperação, preservação, readequação e requalificação dos prédios do Complexo da Governadoria	2.764.364,00
Remuneração de Pessoal	61.866.975,00

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria da Cultura (Sedac) (**Quadro 15**) e pelos órgãos vinculados Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) (**Quadro 16**) e Fundação Theatro São Pedro (FTSP) (**Quadro 17**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 15 – Principais entregas da Sedac em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Fomento à cultura	Recurso da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) liberado	R$	70.000.000,00
	Repasse federal para o fomento e ações de apoio ao setor da cultura liberado	R$	70.400.000,00
	Recurso do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) liberado	R$	23.700.000,00
Atividades de mediação de leitura no ambiente escolar	Aluno participante de oficina realizada - RS Seguro	unidade	7.660
	Atividade de mediação de leitura realizada - RS Seguro	unidade	150
Fortalecimento e ampliação da rede de Pontos de Cultura do RS	Ponto ou Pontão financiado	unidade	63
Pesquisa, formação e qualificação na área cultural	Pessoa qualificada em curso realizado	unidade	6.622
	Curso de qualificação técnica realizado	unidade	34
Pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	Caravana realizada	unidade	6
	Pessoa capacitada em caravana realizada	unidade	151
Qualificação da gestão museológica e de memória	Acervo restaurado, catalogado, digitalizado e disponibilizado ao público	unidade	14
	Plano museológico incentivado nos municípios	unidade	100
Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	Obra executada	unidade	8
Promoção de ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural	Bem tombado fiscalizado	unidade	61
Promoção de ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural	Entorno de bens tombados e diretrizes de intervenção elaborado	unidade	15

Quadro 16 – Principais entregas da FOSPA em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
	Apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) realizada	unidade	64

Realização das atividades da Escola de Música e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	Público contemplado em apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	unidade	55.972
	Aluno atendido pela Escola de Música da OSPA	unidade	303
	Apresentação da Escola de Música da OSPA realizada	unidade	69
4772 - Conservação e reaparelhamento do Complexo Cultural Casa da OSPA e Escola de Música	Equipamento e instrumento musical adquirido	unidade	28

Quadro 17 – Principais entregas da FTSP em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro e Multipalco	Obra concluida	unidade	1
Capacitação de atores	Aluno atendido em curso de capacitação de atores	unidade	228
Realização de atividades no Complexo do Theatro São Pedro	Público atendido em atividade artística e cultural	unidade	47.390
	Público atendido em visita guiada	unidade	850

Principais realizações em 2025

- Em 2025, os editais da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) chegaram a 70 milhões concedidos aos projetos contemplados. Além disso, foram concedidos R$ 23,7 milhões do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e R$ 70,4 milhões oriundos de repasses federais. Ao todo, 73,64% dos municípios gaúchos foram beneficiados por ações culturais financiadas pelos editais de fomento.

- A edição de 2025 do projeto Autor Presente possibilitou a contratação de escritores, mediadores de leitura e contadores de histórias para a realização de atividades relacionadas à literatura junto ao público escolar, além da capacitação de professores. No ano em questão, foram realizadas 150 atividades de mediação de leitura, que juntas abrangeram 7.660 alunos. O projeto, realizado em parceria com o programa RS Seguro COMunidades e com a Secretaria da Educação (Seduc), também incluiu a aquisição de obras literárias dos autores participantes.

- O projeto Artista na Escola seleciona, via edital, propostas de artistas para a realização de atividades culturais, pedagogicamente orientadas, em escolas públicas abrangidas pelo programa RS Seguro COMunidade. Em 2025, 4.465 alunos participaram das atividades promovidas.

- No âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural, foram realizadas 61 fiscalizações em bens tombados, além da realização de 13 inventários culturais e 8 atividades de educação patrimonial.

- O Sistema Estadual de Cultura (SEC) promoveu 34 cursos de qualificação técnica na área cultura, que, somados, atingiram o total de 6.622 participantes em todas as regiões do estado. Além disso, em 2025 o SEC alcançou o número de 406 municípios com adesão ao Sistema, avançando na institucionalização das políticas culturais no estado.

▪ Por meio do programa RS Criativo, que tem como objetivo de promover o desenvolvimento e o fortalecimento da economia criativa do Rio Grande do Sul, foram realizadas 6 caravanas para promoção de atividades de capacitação voltadas a empreendedores e aspirantes a empreendedores dos setores criativos, que juntas somaram 151 pessoas atendidas. Além disso, foram realizadas 10 rodadas de negócio com a participação de 209 empreendedores.

▪ O Sistema Estadual de Museus (SEM), órgão da Sedac que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o estado, alcançou a marca de 391 museus integrados ao Sistema. Além disso, foi publicado o documento "Desastres naturais no Rio Grande do Sul e museus", obra que discute os oito tipos de desastres mais comuns e com maior possibilidade de afetar os museus no estado; apresenta o histórico de ocorrência desses desastres nos últimos 30 anos, por Região Museológica; e traz orientações para as instituições atuarem de forma preventiva e mitigatória com relação a essas tipologias de eventos.

▪ A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) lançou a Academia de Música Clássica. A Academia, voltada a alunos de nível avançado, complementa a formação já ofertada pela Escola de Música da OSPA, oferecendo 80 bolsas para integrantes da orquestra OSPA Jovem.

▪ Em 2025, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) realizou 64 apresentações, contemplando um total de 55.972 pessoas.

▪ A entrega definitiva do Multipalco Eva Sopher marcou a conclusão das obras do Teatro Simões Lopes Neto, parte do complexo cultural sob responsabilidade da Fundação Theatro São Pedro (FTSP). O teatro, em formato italiano, conta com 700m², o que permite encenações grandiosas, e 576 lugares. Além desse espaço, o novo teatro dispõe de elevador de carga para o transporte de cenários robustos ao palco e de estrutura de *backstage.*

Prioridades para 2026

Tabela 35 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedac

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ações educativas relacionadas às diferentes expressões artísticas no âmbito escolar (Arte com educAÇÃO)	3.250.000,00
Adaptação das Instituições Culturais para a Primeira Infância	210.000,00
Ampliação da produção, do acesso e da fruição aos bens culturais a populações em situação de vulnerabilidade	5.311.455,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.009.369,00
Atividades de mediação de leitura no ambiente escolar	1.000.000,00
Fomento à cultura	84.802.675,00
Fomento, pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	1.645.000,00
Fortalecimento e ampliação da governança do Sistema Estadual de Cultura	887.454,00
Fortalecimento e ampliação da rede de Pontos de Cultura do RS	250.964,00
Manutenção e requalificação das instituições culturais	15.634.180,00
Pesquisa, formação e qualificação na área cultural	710.000,00
Preservação e promoção dos Institutos Culturais	23.919.264,00
Promoção de ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural	110.000,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação da gestão museológica e de memória	593.031,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Remuneração de Pessoal	32.336.900,00
Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	4.781.413,00

Tabela 36 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do FOSPA

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.947.380,00
Conservação e reaparelhamento do Complexo Cultural Casa da Ospa e Escola de Música	548.913,00
Outros encargos especiais	7.730.639,00
Publicidade Institucional	100.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Realização das atividades da Escola de Música e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	2.465.000,00
Realização das obras do Complexo Cultural Casa da Ospa e Escola de Música	10.000,00
Remuneração de Pessoal	12.673.711,00
Serviço da dívida	4.605,00

Tabela 37 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do FTSP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	7.134.379,00
Capacitação de atores	10.000,00
Conservação e reaparelhamento do Theatro São Pedro	10.000,00
Outros encargos especiais	453.639,00
Produção de produtos de mídia digital	10.000,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro e Multipalco	6.758.701,00
Realização de atividades no Complexo do Theatro São Pedro	80.000,00
Remuneração de Pessoal	240.195,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Educação (Seduc) (**Quadro 18**) e pelo órgão vinculado Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSC) (**Quadro 19**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 18 –Principais entregas da Seduc em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Qualificação da rede pública Estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos – Educação Básica	Escola com aquisição de mobiliário e equipamentos conforme projeto pedagógico	Unidade	521

Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	Escola de Educação Básica reformada parcial ou totalmente	Unidade	160
Qualificação da rede pública Estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos – Educação Profissional e Técnica	Escola com aquisição de mobiliário e equipamentos conforme projeto pedagógico	Unidade	162
Ações de cuidado e bem estar escolar	Profissional da educação formado em Educação Antirracista	%	88,13
	Escola com projeto de combate à violência escolar implantado	Unidade	1.208
	Escola com Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE implementada	%	100
Apoio à Educação de Jovens e Adultos	Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos Profissional e Técnica (EJA Tech)	Unidade	11.043
Apoio à Educação de Jovens e Adultos	Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos	Unidade	52.921
Gestão pedagógica das escolas	Escola com programa de tutoria implantado	%	75
	Tutor formado	Unidade	239
Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	Escola de ensino médio em tempo integral implantada	%	27
Consolidação do Ensino Médio Gaúcho	Escola com 5º itinerário implantado	Unidade	83
Qualificação e expansão da educação profissional e técnica	Aluno matriculado em curso técnico subsequente ou concomitante	Unidade	29.869
Fortalecimento das modalidades na perspectiva da educação inclusiva	Estudantes público-alvo da educação especial com atendimento educacional especializado	%	95
Desenvolvimento dos profissionais da educação	Professor formado	%	71
Conecta RS: Iniciativas de conectividade para as escolas de Educação Básica	Equipamento tecnológico adquirido para escola de Educação Básica (*chromebooks*)	Unidade	99.999

Quadro 19 – Principais entregas da FETLSVC em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ações preventivas para a aprendizagem	Atendimento individual realizado - reforço e monitoria	Unidade	3.423
	Evento extra-classe/atividade complementar realizada	h	500
Adequação, reforma e qualificação da infraestrutura e de recursos pedagógicos e tecnológicos da Fundação Liberato	Edificação escolar reformada	%	50
Formação profissional para capital humano qualificado	Subestação com energia solar fotovoltaica construída	%	50
Implementação do programa de permanência de estudantes na educação profissional integrada ao Ensino Médio	Aluno transportado	Unidade	450

Principais realizações em 2025

▪ No âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), a SEDUC desenvolveu ações sobre agravos negligenciados, alimentação saudável, autocuidado, combate ao Aedes aegypt, cidadania e direitos humanos, dependência química

e tabaco, prevenção de violência e promoção da paz, saúde ambiental, bucal e mental, e a semana de saúde na escola. Além disso, através do Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual (GTI-E), 7 escolas participaram da ação Fortalece PSE (realizada pelo MEC e MS) dos municípios de Porto Alegre, Uruguaiana, Colinas, São Miguel das Missões, Torres, Caxias do Sul e Viamão. Também foram realizadas ações formativas a respeito da promoção da saúde mental e do manejo de situações de sofrimento emocional por psicólogos e assistentes sociais da SEDUC, dentro do escopo do projeto EAP Apoia a Escola (acompanhamento longitudinal de 280 escolas da rede estadual). Com o projeto Treinamento de Atenção Plena com foco na Aprendizagem e Desenvolvimento Psicossocial 30 escolas foram capacitadas para realizarem atividades de respiração como ferramenta para regulação emocional. Por fim, 1.726 escolas participaram do projeto diálogos socioemocionais.

- Com relação ao combate à violência escolar e a todo tipo de discriminação, a SEDUC realizou ações de incentivo às escolas para que, a partir do registro na Plataforma da CIPAVE+, elaborassem projetos voltados ao combate da violência escolar. No ano de 2025, 248 escolas desenvolveram cerca de 935 projetos de combate à violência escolar. Além disso, a Secretaria promoveu diferentes intervenções voltadas ao combate à violência escolar: 650 escolas participaram do projeto Escola Segura e em Paz, 280 escolas participaram do projeto EAP Apoia a Escola e 30 escolas participaram do projeto Treinamento de Atenção Plena com foco em Aprendizagem e Desenvolvimento Psicossocial. Além disso, 65 escolas desenvolveram cerca de 776 projetos de combate à discriminação.

- Com relação ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS), dos 497 municípios gaúchos, 471 municípios tiveram execução pelo Programa de Transporte e, em 17 municípios, os estudantes foram transportados por meio de contratos terceirizados diretamente pela SEDUC. Através do programa, 63.893 estudantes foram transportados mediante adesão ao programa, além de 5.052 por meio de contratação direta.

- O modelo de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral foi implantado em 302 escolas, processo que envolve análise de estrutura, sensibilização e assembleias com as comunidades. O processo também promove a formação de professores para atuação neste modelo. Participaram de formações relacionadas ao Ensino Médio em Tempo Integral 6.451 professores ao longo do ano.

- Entre as feiras e mostras científicas e culturais realizadas pela educação técnica e profissional da SEDUC, se encontram eventos como Hackatagro, Mostratec, Fenadante, Milset Brasil, Milset International, Mostra da Empregabilidade, e Mostra das Escolas Agrícolas e do Campo.

- Foram criados 10 novos Núcleos de Inovação para o Trabalho (NIT), cujo propósito é criar ambientes de qualificação profissional para estudantes, trabalhadores, empreendedores e micro/pequenos negócios, visando uma inserção qualificada e sustentável no mercado de trabalho, além de estimular a geração de emprego e renda conforme as necessidades socioeconômicas locais. Isso totalizou um quantitativo de 41 NITs operantes, que ofertaram 104 cursos, em nove eixos tecnológicos: Ambiente, Saúde e Segurança; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Saúde; e Desenvolvimento Educacional e Social. Também foi realizada a aquisição de 15 conjuntos computadores e monitores

para 10 escolas que ofertam cursos do NIT.

- No âmbito das ações de melhoria na eficiência da governança e gestão da rede escolar, foram mapeados e redesenhados os processos de matrículas/rematrículas, de enquadramento do local de exercício, de enquadramento da alteração de níveis das escolas, e de implementação do fluxo quanto aos processos de cessão de uso de espaços públicos nas escolas da rede estadual. Também foi implementado ciclo de governança em todas as Coordenadorias Regionais de Educação, que envolve o acompanhamento dos seguintes indicadores: Execução do Programa Agiliza; Frequência dos Estudantes; Aulas dadas; e Notas dos Estudantes. Para o monitoramento destes indicadores, foram implementados encontros mensais, bimestrais e trimestrais com as equipes das CREs e diretores de escolas. Também foram realizadas formações virtuais e presenciais com os Diretores das escolas estaduais, em Porto Alegre, bem como nos polos regionais e CREs, relacionadas aos temas Jovem do Futuro, IDEB, Ensino Médio em Tempo Integral, questões administrativas e financeiras, Plano Anual de Ações e Metas, avaliação externa - SAERS e de fluência leitora, educação antirracista, dentre outras.

- No âmbito do Programa Alfabetiza Tchê, foram realizadas formações em formato on-line e presencial. No ano de 2025, na formação on-line foram capacitados 12.128 participantes. Já na formação presencial, na condição de Formador Regional, foram capacitados 29 participantes; e quanto aos professores no território foram contemplados 10.338 participantes.

Prioridades para 2026

Tabela 38 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Seduc

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ações de apoio ao esporte escolar	9.000.000,00
Ações de cuidado e bem estar escolar	295.752.888,00
Ações de promoção do protagonismo juvenil	20.000,00
Ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais	20.250.551,00
Apoio à alimentação escolar	275.666.560,00
Apoio à educação de jovens e adultos (EJA)	121.722,00
Apoio a iniciativas para inserção do jovem no mercado de trabalho	69.004,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	411.849.555,00
Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas de Educação Básica	271.320.268,00
Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas de Educação Profissional e Técnica	3.139.992,00
Apoio ao transporte escolar	276.372.651,00
Conecta RS: Iniciativas de conectividade para as escolas de Educação Básica	975.820,00
Consolidação do Ensino Médio Gaúcho	7.291.113,00
Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	20.016.000,00

Construção, ampliação e reforma de escolas de Educação Profissional e Técnica	1.251.000,00
Desenvolvimento dos profissionais da educação	24.879.581,00
Desenvolvimento dos temas transversais na Educação Básica	101.516,00
Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	17.503.130,00
Fomento à pesquisa, inovação, cultura e esporte	3.593.142,00
Fomento à pesquisa, inovação, cultura e esporte na Educação Técnica e Profissional	632.404,00
Fortalecimento das modalidades na perspectiva da educação inclusiva	62.960.917,00
Fortalecimento dos Núcleos de Inovação para o Trabalho	178.410,00
Gestão pedagógica das escolas	5.771.187,00
Manutenção/conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Básica	152.740.000,00
Manutenção/conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Profissional e Técnica	80.000,00
Melhoria na eficiência da governança e gestão da rede escolar	9.472.169,00
Modernização e gestão do Instituto de Educação Flores da Cunha - Museu Escola do Amanhã	10.000,00
Nota Fiscal Gaúcha - Educação	6.000.000,00
Outros encargos especiais	6.090.594.169,00
Programa de autonomia financeira Escolas Educação Básica	160.264.398,00
Programa de autonomia financeira para escolas de Educação Profissional e Técnica	767.655,00
Programa estadual de alfabetização em regime de colaboração - Alfabetiza Tchê	19.597.265,00
Programa Todo Jovem na Escola	200.000.000,00
Publicidade Institucional	1.000.000,00
Qualificação da rede pública estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos - Educ. Profissional e Técnica	29.430.668,00
Qualificação da rede pública estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos - Educação Básica	7.707.361,00
Qualificação de Recursos Humanos	150.000,00
Qualificação e expansão da educação profissional e técnica	457.136,00
Recuperação e recomposição das aprendizagens	11.875.955,00
Redução do abandono - busca ativa escolar	5.416.000,00
Remuneração de Pessoal	5.147.109.202,00
Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)	16.000.000,00

Tabela 39 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FETLSC

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Adequação, reforma e qualificação da infraestrutura e de recursos pedagógicos e tecnológicos da Fundação Liberato	3.429.343,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	13.544.651,00
Apoio ao desenvolvimento de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento humano	10.000,00
Formação profissional para capital humano qualificado	542.310,00
Outros encargos especiais	23.144.248,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Remuneração de Pessoal	65.419.825,00

SECRETARIA DA MULHER

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria da Mulher (SDM) (**Quadro 20**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão. A Secretaria da Mulher foi recriada em outubro de 2025.

Quadro 20 – Principais entregas da SDM em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Promoção da dignidade e igualdade da mulher e acolhimento de mulheres em situação de violência (Rede Lilás)	Vaga para acolhimento adquirida	unidade	1.350
	Centro Estadual de Referência da Mulher (CRM Vânia de Araújo) mantido	unidade	1

Principais realizações em 2025

- O 1º Encontro Estadual Mulheres para o Mundo reuniu, no dia 14/11/2025, municípios das 9 regiões funcionais do RS, trazendo gestoras, técnicas, conselheiras tutelares, conselheiras de direitos, vereadoras, profissionais de saúde, dentre outras, para apresentação da nova Secretaria da Mulher, de seu planejamento para 2026, de alguns dados sobre o panorama da violência contra a mulher no RS, assim como para execução de grupos de trabalho macrorregionais, dos quais resultaram 9 relatórios macrorregionais de desafios e metas para cada região funcional do estado do RS.
- No dia 03/12/2025, houve o lançamento da campanha contra o feminicídio e violência contra a mulher, construída pela SDM em parceria com a SECOM, visando a conscientização sobre o tema no período de fim de ano e férias de verão, quando, infelizmente, os números para esses casos tendem a aumentar. No mesmo evento, foi lançada a Política Estadual da Mulher e o planejamento da SDM para 2026, buscando estruturar as ações da secretária e suas metas para o próximo ano.

Prioridades para 2026

Tabela 40 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SDM

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.100.000,00
Promoção da dignidade e igualdade da mulher e acolhimento de mulheres em situação de violência	10.820.000,00

Publicidade Institucional	200.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	100.000,00
Remuneração de Pessoal	5.700.000,00

SECRETARIA DA SAÚDE

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Saúde (SES) (**Quadro 21**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações deste órgão no ano em questão.

Quadro 21 – Principais entregas da SES em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Promoção da Primeira Infância	Programa Primeira Infância Melhor ampliado	unidade	36.908
Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	Medicamento Especializado e Especial disponibilizado à população	%	98,64
	Farmácia Digital RS expandida	%	99,28
Regionalização e organização das redes	Serviço regionalizado de atenção à saúde da mulher implantado	unidade	16
	Programa TEAcolhe fortalecido	unidade	99
	Rede hospitalar com investimento do Programa Avançar executado	%	100
	Serviço Especializado de Saúde Bucal incentivado	unidade	321
Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	Sistema de regulação integrado aos sistemas hospitalares e pré-hospitalares	%	16
Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	Rede Bem Cuidar implementada	unidade	497
	Unidade Básica de Saúde (UBS) Rede Bem Cuidar com estrutura qualificada	unidade	58
Vigilância em Saúde	Programa estadual de imunizações executado	%	88,9
	Vigilância em Saúde qualificada	unidade	11.409
Redução das doenças infectocontagiosas	Serviço especializado no cuidado em IST/HIV/aids cofinanciado	unidade	26
	Diagnóstico laboratorial ampliado com enfoque na saúde única	unidade	5
	Centro estadual integrado de cuidado, prevenção e vigilância de doenças transmissíveis, emergentes e reemergentes implementado	%	14,28
	Programa de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/AIDS implementado – RS Seguro	unidade	173
Incentivo à implantação dos Centros Ide Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	Centro de Atendimento Integrado (CRAI) para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência implantado	unidade	2
Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	Serviço de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa implantado	unidade	9
Pesquisa em Saúde	Projeto de pesquisa aprovado	unidade	75

Principais realizações em 2025

- No âmbito da política estadual de educação em saúde coletiva, foram disponibilizadas 158 bolsas de residência em saúde, e 3.473 profissionais concluíram qualificações em saúde.

- Com relação à organização das redes de atenção à saúde, o Programa Estadual de Ostomia e o Programa Estadual de Cuidado das Pessoas com Deficiência se encontram na fase de 50% de implantação e de criação, respectivamente. O Programa Estadual de Integração dos Consórcios de Serviços de Saúde teve sua elaboração finalizada, e o Programa Estadual de de Cuidados Paliativos se encontra na fase de 45% de elaboração.

- Buscando a promoção da Primeira Infância, a SES atingiu a marca de 424 equipes de saúde da família amiga da mãe, parceria e criança certificadas, ação que faz parte do Programa Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS), na área da assistência ao pré-natal, ao puerpério, à puericultura e ao planejamento sexual e reprodutivo. A obtenção do certificado atesta o alcance das metas do programa pelas equipes das unidades de saúde aderidas à RBC/RS.

- Com foco na redução das doenças infectocontagiosas, a SES atingiu a marca de 173 programas de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/AIDS implementados. Além disso, a SES cofinanciou 26 serviços especializados no cuidado em IST/HIV/aids, os Centros Regionalizados de Atenção Integral e Prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), HIV/Aids e Coinfecções (CRAIP).

- A SES atingiu a marca de 9 Serviços Especializados de Saúde da Pessoa Idosa - Saúde 60+ RS em funcionamento, dentre 15 serviços habilitados com previsão de entrar em funcionamento. O Saúde 60+ RS tem como objetivo ofertar atendimento ambulatorial especializado e regionalizado, para pessoas com 60 anos ou mais, classificadas como "frágeis" na Atenção Primária à Saúde (APS) e/ou com diagnóstico ou suspeita de demência. O propósito é promover a melhora da funcionalidade, da qualidade de vida e do suporte familiar da pessoa idosa, além de contribuir para o manejo de situações complexas. Também se busca fortalecer a construção de um cuidado compartilhado com a APS, garantindo uma abordagem integrada e eficiente.

- A Operação Inverno Gaúcho com Saúde, promovida pela SES, investiu cerca de R$100 milhões para apoio à rede hospitalar nos meses de inverno, contemplando a entrega de 400 novos leitos clínicos e de suporte ventilatório e leitos de UTI para síndrome respiratória aguda grave, além de custeio e aquisição de materiais e medicamentos hospitalares.

- No âmbito do Programa SUS Gaúcho, programa estratégico de investimentos adicionais na saúde estadual, foi instituído o Programa Estadual de Consórcios em Saúde do Rio Grande do Sul, para a prestação de serviços ambulatoriais da Atenção de Média e Alta Complexidade, e para a criação de incentivo de custeio com recursos do Tesouro do Estado. Os procedimentos ambulatoriais contemplados pelo programa são o diagnóstico por ultrassonografia, o diagnóstico por endoscopia, densitometria óssea, diagnóstico por tomografia, diagnóstico por ressonância, e diagnóstico por cintilografia.

- Ainda no âmbito do Programa SUS Gaúcho, foi instituído o Programa de Incentivo à Atenção Domiciliar, que estabelece critérios para o repasse de

recursos do Tesouro do Estado, em caráter temporário e excepcional, destinado às Equipes habilitadas pelo Ministério da Saúde, e ampliação do número de equipes com habilitação estadual e qualificar o atendimento aos usuários do SUS no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

- Também no âmbito do Programa SUS Gaúcho, e visando a prestação e ampliação do atendimento especializado em feridas crônicas, foram estabelecidos critérios de alocação e execução do recurso financeiro do Tesouro do Estado, no montante de R$3.228.266,72, conforme a Portaria SES 973/2025.

Prioridades para 2026

Tabela 41 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SES

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Vigilância em Saúde	62.939.946,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	180.049.119,00
Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	1.314.124.994,00
Fortalecimento da Política Estadual de Educação em Saúde Coletiva	16.000.000,00
Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental	144.548.200,00
Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	390.213.920,00
Nota Fiscal Gaúcha - Saúde	6.000.000,00
Outros encargos especiais	543.716.891,00
Pesquisa em Saúde	200.000,00
Promoção da Primeira Infância	34.617.000,00
Publicidade Institucional	1.500.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	940.000,00
Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	30.000.000,00
Redução das doenças infectocontagiosas	59.525.000,00
Regionalização e organização das redes	4.921.726.516,00
Remuneração de Pessoal	570.649.596,00
Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	444.091.818,00

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento Estadual de Trânsito

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) (**Quadro 22**) e pelo órgão vinculado Departamento Estadual de Trânsito (Detran RS) (**Quadro 23**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 22 – Principais entregas da SSP em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Enfrentamento à violência contra grupos vulneráveis	Vítima de violência doméstica atendida pela Patrulha Maria da Penha	unidade	72.244
Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública	Equipamento de busca, resgate e salvamento adquirido para o Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	792
	Aeronave adquirida para a Brigada Militar (BM)	unidade	3
	Veículo adquirido para Polícia Civil (PC)	unidade	262
Fortalecimento das ações de polícia comunitária	Visita comunitária realizada pela Brigada Militar (BM)	unidade	70.305
Modernização tecnológica da segurança pública	Infraestrutura de radiocomunicação digital instalada na Secretaria de Segurança Pública (SSP)	%	88,42
	Equipamento de cercamento eletrônico implantado	unidade	3.252
Qualificação da infraestrutura da segurança pública	Estrutura física adequada ao atendimento na Polícia Civil (PC)	unidade	15
Qualificação da polícia judiciária para a repressão qualificada ao crime	Inquérito policial remetido	unidade	189.185
Qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública	Arma de fogo apreendida	unidade	4.781
Qualificação dos serviços periciais	Perfil Genético inserido no Banco de Perfis Genéticos	unidade	3.168
Qualificação e ampliação no serviço de identificação civil	Documento de identidade emitido	unidade	1.299.463
Segurança pública na comunidade escolar	Visita realizada nas escolas pela Brigada Militar (BM)	unidade	64.779
Abastecimento emergencial em áreas de risco	Atendimento realizado com Caminhões Autotanque (AT) para transporte de água potável de forma emergencial para regiões afetadas pela estiagem	unidade	6
Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais	Operação realizada e/ou apoiada pelo Comando Ambiental da Brigada Militar	unidade	955

Quadro 23 – Principais entregas do DetranRS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ampliação do Balada Segura	Condutor abordado nas operações Balada Segura	unidade	127.070
Supervisão e fiscalização de credenciados	Credenciado fiscalizado	unidade	1.155
Consolidação da Plataforma Peça Legal	Consulta a peça veicular usada legalizada na plataforma Peça Legal realizada	unidade	1.102.723
Engajamento do cidadão na utilização da Central de Serviços	Serviço aberto/requerido de forma nato-digital	%	92,30
Publicidade educativa de trânsito	Campanha produzida voltada à redução de acidentalidade	unidade	7
Implementação e consolidação do Programa CNH Cidadã	Vaga ofertada	unidade	3.000

Principais realizações em 2025

- No último quadrimestre a Polícia Civil realizou a inauguração de três novas Salas das Margaridas, nos municípios de Alegrete, Palmeira das Missões e Seberi. A Sala das Margaridas é um espaço voltado ao acolhimento humanizado de mulheres em situação de vulnerabilidade, proporcionando um ambiente reservado, seguro e sensível às suas necessidades. O projeto integra as ações da Polícia Civil do Rio Grande do Sul em parceria com o poder público e instituições locais, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção e o enfrentamento à violência de gênero.

- O Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS), por meio da Seção de Perícias Ambientais, participou da Operação Mata Atlântica em Pé 2025, coordenada pelo Ministério Público Estadual, reforçando ações de combate ao desmatamento ilegal no bioma.

- Em agosto, a SSP coordenou a operação Elo de Proteção, que intensificou ações de enfrentamento à violência contra mulheres e grupos vulneráveis e promoveu ações educativas em todo o Estado. Foram atendidas 6.555 pessoas, realizadas 11.114 abordagens e 352 agressores foram presos em flagrante e recolhidos ao sistema prisional. A Brigada Militar e a Polícia Civil cumpriram 215 mandados de prisão e 206 de busca e apreensão.

- Em agosto, em virtude do Agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, a Polícia Civil realizou uma ação no plantão da Delegacia da Mulher (Deam) em Porto Alegre. Neste evento, foram oferecidos serviços de atendimento psicológico e jurídico (Defensoria Pública), testagem rápida para DSTs (Secretaria Municipal da Saúde/Prefeitura Municipal de Porto Alegre), consultoria nutricional, massoterapia, saúde bucal, aumento do bem-estar e autoestima (Sindicato da Beleza).

- Foram realizadas 766 melhorias na capacidade do Cercamento Eletrônico Implantado em 2025, incluindo novas instalações, otimizações de posicionamento e retomadas de operação, visando aprimorar a cobertura e a qualidade do sistema. Também foram fortalecidas as parcerias estratégicas com DAER/DNIT, Prefeitura de Porto Alegre e Concessionária Caminhos da Serra Gaúcha, reforçando a articulação de soluções integradas voltadas à segurança viária, ampliando capilaridade e confiabilidade dos dados.

- Foi realizada pela SSP a Operação Verão 2024/2025, iniciativa transversal que envolve diferentes secretarias e órgãos do governo do Estado do Rio Grande do Sul, para a prestação de serviços públicos sazonais aos turistas e aos veranistas que circulam nas praias, lagoas e balneários gaúchos, com efetivo de 2.552 servidores, sendo 1.080 da BM, 174 do CBM, 1.168 da PC, 25 do DETRAN e 105 do IGP. Ao todo foram utilizadas 570 viaturas. O efetivo de Guarda-Vidas chegou ao total de 966 servidores, distribuídos em 296 postos de salvamento, em águas litorâneas e internas.

- A Polícia Civil desenvolveu diversas operações de combate a crimes contra a administração pública e econômicos. Entre elas, destacam-se a Operação Laranjal, que desarticulou esquema de fraudes em licitações, e a Operação Ozark, que interrompeu ampla rede de sonegação fiscal que havia provocado prejuízos estimados em 16 milhões de reais em impostos não recolhidos. Outras ações relevantes incluíram a Operação Cerco Fechado, com foco na captura de homicidas, que resultou em 102 prisões,

e a Operação Crimes ABC, voltada ao enfrentamento à lavagem de dinheiro, que resultou em 29 mandados de busca e apreensão, 6 prisões preventivas, apreensão de 3 veículos, 154 mil reais em espécie e bloqueio de 6,2 milhões de reais.

- Entre as ações da Polícia Civil voltadas à descapitalização grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas, destacam-se as operações *Spotlight* e a *Turrim Lavare*. A *Spotlight* ocorreu em cinco estados e resultou em 154 medidas cautelares, 46 prisões preventivas, apreensão de 3 armas, 3,8kg de maconha e 169g de crack apreendidos, 36 mandados de busca e apreensão, sequestro de 2 imóveis, apreensão de 12 veículos, além de R$ 86,9 mil em espécie e R$153,5 mil bloqueados, incluindo a prisão de 02 lideranças de alto escalão. Já a *Turrim Lavare* cumpriu 209 medidas cautelares, com 53 prisões, apreensão de 3 pistolas, 37 mandados de busca e apreensão, 6 imóveis sequestrados, 20 veículos com restrições judiciais, 8 veículos apreendidos, além de R$ 15,7 mil em espécie apreendidos e R$145,5 mil bloqueados, e a prisão de uma liderança do alto escalão.

- O Corpo de Bombeiros Militar promoveu atividades da Semana de Prevenção Contra Incêndios em mais de 50 municípios, com ações educativas, visitas, oficinas e exercícios simulados, além do projeto “Bombeiro por um dia”, que mobilizou a comunidade em diferentes regiões.

- O Instituto-Geral de Perícias criou o núcleo de Busca Ativa (NBA) em setembro de 2025 para a qualificação dos serviços periciais, tendo como principal objetivo o auxílio na correta identificação e destinação dos vestígios humanos, bem como a destinação de vítimas não reclamadas. Contando com parceria multidisciplinar, o NBA provê encaminhamentos para comunicação a familiares, encaminhamentos à Divisão de Genética Forense, agendamentos no necrotério, entre outros.

- O Instituto-Geral de Perícias realizou 57 mutirões para a confecção de carteiras de identidade, superando 6 mil documentos emitidos, ampliando o alcance do serviço a partir da aquisição de unidade móvel.

Prioridades para 2026

Tabela 42 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SSP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	296.253.000,00
Enfrentamento à violência contra os grupos vulneráveis	15.592.009,00
Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais	50.000,00
Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública	181.880.228,00
Manutenção da excelência no ensino do Colégio Tiradentes	265.000,00
Manutenção e melhorias da educação infantil na creche Tio Chico	155.000,00
Modernização tecnológica da segurança pública	50.664.575,00
Operação RS verão realizada pela secretaria de segurança pública (SSP)	40.373.853,00
Outros encargos especiais	6.971.668.384,00

Promoção da qualidade de vida e da saúde dos profissionais de segurança pública	47.594.330,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação da infraestrutura da segurança pública	92.761.763,00
Qualificação da polícia judiciária para a repressão qualificada ao crime	109.715.541,00
Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento	45.428.546,00
Qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública	212.735.427,00
Qualificação dos serviços periciais	28.927.719,00
Qualificação e ampliação no serviço de identificação civil	27.809.264,00
Remuneração de Pessoal	4.006.373.635,00
Segurança pública na comunidade escolar	8.155.608,00

Tabela 43 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do DetranRS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação do Programa Balada Segura	12.874.763,00
Ampliação e melhoria dos serviços técnicos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) ao cidadão	833.411.560,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	271.925.090,00
Educação para o trânsito na rede escolar e no sistema estadual de trânsito	7.150.000,00
Engajamento do cidadão na utilização da Central de Serviços	500.000,00
Implementação do programa Em Defesa da Vida	15.000.000,00
Implementação e consolidação do programa CNH Social	40.000.000,00
Outros encargos especiais	71.998.017,00
Publicidade educativa de trânsito	30.000.000,00
Publicidade Institucional	1.500.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	730.000,00
Remuneração de Pessoal	120.080.297,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) (**Quadro 24**) e pelos órgãos vinculados Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) (**Quadro 25**) e Fundação de Proteção Especial (FPERGS) (**Quadro 26**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 24 – Principais entregas da SEDES em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Articulação de atendimento intersetorial a famílias de extrema vulnerabilidade social	Sistema de Gestão e Monitoramento implantado	Unidade	01
	Índice de vulnerabilidade familiar elaborado	Unidade	01
Auxílio para situações de calamidade ou emergência decorrentes de eventos climáticos	Família hipossuficiente atingida por eventos climáticos beneficiada com auxílio para situações de calamidade ou emergência	Unidade	4.200
Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social	Serviço de Proteção Social Básica (PSB) cofinanciado	%	100
	Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC) cofinanciado	%	100
	Serviço regional vinculado à Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC) cofinanciado e implantado	%	100
	Benefício Eventual cofinanciado	%	100
	Benefício eventual – aluguel social cofinanciado	%	100
	Cofinanciamento do Piso Gaúcho regular efetuado	%	100
Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	Monitoramento realizado	Unidade	85
	Município apoiado tecnicamente	Unidade	85
	Município capacitado	Unidade	83
Fortalecimento de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica compostas por gestantes e/ou crianças na Primeira Infância	Kit bebê entregue	Unidade	19.067
Fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (PETI)	Plano elaborado e publicado	Unidade	01
Fortalecimento dos equipamentos e da rede de atenção à pessoa idosa	Centro de Atenção à Pessoa Idosa cofinanciado	Unidade	20
Fortalecimento, articulação e capacitação da rede de proteção socioassistencial	Apoio técnico da rede socioassistencial realizado	%	95

Quadro 25 – Principais entregas da FADERS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Assessoramento, capacitação e estimulação para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional na Primeira Infância	Profissional capacitado	Unidade	522
Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd) Referencial a Metodologias de Inclusão	Atendimento prestado	Unidade	13.273
	Cidadão beneficiado por Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)	Unidade	13.969
	Cidadão beneficiado por Passe Livre Intermunicipal	Unidade	18.206
	Paradesportista acompanhado	Unidade	103

Gestão do Conhecimento para Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	Pessoa capacitada para atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e à Pessoa com Altas habilidades/Superdotação (PcAH/Sd)	Unidade	6.413

Quadro 26 – Principais entregas da Fundação de Proteção Especial em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Apoio à desinstitucionalização: Programa de Desligamento Institucional	Criança/adolescente desligado do acolhimento institucional e inserido no Programa de Inserção Familiar, Social e Comunitária de Crianças e Adolescentes em processo de desligamento da Fundação Proteção	Unidade	62
Atendimento em Serviço de Acolhimento Institucional	Criança/adolescente atendido	Unidade	289
Implantação, qualificação e manutenção do atendimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes	Espaço de acolhimento reformado	Unidade	36
Qualificação das visitas domiciliares das equipes técnicas da Fundação Proteção às famílias das crianças de 0-6 anos em acolhimento realizada	Visita técnica domiciliar realizada	Unidade	70
Qualificação para inserção no mundo do trabalho	Adolescente inserido em Programa de Aprendizagem	Unidade	56

Principais realizações em 2025

- No âmbito do Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social, em 2025 a SEDES efetivou 100% do repasse previsto em todas as modalidades de cofinanciamento: Piso social Básico, Piso Social Especial de Média Complexidade, Piso Social Especial de Alta Complexidade, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro Pop mais acolhedor, Serviço regional vinculado à Proteção Especial de Alta Complexidade, Benefícios eventuais, Aluguel social e Piso Gaúcho regular.

- Na Iniciativa “Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)” houve a adesão de mais dois municípios, que passaram a ser apoiados tecnicamente e monitorados, atingindo o número de 85 municípios.

- Em 2025 foi finalizada a elaboração e publicado o “Plano Estadual Decenal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador do Rio Grande do Sul”. O documento representa a confluência de esforços para o combate ao trabalho infantil e ao fortalecimento, aperfeiçoamento, acesso à aprendizagem profissional e ao direito ao trabalho protegido por adolescentes no período de 2025 a 2035.

- No âmbito da “Política Estadual de Atenção à Pessoa Idosa” 20 Centros de Atenção à pessoa Idosa receberam cofinanciamento estadual, nas nove Regiões Funcionais de Planejamento. Também foram realizadas 24 capacitações, cobrindo as nove regiões funcionais de Planejamento.

▪ Em 2025, a FADERS realizou 11 plenárias do Fórum Estadual permanente da Política Pública para PcDs e PcAH/Sds, reunindo um total de 1.713 pessoas e 124 municípios. O Fórum é um espaço de construção coletiva do debate na forma de plenárias regionais articuladas e coordenadas pela FADERS, e reúne gestores de políticas públicas, entidades representativas e comunidade para problematizar e propor as políticas públicas no estado e região. Ao final de cada Plenária, é elaborada uma carta pelos municípios participantes com demandas e proposições que devem ser encaminhadas para a implementação do pleno acesso das PcD e PcAH aos bens sociais e espaços públicos.

▪ Na área da "Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd) Referencial a Metodologias de Inclusão", em 2025 a FADERS prestou 1.845 atendimentos diretos à PcDs e PcAHs e/ou familiares; 13.969 cidadãos foram beneficiados com a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA); 18.206 Cidadãos foram beneficiados por Passe Livre Intermunicipal e 103 paratletas foram acompanhados.

▪ Na Iniciativa "Gestão do Conhecimento para Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)" foram prestados 846 assessoramentos, realizadas 58 pesquisas e ou estudos sobre a temática das PcDs e PcAH/Sd e capacitadas 6.328 pessoas para a atenção à PcD e PcAH/Sd.

▪ No âmbito do Programa de Desligamento Institucional da FPERGS, houve apoio para o retorno familiar e comunitário de 109 crianças e adolescentes, por meio de ações materiais e melhorias residenciais. Foram entregues 544 kits de alimentação e 527 kits de higiene e limpeza, assegurando condições básicas no período de transição. Também foram distribuídos 64 kits de material escolar e 13 kits de cama e banho, fortalecendo vínculos, rotinas e autonomia no pós-desligamento. Além disso, realizaram-se cinco pequenas reformas domiciliares com material de construção, qualificando as condições de moradia. As ações se somaram a atendimentos técnicos contínuos de preparo para o desligamento.

▪ No âmbito da Iniciativa Atendimento em Serviço de Acolhimento Institucional a FPERGS manteve o acolhimento institucional de 289 crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade, com execução direta em Porto Alegre e Taquari, e ainda a contratação de vagas no interior do Estado. O atendimento articulou eixos jurídico, saúde, assistência social, educação e profissionalização, esporte, cultura e lazer, garantindo proteção integral. As equipes atuaram na elaboração de planos individualizados, acompanhamento de famílias e construção de redes de apoio. O foco foi assegurar segurança, cuidado e desenvolvimento enquanto se viabiliza a convivência familiar e comunitária.

▪ Com a Iniciativa Formação e qualificação dos recursos humanos nos temas relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento a Fundação intensificou a capacitação de servidores, estagiários e chefias, com pelo menos 665 participantes/certificados ao longo do ano, em temas como autocuidado, trauma, primeira infância e avaliação de desempenho.

▪ Com foco na garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária e à inserção social, a FPERGS firmou Termo de Cooperação com a Defensoria Pública do RS para o projeto "EntreLaços",

ampliando proteção integral e articulação jurídica no acolhimento. Também celebrou acordo com o Exército para priorizar jovens em acolhimento na seleção ao serviço militar, favorecendo inserção social e perspectivas de vida.

- A FPERGS avançou na Formação de Facilitadores para Círculos de Construção de Paz, preparando equipes para apoiar o ingresso e desligamento dos adolescentes com foco em vínculos e convivência. Em 2025, houve formação (15 participantes) e reciclagem (11 participantes), que cumprirão com estágio prático no primeiro trimestre de 2026. A aplicação dos círculos ocorreu de forma seletiva e individualizada, respeitando especificidades de cada caso e integrando o acompanhamento técnico contínuo. O objetivo foi prevenir rupturas e fortalecer redes familiares e comunitárias na transição.

- Com foco na qualificação para inserção no mundo do trabalho, o Núcleo de Relações Institucionais articulou parcerias e fluxos para incluir adolescentes nas modalidades Jovem Aprendiz, estágios e empregos formais, alinhando perfis, oportunidades e acompanhamento. Também foram realizadas oficinas/cursos profissionalizantes e Atendimento Educacional Especializado, desenvolvendo habilidades e projetos de vida.

Prioridades para 2026

Tabela 44 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedes

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.674.758,00
Aprimoramento da gestão da Política Estadual de Assistência Social	250.000,00
Articulação de atendimento intersetorial a famílias de extrema vulnerabilidade social	83.604.325,00
Auxílio para situações de calamidade ou emergência decorrentes de eventos climáticos	10.938,00
Centro de Referência para a Juventude	10.000,00
Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social	31.548.696,00
Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	370.000,00
Fomento a Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN)	11.705.000,00
Fortalecimento de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica compostas por gestantes e/ou crianças na Primeira Infância	13.126.435,00
Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	120.000,00
Fortalecimento dos equipamentos e da rede de atenção à pessoa idosa	18.578.025,00
Fortalecimento, articulação e capacitação da rede de proteção socioassistencial	8.141.566,00
Inclusão Socioprodutiva	5.960.000,00
Nota Fiscal Gaúcha - Desenvolvimento Social	6.600.000,00
Programa Empregabilidade Jovem	26.408.310,00
Programa Universitário do Amanhã	3.030.000,00
Publicidade Institucional	168.434,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Qualificação do atendimento à população em situação de rua nos centros POP	40.000.000,00
Remuneração de Pessoal	17.710.565,00
RS sem fome - Do campo ao prato	100.000,00
Sensibilização da população gaúcha para viver bem e envelhecer melhor	150.000,00

Tabela 45 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FADERS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.267.814,00
Articulação de Políticas Públicas em Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	117.000,00
Assessoramento, capacitação e estimulação para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional na Primeira Infância	60.000,00
Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd) Referencial a Metodologias de Inclusão	314.900,00
Construção de uma Cultura de Acessibilidade	63.500,00
Gestão do Conhecimento para Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	73.500,00
Outros encargos especiais	3.462.172,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Rede Praia Acessível	135.410,00
Remuneração de Pessoal	13.456.767,00

Tabela 46 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FPERGS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio à desinstitucionalização: Programa de Desligamento Institucional	256.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	18.885.218,00
Atendimento em Serviço de Acolhimento Institucional	73.287.027,00
Formação e qualificação dos recursos humanos nos temas relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento	60.000,00
Implantação, qualificação e manutenção do atendimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes	1.600.000,00
Outros encargos especiais	28.735.504,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Remuneração de Pessoal	74.510.937,00

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab) (**Quadro 27**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 27 –Principais entregas da Sehab em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Promoção de ações habitacionais	Unidade Habitacional de Interesse Social contratada/conveniada	unidade	1.811
	Unidade Habitacional de Interesse Social concluída	unidade	476

	Módulo sanitário concluído	unidade	106
	Recurso para a parcela de entrada de Unidade Habitacional de Interesse Social repassado	R$	150.000.000,00
Regularização Fundiária Urbana e Rural	Escritura definitiva assinada	unidade	1.463
	Lote com regularização cartorial	unidade	705
	Termo de Concessão de Uso (TCU) de assentamento concedido	unidade	400
	Beneficiário titulado	unidade	75
	Família assistida por Termo de Legitimação Fundiária	unidade	34
Apoio à infraestrutura hídrica em comunidades urbanas e pequenas comunidades	Poço produtivo instalado	unidade	126
	Família beneficiada por rede de água	unidade	27

Principais realizações em 2025

- Por meio do programa A Casa é Sua, em 2025, a Sehab realizou a entrega de 476 unidades habitacionais de interesse social. Desse total, 183 foram viabilizadas pela modalidade Municípios, na qual são estabelecidos convênios com os municípios para repasse de recursos do Estado. As demais 293 unidades consistiram em módulos habitacionais temporários destinados à população residente em municípios com situação de calamidade pública reconhecida em virtude de eventos climáticos, viabilizadas com recursos do Funrigs na modalidade Calamidade do programa.

- Na Fase 2 do programa Porta de Entrada, modalidade Cidadão, o Estado efetuou o repasse de R$ 150 milhões, viabilizados com recursos do Funrigs, para a concessão de subsídios de até R$ 20 mil, valor a ser usado como parte do valor de entrada na compra da casa própria. Para reduzir a burocracia e dar mais celeridade à concessão do benefício, em 2025 foi lançada ainda a plataforma digital que integra em um único ambiente todas as etapas do processo, desde o cadastro até a emissão do Certificado de Concessão de Subsídio (CCS).

- A modalidade Entidades Rurais do programa Porta de Entrada se destina a cooperativas habitacionais e outras entidades civis que participam do programa federal Minha Casa, Minha Vida – Entidades. Com recursos do Funrigs, em 2025, a Sehab repassou R$ 12 milhões para a conclusão de 600 unidades habitacionais (R$ 20 mil por unidade).

- Foi assinado convênio com a prefeitura de Porto Alegre para o repasse de R$ 9,9 milhões para o reassentamento das famílias residentes nas áreas de ocupação ao redor da nova ponte do Guaíba. Os valores repassados, oriundos do Funrigs, permitirão o pagamento de R$ 1 mil mensais por 12 meses às 828 famílias cadastradas.

- Por meio do programa Nenhuma Casa sem Banheiro, fruto de parceria entre Estado e municípios, foram entregues 106 unidades sanitárias completas em residências que ainda não possuíam banheiro. O programa visa assegurar condições adequadas de higiene e saúde para famílias residentes em áreas urbanas inscritas no CadÚnico.

- Em 2025 foram instalados 126 poços tubulares profundos, distribuídos em

diferentes cidades do estado. As obras, frutos de convênios entre Estado e municípios, integram as ações do programa Mais Água RS, cujo objetivo é ampliar o sistema de abastecimento de água potável e garantir maior segurança hídrica à população.

- Foi lançado o Projeto Terra - Eu sou Cohab, que une os poderes Executivo e Judiciário, entre outros parceiros, para a regularização dos imóveis adquiridos por meio da extinta Companhia Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (Cohab RS). Ao longo do ano foram realizados mutirões em 11 municípios, totalizando 4 mil atendimentos. Esses mutirões resultaram na transferência de 1.463 imóveis aos respectivos mutuários.

- No âmbito da Regularização Fundiária, foram concedidos 400 Termos de Concessão de Uso (TCU) de assentamento, além da regularização cadastral de 6 assentamentos e da regularização cartorial de 705 lotes.

- Em agosto, na cidade de Porto Alegre, foi realizada a sexta edição da Conferência Estadual das Cidades, cujo tema foi "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social". O evento reuniu delegados, observadores, pesquisadores, gestores e membros da sociedade civil organizada para debater a realidade das cidades gaúchas em torno de temas relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Como resultado, foi elaborado um relatório final, contendo as propostas aprovadas e a lista dos delegados eleitos para representar o estado na Conferência Nacional das Cidades.

- A Portaria nº 59/2025 da Sehab criou uma Força-Tarefa destinada a elaborar diagnósticos habitacionais e fundiários sobre as condições de vida das populações indígenas e quilombolas, a fim de subsidiar a formulação de programas habitacionais e de regularização de territórios originários e tradicionais. Além da produção de estudos técnicos, o grupo é responsável por articular ações entre secretarias estaduais, órgãos federais, prefeituras e instituições de apoio técnico, visando garantir que as respostas às emergências habitacionais e fundiárias sejam mais integradas, céleres e eficazes.

Prioridades para 2026

Tabela 47 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sehab

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio à infraestrutura hídrica em comunidades urbanas e pequenas comunidades	6.733.714,00
Apoio à manutenção das estradas vicinais	10.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.561.687,00
Implementação de espaços lúdicos	10.000,00
Promoção de ações habitacionais	270.290.000,00
Promoção de ações habitacionais à população indígena e quilombola	10.000,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Reassentamento e remoção de famílias em áreas de risco	10.000,00
Regulariza Tchê - Apoio aos municípios	2.390.641,00

Regularização Fundiária à população indígena e quilombola	10.000,00
Regularização Fundiária Urbana e Rural	2.548.779,00
Remuneração de Pessoal	16.959.075,00

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) (**Quadro 28**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações deste órgão no ano em questão.

Quadro 28 – Principais entregas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	Bolsa do Programa Jovem Multiplicador disponibilizada	unidade	480
	Centro da Juventude mantido e implementado - RS Seguro	unidade	06
Aperfeiçoamento dos direitos do consumidor	Oficina de educação financeira realizada	unidade	12
Combate ao racismo estrutural no RS	Capacitação realizada	unidade	04
Fomento à capacitação do jovem para o mercado de trabalho, inclusão produtiva, inovação e empreendedorismo juvenis	Jovem participante em evento de empreendedorismo, inovação e liderança	unidade	100
Promoção da capacitação continuada e estruturação das políticas para crianças, adolescentes e juventude	Convênio ou parceria para capacitação dos Conselhos Tutelares executado	unidade	154
	Escola de Conselhos de Direitos e Políticas Públicas de crianças, adolescentes e juventude implementada	unidade	01
Promoção da cidadania e fortalecimento das políticas e ações voltadas para a população negra e povos e comunidades tradicionais	Conferência e/ou Fórum Realizado	unidade	03
	Conselho reestruturado	unidade	04
Promoção do fortalecimento de vínculos familiares, da parentalidade responsável, segurança e cuidados com crianças, adolescentes e jovens	Protocolo de segurança e cuidados com crianças, adolescentes e jovens elaborado e divulgado	unidade	01
Promoção dos direitos e combate à violência contra a pessoa idosa	Programa de apoio implementado	%	80
Promoção e garantia dos direitos humanos e enfrentamento às violências e desigualdades nas infâncias, adolescências e juventudes	Convênio ou parceria de projeto, serviços ou programas executado	unidade	61
Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância	Capacitação para elaboração dos planos municipais da primeira infância e para atuação da rede de atenção e sociedade civil realizada	unidade	10
	Plano Decenal da Primeira Infância elaborado	unidade	01

Proteção à vida e dignidade da pessoa humana	Criança e adolescente protegido - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	unidade	47
	Observatório para erradicação do trabalho análogo à escravidão e para políticas migratórias implementado	%	53
	Testemunha ameaçada protegida (PROTEGE)	unidade	25

Principais realizações em 2025

- A SJCDH e o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CEDECON) promoveram a 7ª Conferência Estadual de Defesa do Consumidor, nos dias 04 e 05 de junho. O evento contou com a participação de 176 inscritos entre alunos e professores de Direito, além de representantes dos Procons municipais, dos balcões dos consumidores e de órgãos que atuam na área. Também houve a apresentação de nove pesquisas acadêmicas relacionadas ao Direito do Consumidor.

- A SJCDH realizou, através do Procon/RS, 12 oficinas de Educação Financeira ao longo de 2025, além de promover ações que visam a criação e modernização de Procons municipais, de núcleos de atendimento a pessoas superendividadas e a criação do memorial de defesa do consumidor. Também foi reativada a Plataforma Modria, que possibilita a resolução de conflitos na relação consumidor-fornecedor de forma extrajudicial.

- Foram realizadas quatro capacitações relacionadas à promoção da igualdade racial, destacando-se uma realizada junto ao Conselho Estadual dos Povos indígenas - CEPI/RS sobre a estratégia de Fomento dos Pontos Populares de Soberania e Segurança Alimentar. Também foram realizadas a V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (V COEPIR) e 2ª Conferência Estadual do Povo de Terreiro. A COEPIR teve como tema "Igualdade, Democracia, Reparação e Justiça Racial", reuniu 412 delegados eleitos nas 37 conferências municipais e intermunicipais e elegeu os 33 representantes do Rio Grande do Sul para a Conferência Nacional, entre representantes do setor público e de organizações da sociedade civil. A 2ª Conferência Estadual do Povo de Terreiro teve como tema central “Direitos Humanos, Democracia e Desvalorização: Contribuições da Tradição de Matriz Africana e Afro-Umbandista”. Cerca de 450 delegados titulares eleitos nas 68 etapas municipais e intermunicipais participam da conferência, que marcou o início do processo de eleição dos novos membros do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul.

- No âmbito da promoção da capacitação continuada e estruturação das políticas para crianças, adolescentes e juventude, houve o lançamento da Escola de Conselhos do RS, que visa à formação continuada de conselheiros tutelares e de direitos. Também foram realizados 154 convênios ou parcerias para capacitação de Conselhos Tutelares.

- No âmbito dos programas de proteção à vida e dignidade da pessoa humana, 47 crianças e adolescentes foram incluídos no Programa de Proteção a Crianças e

Adolescentes Ameaçados de morte (PPCAAM), e 25 pessoas foram incluídas no Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE). Além disso, o observatório para erradicação do trabalho análogo à escravidão e para políticas migratórias chegou à etapa de 53% de implementação.

Prioridades para 2026

Tabela 48 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SJCDH

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	21.427.000,00
Aperfeiçoamento do Planejamento em Cidadania e Direitos Humanos - Observatório de Direitos Humanos, Escola de Direitos Humanos e Central Cidadania	3.700.000,00
Aperfeiçoamento dos direitos do consumidor	5.178.870,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.691.810,00
Combate ao racismo institucional no RS e fortalecimento das políticas voltadas para a população negra e povos e comunidades tradicionais	100.000,00
Criação e implementação do Centro de Referência e da Rede Estadual de Direitos Humanos e municipalização de conselhos e centros de referência	120.000,00
Fomento à capacitação do jovem para o mercado de trabalho, inclusão produtiva, inovação e empreendedorismo juvenis	205.000,00
Fomento cultural e apoio às organizações da sociedade civil	150.000,00
Implementação de Programa Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas com vistas à prevenção ao uso indevido e à redução da oferta	4.300.000,00
Promoção da capacitação continuada e estruturação das políticas para crianças, adolescentes e juventude	6.531.762,00
Promoção da dignidade e acolhimento da população LGBTQIA+	250.000,00
Promoção da inclusão de pessoas com deficiência	10.023.583,00
Promoção dos direitos e combate à violência contra a pessoa idosa	10.000,00
Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância	25.000,00
Proteção à vida e dignidade da pessoa humana	2.735.081,00
Publicidade Institucional	200.000,00
Remuneração de Pessoal	15.475.684,00

SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Fundação de Atendimento Socioeducativo

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS) (**Quadro 29**) e pelo órgão vinculado Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) (**Quadro 30**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 29 – Principais entregas da SSPS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Articulação, implantação e monitoramento da política de educação formal, do EAD, da educação profissional e das atividades sociais educativas	Pessoa privada de liberdade matriculada na educação formal	Unidade	6.458
	Pessoa privada de liberdade participante do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceeja) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	%	37,43
	Unidade prisional com oferta de educação formal implantada	Unidade	70
Fomento ao trabalho remunerado com utilização de mão de obra prisional	Pessoa privada de liberdade com trabalho remunerado realizado	Unidade	1.141
Implantação do programa de capacitação continuada de servidores	Servidor penitenciário qualificado	%	42,63
Modernização permanente de bens e equipamentos	Armamento adquirido	Unidade	200
	Veículo adquirido	Unidade	95
Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional	Estabelecimento prisional construído	Unidade	1
	Estabelecimento prisional modernizado	Unidade	3
Qualificação e inovação tecnológica	Bem e equipamento de tecnologia adquirido ou contratado	Unidade	294
	Decisão judicial de uso de tornozeleira eletrônica atendida	%	100

Quadro 30 – Principais entregas da Fase em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Aperfeiçoamento do atendimento ao(à) socioeducando(a) por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento (PIA) e PIA-Egresso	Plano Individual de Atendimento ao Egresso (PIA-Egresso) elaborado com círculo de compromisso pactuado	%	92,8
	Socioeducando(a) e família orientada e encaminhada para a rede socioassistencial	%	78,3
Implantação e manutenção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de adolescentes e jovens em regime de internação e semiliberdade	Atendimento a socioeducando(a) em ações de assistência e tratamento de saúde realizado	Unidade	9.839
Qualificação da profissionalização na socioeducação	Socioeducando inserido em curso com certificação	Unidade	1.274
Qualificação do fazer pedagógico na socioeducação	Socioeducando(a) de internação matriculado em instituição de ensino	%	100
Oferta de projetos de esporte, cultura e lazer para os(as) socioeducandos(as)	Atividade esportiva e cultural realizada	Unidade	854

Principais realizações em 2025

- No âmbito da articulação, implantação e monitoramento da política de educação formal, do EAD, da educação profissional e das atividades sociais educativas, em

novembro de 2025, 6.458 pessoas privadas de liberdade estavam matriculadas na educação formal no Rio Grande do Sul. Atualmente, a Polícia Penal mantém parceria com 29 Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA)s que funcionam como escolas dentro dos estabelecimentos prisionais, além de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e 40 turmas descentralizadas. Ao todo, 70 unidades prisionais contam com educação formal implantada. No Encceja PPL 2025, foram inscritos 10.585 participantes, e no Enem, 9.102 inscritos, totalizando 19.687 pessoas privadas de liberdade, o que representa 37,43% da população prisional do Estado. A iniciativa também amplia as oportunidades de acesso ao ensino superior, seja em universidades públicas, por meio do Sisu, seja em instituições privadas, conforme previsto no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs).

- O trabalho remunerado para as pessoas privadas de liberdade também avançou, aumentando de 4.863 em dezembro de 2024 para 5.999 em novembro de 2025 — um acréscimo de 1.141 pessoas. Os dados demonstram a expansão das atividades laborais e seu impacto na ressocialização.

- Todas as decisões judiciais que determinam o uso de tornozeleira eletrônica foram integralmente cumpridas pela SSPS em 2025.

- A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS) e a Polícia Penal realizaram, ao longo de 2025, investimentos significativos na renovação da frota. No total, foram adquiridos 95 veículos e 200 armamentos. Em outubro, foram entregues 30 viaturas-cela semiblindadas destinadas ao transporte de presos. Os veículos foram distribuídos entre as unidades prisionais das dez regiões penitenciárias, além das casas especiais. Essa entrega integra as ações de modernização e ampliação da frota da Instituição. As novas viaturas, equipadas com tecnologia atual e identidade visual renovada da Polícia Penal, proporcionam melhores condições de segurança para os servidores e maior eficiência no transporte de custodiados.

- Com relação a modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional, em 2025, foram realizadas importantes melhorias em unidades prisionais e psiquiátricas do Rio Grande do Sul, visando à modernização e à eficiência. No Instituto Psiquiátrico Forense, concluiu-se a reforma do telhado. O Complexo Prisional de Canoas passou por reformulação do prédio de identificação e revistas. Na Penitenciária Estadual de Porto Alegre, foram instalados equipamentos para coleta biométrica. Já a Cadeia Pública de Porto Alegre teve a requalificação de 1.884 vagas, entregue em setembro. Essas ações reforçam a segurança, a infraestrutura e a gestão do sistema prisional e psiquiátrico.

- Em dezembro, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) realizou a 4ª edição da Mostra Cultural, que marcou o encerramento do calendário pedagógico de 2025. O evento apresentou produções artísticas desenvolvidas por adolescentes e jovens adultos no âmbito de oficinas ocupacionais e de preparação para o mercado de trabalho, realizadas nas oito regionais do Estado. As atividades proporcionaram a vivência de práticas de artesanato, cultura, expressão artística, educação ambiental e formação humana, contribuindo para o desenvolvimento integral dos participantes e favorecendo sua reintegração social. Ao longo do ano, foram ofertadas 854 atividades esportivas e culturais aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

- Em 2025, a FASE registrou 9.839 atendimentos de saúde a adolescentes

em medida socioeducativa. Esses números evidenciam o esforço contínuo da instituição na promoção da saúde integral dos socioeducandos.

- O Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Osório já foi construído e encontra-se na etapa de finalização do processo de equipagem dos espaços, sob responsabilidade da FASE. A inauguração da unidade está prevista para janeiro de 2026. O empreendimento, que representa um investimento superior a R$ 28 milhões, foi planejado para oferecer um ambiente adequado ao acolhimento e à ressocialização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

- Em 2025, a FASE inseriu 1.274 socioeducandos em ações de educação profissional, por meio de cursos contratados e executados nas unidades de internação, internação provisória, Centro de Convivência e Profissionalização (Ceconp) e semiliberdade. Também houve participação em cursos na modalidade EAD e em formações ofertadas por parcerias institucionais estabelecidas pelas unidades.

Prioridades para 2026

Tabela 49 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SSPS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	46.183.019,00
Articulação de parcerias para qualificar a política socioeducativa	4.202.823,00
Articulação e fomento a alternativas penais e políticas de apoio aos egressos	3.462.086,00
Articulação e fortalecimento do Primeira Infância Melhor - Prisional (PIM - Prisional) como política pública	10.000,00
Elaboração de um programa de prevenção, saúde mental e acolhimento aos servidores penitenciários	5.387,00
Fomento ao trabalho remunerado com utilização de mão de obra prisional	100.009,00
Implementação do mapeamento e análise das organizações criminosas	500.000,00
Modernização permanente de bens e equipamentos	23.155.881,00
Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do Sistema Prisional	393.140.461,00
Outros encargos especiais	310.018.647,00
Promoção da saúde no Sistema Prisional	10.000,00
Publicidade Institucional	100.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	100.000,00
Qualificação e inovação tecnológica	50.132.973,00
Remuneração de Pessoal	1.517.960.205,00

Tabela 50 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Fase

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Adequação, qualificação e manutenção das estruturas de atendimento ao socioeducando e modernização e manutenção permanente de bens e equipamentos	6.929.411,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	46.698.615,00

Manutenção do atendimento socioeducativo e modernização das ações aos socioeducandos	30.902.126,00
Outros encargos especiais	76.582.873,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação da profissionalização na socioeducação	150.000,00
Remuneração de Pessoal	266.971.716,00
Serviço da dívida	151.436,00

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP) (**Quadro 31**) e pelo órgão vinculado Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) (**Quadro 32**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 31 –Principais entregas da STDP em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	Crédito concedido ao microempreendedor	unidade	8.036
	MEI beneficiado com bolsa auxílio	unidade	9.624
	Microempreendedor capacitado para acesso ao crédito	unidade	10.669
Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	Microempresa, Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) conectada à Plataforma de Gestão	unidade	47
Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	Carreta para oferta de cursos de capacitação adquirida	unidade	07
	Convênio e ou Termo de Cooperação com município para o fortalecimento do trabalho e do empreendedorismo no RS efetivado	unidade	250
	Pessoa em situação de vulnerabilidade social qualificada	unidade	2.864
Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	Pessoa qualificada pelos Núcleos de Inovação para o Trabalho (NITs) para o mundo do trabalho	unidade	1.702
	Jovem capacitado para mundo do trabalho	unidade	573
	Artesão qualificado para o mundo do trabalho	unidade	726

Quadro 32 – Principais entregas da FGTAS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ações de inclusão social	Pessoa em situação de risco e vulnerabilidade social atendida	unidade	144.421

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho	Artesão capacitado por meio de curso, oficina e palestra	unidade	3.411
	Artesão contemplado com espaço de comercialização em feira, evento e Casa do Artesão	unidade	1.712
	Carteira de artesão do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) e do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) emitida	unidade	9.167
Promoção do trabalho decente	Ação do Sine Móvel realizada na comunidade	unidade	77
	População atendida nas agências FGTAS/Sine para intermediação de mão de obra e seguro-desemprego	unidade	738.430
	Requerente de seguro-desemprego reinserido no mercado de trabalho	unidade	5.113
	Trabalhador inserido no mercado de trabalho	unidade	33.171
	Vaga de trabalho captada	unidade	133.016
Qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho	Estudante orientado pelo Sine na Escola	unidade	6.308
	Jovem egresso do serviço militar obrigatório orientado pelo projeto Verde Oliva	unidade	8.404

Principais realizações em 2025

- No âmbito da Iniciativa "Fortalecimento da Política do Trabalho no RS", da STDP, foram adquiridas sete carretas, que estão sendo equipadas para oferecer cursos nas áreas de alimentos, construção civil, soldagem, mecânica de máquinas agrícolas, mecânica de veículos leves, mecânica de refrigeração e energia renovável.

- A Iniciativa "Qualificação Profissional para a inovação no mundo do trabalho – Escola do Trabalhador" propõe qualificar para o mercado de trabalho o público LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social bem como certificar empresas na política LGBTI+. Para tanto o Selo Empresa Parceira da Diversidade Sexual e de Gênero foi reestruturado em 2025 e incorporado ao Programa DiveRSidadania. O Selo é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional e da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, voltada ao reconhecimento de empresas e organizações comprometidas com a diversidade sexual e de gênero. O edital do Selo (edital nº 03/2025/STDP) foi publicado no Diário Oficial em 4 de setembro de 2025.

- Em 2025 a FGTAS realizou várias manutenções e reformas no Vida Centro Humanístico - VCH, que se fizeram necessárias após a utilização dos espaços para o acolhimento das vítimas da enchente de 2024. Dentre os espaços revitalizados, que puderam assim retomar seus atendimentos, estão a biblioteca, o espaço de atendimento do Programa de Atendimento à terceira Idade (PATI), a sala para desenvolvimento do Curso de Pintura em Tela, as salas para atendimento a Família Imigrante e o Clube de Mães Morada da Colina – VCH.

- O Programa do Artesanato Gaúcho da FGTAS proporcionou, ao longo do ano de

2025, a participação de Artesãos do Estado na 25ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato – FENEARTE, realizada no mês de julho, em Olinda – PE e no 19º Salão do Artesanato de São Paulo, e promoveu, de 30/08 a 07/09, a 42ª Exposição de Artesanato do Rio Grande do Sul – EXPOARGS, nos pavilhões da EXPOINTER. Nestes eventos, juntamente com outros foram beneficiados 1.712 artesãos. Somente na EXPOARGS foi registrada a venda de 27.852 peças, somando uma arrecadação de R$ 2,29 milhões, representado um crescimento de 29,4% em relação à edição de 2024.

- Para a "Promoção do Trabalho Decente", a FGTAS desenvolveu, ao longo de 2025, ações estratégicas para ampliar a empregabilidade, promover inclusão e qualificar os serviços prestados à população. Entre as principais realizações, destacam-se: Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) - captação de 1.455 vagas exclusivas para PcDs e 54.379 vagas que aceitam PCDs; em outubro ocorreu a 10ª edição do EmpregarRS, maior evento de empregabilidade do Estado, com mais de 12,5 mil vagas ofertadas em todas as regiões do RS e quase 2 mil na capital. Em Porto Alegre, participaram 38 empresas e foram realizados 1.415 encaminhamentos. Também foram desenvolvidas ao longo do ano várias Ações Temáticas, como o Dia Internacional da Mulher (março) onde 72 Agências FGTAS/Sine realizaram atendimentos preferenciais, entrevistas, palestras e oficinas para fortalecer a inserção das mulheres no mercado de trabalho; Ação Migrante (em 27/06 voltada à empregabilidade de migrantes e refugiados, com apoio de parceiros como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), resultando em 1.517 encaminhamentos e palestra online com 298 participantes; Juventude (em15/08) incentivando a participação de jovens no mundo do trabalho, com orientação profissional e oportunidades de emprego.

- Em 2025, a FGTAS intensificou as ações de "Qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho", beneficiando centenas de trabalhadores em diversas regiões do RS. Foram realizadas ações de orientação profissional em mais de 30 municípios, com apoio das Agências FGTAS/Sine, envolvendo empresas e processos seletivos. O Projeto de Orientação Profissional na Escola alcançou jovens em cidades como Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Uruguaiana, disseminando conhecimento sobre o mercado de trabalho. Em parceria com as Forças Armadas, ocorreram palestras para egressos do serviço militar em pelo menos 15 municípios, incluindo Bento Gonçalves, Alegrete e Torres. Além disso, foram promovidas qualificações presenciais em localidades como Bagé, Caçapava do Sul, São Leopoldo e Rolante, fortalecendo competências para inserção laboral.

Prioridades para 2026

Tabela 51 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da STDP

Iniciativa	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.825.750,00
Apoio ao Desenvolvimento Rural	10.000,00
Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	18.434.000,00
Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	23.777.831,00
Publicidade Institucional	20.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	2.225.000,00
Remuneração de Pessoal	10.846.419,00

Tabela 52 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FGTAS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ações de inclusão social	1.945.100,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	13.071.831,00
Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho	879.640,00
Outros encargos especiais	13.116.486,00
Promoção do trabalho decente	3.982.180,00
Publicidade Institucional	200.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	90.000,00
Qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho	100.025,00
Remuneração de Pessoal	50.095.809,00
Serviço da dívida	65.000,00

SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria do Esporte e Lazer (SEL) (**Quadro 33**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações deste órgão no ano em questão.

Quadro 33 – Principais entregas da Secretaria do Esporte e Lazer em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
CETE Sustentável	Aluno da rede pública atendido em atividades no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	621

	Atividade ofertada por meio de entidade/profissional cadastrado	unidade	14
	Entidade regularmente conveniada para uso do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	07
	Profissional regularmente cadastrado para uso do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	14
Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	Atleta, treinador e/ou equipe apoiada para participação em evento esportivo	unidade	860
	Atleta, treinador e/ou equipe apoiada para participação em evento paradesportivo	unidade	131
	Bolsa atleta concedida	unidade	362
	Bolsa atleta concedida a paratleta	unidade	98
	Bolsa treinador concedida	unidade	48
Fomento ao esporte e ao paradesporto	Edital de fomento liberado	unidade	07
	Evento esportivo patrocinado	unidade	35
	Projeto viabilizado via lei de incentivo - LIE Pró-Esporte	unidade	114
Promoção do esporte e do paradesporto	Evento esportivo e/ou recreativo realizado para alunos da rede pública	unidade	03
	Evento esportivo realizado	unidade	11
	Evento paradesportivo realizado	unidade	04
	Pessoa com deficiência contemplada em atividade esportiva	unidade	2.281
Qualificação e implementação de infraestruturas esportivas	Espaço esportivo com infraestrutura de iluminação instalada ou reestruturada	unidade	36
	Infraestrutura esportiva e de lazer implementada	unidade	78

Principais realizações em 2025

- Através da Iniciativa Cete Sustentável, em parceria com sete entidades conveniadas e 14 profissionais cadastrados foram atendidos 621 alunos da rede pública de ensino, nas seguintes modalidades: Ginásticas (artística, rítmica, olímpica - trampolim e acrobática, e aeróbica), Judô, boxe, muaythay, kickboxing, jiu-jitsu.

- No escopo da Iniciativa “Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos”, em 2025 a SEL proporcionou apoio (passagens aéreas, uniforme, logística e chefia de delegação) às delegações do RS para as seguintes competições: Jogos Universitários Brasileiros (JUB) 2025, para 54 membros; Jogos Universitários Brasileiros (JUB), para 87 membros na primeira etapa e 168 membros na segunda etapa; Jogos Escolares Brasileiros (JEB), para 241 membros; Jogos da Juventude, para 310 membros. Também foi proporcionado apoio à delegação do RS para as Paraolimpíadas Escolares 2025, com 131 membros. O Programa "Bolsa Atleta" concedeu 508 bolsas a atletas, paratletas e treinadores, divididos nas categorias: "Educacional", com 249 bolsas, sendo 163 atletas, 83 paratletas e 48 treinadores; “Olímpico e Paralímpico", com 5 bolsas, sendo: 3 atletas e 2 paratletas; e "Rendimento", com 209 bolsas, sendo: 196 atletas e 13 paratletas.

- Foi lançado o programa "RS Seguro Esporte", com o objetivo de realizar mapeamento e distribuição de materiais e kits esportivos para projetos esportivos atuantes em territórios do Programa RS Seguro. Nesse sentido, foi celebrada parceria em novembro de 2025, com previsão para aquisição de kits de materiais esportivos ocorrer no 1º semestre de 2026, bem como a seleção dos beneficiários e a distribuição dos kits esportivos ao longo de 2026.

- No âmbito da Iniciativa “Fomento ao esporte e ao paradesporto”, em 2025, foram realizados 35 eventos esportivos patrocinados pelo Programa "Pró-Esporte", através da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), destacando-se: Taça das Favelas RS, Circuito Gaúcho de Surf, STU Pro Tour (Skate), calendários esportivos municipais de Caiçara e Paraí, dentre outros. Através da Lei de Incentivo do Esporte (LIE) foram contemplados 114 projetos.

- Para a “Promoção do esporte e do paradesporto” a SEL organizou o Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (CERGS), com mais de 4000 participantes em 18 modalidades. Organizou também o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS) com mais de 150 participantes; os Jogos Universitários Gaúchos (JUGs) com cerca de 800 participantes.

- Na Iniciativa “Qualificação e implementação de infraestrutura esportivas,” em 2025, foram finalizados 78 projetos de Implementação (construção) e/ou reestruturação (reforma) de infraestrutura em espaços esportivos no Rio Grande do Sul, sendo 76 projetos através do Programa "Avançar - Infraestrutura Esportiva", e 2 através do Programa "Avançar + no Esporte - Infraestrutura Esportiva".

Prioridades para 2026

Tabela 53 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SEL

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1,427,250.00
CETE Sustentável	13,703,799.00
Criação do Observatório do Esporte	10,000.00
Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	11,423,000.00
Distribuição de material para o esporte e lazer	1,010,000.00
Fomento ao esporte e ao paradesporto	135,839.00
Promoção do esporte e do paradesporto	10,574,760.00
Publicidade Institucional	62,660.00
Qualificação de Recursos Humanos	10,000.00
Qualificação e implementação de infraestruturas esportivas	67,332,000.00
Remuneração de Pessoal	8,855,564.00

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO DIGITAL E APOIO ÀS POLÍTICAS DE EQUIDADE

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade (Seidape) (**Quadro 34**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 34 – Principais entregas da Seidape em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Apoio à organização e execução de políticas públicas de equidade	Evento e campanha apoiada	unidade	4
Apoio a projetos de promoção da equidade em espaços de poder	Projeto ou campanha apoiada em prol da ocupação de espaço de poder por pessoa negra e indígena	unidade	2
Apoio a projetos que visam a redução das desigualdades sociais	Projeto de redução de desigualdade social apoiado	unidade	6
Apoio à promoção de cursos voltados às necessidades do mercado	Oportunidade de novo curso voltado à profissão do "futuro" criada	unidade	4
Auxílio na criação de projetos de inclusão digital para alunos de ensino médio	Proposta de ação de inclusão digital para aluno do Ensino Médio elaborada e apresentada ao órgão principal	unidade	2
	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	1
Elaboração de projeto de qualificação de trabalhadores rurais para uso de novas tecnologias	Projeto estratégico elaborado	unidade	1
	Ação inserida em programa instituído	unidade	1
Fomento de novos cursos oferecidos em plataformas de governo para capacitação profissional voltada à área de tecnologia	Oportunidade de novo curso voltado à tecnologia criada	unidade	2
Promoção de encontro dos agentes envolvidos no desenvolvimento de inovações	Reunião realizada	unidade	6
	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	2

Principais realizações em 2025

- Na edição de 2025 do South Summit Brasil (SSB), a Seidape foi responsável pela coordenação de 12 ações sociais ao longo do evento. Dentre elas, destaca-se a iniciativa Construindo o Futuro, que proporcionou capacitação e experiência de trabalho no evento a 32 jovens, os quais receberam ingressos para participar do SSB nos três dias, contando com ajuda de custo de R$ 400,00. Além disso, em conjunto com as Secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) e da Cultura (Sedac), 100 jovens do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) puderam participar do evento.

- Realizado em parceria com a Sedac e a SJCH, o projeto Residência Criativa - Rolê que Rende ofereceu capacitação a 30 líderes dos Centros da Juventude (CJ). Além da trilha educacional, os jovens participaram de uma aula interativa de educação financeira no SSB.

- Integrando estratégia de promoção da equidade e da inclusão racial no Estado, em 2025 foi realizada a Formação Horizontes do RS – Lideranças Antirracistas, o primeiro treinamento antirracista no Brasil voltado para altas lideranças; ao todo, 146 pessoas participaram das atividades da formação. Além disso, a Seidape promoveu formação com foco em equidade racial e sustentabilidade para lideranças das forças de segurança, na qual foram abordados temas como racismo estrutural, comunicação inclusiva, gestão da diversidade e liderança transformadora, contando com a participação de 62 pessoas.

- A Seidape compôs a comitiva do Governo do Estado na Missão Oficial à Nova York. Na ocasião, foram firmadas parcerias com empresas de tecnologia para o oferecimento de cursos gratuitos em áreas como inteligência artificial, ciência de dados, desenvolvimento de soft skills e empreendedorismo.

- Fruto de parceria entre a Seidape e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a Feira Digital Sabor Gaúcho é um ambiente virtual criado para conectar diretamente os produtores rurais do Rio Grande do Sul aos consumidores, estabelecimentos comerciais e compradores institucionais. Lançada em 2025, a plataforma busca promover a inclusão digital, a valorização da cultura gaúcha e o fortalecimento da economia local.

- A Seidape apoiou a realização do evento Crie o Impossível, promovido por uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Na ocasião, foram entregues *kits* de conectividade e estrutura para 47 escolas públicas da rede estadual. Os *kits*, definidos a partir de escuta e pesquisa realizada com professores e diretores das escolas, foram compostos por diferentes itens, tais como: computadores, projetores, celulares, impressoras, entre outros. Além disso, foram distribuídos mais de 4.700 vouchers para livros de literatura e doadas 47 antenas de internet via satélite, cada uma com um ano de serviço incluso.

- Por meio de parceria com uma empresa privada, a Seidape viabilizou a doação de 51 *notebooks* para as Comunidades Inovadoras. As Comunidades, que fazem parte de um programa da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (SICT), são espaços comunitários com atividades voltadas à tecnologia, moda, leitura e produção de *podcasts* nos territórios do RS Seguro. A ação contribuiu para a estruturação tecnológica dos primeiros núcleos do programa, implantados nas comunidades da Restinga (Porto Alegre), Nova Santa Marta (Santa Maria), Nossa Senhora de Fátima (Caxias do Sul) e Areal/Dunas (Pelotas).

- Em 2025, a Seidape ampliou sua presença em espaços de diálogo por meio de palestras em eventos voltados à inovação e à equidade. Em tais ocasiões, foram abordados temas como acesso às políticas públicas disponíveis para impulsionar projetos e novas oportunidades, democratização do acesso à tecnologia, e diversidade e da equidade racial no ecossistema de inovação.

Eixo Desenvolvimento Econômico Inovador

Na busca pelo desenvolvimento econômico inovador, destacam-se os esforços desempenhados por várias secretarias, incluindo os de seus órgãos vinculados, principalmente as destacadas nesta seção.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Instituto Riograndense do Arroz

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI) (**Quadro 35**) e pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) (**Quadro 36**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 35 – Principais entregas da SEAPI em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Apoio à infraestrutura hídrica rural	Açude implantado ou ampliado	unidade	2.781
	Área irrigada por projetos subvencionados	ha	19.294
	Cisterna construída	unidade	193
	Poço tubular construído	unidade	62
	Rede hídrica implantada	unidade	10
Defesa e inspeção vegetal	Ação em cadastramento florestal realizada	unidade	2.488
	Ação fiscal de trânsito realizada	unidade	430
	Análise laboratorial de qualidade e resíduos realizada	unidade	288
	Comércio de produtos de origem vegetal inspecionado	unidade	627
	Monitoramento de praga e/ou fiscalização de certificação fitossanitária realizado	unidade	2.692
	Uso e comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	2.757
Descarbonização da agropecuária gaúcha	Propriedade amostrada	unidade	12
	Propriedade avaliada	unidade	216
Fortalecimento das certificações sanitárias animais	Atividade de mitigação de risco realizada	%	89
	Auditoria do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar,	unidade	34

	Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF) realizada		
	Inquérito de enfermidades realizado	%	100
	Inspetoria de Defesa Agropecuária modernizada	%	6
	Operação do Programa Sentinela realizada	unidade	222
Manutenção de estradas vicinais rurais	Hora máquina disponibilizada	h/m	61.274
Melhoria à infraestrutura rural	Município atendido com patrulha mecanizada	unidade	59
Manejo e conservação do solo	Beneficiário assistido	unidade	7.055
	Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	51
	Município contemplado com insumos	%	8,33
	Produtor sensibilizado	unidade	39.724
Pesquisa e inovação para a agropecuária gaúcha	Publicação técnica gerada	unidade	89
	Público participante em eventos	unidade	16.520

Quadro 36 – Principais entregas do IRGA em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Acompanhamento agrometeorológico da metade sul do RS	Previsão meteorológica e mapa meteorológico elaborado	unidade	224
Adequação ambiental da lavoura arrozeira	Propriedade orizícola certificada	unidade	113
Alimentação saudável: valorização do arroz	Ação de conscientização e promoção do consumo realizada	unidade	462.100
Difusão de tecnologia	Dia de campo e roteiro técnico realizado	unidade	26
Levantamento e divulgação de dados da cadeia orizícola	Dado da lavoura arrozeira divulgado	unidade	54
Rotação de culturas em terras baixas	Palestra e capacitação realizada	unidade	38
Serviços de extensão rural	Unidade produtiva atendida	unidade	6.668

Principais realizações em 2026

- Quanto à sanidade dos rebanhos da agropecuária gaúcha, foram realizadas 30.000 (trinta mil) análises laboratoriais para a certificação de propriedades rurais.
- Foram 669 eventos realizados junto aos produtores rurais, profissionais liberais e serviço veterinário oficial, objetivando sua capacitação, treinamentos e atualização.
- Visando assegurar a sanidade vegetal, garantindo a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores através da vigilância, da capacitação, do monitoramento e da inspeção sanitária, bem como assegurar

a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária. Foram realizadas 2.488 ações em cadastramento florestal, 430 ações fiscais de trânsito, 288 análises laboratoriais de qualidade e resíduos, 627 comercializações de produtos de origem vegetal inspecionado e 2.692 monitoramentos de prega e/ou fiscalização de certificação fitossanitária realizadas.

- O estudo de cadeias produtivas agropecuárias realizou 2 diagnósticos elaborados da cadeia produtiva e uma radiografia da agropecuária gaúcha, visando o aumento da produção e da competitividade.

- Foram realizadas 29 reuniões de câmaras setoriais e temáticas, objetivando a interação e o diálogo com cadeias produtivas agropecuárias, fomentando o diálogo entre os agentes.

- A promoção de maior interação entre o setor público e privado para difundir tecnologias no setor agropecuário através de pesquisa e inovação para a agropecuária gaúcha teve 89 publicações técnicas (boletins, circulares, revista de pesquisa) e contou com 16.520 participantes em eventos no compartilhamento de conhecimento e divulgações de informações dos órgãos estaduais aos produtores.

- A rastreabilidade e identificação individual de bovinos para fins de controle de enfermidades e trânsito tiveram 7% de animais rastreados e 4 reuniões com suas entidades representativas.

- Tendo como foco os consumidores sujeitos a riscos advindos da ingestão de alimentos impróprios ao consumo humano, foram realizadas 77 barreiras, a fim de garantir a segurança alimentar dos produtos de origem animal desenvolvendo boas práticas agropecuárias, com controle de qualidade.

- O sistema de monitoramento agroclimático teve 8 estações meteorológicas implantadas e a publicação de 52 boletins agrometeorológicos, auxiliando no planejamento e tomada de decisões dos produtores rurais.

- O Irga oferece monitoramento agrometeorológico na metade sul do RS por meio de previsões do tempo em cards e vídeos no WhatsApp e Instagram, além de previsão climática no site, WhatsApp e, eventualmente, na Revista Lavoura Arrozeira. Em 2025, foram promovidas 14 palestras sobre clima (12 presenciais e 2 online) e houve participação em dois podcasts.

- Na adequação ambiental da lavoura arrozeira, o programa de certificação de propriedades orizícolas certificou 113 propriedades.

- Foram 462.100 ações de conscientização de uma alimentação saudável na valorização e promoção para o consumo do cereal arroz.

- Visando assegurar padrões de produção e manejo sustentável o IRGA realizou 3.344 análises de amostras de solo e água junto aos produtores de arroz.

- Realizados 26 dias de campo com roteiros técnicos e orientações de manejo na difusão e divulgações de novas tecnologias desenvolvidas pelo IRGA.

- No levantamento e divulgação de dados da cadeia orizícola foram apresentadas 54 unidades relacionadas à produção e produtividade das atividades produtivas do arroz no Rio Grande do Sul.

- A pesquisa orizícola teve como objetivo o levantamento de dados para o desenvolvimento de cultivares com alto potencial produtivo, adaptadas para todas as regiões orizícolas do RS e produção de semente genética para abastecer o mercado de sementes certificadas.

▪ Foram realizadas 38 palestras e capacitações sobre rotação de culturas em terras baixas, que contribuíram para expandir as áreas destinadas ao cultivo de milho, soja, pastagens e trigo nessas regiões.

▪ Os serviços de extensão rural atenderam 6.668 unidades produtivas, promovendo eficiência técnica e econômica para fortalecer a cadeia do arroz e aumentar a produção com menor custo.

▪ O uso de sementes certificadas, contou com 4.637 amostras para assegurar padrões sustentáveis de produção.

Prioridades para 2026

Tabela 54 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Seapi

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Agricultura com acesso digital	10.000,00
Análises para certificação da sanidade da agropecuária gaúcha	10.000,00
Apoio à infraestrutura hídrica rural	4.816.181,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	96.105.308,00
Apoio para o fortalecimento de cooperativas	10.000,00
Capitalização de Empresas Estatais	9.600.000,00
Centro Integrado da Agricultura	10.000,00
Defesa e inspeção vegetal	13.186.210,00
Descarbonização da agropecuária gaúcha	3.500.000,00
Estudo de viabilidade e projeto de captação de águas e canais irrigantes	10.000,00
Fomento a cadeias agropecuárias gaúchas	131.891.494,00
Inspeção, Vigilância e Defesa Sanitária Animal	9.372.646,00
Manejo e conservação do solo	10.000,00
Manutenção de estradas vicinais rurais	3.481.608,00
Melhoria à infraestrutura rural	3.208.560,00
Pesquisa e inovação para a agropecuária gaúcha	1.028.388,00
Publicidade Institucional	124.121,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	8.866,00
Rastreabilidade e identificação individual de bovinos	10.000,00
Remuneração de Pessoal	223.421.285,00
Segurança alimentar produtos de origem animal	50.000,00
Sistema de monitoramento agroclimático	20.000,00

Tabela 55 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Irga

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Acompanhamento agrometeorológico da metade sul do RS	425.000,00
Alimentação saudável: valorização do arroz	20.000.000,00

Amostras de solo e água	1.050.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	28.190.371,00
Custo de produção do arroz irrigado	4.364.920,00
Difusão de Tecnologia e Informatização da Coleta de Dados	2.730.008,00
Outros encargos especiais	12.386.516,00
Pesquisa orizícola	31.362.266,00
Promoção e Expansão de Mercados para cadeia orizícola	4.070.015,00
Publicidade Institucional	3.000.000,00
Remuneração de Pessoal	37.685.586,00
Rotação de culturas em terras baixas	100.000,00
Serviços de extensão rural	14.634.148,00
Sustentabilidade na Cadeia Orizícola	100.015,00
Uso de sementes certificadas	470.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Badesul Desenvolvimento

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) (**Quadro 37**) e pelos órgãos vinculados BADESUL Desenvolvimento - Agência de fomento/RS (BADESUL) (**Quadro 38**) e Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) (**Quadro 39**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 37 –Principais entregas da SEDEC em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	Empresa beneficiada pelo incentivo	unidade	138
Ampliação e consolidação da participação de empresas gaúchas no mercado internacional	Estudo de mercado realizado	unidade	112
Fortalecimento das cadeias de valor	Arranjo produtivo apoiado	unidade	3
Atração de investimentos	Empresa atraída	unidade	25
	Missão de atração de investimento realizada	unidade	19
	Evento realizado	unidade	10
Plataforma InvestRS	Ação de divulgação realizada	unidade	13
Assistência à agricultura familiar	Arranjo Produtivo Local de agroindústria familiar beneficiado	unidade	1
Mapeamento de incentivos municipais do RS e estaduais da Região Sul	Cartilha de incentivo criada	unidade	1

Quadro 38 – Principais entregas do Badesul em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS	Montante aprovado nas operações de crédito para setores e regiões do RS	R$	810.711.981, 29

Quadro 39 – Principais entregas da JucisRS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Junta Comercial Integrada	Tudo Fácil Empresas implantado	unidade	31
	Módulo de licenciamento implantado	unidade	41
Escola JucisRS	Educação continuada JucisRS implantada	%	100
	Legislação da Escola publicada	%	100
Integra RS	Portal e aplicação implantado	%	100
	Redesim conectada	%	100
Junta Digital	Capacidade ampliada de análise implementada	%	100

Principais realizações em 2025

- A ampliação dos programas Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem/Integrar) e Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI) beneficiou 138 empresas com incentivos fiscais, impulsionando setores estratégicos e contribuindo para a recuperação econômica. No cenário internacional, foram realizados 112 estudos de mercado para apoiar a internacionalização de empresas gaúchas, fortalecendo a presença do Rio Grande do Sul no comércio global.

- O fortalecimento das cadeias de valor contou com apoio a três arranjos produtivos locais, enquanto a atração de investimentos resultou na chegada de 25 novas empresas, 19 missões realizadas e 10 eventos promovidos. A plataforma InvestRS foi ampliada com 13 ações de divulgação, e a agricultura familiar recebeu assistência por meio do benefício a um arranjo produtivo local. Além disso, foi elaborada uma cartilha com incentivos municipais e estaduais, facilitando o acesso às oportunidades disponíveis.

- No âmbito do Badesul, destaca-se o volume expressivo de operações de crédito aprovadas para diversos setores e regiões do Rio Grande do Sul. Ao longo do ano, foram autorizados R$ 810.711.981,29 em financiamentos, fortalecendo investimentos produtivos, estimulando a economia regional e apoiando empreendimentos estratégicos para o crescimento sustentável do estado.

- A JucisRS, por sua vez, avançou em iniciativas essenciais para a simplificação e modernização do ambiente de

negócios. A implantação do Tudo Fácil Empresas atingiu 31 novas unidades, ampliando a capilaridade do serviço que facilita a abertura de empresas e a formalização de empreendimentos. Simultaneamente, o Módulo de Licenciamento foi implantado em 41 unidades, contribuindo para agilizar processos e reduzir a burocracia.

- No campo da capacitação e da normatização, a iniciativa Escola JucisRS alcançou 100% de execução tanto na Educação Continuada quanto na publicação de sua legislação, fortalecendo a qualificação técnica e institucional do órgão.

- A iniciativa Integra RS também apresentou 100% de implantação do Portal e da aplicação, além da conexão total à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), promovendo maior integração entre sistemas e aprimorando o fluxo de dados para registro empresarial.

- Por fim, a iniciativa Junta Digital registrou avanços significativos, alcançando 100% de implementação na ampliação da capacidade de análise, reforçando o compromisso da Junta com a digitalização e a modernização dos serviços prestados à população e às empresas gaúchas.

Prioridades para 2026

Tabela 56 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedec

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	30.000,00
Ampliação e consolidação da participação de empresas gaúchas no mercado internacional	10.000,00
Apoio a empresas em feiras	10.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.339.791,00
Apoio às ações visando o desenvolvimento econômico do Estado	12.073.349,00
Atração de investimentos	25.933.663,00
Capitalização de Empresas Estatais	10.000,00
Fortalecimento das cadeias de valor	10.000,00
Incentivo ao fomento	210.000,00
Mapeamento de incentivos municipais do RS e estaduais da Região Sul	10.000,00
Plataforma InvestRS	10.000,00
Pró-Irriga	10.000,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	20.000,00
Remuneração de Pessoal	14.171.242,00

Tabela 57 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da JucisRS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	21.301.341,00
Escola JucisRS	2.246.320,00
Integra RS	5.219.698,00

InvestRS – aplicação	82.000,00
Junta Comercial Integrada	8.015.623,00
Junta Digital	1.527.252,00
Outros encargos especiais	1.844.734,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Remuneração de Pessoal	8.651.588,00

Tabela 58 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Badesul

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	45.000.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR) (**Quadro 40**) e pelo órgão vinculado Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) (**Quadro 41**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 40- Principais entregas da SEDUR em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	Serviço de desassoreamento em pequenos rios realizado - Desassorear RS	m³	4.116.493
	Município assessorado	Unidade	216
	Serviço de Horas/Máquina realizado	h	448.266
	Obra do loteamento Muçum executada	%	100
Pavimenta	Distância de infraestrutura viária qualificada	km	200
Sistema de Bilhetagem Eletrônica Interoperável e Integrando Tecnologia de Gestão	Termo de referência para a licitação do Sistema de Bilhetagem do Poder Público elaborado	Unidade	0,5

Quadro 41 - Principais entregas METROPLAN em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025

Programa de Passe Livre Estudantil METROPLAN	Rede de Prefeitura Cadastradas no Sistema	%	27

Principais realizações em 2025

- Através do Programa Desassorear RS a SEDUR promoveu o desassoreamento de arroios e sistemas pluviais de municípios que, em decorrência das enchentes, declararam emergência ou estado de calamidade. No ano de 2025 foram realizados serviços que removeram mais de 4,11 milhões de metros cúbicos de sedimentos. Foram atendidas demandas de mais de 240 municípios conveniados com a SEDUR realizando a limpeza de arroios, canais de drenagem e sistemas pluviais. O programa conta com previsão de apoio financeiro de mais de R$ 300 milhões oriundos do Funrigs. Destaque para os serviços realizados no Vale do Taquari onde 21 municípios tiveram os trabalhos concluídos com movimentação de mais de 660 mil m³. Destaque ainda para os serviços realizados nos arroios Velhaco, Boa Vista, Jupirangava, e Brigadeira nos municípios de Arambaré, Lajeado, Estrela, Ponte Preta, Canoas e Cachoeirinha, respectivamente.

- Através do Programa Horas-Máquina a SEDUR atuou na recuperação de estradas, reestruturação de cabeceiras de pontes, terraplenagem para construção de habitações e para a liberação de acessos a áreas rurais. Foram realizadas mais de 448 mil horas-máquina. Destaque para as obras realizadas nos municípios de Eldorado do Sul, Agudo e Nova Santa Rita.

- Pavimenta RS - O Programa visou a ampliação e a qualificação da infraestrutura rodoviária com a implementação de projetos de pavimentação e sinalização de vias. Através de parceria com municípios e com o investimento de mais de R$ 5,7 milhões, a Sedur viabilizou obras de qualificação de infraestrutura viária em 200 km de vias urbanas com impacto na qualidade de vida de comunidades de 250 municípios com convênios em andamento através da execução de obras de pavimentação, terraplanagem, drenagem e microdrenagem, sinalização e acessibilidade. Destaque para as obras realizadas no sistema viário interno aos Loteamentos Cidade Alta 2 e renascer, ambos no município de Muçum. Destaque ainda para as obras na Av. Euclides Kleimann, na Estrada das Posses e no trecho urbano da rodovia AM-458 e ruas Gomes Jardim, General Neto e Anita Garibaldi nos municípios de Agudo, Quaraí, Fazenda Vilanova, Paverama, Santo Antônio do Palma e Vale Verde respectivamente.

- A estruturação do Programa Conexões - RS visa constituir parcerias junto aos municípios para execução de pontes, pontilhões, galerias e passagens molhadas. Serão destinados R$ 200 milhões oriundos do Funrigs para convênios entre o Estado e municípios afetados pelas enchentes.

- Assessoramento a municípios. A Sedur juntamente com universidades objetiva o processo de planejamento da reconstrução das localidades atingidas pelas enchentes encaminhado o zoneamento de áreas de risco e o planejamento para reconstrução do Vale do Taquari. Destaque para os trabalhos realizados junto aos municípios de Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Muçum e Roca Sales.

- O Programa Drenagem - RS visa qualificar a infraestrutura hídrica de

bueiros, bocas de lobo, captação pluvial, poços de visita e galerias, estruturas essenciais para o escoamento d'água e proteção das cidades no dia a dia. Serão destinados R$ 150 milhões oriundos do Funrigs para convênios entre o Estado e municípios afetados pelos eventos climáticos extremos.

- A implementação do Passe Livre Estudantil - Metroplan viabilizou o repasse de mais de R$ 19,91 milhões beneficiando mais de 190,7 mil estudantes da Região Metropolitana de Porto Alegre, dos Aglomerados Urbanos da Serra Gaúcha, Litoral Norte e Região Sul na modalidade de Bilhetagem Eletrônica, e alunos do Interior do Estado na modalidade repasse aos 52 municípios que aderiram ao programa.

- A implementação do Passe Livre Estudantil - Metroplan viabilizou o repasse de mais de R$ 19,91 milhões beneficiando mais de 190,7 mil estudantes da Região Metropolitana de Porto Alegre, dos Aglomerados Urbanos da Serra Gaúcha, Litoral Norte e Região Sul na modalidade de Bilhetagem Eletrônica, e alunos do Interior do Estado na modalidade repasse aos 52 municípios que aderiram ao programa.

Prioridades para 2026

Tabela 59 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedur

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Aperfeiçoamento do planejamento urbano e apoio aos municípios	56.958.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.092.201,00
Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitano	10.000,00
Pavimenta	10.000,00
Programa de Passe Livre Estudantil SEDUR	10.000.000,00
Publicidade Institucional	30.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação e revitalização urbana em territórios do RS Seguro	35.460.000,00
Regularização dos Serviços de Transporte Público Coletivo por Ônibus na RMPA, RMSG, AULINOR e AUSUL	738.362,00
Remuneração de Pessoal	10.258.648,00
Sistema de Bilhetagem Eletrônica Interoperável E Integrando Tecnologia de Gestão	1.203.257,00

Tabela 60 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas da Metroplan no PPA 2024-2027

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	8.373.997,00
Gestão de projetos e estudos de alternativas para prevenção de cheias	664.414,00
Melhoria do projeto fretamento legal	186.000,00
Outros encargos especiais	4.138.138,00
Programa de Passe Livre Estudantil METROPLAN	11.723.619,00
Publicidade Institucional	20.000,00
Qualificação da prestação de transporte público	1.629.763,00

Qualificação de Recursos Humanos	15.000,00
Regularização das concessões do serviço de transporte público coletivo hidroviário	100.000,00
Remuneração de Pessoal	15.339.654,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A.

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) (**Quadro 42**) e pelo órgão vinculado Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA) **(Quadro 43)**. Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 42 – Principais entregas da SDR em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Capacitação, assistência técnica e extensão rural	Agricultor familiar capacitado	unidade	12.805
	Agroindústria capacitada	unidade	140
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de base ecológica realizada	unidade	9.344
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em reservação de água e irrigação realizada	unidade	700
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares realizada	unidade	197.366
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores urbanos em segurança e soberania alimentar, olericultura e acesso às políticas públicas, diretos sociais e socioassistenciais realizada	unidade	24.379
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agroindústrias familiares do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) e potenciais realizada	unidade	2.432
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para aquicultura realizada	unidade	4.722
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentados, reassentados, indígenas, quilombolas e pescadores realizada	unidade	17.637
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para beneficiários de feiras apoiadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural realizada	unidade	1.024
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para desenvolvimento sustentável, conservação de solo e baixo carbono realizada	unidade	9.000
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para jovens agricultores familiares e pecuaristas familiares realizada	unidade	9.392

	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produtores de leite e pecuaristas familiares realizada	unidade	36.324
	Cooperativa atendida	unidade	129
	Jovem agricultor familiar e pecuarista familiar capacitado	unidade	2.034
	Produtor de leite e pecuarista familiar capacitado	unidade	534
Desenvolvimento social e sustentável da pesca artesanal	Ação de ordenamento pesqueiro realizada	unidade	5
	Projeto produtivo apoiado	unidade	316
Fomento ao acesso a sementes e insumos – Troca-Troca de Sementes	Saca de semente subsidiada	unidade	135.217
Fomento às atividades produtivas rurais	Projeto apoiado	unidade	465
Fortalecimento das agroindústrias familiares	Agroindústria inclusa no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	unidade	162
	Feira apoiada para comercialização de produtos das agroindústrias familiares	unidade	123
	Projeto apoiado	unidade	409

Quadro 43 – Principais entregas da CEASA em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Alimento comercializado no complexo Ceasa - registro estatístico e de controle	Alimento comercializado no complexo	t	490.055
	Amostra coletada para monitoramento de agrotóxicos nos hortifrutigranjeiros comercializados	unidade	85
Programa social da Ceasa/RS	Alimento doado pelo programa	kg	936.803
	Pessoa atendida pelo programa social da Ceasa	unidade	628.793

Principais realizações em 2025

▪ O Programa de Recuperação Socioprodutiva, Ambiental e de Resiliência Climática da Agricultura Familiar Gaúcha – Operação Terra Forte é a maior iniciativa de recuperação de solos já proposta pelo Estado. Promove práticas sustentáveis e posiciona a agricultura familiar como eixo estratégico na reconstrução do Rio Grande do Sul. O financiamento vem do Fundo de Reconstrução do RS (Funrigs), com investimento inicial de R$ 300 milhões. O programa identifica e diagnostica propriedades rurais, elabora planos individuais de recuperação, estrutura patrulhas mecanizadas, oferece assistência técnica para implementação dos planos e difunde tecnologias de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. A Emater/RS-Ascar, parceira da SDR, executa as etapas.

▪ O acesso a novas tecnologias de comercialização e divulgação das agroindústrias familiares teve a criação da vitrine digital junto ao PEAF, com 30 agroindústrias incluídas na plataforma, visando o fomento aos circuitos curtos de comercialização, viabilizando alimento saudável direto ao consumidor final e uma conjuntura de benefícios sociais, econômicos e ambientais para as agroindústrias gaúchas.

- Com o apoio a 22 projetos de incentivo a lideranças femininas e jovens, a SDR implementou ações ao cooperativismo na transversalidade junto à juventude, às políticas para as mulheres e à segurança alimentar e nutricional.

- A redução das taxas de evasão para aumentar as taxas de conclusão do ensino médio, bem como despertar e valorizar o protagonismo do jovem nas atividades produtivas, propiciando os meios para garantir maior geração de renda, em especial para o jovem e suas comunidades, bem como a permanência destes no campo, tiveram 128 bolsas juventude rural concedidas e 378 projetos produtivos aprovados em 378 unidades de produção familiar/comunidade.

- As ações de desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal, para melhoria da produção, geração de renda e sustentabilidade teve 316 projetos produtivos apoiados.

- O fortalecimento na formação diferenciada de jovens rurais, tiveram 30 escolas apoiadas para educação e profissionalização do jovem para o desenvolvimento rural.

- O fomento à agroecologia e agricultura urbana e periurbana beneficiou 2.087 agricultores familiares. Foram realizadas 4 ações em agroecologia e implementadas 2 hortas comunitárias.

- A aquicultura sustentável teve 35 projetos apoiados e uma ação de comercialização para o seu desenvolvimento.

- O artesanato tradicional teve 86 beneficiários apoiados com 21 ações de comercialização realizadas, visando a geração de renda para povos e comunidades tradicionais.

- As ações de fomento junto a agricultores familiares produtores de leite, por meio de financiamento para aquisição de sementes forrageiras, estruturação da propriedade e manejo do rebanho, com objetivo de melhoria da produção, produtividade e renda, tiveram 34 projetos apoiados em cada meio produtivo (leite e pecuária familiar).

- Foram 465 projetos apoiados junto ao fomento às atividades produtivas rurais que proporcionam condições produtivas para a população rural em situação de pobreza.

- O fortalecimento produtivo e qualificação social de indígenas e quilombolas tiveram 70 projetos indígenas apoiados e 171 projetos quilombolas apoiados.

- As melhorias da infraestrutura das propriedades, por meio da distribuição, reservação, irrigação e equipamentos, somaram 20 projetos de infraestrutura e 30 projetos de reservação de águas apoiados.

- A CEASA responsável pela organização do abastecimento de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, teve 490.055 toneladas de alimentos comercializados no complexo. Promovendo uma formação de preços saudável, através de um centro de oferta e procura. Disponibilizando, também, serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha - sem custos de operação.

- As ofertas de produtos hortifrutigranjeiros excedentes de produção à população carente e a instituições assistenciais cadastradas pela CEASA/RS, tiveram 936.803kg de alimentos doados pelo Programa Social da CEASA/RS, tendo sido atendidas pelo programa 628.793 pessoas.

Prioridades para 2026

Tabela 61 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SDR

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.790.599,00
Apoio ao cooperativismo e ao associativismo	10.000,00
Capacitação, assistência técnica e extensão rural	152.897.247,00
Desenvolvimento social e sustentável da pesca artesanal	130.000,00
Educação e profissionalização do jovem para o desenvolvimento rural e apoio à permanência do jovem no campo	840.282,00
Fomento à agroecologia e agricultura urbana e periurbana	1.230.000,00
Fomento à aquicultura sustentável	86.000,00
Fomento à produção e aquisição de alimentos	10.000,00
Fomento ao acesso a sementes e insumos - Troca-Troca de Sementes	95.455.527,00
Fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar	238.308.935,00
Fomento ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária familiar	6.010.520,00
Fomento ao desenvolvimento rural sustentável	20.000,00
Fortalecimento das agroindústrias familiares	3.233.686,00
Fortalecimento produtivo e qualificação social de indígenas e quilombolas	400.000,00
Infraestrutura para pequenas propriedades rurais	100.000,00
Programa Bônus Plano Safra	10.000,00
Publicidade Institucional	20.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação produtiva de assentamentos da reforma agrária	20.511.087,00
Remuneração de Pessoal	15.720.216,00

Tabela 62 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da CEASA

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.018.500,00
Programa social da Ceasa/RS	252.000,00

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) (**Quadro 44**) e pelos órgãos vinculados Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) (**Quadro 45**) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) (**Quadro 46**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 44 – Principais entregas da SICT em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Mitigação dos efeitos da seca pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	Projeto de inovação em cooperação com instituições de ciência e tecnologia, cadeia produtiva do agro e atores relevantes apoiado	unidade	18
Mitigação dos efeitos da seca pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	Novo negócio (startups e nova empresa) gerado na cadeia do agronegócio para mitigação da seca	unidade	19
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	Ecossistema Regional de Inovação consolidado e potencializado	unidade	8
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	Missão nacional e internacional realizada e apoiada	unidade	17
	Plataforma de Inovação aberta (Rede RS Startup) ativa	unidade	1
	Evento de inovação realizado/apoiado	unidade	25
	Rodada de inovação aberta realizada	unidade	143
	Projeto de inovação em cooperação com os atores da quádrupla hélice apoiado	unidade	21
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	Projeto de inovação em cooperação com instituições de ciência e tecnologia, cadeia produtiva do agro e atores relevantes apoiado	unidade	18
Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	*South Summit Brazil* realizado	unidade	1
Formação de capital humano para a inovação	Aluno com competências em inovação e empreendedorismo com foco no mundo do trabalho qualificado	unidade	19.003
	Professor para ensino da inovação e do empreendedorismo capacitado	unidade	1.045
Formação de professores qualificados para o Século XXI	Aluno ingressante de curso superior de licenciatura com as competências do século XXI contemplado	unidade	456
Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	Rede público-privada de P&D pré-competitivo na cadeia produtiva de semicondutores estabelecida/mantida	unidade	1
	Spin-off acadêmica gerada para atuação na cadeia produtiva de semicondutores	unidade	1
PD&I voltadas à transição energética sustentável	Recurso humano para atuação em setores voltados à transição energética apoiado	unidade	377
	Projeto de cooperação em P&D com foco em transição energética entre ICTs e empresas apoiado	unidade	11
Redução das desigualdades a partir de inovação e tecnologias sociais	Hub de inovação implementado na comunidade periférica - RS Seguro	unidade	3
Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	Projeto de inserção de pesquisadores nas empresas apoiado	unidade	66
	Plataforma de inteligência de dados sobre PD&I no Rio Grande do Sul desenvolvida/atualizada	unidade	1

Quadro 45 – Principais entregas da FAPERGS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação	Auxílio à pesquisa e à inovação concedido	unidade	600
	Bolsa concedida	unidade	1791

Quadro 46 – Principais entregas da UERGS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Consolidação do Ensino à Distância (EAD) da Universidade	Curso de extensão ofertado na modalidade EAD	unidade	12
Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu Inovador	Curso de pós-graduação stricto sensu ofertado	unidade	6
Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu Inovador	Produção científica publicada	unidade	460
Ingresso, qualificação e permanência estudantil	Aluno negro/pardo da graduação ativo	unidade	557
	Aluno com deficiência da graduação ativo	unidade	163
	Aluno indígena da graduação ativo	unidade	6
Ingresso, qualificação e permanência estudantil	Bolsa de monitoria concedida	unidade	230
Ingresso, qualificação e permanência estudantil	Curso de graduação presencial ofertado	unidade	45
Inserção Comunitária e Inovação	Pessoa beneficiada com ação de extensão	unidade	290.724
Pós-Graduação Lato Sensu no contexto das demandas regionais	Curso de pós-graduação lato sensu ofertado	unidade	13
	Produção científica publicada	unidade	460
Uergs Exterior: Promoção da Internacionalização	Convênio firmado com instituições estrangeiras	unidade	10

Principais realizações em 2025

- A SICT coordenou projetos para mitigar os efeitos da seca, com destaque para iniciativas do INOVA AGRO focadas em irrigação, descarbonização, eficiência produtiva e transição energética, além de apoiar ambientes de inovação e startups rurais. Foram investidos R$ 20 milhões em 18 projetos mobilizadores nas regiões mais afetadas por eventos climáticos, e realizados painéis temáticos no “Palco Centro Agro” da EXPOINTER.

- No fortalecimento do ecossistema de inovação, a secretaria acompanhou projetos em oito Ecossistemas Regionais, ampliou parcerias, prorrogou bolsas de gestores de inovação e promoveu eventos como Rotas da Inovação e *South Summit Brazil*, que reuniu 23 mil participantes e gerou impacto econômico e social. As missões nacionais e internacionais resultaram em acordos para instalação de centro de pesquisa em microeletrônica, parcerias para bolsas de pós-graduação no exterior e ações de promoção do RS em eventos na Espanha, Malásia e China, atraindo

investimentos e fortalecendo o ecossistema de inovação.

- Na formação de capital humano, foram capacitados 1.045 professores e milhares de alunos em inovação e empreendedorismo pelo Educar para Inovar, além de concedidas cerca de 400 bolsas para cursos estratégicos pelo RS Talentos. O Programa Professor do Amanhã ampliou o acesso à formação docente, com editais para até 500 bolsas em licenciatura.

- A cadeia de semicondutores foi fortalecida com capacitação de 50 profissionais, criação de spin-off acadêmica, articulação de um Hub Estadual e reuniões do Fórum Permanente do setor. Na área de transição energética, foram apoiados projetos de amônia verde, etanol e bioinsumos, criado o Centro de Referência em Mudanças Climáticas e lançados editais para pesquisa e formação de talentos.

- Para enfrentar desigualdades, a SICT promoveu cursos de moda e empreendedorismo em comunidades periféricas, estruturou hubs sociais em cidades gaúchas e mapeou novas comunidades para implantação de espaços de inovação. Foram certificados participantes em cursos de moda, beleza, informática, audiovisual, barbearia, metrologia e instrumentos musicais, realizados em comunidades periféricas de Porto Alegre, Santa Maria, Caxias do Sul e Pelotas, além de mentorias e eventos que fortaleceram o empreendedorismo local.

- Por fim, a secretaria intensificou as atividades de PD&I na matriz produtiva, apoiando a inserção de pesquisadores nas empresas, monitorando 28 projetos em áreas estratégicas, promovendo 8 Rotas de Inovação e lançando o Observatório da Inovação RS 2.0. O Programa Produtos Premium certificou azeite, cachaça, carne bovina, cordeiro, lã e erva-mate, ampliando o reconhecimento de produtos gaúchos e gerando valorização de produtos que atendam a critérios de origem e qualidade diferenciados.

- A FAPERGS apoiou diversas iniciativas de fomento à pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação no Rio Grande do Sul. Foram contemplados projetos em áreas como mudanças climáticas, biodiversidade, bioeconomia, indústria, economia azul, resiliência climática, gestão de recursos hídricos e soluções baseadas na natureza. Dentre alguns programas apoiados estão a busca pela consolidação do Centro de Referência Internacional em Estudos Relacionados às Mudanças Climáticas – CRIEC e o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço tecnológico e inovação dentro do INOVA RS, além de parcerias internacionais. Também foram realizados eventos científicos, intercâmbio internacional de pesquisadores e concedidas mais de 3.300 bolsas de iniciação científica e tecnológica.

- Foram apoiados projetos como o Cientista na Indústria, que inseriu pesquisadores em empresas do setor industrial para desenvolver soluções inovadoras, e o Doutor Empreendedor, que transformou pesquisas acadêmicas em novos negócios de base tecnológica. Houve cooperação internacional com o Conselho Nacional de Pesquisa da Itália e participação em programas europeus, além de iniciativas como o TECNOVA III, que estimulou a inovação em empresas gaúchas. Também foram desenvolvidos projetos em parceria com ICTs, universidades e centros de pesquisa, abrangendo temas como mudanças climáticas, biodiversidade, economia azul, gestão hídrica e avaliação de políticas públicas.

- As ações de extensão em fluxo contínuo e os projetos de extensão contemplados por bolsa constituem

realizações estratégicas da UERGS, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e sociedade. Inseridas na na Iniciativa Inserção Comunitária e Inovação, promovem a produção e a difusão do conhecimento, estimulam soluções inovadoras e ampliam o impacto social da Universidade nos territórios em que atua.

Prioridades para 2026

Tabela 63 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SICT

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.647.620,00
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	24.110.000,00
Desenvolvimento e difusão de tecnologias para a cadeia de valor da saúde	10.000,00
Formação de capital humano para a inovação	14.400.000,00
Formação de professores qualificados para o Século XXI	28.800.000,00
Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	1.060.000,00
Implementação de telefonia e internet no meio rural	10.000,00
Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	13.359,00
Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	10.000,00
PD&I voltadas à adaptação e resiliência climática	10.000,00
Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	23.723.678,00
Publicidade Institucional	85.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Redução das desigualdades a partir de inovação e tecnologias sociais	1.560.000,00
Remuneração de Pessoal	30.813.740,00

Tabela 64 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FAPERGS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.675.463,00
Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação	37.378.859,00
Outros encargos especiais	1.067.898,00
Publicidade Institucional	250.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	20.000,00
Remuneração de Pessoal	4.598.465,00

Tabela 65 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da UERGS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	25.610.697,00
Outros encargos especiais	23.708.442,00

Pós-Graduação Lato Sensu no contexto das demandas regionais	320.000,00
Publicidade Institucional	250.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	1.252.756,00
Remuneração de Pessoal	90.829.458,00

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Empresa Gaúcha de Rodovias
Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Logística e Transportes (SELT) (**Quadro 47**) e pelos órgãos: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), (**Quadro 48**), Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) (**Quadro 49**) e Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul (PORTOS RS) (**Quadro 50**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 47 - Principais entregas SELT em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Manutenção da infraestrutura dos aeroportos regionais	Aeroporto com infraestrutura mantida	Unidade	8
Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	Aeroporto modernizado	Unidade	8
Manutenção e modernização do sistema hidroviário	Hidrovia sinalizada	%	80

Quadro 48 - Principais entregas DAER em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ampliação de capacidade de rodovias	Rodovia com capacidade ampliada	km	3
Atividades prévias à realização de obras	Projeto final de engenharia realizado	Unidade	3
Conservação e manutenção de rodovias	Rodovia com pavimento conservado	km	4.189
Restauração e manutenção de pavimento	Rodovia com pavimento restaurado	km	38,7
Construção de acessos municipais	Acesso municipal construído	km	74,84
Construção de rodovias e ligações regionais	Rodovia construída	km	55,06

Quadro 49 - Principais entregas EGR em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Manutenção e conservação de rodovia pedagiada	Rodovia conservada	km	630

Restauração da malha rodoviária pedagiada	Rodovia restaurada	km	193

Quadro 50 - Principais entregas PORTOS RS em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Potencialização do complexo hidroportuário	Dragagem de hidrovia e canal realizada	%	66
	Sinalização de hidrovia e canal realizada	%	100
	Levantamento batimétrico realizado	%	100

Principais realizações em 2025

- A Secretaria de Logística e Transportes (SELT), no ano de 2025, juntamente com seus órgãos vinculados, superou a marca de R$ 1,2 bilhões em investimentos destinados à qualificação da infraestrutura física disponibilizada ao setor transportador. Foram investimentos diversificados, destinados a atender demandas rodoviárias e hidroviárias além de aportes financeiros comprometidos com a ampliação da capacidade operacional dos ativos portuários e aeroportuários.

- A Manutenção e a modernização dos aeroportos regionais receberam investimentos que superaram os R$ 12,78 milhões. Destaque para o andamento do processo de modernização do aeroporto de Santo Ângelo envolvendo a expansão da pista e do terminal de passageiros.

- As obras de ampliação de capacidade de rodovias receberam investimentos de mais de R$ 46,13 milhões. Destaque para o andamento da duplicação travessia urbana de Rio Grande, na ERS-734. Destaque ainda para a conclusão de viaduto da ERS 118 na interseção da rodovia com a Av. Centenário. Esta obra de arte, em conjunto com a trincheira de acesso ao Distrito Industrial de Gravataí permite organizar os fluxos de tráfego, garantindo maior segurança e fluidez aos movimentos de entrada e saída do polo industrial, sem interferência direta no trânsito da rodovia duplicada.

- Os serviços e obras de conservação, recuperação e restauração da malha rodoviária sob a responsabilidade do DAER, no ano de 2025, alcançou a extensão de mais de 4.200 quilômetros com investimentos de mais de R$ 359,6 milhões. As atividades envolveram tanto serviços relacionados à conservação rotineira quanto ações previstas no plano de recuperação de rodovias afetadas pela tragédia climática. Investimentos do Plano Rio Grande puseram em ordem de marcha a restauração de segmentos rodoviários que, se estendendo por 33 trechos ao longo de 23 rodovias, impactaram os fluxos de cargas e passageiros em 14 COREDEs e 8 Regiões Funcionais. Os trechos somam mais de 800 quilômetros de rotas, estradas e encostas de importantes segmentos rodoviários cuja obras demandarão investimentos de mais de R$ 2,02 bilhões já consignados no Funrigs. Destaque para os trabalhos de recuperação da ERS 348. A rodovia sofreu os mais severos impactos decorrentes dos eventos climáticos extremos, o trecho terá mais de 23 quilômetros restaurados com 2 pontes

reconstruídas, uma sobre o Arroio Guarda Mor e outra sobre o Rio Soturno restabelecendo-se a conexão entre municípios de São João do Polêsine, Dona Francisca, Agudo e demais regiões interconectadas por esta importante ligação regional. O investimento total atingirá mais de 229 milhões.

- Os serviços e as obras de construção de acessos municipais executadas permitiram a pavimentação de mais de 74 quilômetros de rodovias em 20 diferentes obras com a liquidação de mais de R$ 164,04 milhões. Destaque para a conclusão dos trabalhos de campo na ERS 477, na ERS 591, na ERS 520, na ERS 461 e na ERS 325 nos municípios de Centenário, Ametista do Sul, Alegria, Capão Bonito do Sul e Novo Tiradentes respectivamente. Destaque-se ainda que, ao longo do tempo, de um total inicial de 62 municípios sem acesso asfáltico 16 estão por começar e 26 já foram concluídos.

- Os trabalhos de projeto e reconstrução de 17 pontes destruídas pelos eventos climáticos teve ritmo acelerado. São estudos e obras em andamento com recursos reservados da ordem de mais de R$ 452 milhões. Destaque para o andamento das obras de reconstrução das pontes na ERS-417, na ERS-471 e na ERS-348, nos municípios de Itati, Sinimbu e Faxinal do Soturno respectivamente.

- A construção de rodovias e ligações regionais verificou o andamento de obras que irão ampliar em mais de 350 quilômetros a malha rodoviária do RS. No ano de 2025 mais de 93 km foram pavimentados mediante o investimento de mais de R$ 224,4 milhões. Compreendendo a construção de rodovias arteriais e coletoras, as obras e os investimentos visam promover maior conectividade regional além de qualificar o sistema rodoviário estadual através do aprimoramento das condições de mobilidade de pessoas e cargas. Destaque para as obras na ERS 020 que articulam Cambará do Sul a São José dos Ausentes e para os trabalhos na ERS 427 que liga Cambará do Sul ao Parque nacional de Aparados da Serra acesso ao Itaimbezinho. Destaque ainda para a pavimentação da ERS-305 entre Horizontina, Crissiumal e Três Passos, não deixando de referir as obras de pavimentação da ERS-566 entre Alegrete e Maçambará.

- A Malha rodoviária, sob responsabilidade da EGR, recebeu investimentos de mais de R$ 142 milhões. Foram recursos aplicados em obras e serviços destinados à manutenção, conservação e ampliação de capacidade das rodovias pedagiadas especialmente trechos impactados pelos eventos climáticos extremos. Destaque para os serviços de restauração de pavimento executados em mais de 190 quilômetros de rodovias. Destaque ainda para as interseções construídas no km 83 da ERS - 129 e no km 4 da ERS -235, nos municípios de Muçum e Nova Petrópolis respectivamente. Destaque também para as melhorias realizadas no km 88 Da ERS - 129 com a implantação de área de escape e retenção para veículos pesados, dispositivo que contribui para maior segurança e proteção à motoristas que circulam na rodovia.

- A Portos RS, em 2025 iniciou a contratação e dá andamento aos serviços de batimetria e de dragagem para retirada de sedimentos das principais rotas hidroviárias da bacia sudeste. Os serviços se realizam na hidrovia da Lagoa dos Patos no Lago Guaíba e em mais 21 canais navegáveis. Destaque para os serviços de dragagem do Canal São Gonçalo em Pelotas de onde serão removidos mais de 457 mil m³. Destaque ainda para o andamento dos serviços nos canais Itapuã, Pedras Brancas, Leitão, Furadinho, Feitoria para o restabelecimento das profundidades operacionais. Destaque especial para os

trabalhos de remoção de sedimentos do canal de acesso ao Porto do Rio Grande de onde serão removidos 15 milhões de m³ para restaurar o calado oficial de 15 m. Os investimentos em andamento deverão totalizar mais de R$ 432 milhões e irão permitir a ampliação da oferta de transporte aquaviário e a diversificação das opções logísticas da região sul com impactos positivos em setores como agronegócio, combustíveis, fertilizantes e indústria química.

- O complexo portuário do RS, em que pesem as dificuldades impostas pelas adversidades climáticas, registrou importante movimentação de cargas. Os Portos de Porto Alegre e Pelotas, em conjunto, alcançaram movimentações de mais de 1,59 milhões de toneladas. O Porto do Rio Grande, no ano de 2025, anotou a marca de mais 44,5 milhões de toneladas de cargas em suas movimentações, ampliando em 2,97 % as movimentações do período anterior. Destaque para movimentação de granéis sólidos com um total de mais de 26,4 milhões de toneladas. Destaque ainda para a movimentação de contêineres que alcançou a marca de mais de 1,03 milhões de TEUs (Unidade Equivalente a 20 Pés), ampliando em mais de 30,8% as movimentações do período anterior.
- A Portos RS executou mais uma etapa do restabelecimento da sinalização do canal de navegação Junco, no Lago Guaíba. A ação contemplou a instalação de 4 novos faroletes de um total de 10 novas unidades programadas para instalação buscando devolver à região as características originais da sinalização e avançar no processo de liberação da navegação noturna na hidrovia.

Prioridades para 2026

Tabela 66 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Selt

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.293.601,00
Capitalização de Empresas Estatais	20.000,00
Fiscalização de concessões	1.500.150.000,00
Manutenção da infraestrutura dos aeroportos regionais	17.192.883,00
Manutenção e modernização do sistema hidroviário	4.474.601,00
Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	1.406.351,00
Planejamento e gestão do setor transportes	10.000,00
Projeto de articulação institucional para o fomento e a qualificação do serviço de transporte ferroviário	10.000,00
Promoção e fomento do transporte intermodal	10.000,00
Publicidade Institucional	60.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Remuneração de Pessoal	61.436.845,00

Tabela 67 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Daer

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação de capacidade de rodovias	6.030.451,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	222.653.715,00

Atividades prévias à realização de investimentos em obras rodoviárias	15.304.283,00
Conservação e manutenção de rodovias	106.518.600,00
Construção de acessos municipais	21.436.048,00
Construção de rodovias e ligações regionais	14.087.720,00
Construção e manutenção de obras de arte especiais	2.329.910,00
Fiscalização rodoviária de veículos	12.214.409,00
Gestão das faixas de domínio da malha rodoviária	20.000,00
Operação continuada de fiscalização de cargas	701.800,00
Outros encargos especiais	228.042.348,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação da rede viária - Convênios Municipais	668.939,00
Qualificação de Recursos Humanos	140.000,00
Remuneração de Pessoal	82.414.696,00
Restauração e manutenção de pavimento	668.939,00

Tabela 68 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da EGR

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação de capacidade de rodovia pedagiada	1.880.309,25
Manutenção e conservação de rodovia pedagiada	8.068.864,00
Prestação de serviços de atendimento ao usuário	10.639.708,80
Restauração da malha rodoviária pedagiada	107.615.010,40

Tabela 69 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Portos RS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Potencialização do complexo hidroportuário	94.500.000,00

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS (SOP)

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Obras Públicas (SOP) (**Quadro 51)**. Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 51 – Principais entregas da SOP em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	Alvará de proteção contra incêndio obtido de acordo com o plano anual	%	100
Construção da barragem Jaguari	Reservatório de água concluído	%	93,05

Construção da barragem Taquarembó	Reservatório de água concluído	%	61,83
Estabelecimento de novas oportunidades para execução de projetos e obras em prédios públicos	Parceria firmada	unidade	1
Gestão e governança de portfólio de obras públicas	Diagnóstico de rede de todos os elementos necessários à edificação realizado	%	100
	Plano de Obras Anual para Secretarias solicitantes implementado	%	100
Implementação da metodologia Modelagem de Informação da Construção (BIM) na Secretaria de Obras Públicas	Caderno de encargos elaborado	%	100
	Plano de implementação executado	%	100
Manutenção e implantação de sistemas e ferramentas de gestão de obras	Sistema de obras implementado	%	100
Manutenção predial de prédios escolares	Manual de manutenção predial disponibilizado	%	100
	Processo de manutenção predial em prédios da educação implantado	%	100
Realização de obras de reforma e construção em prédios da educação	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100
Realização de obras de reforma e construção em prédios da Saúde	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100
Requalificação da rede de atendimento territorial da Secretaria de Obras Públicas	Incremento na capacidade de atendimento nas regionais realizado	%	100
	Servidor beneficiado por Equipamento de Proteção Individual (EPI)	%	100

Principais realizações em 2025

- As obras da barragem do Jaguari avançaram e ultrapassaram 93% de execução, aproximando-se da etapa final prevista para o primeiro semestre de 2026. Após retomada em 2018, o empreendimento atingiu patamar decisivo, com reservatório projetado para 116 milhões de metros cúbicos de água e área total de 1.240 hectares, reforçando a segurança hídrica da região.

- Foi retomada a construção da barragem do Arroio Taquarembó, em Dom Pedrito, interrompida desde 2017. Integrada ao sistema formado também pela barragem do Jaguari e seus canais, a estrutura beneficiará cerca de 240 mil habitantes da Bacia do Rio Santa Maria, atendendo municípios da Fronteira Oeste e ampliando a disponibilidade hídrica regional.

- A SOP passou a utilizar, desde o início de 2025, um sistema de credenciamento para contratação de empresas responsáveis por elaborar projetos e serviços técnicos de arquitetura e engenharia. O modelo permite a criação de um cadastro prévio de prestadoras de serviços aptas à contratação conforme demanda, eliminando a necessidade de se criar uma licitação a cada nova demanda e acelerando as contratações, aumentando significativamente a agilidade da execução das obras públicas.

- O B.I. (*Business Intelligence*) da SOP, desenvolvido em 2024, foi ampliado em 2025. Ele permite a redução do tempo de análise da situação das obras públicas, identificando problemas em tempo real, tornando as informações facilmente acessíveis e apoiando decisões estratégicas, beneficiando desde alta

gestão da secretaria até técnicos das regionais (CROPs). São mais de 40 telas de monitoramento, sendo a mais recente uma base de dados utilizada na criação de um mapa geral de obras do Estado. Dessa forma, o B.I fortalece a eficiência, agilidade, transparência e governança das atividades da SOP.

- O Sistema de Gestão de Obras (SGO) recebeu diversas melhorias, que permitiram a expansão de uso para atendimento de todas as demandas de prédios públicos solicitadas à SOP, a integração do sistema ao LicitaCon Obras, e o acesso ao sistema por empresas contratadas via contratação simplificada para registro de vistorias, medições e solicitações de aditivos diretamente via Gov.br.

- O modelo de Contratação Simplificada para manutenção de prédios escolares lançado em 2024, que permite realizar diversas compras através de uma mesma licitação, por ata de registro de preços, foi ampliado para atender todo o Estado e suas 2,3 mil escolas em 2025. A Contratação Simplificada reduziu drasticamente o tempo entre solicitação e início das obras de manutenção, passando de aproximadamente 430 dias em 2022 para cerca de 90 dias em 2025. O sistema passou também a ser adotado em obras de outros prédios públicos além dos da educação.

- Foi implementado o Projeto Escola+, que estabelece um novo padrão de construção de escolas visando a resiliência climática, com identidade visual renovada, soluções ambientais e estruturas ágeis e resilientes. A primeira licitação ocorreu para a Escola Breno Garcia, orçada em mais de R$ 40 milhões, com prédio de 4,4 mil metros quadrados, quadra descoberta e ginásio preparado para abrigar até 80 pessoas em situações de crise.

- Em 2025, foram concluídas 181 obras em 161 escolas estaduais, totalizando mais de R$ 85 milhões em investimentos. No mesmo ano, foram iniciadas 314 obras em 276 escolas da Rede Estadual, representando investimentos superiores a R$ 336 milhões. As entregas reforçam a infraestrutura educacional, com intervenções estruturais que abrangem reformas, ampliações e construções destinadas a qualificar o ambiente de ensino.

- Foram concluídas 46 obras em 42 prédios públicos em 2025, somando R$ 373,8 milhões em investimentos. Entre os destaques está a conclusão da Cadeia Pública de Porto Alegre, que recebeu aporte superior a R$ 130 milhões. Também foram iniciadas 86 obras em 69 prédios públicos, totalizando R$ 679,9 milhões em novos investimentos. Doze dessas obras utilizaram o modelo de contratação simplificada, expandido em 2025 para atender também edificações públicas além de escolas.

Prioridades para 2026

Tabela 70 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SOP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	10.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	7.563.599,00
Construção da barragem Jaguari	20.940.010,00
Construção da barragem Taquarembó	66.126.645,00

Construção de novos equipamentos de irrigação	8.220.000,00
Gestão e governança de portfólio de obras públicas	2.500.000,00
Implementação da metodologia Modelagem de Informação da Construção (BIM) na Secretaria de Obras Públicas	1.114.186,00
Manutenção e implantação de sistemas e ferramentas de gestão de obras	3.883.201,00
Manutenção predial de prédios escolares	10.000,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	100.000,00
Remuneração de Pessoal	61.944.157,00
Requalificação da rede de atendimento territorial da Secretaria de Obras Públicas	93.000,00

SECRETARIA DE TURISMO

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria de Turismo (**Quadro 52**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações do ano em questão.

Quadro 52 - Principais entregas da SETUR em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	Equipamento turístico instalado	%	8
	Convênio assinado	Unidade	7
Fomento e financiamento do setor de Turismo	Evento captado	%	25
	Ação de promoção realizada	Unidade	187
Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	Campanha realizada	Unidade	2
	Ação de fomento realizada	Unidade	1
Fortalecimento de ações de inovação e inteligência turística	Base de dados adquirida e atualizada	%	25
	Plataforma disponibilizada	%	30

Principais realizações em 2025

▪ A SETUR alavancou o setor turismo promovendo investimentos de mais de R$ 67,6 milhões em diferentes iniciativas com o objetivo de fortalecer a cadeia do turismo e o incremento do Valor Adicionado Bruto das Atividades Características de Turismo. Destaque para os investimentos vinculados à ampliação da infraestrutura, ao fomento e ao financiamento do turismo.

▪ A ampliação e a melhoria da infraestrutura turística tiveram impulso com o investimento de mais de R$ 7,9 milhões. Destaque para o início da operação do novo Centro de Atendimento ao Turista (Cat) no

Aeroporto Salgado Filho. O equipamento foi pensado para oferecer informações e suporte ao turista em sua chegada ao estado. Destaque ainda para a construção da ciclovia de Bento Gonçalves, infraestrutura turística de natureza viária comprometida com o desenvolvimento dos meios de acesso aos atrativos da região.

- Ainda no âmbito da melhoria da infraestrutura turística, foram assinados 07 convênios objetivando a valorização do patrimônio em municípios da região missioneira. Os recursos foram de mais de R$ 59,4 milhões para investimentos, destinados ao desenvolvimento do turismo. Destaque para iniciativas articuladas com os municípios da região das missões Caibaté, Porto Xavier, São Miguel das Missões, São Francisco de Assis, Vitória das Missões e Bossoroca com ações voltadas à requalificação de museus, valorização do patrimônio e criação de novos atrativos turísticos.

- O fomento do setor turismo foi alavancado com a realização de 69 ações promocionais, de âmbito nacional, internacional e regional com o objetivo de destacar a presença do RS em mercados e segmentos essenciais ampliando os fluxos turístico.

- No âmbito do Programa Avançar no Turismo, destaque especial para a conclusão da primeira etapa da revitalização da estação férrea de Caxias do Sul, investimento que fortalece a infraestrutura e amplia o potencial turístico do município transformando o Largo da Estação em um espaço renovado de convivência, cultura e de integração do turista com a comunidade local.

- No âmbito do programa O Sul Tchê Espera a SETUR, através do Progantur, viabilizou a disponibilização de R$ 200 milhões, oriundos do Funrigs, para impulsionar grandes empreendimentos turísticos no Estado através do suporte à investimentos em infraestrutura turística. Os recursos serão acessados através dos bancos públicos Banrisul, BRDE e Badesul.

- A promoção de destinos turísticos foi implementada através da campanha Litoral Gaúcho nas quatro estações. Patrocinada pela SETUR e realizada pela Associação Brasileira das Agências de Viagens no RS. A ação objetiva a promoção e a qualificação da oferta turística de sol e praia do RS abrangendo as regiões litorâneas e lacustres do estado. Também contemplou a estruturação da oferta complementar de turismo de natureza, e a realização de ações de qualificação de agências e operadoras de turismo para fomentar a comercialização de roteiros de recepção e promoção do turismo cultural.

- A SETUR no ano de 2025 captou 25 eventos com o objetivo de incrementar a movimentação da cadeia turística, fomentar o consumo em restaurantes, o comércio e a demanda por serviços de transporte relacionados à atividade turística.

- A SETUR realizou mais de 180 ações promocionais de âmbito nacional, internacional e regional participando também de eventos dedicados à promoção turística. Destaque para a participação na 37ª Festuris em Gramado e no Encontro Regional de Turismo em Vacaria. Destaque ainda para a Feira Internacional de Turismo da América Latina - FIT Buenos Aires.

- Em 2025 se intensificou o fortalecimento do Sistema de Inteligência Turística - Inturis através da disponibilização de dados e informações adquiridas junto ao Observatório de Turismo. O Inturis é ferramenta que, cada vez mais estruturada, utiliza inteligência artificial para promover a integração de dados de forma ágil e acessível a todos os públicos contendo dados sobre fluxo e quantidade de turistas, empreendimentos

turísticos e perfil dos turistas. Trata-se de importante instrumento de apoio aos processos de planejamento e gestão setorial.

Prioridades para 2026

Tabela 71 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Setur

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	12.909.777,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.425.014,00
Divulgação e promoção dos destinos turísticos gaúchos durante o verão	10.000,00
Fomento e financiamento do setor de turismo	3.160.530,00
Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	460.000,00
Fortalecimento de ações de inovação e inteligência turística	20.000,00
Fortalecimento dos mecanismos de governança	10.000,00
Programa de formalização, qualificação e inovação no turismo	10.003,00
Publicidade Institucional	163.000,00
Remuneração de Pessoal	10.143.085,00

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
Companhia Riograndense de Mineração

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2025 pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) (**Quadro 53**) e pelos órgãos vinculados Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) (**Quadro 54**) e Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM) (**Quadro 55**). Ao final da seção, se encontram as descrições em tópicos das principais realizações destes órgãos no ano em questão.

Quadro 53 – Principais entregas da SEMA em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	Serviço para ampliação do monitoramento da qualidade do ar contratado	%	100

Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	Edital para Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) lançado	unidade	1
Modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação	Ferramenta computacional - *Roadmap* climático desenvolvida	unidade	1
Resposta à Fauna e Política Estadual de Assistência aos Animais Domésticos	Acompanhamento da execução dos convênios de esterilizações realizada	%	100
	Diagnóstico da situação pós desastre elaborado	%	88
Governança Climática	Plano de Adaptação e Mitigação para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) elaborado	unidade	1
	Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) elaborado	unidade	1
	Plano de resiliência climática	unidade	0,92
Monitoramento hidrometeorológico	Manutenção preventiva em estações prioritárias realizada	unidade	16
	Serviço especializado em levantamento batimétrico executado	%	17
Programa Energia Forte no Campo	Fase do Programa Energia Forte no Campo viabilizada	unidade	1
Elaboração de planos e estudos para o Setor de Mineração	Plano Estadual de Transição Energética Justa elaborado	unidade	0,94
Ações integradas de Educação Ambiental	Oficina realizada - RS Seguro	unidade	12
	Multiplicador ambiental capacitado - RS Seguro	unidade	80
Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	Plano de desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde no Rio Grande do Sul implementado	unidade	0,54
Combate a perda da Biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	Reciclagem do Resíduo da Construção Civil e Demolição (RCD) implementado	%	64
Fortalecimento das Unidades de Conservação	Estudo de viabilidade para novas Unidades de Conservação realizado	unidade	1

Quadro 54 – Principais entregas da FEPAM em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Monitoramento da Qualidade do Ar	Relatório consolidado de monitoramento do IQA elaborado	unidade	1
Monitoramento da Qualidade da Água	Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água de Bacias Hidrográficas elaborado	unidade	1
Licenciamento e fiscalizações	Relatório de desempenho de licenciamento e fiscalização elaborado	unidade	12
Balneabilidade e operação de fiscalização ambiental para o período de veraneio	Relatório consolidado de atividades da operação de fiscalização ambiental elaborado	unidade	4

Quadro 55 – Principais entregas da CRM em 2025 conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2025
Promover a Sustentabilidade da Atividade Minerária	Relatório de Gestão Ambiental elaborado	unidade	1

Principais realizações em 2025

- A iniciativa de ampliação do monitoramento da qualidade do ar avançou com a assinatura do contrato nº 17/2025 e início dos serviços em Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria. No âmbito dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), foi firmado em julho o Termo de Compromisso referente às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) contempladas no 1º Edital do Programa.

- Na modernização dos sistemas de tecnologia da informação, o *Roadmap* Climático avançou para a etapa de diagnóstico municipal, com dados enviados por 442 municípios. A plataforma Clima RS consolidou-se como ferramenta estratégica, com reuniões semanais com a PROCERGS e parcerias firmadas com a Agência Nacional de Águas (ANA), com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), com o Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos (SIMAGRO), com o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e Defesa Civil, ampliando a integração de dados ambientais.

- O Programa de Qualificação da Gestão de Águas obteve importantes marcos institucionais: aprovação pelo Funrigs, formalização do plano de trabalho pela UFRGS e envio para análise jurídica. No Sistema CAR (Cadastro Ambiental Rural), houve capacitação do módulo Análise; o Invasoras RS ampliou seu uso; o Sistema de Outorga de Água (SIOUT/RS) avançou e prevê consulta pública do Plano de Ação Climática em 2026. O Sistema Online de Licenciamento (SOL) foi finalizado e passou a substituir o SISREV. Sistemas SIGBio-RS e LIVE seguem em testes, e o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos está disponível ao público.

- A Governança Climática teve avanços com a entrega do Inventário de Gases de Efeito Estufa, dos Roteiros de Descarbonização e das etapas do Plano de Adaptação e Mitigação. O Plano de Resiliência Climática teve versão preliminar concluída.

- No monitoramento hidrometeorológico, foram implantadas 12 estações, realizadas 10 reinstalações e 6 manutenções, validados os mapas de seca e estiagem e recebidas 7 medições de vazão. O levantamento batimétrico teve quatro planos aprovados, com execução entre 32% e 63%. O mapeamento topográfico segue em fase de contratação.

- A Sema produziu nota técnica e artigo aceito pela Geo UERJ, além de apresentar estudo no XXVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos avançou com apoio aos Comitês de Bacia e envio da minuta do Plano Estadual de Recursos Hídricos ao Conselho de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas e Assembleia Legislativa.

- O programa de revitalização das bacias segue com contratos em execução e projetos-piloto nos rios Gravataí e Sinos. As diretrizes de categorização das bacias foram concluídas.

- A quinta fase do Energia Forte no Campo foi lançada com investimento de R$ 369,5 milhões, ampliando infraestrutura elétrica rural. Paralelamente, o Estado implementou ações para o desenvolvimento da cadeia do Hidrogênio Verde, analisou projetos no BADESUL e iniciou o Programa Biogás RS. Também foi inaugurada a primeira planta estadual de biometano, com capacidade de 66 mil m³/dia.

- No Planejamento Energético, foi concluído o Atlas Hidroenergético, publicado o Balanço Energético 2015–2022 e atualizado o Plano Energético Estadual. O Relatório de Infraestrutura do Setor Energético passou a acompanhar, mensalmente, geração distribuída, matriz elétrica e licenciamento.

- Destacam-se ainda o estudo sobre reuso industrial de esgoto, o Relatório de Salubridade Ambiental e a instalação da unidade regional de saneamento básico sob responsabilidade da SERG.

- Na conservação da biodiversidade, avançou o Plano de Ação Territorial, com expedições, oficinas e controle de espécies exóticas. O Programa Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG-RS) restaurou áreas indígenas e quilombolas, beneficiando 1.300 pessoas. No RS Seguro, foram capacitados 80 jovens e realizadas oficinas de educação ambiental.

- O projeto Rota do Lixo concluiu diagnóstico e mapeamento, e ações socioambientais instalaram horta-escola e vermicomposteira. O edital para a comunidade de prática de resíduos orgânicos foi lançado, e o novo Regulamento Geral da Logística Reversa publicado.

- Nos Territórios Tradicionais e Indígenas, oito projetos atendem 20 aldeias, com investimentos superiores a R$ 2,3 milhões. O projeto voltado às comunidades quilombolas avança com ações de sociobiodiversidade.

- O Estado propôs a criação do Fundo de Bem-Estar Animal, acompanhou convênios de esterilização e apoiou municípios em ações de castração e microchipagem.

- O Programa Campos do Sul registrou 116 novos cadastros, e o Programa Estadual de Controle de Espécies Exóticas ampliou sua atuação com ações de detecção precoce e controle. Projetos como a Rota dos Butiazais e o incentivo à criação de meliponíneos reforçaram cadeias produtivas sustentáveis.

- Na gestão de resíduos, avançaram os projetos de reciclagem de resíduos de construção civil em Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio. No fortalecimento das Unidades de Conservação, foram iniciados estudos para criação de novas áreas, avançaram processos de regularização fundiária e revisão de planos de manejo, e foram iniciadas reformas estruturais em Unidades de Conservação.

- No setor energético, o Estado se destacou no Leilão ANEEL A-5, com 113 MW contratados. O Departamento de Energia segue monitorando projetos estratégicos e o Programa de Eficiência Energética foi revisado para incorporar ações de segurança e resiliência.

- No setor mineral, avançou o Plano Estadual de Transição Energética Justa e o acompanhamento do Índice de Recuperação Ambiental (IRA). A legislação de outorga e fiscalização hídrica evoluiu, com 52 fiscalizações, análise de 1.853 processos e convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) para atualização do Mapa Hidrogeológico. A minuta para adequação da regulamentação de barragens foi elaborada.

- O Progestão segue em acompanhamento e o Estado repassou R$ 2,4 milhões ao programa Nota Fiscal Gaúcha. Avanços ocorreram também nos estudos de desestatização da CRM e na proposta de concessão do Jardim Botânico, cujo modelo passou por revisão estratégica após baixa adesão inicial.

Prioridades para 2026

Tabela 72 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sema

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Ações integradas de Educação Ambiental	1.200.291,00
Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	830.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	57.391.022,00
Combate a perda da Biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	9.494.637,00
Concessões e parcerias para valorização de ativos ambientais	50.000,00
Conformidade Climática	150.000,00
Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	30.000,00
Elaboração de planos e estudos para o Setor de Mineração	20.000,00
Evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários	16.780.539,00
Fortalecimento das unidades de conservação	878.788,00
Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos	50.001,00
Implementação do Plano Estadual de Saneamento	500.000,00
Instituir Plano Estadual de Segurança Hídrica	50.000,00
Modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação	6.896.000,00
Monitoramento hidrometeorológico	3.296.346,00
Nota Fiscal Gaúcha - Meio Ambiente	2.400.000,00
Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	1.020.000,00
Planejamento Energético	10.000,00
Privatização	50.000,00
Programa de Eficiência Energética	10.000,00
Programa Energia e Conectividade no Campo	150.000,00
Proteção e restauração de Bacias Hidrográficas	3.998.598,00
Publicidade Institucional	300.000,00
Regramentos para uso e ocupação do solo	10.000,00
Remuneração de Pessoal	54.374.140,00
Resposta à Fauna e Política Estadual de Assistência aos Animais Domésticos	2.600.000,00
Valorização da biodiversidade e fortalecimento da sustentabilidade e bem viver nos territórios tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas	10.000,00

Tabela 73 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Fepam

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	23.395.671,00
Balneabilidade e operação de fiscalização ambiental para o período de veraneio	134.000,00
Licenciamento e fiscalizações	9.804.175,00
Monitoramento da Qualidade da Água	292.801,00
Monitoramento da Qualidade do Ar	30.000,00
Outros encargos especiais	21.506.932,00
Planejamento ambiental para energias alternativas	10.000,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	60.000,00
Remuneração de Pessoal	77.661.686,00

Tabela 74 – Dotação da LOA 2026 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da CRM

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2026 (R$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.690.000,00

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO | SPGG
Secretária: Danielle Calazans
Secretário Adjunto: Bruno Silveira

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO | SUPLAN
Subsecretária: Carolina Mór Scarparo
Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

COORDENAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL | DEPLAN
Diretora: Luciana Dal Forno Gianluppi
Diretora Adjunta: Laurie Fofonka Cunha

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL | DEPLAN
Luciana Dal Forno Gianluppi, Laurie Fofonka Cunha, Amanda Oliveira de Souza, Bruno de Oliveira Lemos, Larissa Couto Silva, Luana de Lima e Silva, Othon Veloso Schenatto, Paulo Augusto Coelho de Souza, Paulo Victor Marocco Milanez, Rafael Sottili Testa, Silvia Leticia Lorenzetti, Vinicius Bordignon Sarmento e Vanderlea Rabelo Kich.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA | DEE
Bruno Paim, Luciane Franke e Martinho Lazzari

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | DOF
Thiago Dapper e Angelo Pagot Zortea

REVISÃO: Othon Veloso Schenatto e Alexandre José Vitalini Paranhos

COLABORAÇÃO: Assessoria de Comunicação (Ascom/SPGG), Secretaria de Comunicação (Secom), Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) e Secretaria da Casa Civil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2026.

211 p.: il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

GOVERNO
DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
O futuro nos une.

O futuro nos une.